



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PGH

MIRIAN CARVALHO MIRANDA

**OS TRABALHADORES ROCEIROS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DO VIVER:
COSTUME, SECA E SISAL EM ARACI-BAHIA (1953-1984)**



Fonte: Dnocs, 4º Distrito, Açude Público, Araci-Bahia-1963.

MIRIAN CARVALHO MIRANDA

**OS TRABALHADORES ROCEIROS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DO VIVER:
COSTUME, SECA E SISAL EM ARACI-BAHIA (1953-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Professor Doutor Clóvis F. Ramaiana Moraes Oliveira.

Feira de Santana
2018

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

M644

Miranda, Mirian Carvalho

Os trabalhadores roceiros e as ressignificações do viver : costume, seca e sisal em Araci-Bahia (1953-1984) / Mirian Carvalho Miranda. – 2019.

184 f.: il.

Orientador: Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, Feira de Santana, 2019.

1. Trabalhadores roceiros – Araci, Bahia – 1953-1984. 2. Sisal. 3. Secas.
4. Costumes. 5. Movimentos sociais. I. Oliveira, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 633.52.526.2-057.11(814.22)“1953/1984”

MIRIAN CARVALHO MIRANDA

**OS TRABALHADORES ROCEIROS E AS RESSIGNIFICAÇÕES DO VIVER:
COSTUME, SECA E SISAL EM ARACI-BAHIA (1953-1984)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito para obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Data de aprovação: 24/09/2018

Prof. Dra. Márcia Caroline de Oliveira Cury (UNEB)

Prof. Dra. Zeneide Rios de Jesus (UEFS)

Prof. Dr. Clóvis F. Ramaiana Moraes Oliveira (UEFS).

*Para
Maria, minha mãe, Lora e Baia (in
memoriam), minhas avós, mulheres
roceiras de coragem e muito amor.*

AGRADECIMENTOS

A feitura de uma dissertação envolve coragem e persistência em se colocar contra o curso das coisas e questionar o passado. No entanto, historiar não é tarefa fácil, tampouco prosseguir diante das dificuldades. A força para avançar e realizar a travessia advém, sobretudo, da existência e do encontro com aqueles que nos ajudaram a caminhar. E, por essas razões, agradecer é fundamental.

Gratidão sempre a minha família pelo carinho e paciência com as minhas ausências, que foram muitas, durante todo o período desta pesquisa. Mainha, painho, as minhas irmãs Maiara e Maraisa, ao meu companheiro e amigo Ismael, estou certa de que nunca estive tão distante de vocês mesmo estando tão perto fisicamente. O fato de terem torcido intensamente para eu finalizar o mestrado, mais do que para eu ingressar, expressa quanta falta eu fazia e a vontade em me terem de volta o quanto antes (rsrsrs).

Clóvis Ramaiana, meu orientador, obrigada de coração, por ter aceitado me orientar, assim “de supetão” (rsrsrs), quando eu procurava, “desesperadamente” (rsrsrs), quem me ensinasse a caminhar pelo mundo da pesquisa acadêmica. E, não posso deixar de registrar, tive sorte, pois é também um roceiro, o que foi imprescindível na construção desta dissertação. Nunca irei esquecer: “Sua bárbara!”, a frase emblemática que indicava a necessidade de me aproximar, ainda mais, da roça e dos roceiros.

Aos professores do mestrado, Ione Celeste, Andréa, Rinaldo, Eurelino Coelho, Carlos Augusto e Elizete com quem tive o prazer de compartilhar aulas e discussões que me possibilitaram ampliar os horizontes de historiadora. Especialmente, a professora Ione Celeste pela acolhida e ensinamentos que vão além do mestrado. A professora Elizete e ao professor Coelho por terem sido imprescindíveis nos meus estudos, muito do que aprende agradeço a atenção e o compromisso de vocês, professores que renovam as nossas esperanças na Universidade pública. As professoras Zeneide e Márcia por terem aceitado participar da feitura desta pesquisa desde a qualificação. Não posso me esquecer de Julival, pessoa bacana, sempre solícito em nos ajudar com as burocracias do mestrado.

Aos meus colegas de turma pelas risadas e angústias compartilhadas. As queridas amigas de todas as horas Isabel, Táfila, Larissa, Maria, Edna e Alcione. Vocês me deram o conforto e a alegria nos momentos mais difíceis dessa empreitada. Aí de mim se não fossem vocês (rsrsrs).

Guillermo Fernandez Ramos meu amigo peruano, juntos dividimos madrugadas de estudo, viagens, angústias, alegrias e muitas, muitas risadas mesmo, ter compartilhado o meu cotidiano com você é dessas coisas que vou levar pela vida.

A amiga e parceira de monografia Laiala Virgínia por ter me apresentado o seu mundo roceiro e a seus pais, Valentim e Jiuwane, pela disponibilidade em me ajudar sempre que precisei. Pedro Juarez, meu amigo, a quem devo não só boa parte das fontes desta pesquisa, como também os primeiros passos sobre a história de Araci. Derivaldo, Franklin, Fredson, Bernadete, Jéssica e Danilo, amigos que estiveram sempre presentes. A professora Maria Cristina que me incentivou a dar continuidade aos estudos, ainda na graduação. Muita gratidão a “tio” Israel pelas leituras e conversas sobre a pesquisa e, principalmente, pelo carinho e disponibilidade em me ouvir. A querida professora Ana Nery, que me cedeu documentos valiosos de sua própria família, herdeira do pioneirismo de Maura e mais uma narradora da história de Araci.

Aos roceiros e as roceiras que me ensinaram com as suas histórias de vida e de luta. Especialmente a Agripino Gonsalves dos Santos, sabedor das coisas da roça e um mestre da vida. Aos roceiros do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci, sobretudo Tonho Xia e Ermírio, que me ajudaram na parte final desta investigação.

Gente, muito obrigada!

Guardar

*Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la.
Em cofre não se guarda coisa alguma.
Em cofre perde-se a coisa à vista.
Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por
admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado.
Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por
ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela,
isto é, estar por ela ou ser por ela.
Por isso melhor se guarda o voo de um pássaro
Do que um pássaro sem voos.
Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica,
por isso se declara e declama um poema:
Para guardá-lo.*

Antonio Cicero Correia Lima

RESUMO

Esta pesquisa investigou os trabalhadores roceiros de Araci e as ressignificações do viver entre os anos de 1953 a 1984. Nesse período, ações desenvolvimentistas, introduzidas pelo Estado com o discurso de melhorar o cotidiano da cidade, marcaram a vida dos trabalhadores. De modo que, o mundo roceiro e os seus costumes foram pensados a partir dos aportes teórico-metodológicos do historiador E. P. Thompson. A princípio se contextualizou a feitura do lugar, as relações comunitárias como a “Junta de Gado” e o “Boi Roubado” e as contradições do cotidiano costumeiro. No segundo momento, se analisou a atuação do Departamento de Obras Contra as Secas e a construção do Açude Poço Grande, enquanto uma possibilidade de sanar o problema central da cidade: a água. E, por fim, investigou-se a interferência e a acomodação da monocultura sisaleira na vida dos trabalhadores, em especial a complexidade do primeiro beneficiamento realizado ainda na roça, o trauma das mutilações no contato com a desfibradeira, a reação à superexploração da força de trabalho dos roceiros na organização sindical e a luta para a concessão da aposentadoria integral no Movimento dos Mutilados do Sisal. A análise, realizada neste estudo, permitiu asseverar que os trabalhadores, portanto, não estavam alheios às mudanças, pois reagiram, exigiram, lutaram e conquistaram direitos.

Palavras-chave: Trabalhadores roceiros; Araci; costumes; secas; sisal.

ABSTRACT

This research investigated the Araci's roceiros workers and the resignifications of living between 1953 and 1984. During this period, developmental actions, introduced by the state with the discourse of improving the daily life of the city, marked the lives of workers. Thus, the roceiro world and its customs were conceived from the theoretical-methodological contributions of the historian E. P. Thompson. At first the contextualization of the making of the place, community relations such as the "Cattle Junta" and the "Stolen Ox" and the contradictions of the usual daily life were contextualized. In the second moment, the performance of the Department of Drought Works and the construction of Poço Grande weir were analyzed, as a possibility to remedy the central problem of the city: water. Finally, we investigated the interference and accommodation of sisal monoculture in workers' lives, especially the complexity of the first processing performed in the fields, the trauma of mutilations in contact with the defibrillator, the reaction to the overexploitation of roceiros' work in the trade union organization and the struggle for the granting of full retirement in the Sisal Mutilados Movement. The analysis performed in this study allowed us to assert that the workers, therefore, were not oblivious to the changes, as they reacted, demanded, fought and won rights.

Keywords: Roceiros workers; Araci; custom; dried; sisal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa do Território do Sisal, 2010	13
TABELA 1 - Quantificação do Alistamento do Partido do Tocós, 1786	30
FIGURA 2 - Missa dos vaqueiros celebrada em Pedra Alta, Araci, 1936	43
FIGURA 3 - Padre Carlos Olímpio e vaqueiros na missa de Pedra Alta, 1936.....	44
FIGURA 4 - Casa dos Vaqueiros no Tabuleiro – Araci, Bahia – 1962	53
FIGURA 5 – Revista o Cruzeiro – Araci, Bahia – 1955.....	75
FIGURA 6 – Praça da Conceição – Araci, Bahia – 1958	78
FIGURA 7 – Praça da Conceição – Araci, Bahia – 1958	78
FIGURA 8 – Mapa do Sistema do Rio Itapicuru – 1959	86
FIGURA 9 – Compactação mecânica da barragem em construção – 1962	98
FIGURA 10 – Foto n. 13 - Aç. Público Araci-Bahia – 1963	101
FIGURA 11 – Açude Poço Grande – Araci, Bahia – Após 1966	110
FIGURA 12 – Praça Nossa Senhora da Conceição, 1976 – Araci, Bahia	125
FIGURA 13 – Trabalhador Sisaleiro, 1976 – Araci, Bahia	141
FIGURA 14 – Série Histórica do IDH dos Municípios da Região Sisaleira (1970-2000)	142
FIGURA 15 – Mutilados do sisal vão à rua pelo direito de se aposentar, 1984 – Conceição do Coité, Bahia	162
FIGURA 16 – Os trabalhadores mutilados exigem aposentadoria, hoje negada pelo governo, 1984 – Conceição do Coité, Bahia	165

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACM - Antônio Carlos Magalhães
AI-5 - Ato Institucional nº5
AP – Ação Popular
APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BB – Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste
CCA – Centro Cultural de Araci
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLAB - Centro de Planejamento da Bahia
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FETAG/BA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEOMOV - Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
ICM - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MOC – Movimento de Organização Comunitária
MRH – Micro Regiões Homogêneas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PP – Partido Popular
PROTERRA - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DO TEMPO DO CATIVEIRO	23
2.1 A Entrada da Bandeira.....	23
2.2 A Bandeira Fincada	36
2.3 As Bandeiras Trocadas	58
3. DO TEMPO DA ÁGUA.....	66
3.1 A mais humana das metas	66
3.2 Açude Poço Grande: a futura salvação deste rincão nordestino.....	82
3.3 Morrer com Araci, porque Araci morre de sede	103
4. DO TEMPO DO OURO BRANCO	112
4.1 A fisiografia do sisal	112
4.2 A indústria na roça: os trabalhadores e a cadeia produtiva do sisal	127
4.3 O sindicato como espaço de organização e luta dos roceiros.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
FONTES	170
REFERÊNCIAS	174
ANEXOS	180

1. INTRODUÇÃO

Em 05 de novembro de 1984, trabalhadores de treze municípios da então Região Sisaleira da Bahia, entre eles Araci, irrompiam em Brasília, mais precisamente no Ministério do Trabalho, organizados para reivindicar um direito: a aposentadoria integral. Seus corpos expressavam a necessidade de transformar o que lhes fora negado em lei, uma vez que seus dedos, mãos, ou mesmo todo o braço tinham sido esfacelados pela labuta cotidiana nos campos de sisal. Naquele momento, o Brasil vivia a emergência de outros movimentos sociais e a expectativa de retomar o caminho democrático interrompido pelo golpe de 1964, um período extremamente adverso à organização dos trabalhadores e, por conseguinte, a salvaguarda de seus direitos. Logo, o que movia aqueles sujeitos mutilados era parte de uma luta ainda maior de resistência à superexploração e de contestação ao que antes fora silenciado.

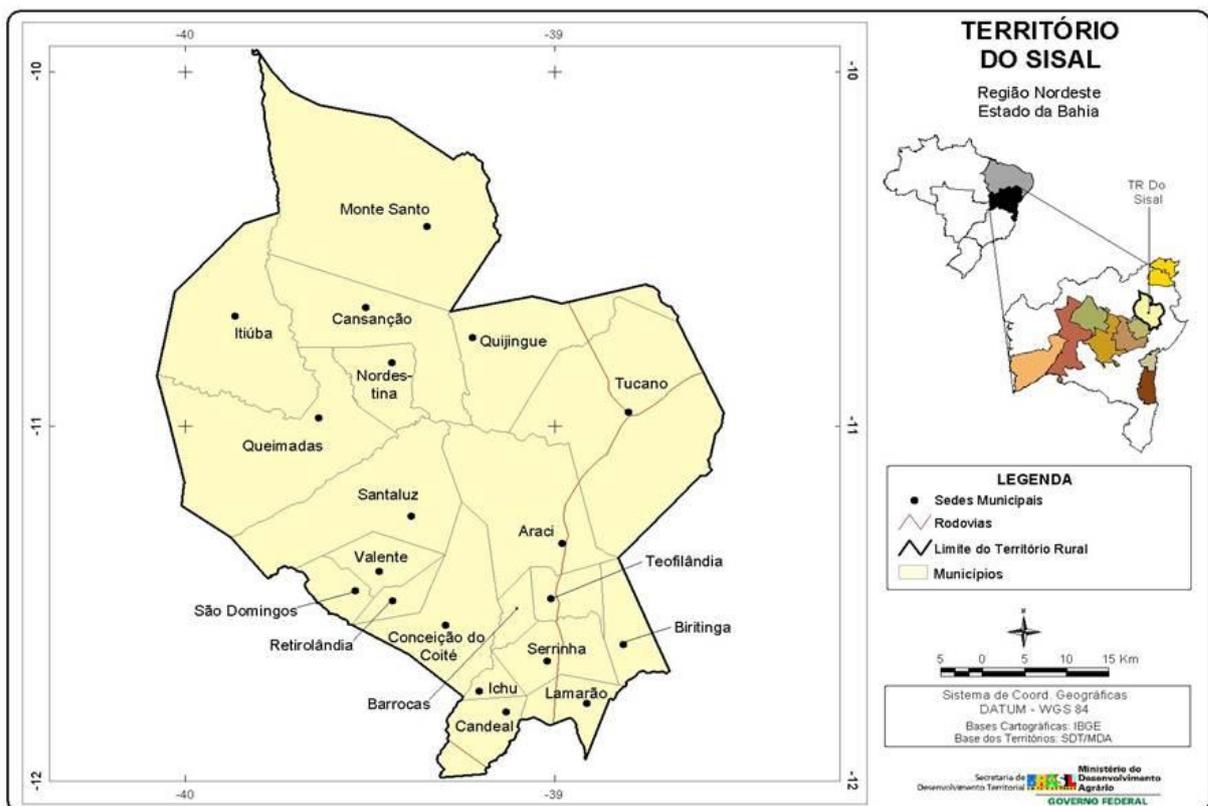
É perante a importância daquela conquista e as ancestralidades que moviam as vidas daqueles sujeitos que esta dissertação é iniciada. Ademais, vivemos tempos igualmente difíceis, em que um golpe de Estado perpetrado em 2016 abriu precedentes para ataques constantes aos nossos direitos e, por tal razão, não podemos nos esquivar do compromisso político enquanto historiadores, qual seja, o de questionar criticamente o passado a partir das premissas do nosso presente. Essas imposições, marcas e retrocessos ainda se fazem latentes em nosso cotidiano e precisam ser expostas como também enfrentadas no exercício constante de reflexão e escrita. E, diante desse posicionamento, esta pesquisa tem como problemática analisar: Como os trabalhadores roceiros de Araci-Ba resignificaram o seu viver diante das experimentações desenvolvimentistas de açudagem e da monocultura sisaleira entre os anos de 1953 a 1984? Essa é a indagação central que levará a outras questões desenvolvidas no decorrer desta investigação.

O recorte temporal privilegiou o ano de 1953 por ter correspondido ao início dos estudos para construção do Açude Poço Grande. Naquele ano, o Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs) desenvolveu as primeiras ações para resolver o problema da água em Araci, ao tempo que as consequências de mais uma estiagem extremava os meios de existência dos roceiros. A delimitação final, o ano de 1984, permitiu demonstrar a organização desses sujeitos, vítimas das mutilações nos campos de sisal, para conquistar o direito à aposentadoria integral por invalidez. E, apesar de centrar a pesquisa nessas intervenções foi necessário fazer um recuo na temporalidade para dar conta das

ancestralidades e dos costumes que moviam a vida desses trabalhadores, tendo em vista as diferentes formas de exploração e resistência a partir das relações comunitárias.

O município de Araci, por sua vez, está localizado no Polígono das Secas, mais especificamente, no Nordeste da Bahia, a 210 km da capital Salvador, com extensão 1524 Km². Essa área abrange o Território do Sisal¹, como demonstra o mapa a seguir, produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.

FIGURA 1: Mapa do Território do Sisal, 2010.



FONTE: Site da Agência Embrapa Informação e Tecnologia (MDA 2010)

No que concerne ao município de Araci, enquanto parte do Nordeste do Brasil, é marcado pelo fenômeno das estiagens, de tal maneira que apesar de várias categorias históricas, geográficas e econômicas lançarem diferentes olhares sobre esse espaço, as secas cruzam, em alguma medida, boa parte das concepções. Por conta disso, o recorte espacial, é nuançado por diferentes designações como Sertão, Polígono das Secas, Nordeste e Região

¹ A categoria “território de identidade” foi operacionalizada a partir de 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial na gestão do Partido dos Trabalhadores-PT. Antes desse marco a designação para fins de planejamento e controle era “Região Sisaleira”. Ver: CARNEIRO, Edinusia Moreira Carneiro et al. **GeoTextos**. vol. 11. n. 2, dezembro 2015. 131-151. Disponível em: file:///E:/Arquivos/Downloads/13472-48804-1-PB%20(12).pdf

Sisaleira, que serão devidamente acionados e conceituados no decorrer da investigação. No entanto, quando se trata de forma mais específica das cidades do interior da Bahia, outro demarcador espacial aparece como possibilidade para a pesquisa histórica: a “roça”.

A escolha em pesquisar a roça foi movida pelas minhas andanças como professora da Educação Básica em diferentes comunidades de Araci, Tucano e Teofilândia. Essa experiência permitiu desenvolver um estudo monográfico acerca da coexistência entre cultura e educação nas escolas roceiras, para o curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-CAMPUS XI), no ano de 2015². No estudo constatei o quanto as formas costumeiras estavam distantes do cotidiano da escola e da própria comunidade. E, apesar de entender que as relações sociais, materiais e simbólicas estão em constantes mudanças, chamou-me atenção como os modos de trabalhar e celebrar estavam imbricados.

No entanto, foi a partir das entrevistas com os trabalhadores que os rumos iniciais desta pesquisa se constituíram. Na medida em que narravam as suas vivências percebi como o termo “roça” significava bem mais que uma designação corriqueira ou espacial. A expressão era acionada para demarcar boa parte das vivências que envolviam o mundo daqueles sujeitos, uma vez que atravessava questões que iam desde os modos de produzir até o sagrado. E, por essa razão, tanto “roça” como “roceiro” são termos *chaves* desta pesquisa, pois dizem muito a respeito da maneira como os sujeitos organizavam as suas vidas.

A “roça” era/é o lugar em que se traçava uma dinâmica própria de ocupação e coexistência, estabelecidas perante as condições históricas e geográficas do espaço. Por “roceiro”, concebo os sujeitos que viviam por meio de relações materiais e simbólicas construídas e reesignificadas a partir da roça, o que tinha muito a ver com a ancestralidade e as heranças históricas urdidas em embates e acomodações entre índios, negros, brancos “colonizadores” e seus descendentes. Mas, concomitante a isso, forjaram-se também costumes que dentro de um equilíbrio de relações sociais envolviam formas de trabalho, exploração e resistência à exploração³.

Os costumes atravessavam o mundo roceiro de maneira intensa e são aqui compreendidos por meio das reflexões propostas por E.P. Thompson⁴. Segundo o historiador inglês, quando tratamos desse conceito não podemos perder de vista o singular, o *sui generes*, ou seja, a *mentalité* que sustentava um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de

² OLIVEIRA, Laiala Virgínia; MIRANDA, Mirian Carvalho. Cultura e Educação. **A coexistência entre cultura e educação na comunidade negra rural de Pau de Rato - Araci-Bahia**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Bahia – CAMPUS XI, Serrinha, 2015, 47p.

³ THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴ Ibidem.

expectativa. Ainda que tivessem variadas formas de expressão, se firmavam a partir da ambiência, dos usos, das circunstâncias em que eram codificados e, portanto, podiam ter força de lei. Logo, as ocupações costumeiras da terra e a Junta de Gado, praticadas nos espaços comuns dos Tabuleiros do Itapicuru, se traduziram em fortes confluências para a assertiva de que o mundo roceiro era, sobretudo, um mundo costumeiro.

Entretanto, essa dinâmica também sustentava relações de poder potencializadas por meio dos ritos de paternalismo e deferência: De um lado fortaleciam situações mais comunitárias de trabalho e festa; por outro conformavam posições e autoridades que perpassavam, inclusive, pela religiosidade. Por conta disso, as necessidades e as expectativas giravam em torno de normas mais afeitas ao ritmo de vida daqueles sujeitos, do que de leis externas de mercado. Isso abria precedentes para práticas alternativas que eram reguladas segundo preceitos não monetários como os “Bataiões” ou “Bois Roubados”.

Por essa razão que, neste estudo, as condições materiais sobre as quais se sustentavam o mundo roceiro não serão lidas por meio da noção de “subsistência”, uma vez que o termo, quando aplicado à economia da roça, além de asseverar as relações de produção a partir das relações de mercado, retira o caráter cultural dos modos de viver e trabalhar dos sujeitos. Ao fazer essa distinção, os costumes passam a ser vistos perante uma racionalização cujo imperativo é o de acumulação. E, apesar das secas desequilibrarem as condições de existência, a produção roceira tinha mais a ver com as necessidades forjadas no cotidiano do que com o fato de estar “abaixo” do estritamente indispensável para sobreviver. Dessa forma, a noção invoca certa inferioridade, na medida em que as condições materiais são desagregadas do sistema de valores, usos e normas endossados, também, pelo simbólico.

Ademais, a noção de subsistência era, comumente, agregada ao fenômeno das secas e a combinação desses fatores contribuiu com o discurso de “atraso” do Nordeste⁵. Esse posicionamento era assumido, inclusive, pelo Estado⁶ que asseverava o problema das estiagens sem levar em consideração outros agravantes latentes: o conjunto de relações sociais de exploração e a grande concentração de terras na mão de poucos. Por conta disso, a política hidráulica estatal de “combate às secas” se restringia a intervenções de caráter

⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão: História das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000.

⁶ Nas conferências, realizadas pelos engenheiros que dirigiam o departamento, foi possível constatar como o tema da concentração de terras e da exploração sofrida pelos roceiros pouco apareciam, salvo algumas raras exceções, o que se reverberava na política e, conseqüentemente, na atuação do próprio DNOCS. Ver: MINISTÉRIO DO INTERIOR, DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Dnocs Pensamento E Diretrizes**. Edição comemorativa do 75º aniversário do DNOCS. Fortaleza: 1984. Biblioteca do DNOCS-Salvador-Bahia, 4º DISTRITO.

desenvolvimentistas com o intuito de proporcionar alguma dinamização nas economias locais e regionais. O que foi assumido e executado, em primazia, pelo Departamento de Obras Contra as Secas (Dnocs).

No centro das ações desenvolvimentistas, empreendidas pelo Dnocs, estavam à abertura de estradas e a construção de barragens que possibilitariam, principalmente, a agricultura irrigada e a piscicultura. Além disso, as iniciativas também giravam em torno de uma ocupação transitória dos roceiros nos períodos de extremas secas, uma vez que proporcionar trabalho era outro fator desse processo. Haja vista também todo o discurso produzido e reverberado pelo Estado acerca da mão de obra “desocupada” nos períodos secos⁷.

Dessa forma, os açudes, as frentes de trabalho e as estradas seriam antídotos para superar o problema das estiagens e esses três indicadores faziam parte das ações governamentais para o Nordeste nos anos de 1950. Nessa década, o Dnocs, que já havia avançado de instituto para autarquia federal, materializava as ações de combate às secas com grandes obras e consideráveis recursos públicos. De modo que, a área que abrangia a circunscrição do Polígono das Secas, criado para concentrar a atuação do Departamento, se tornou o foco das ações desenvolvimentistas assumidas pelo Estado e controladas, em alguma medida, pela ingerência das classes dominantes regionais e locais.

A dilatação dessas ações chega a Araci a partir do Açude Poço Grande, que seria a solução para o principal problema da cidade: água. A obra garantia boa amplitude de intervenções por meio da política hidráulica. Mas, é preciso demarcar que, não se trata de asseverar a atuação do Departamento enquanto uma manifestação planejada da atividade governamental. Conforme Francisco de Oliveira⁸, o Dnocs representou um esforço “racionalizador” e, para tanto, incidia mudanças no espaço sem modificar intensamente a estrutura produtiva. Esses fatores reverberavam no cotidiano e nas expectativas dos roceiros que já experimentavam a introdução de outra ação desenvolvimentista: a monocultura.

A monocultura sisaleira também foi introduzida pelo Estado com o discurso de desenvolver a agricultura em espaços atingidos por frequentes estiagens e, portanto, “pouco dinâmicos”. O clima e o solo favoráveis ao plantio favoreceram a aderência da planta que se disseminou conforme as demandas externas de mercado. Tal iniciativa fazia parte de uma matriz diversificadora que via no Nordeste novas possibilidades de contribuir com a política

⁷ VILLA, 2000.

⁸ OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

agrícola nacional, na medida em que combatiam os complicadores climáticos e “ocupavam” os trabalhadores⁹.

Apesar de o sisal ter sido introduzido concomitante a obra do açude Poço Grande, a pesquisa não se centrará na introdução da monocultura, mas no momento em que o trabalhador roceiro passa a ser o proprietário da desfibradeira. Isso aconteceu por volta dos anos de 1970, quando os sujeitos deste estudo passaram a executar o primeiro beneficiamento da fibra sem a interferência decisiva dos “donos de campo”. O que tinha relação direta com a efetivação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), pois ao repassar o “motor” para os trabalhadores as classes dominantes regionais se esquivavam da responsabilidade com as mutilações. E, mesmo com a baixa na produção, iniciada nessa década, a monocultura fundia economia e política na consolidação da Região Sisaleira.

Nessa dinâmica, a fibra se tornou parte da fisiografia e a circunscrição espacial era o resultado da máxima na produção com vistas à exportação do produto, o que incidia sobre a oscilação nos preços causando certa dependência ao mercado externo. Para Marini¹⁰, a base dessa economia era definida pela posição de “dependência” do Brasil e dos países da América Latina a países centrais, de modo que a superexploração da força de trabalho era a parte principal da dinâmica. Dessa forma, os roceiros passaram a conviver com o trauma das mutilações, ao tempo que o sisal não se firmava enquanto uma possibilidade concreta de superação dos problemas causados pelas secas.

A presente pesquisa entende, portanto, o Dnocs e a monocultura enquanto ações desenvolvimentistas, uma vez que tanto a construção do açude como a modernização agrícola objetivou superar o “atraso”; a primeira interferindo no espaço e a segunda nas relações de produção. Logo, esta investigação procura compreender também como essas intervenções, que se expandiram com a prerrogativa de melhorar a vida dos roceiros, afetou o cotidiano? E, a partir das mudanças provocadas, como esses trabalhadores reagiram às modificações? São questões que se desdobram a partir do problema central desta pesquisa, já que o “atraso” e o “desenvolvimento” forjaram, enquanto palavras de ordem, não apenas uma oposição racionalizadora no discurso, mas uma política econômica que interferiu nas relações de produção e trabalho de um aglomerado de cidades integradas na Região Sisaleira.

⁹ MENDONÇA, Sonia. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30 (1930-1945)**. Editora Prismas: Curitiba, 2016, p. 64-70.

¹⁰ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires: Clacso, 2000.

Ademais, a roça, enquanto dinâmica sertaneja, já foi lida como espaço vazio que carecia de desenvolvimento para acompanhar o capitalismo¹¹. Nessa perspectiva, muitas narrativas excluía variadas formas de organização comunitária construídas por índios, negros e seus descendentes. Ao priorizar as vivências dos roceiros espero contribuir com os estudos que privilegiam os constructos históricos desses sujeitos, visto que a ancestralidade muitas vezes é negligenciada nas pesquisas. Esse “paradigma da ausência” é discutido por Álvaro Pereira Nascimento¹², quando ressaltou a necessidade de se incluir nos estudos o “componente cor” dos trabalhadores pesquisados.

A crítica de Nascimento¹³ incide sobre a produção historiográfica que pouco problematizou a cor de trabalhadores pobres e os seus vínculos com o passado de escravidão. Apesar de o autor se ater ao negro, certamente, essa invisibilidade se estende ao índio, pois são, igualmente, desconsiderados na maioria das pesquisas. Além disso, são raros os estudos que privilegiam o interior da Bahia como *locus*. De modo que, tanto a roça como os trabalhadores roceiros, em geral, não tem sido objeto de investigações, o que reverbera na pouca bibliografia sobre Araci. No entanto, vozes brotaram desse silêncio e deram os primeiros passos para a construção historiográfica acerca dessas “paragens” e dos sujeitos que nela vivem ou viveram.

Edna Moura Magalhães, em seu trabalho monográfico, *Festa de Reis em Araci (1989-2011)*¹⁴, estudou a apropriação e a manipulação do poder local sobre a celebração de Reis na cidade de Araci. Segundo a pesquisadora, a influência do empresário e prefeito Edvaldo Pinho, por meio de “atos benevolentes”, possibilitou uma reelaboração da tradição e, por essa razão, a festa se tornou o evento principal da cidade. A partir da imprensa local, de cartazes

¹¹ Os Sertões do Brasil já foram representados como espaços simbólicos e explicativos da dualidade social brasileira: por meio da dialética da pobreza e do atraso, do moderno e do arcaico. De um lado os Sertões dos conflitos sociais comandados por figuras como Lampião, por pregadores como Conselheiro na Bahia, por lideranças comunitárias ou grupos políticos em luta pela posse da terra como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra; de outro lado, o sertão como expressões artísticas e culturais patrimônio da nacionalidade. Porém, mais recentemente alguns autores rompem com as narrações dualistas e propagam uma nova maneira de ver e dizer o Sertão nordestino. VER: MUNIZ JUNIOR, Durval de Albuquerque. Vede Sertão, Verdes Sertões: Cinema Fotografia e Literatura na Construção de outras Paisagens Nordestinas. **Revista de História e Estudos Culturais**. Rio de Janeiro, nº1, v.13. ano XIII, jan. a jun. de 2013. AMADO, Janaina. **Estudos Históricos**. Ponto de Vista Região, Sertão, Nação. 1995, p. 7-14. OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana. “Canudos Brasília: anotações de uma viagem sertanejada”. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins (org). **Semeando cidade e sertões: Brasília e o Centro Oeste Goiânia**: Ed da PUC, 2010, pp. 121-140.

¹² NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”. Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

¹³ Ibidem.

¹⁴ MAGALHÃES, Edna Moura. **A festa de Reis em Araci (1989-2011)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Bahia-CAMPUS XIV, Conceição do Coité, 2013, p. 64.

para a divulgação do evento e de notas de empenhos sobre os gastos públicos, foi possível demonstrar também como a celebração era utilizada pelo prefeito para fins políticos, como a reeleição. Por outro lado, a autora destacou o envolvimento da população e a organização dos grupos de reis no evento que aglutinava símbolos e proporcionava um sentimento de pertença ao lugar.

Maria Jaciane Ferreira Guimarães¹⁵, em investigação monográfica intitulada *Festa dos Negros em Araci (1987-2011)*, discutiu a memória do dia 13 de Maio na cidade a partir da representação saudosa de Tinteiro, idealizador da festa. Desse modo, a autora destacou aspectos de uma presença negra em Araci, ao tempo que faz um diálogo com a bibliografia sobre o pós-abolição na Bahia. Os aspectos simbólicos da festa e a imbricação com o cenário político da cidade também são levados em consideração, além de evidenciar os olhares divergentes sobre a “identidade negra” reverberada pelo evento, ao que definiu como “oficial” e “extraoficial”. Para a pesquisadora, o fato das autoridades locais concederem certa marginalidade à festa, não implicou na valorização das raízes negras a partir de um espaço próprio de celebração.

Além das pesquisas historiográficas citadas, as práticas simbólicas da roça foram investigadas por Sandro Santana¹⁶, quando da pesquisa intitulada *Música e Ancestralidade na Quixabeira*. Ao percorrer diferentes espaços, desde o Recôncavo a Região Sisaleira, estudou aspectos da musicalidade e da sociabilidade dos roceiros, expressado em seu sentido coletivo no “Movimento da Quixabeira”. A partir dessa investigação localizou e registrou bois de roças, chulas, batatas de milho e feijão, além de outras expressões simbólicas que eram imbricadas ao trabalho comunitário e atravessadas potencialmente pelo sagrado. Do mesmo modo que, asseverou como as práticas roceiras estão perdendo força nesses espaços. Para o autor, fatores como migração e influências culturais externas estão diretamente implicadas nessa constatação, uma vez que contribuem para a desmotivação, principalmente, entre os mais jovens.

Fé, luta e arte na cidade de Araci: as festas da cultura e da identidade afro-brasileira é o título da dissertação de Derivaldo das Virgens Santos¹⁷, que investigou a presença negra em Araci por meio das expressões artísticas, religiosas e corporais da cidade. Para tanto, analisou a representação negra na Oficina de Artes de Araci, no Terreiro de Candomblé Ylê

¹⁵ GUIMARÃES, Maria Jaciane Ferreira. **Festa dos Negros em Araci (1987-2011)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Bahia-CAMPUS XIV, Conceição do Coité, 2011, p.57.

¹⁶ SANTANA, Sandro. **Música e ancestralidade na Quixabeira**. Salvador: EDUFBA, 2012.

¹⁷ SANTOS, Derivaldo das Virgens. **Fé luta e arte na cidade de Araci: as festas da cultura e da identidade afro-brasileira**. Feira de Santana, 2016, 133p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Programa de Pós Graduação em Estudos Literários. 2016.

Axé Jitolobi e no Grupo de Capoeira Gangara, além de ressaltar a contribuição negra nas memórias construídas e reverberadas pelo Centro Cultural de Araci. De acordo com pesquisador, as amarras históricas de exploração não impediram que os negros e as negras, integrantes dos grupos pesquisados, se mostrassem como protagonistas de sua identidade frente à sociedade atual.

As produções memorialistas também trazem aspectos importantes acerca da feitura da cidade. Maura Motta Lima¹⁸ escreveu *A História de Araci (1812-1955)* que reconstitui a trajetória política, religiosa e administrativa do município a partir da atuação do “fundador”, sendo, portanto, fundamental para a pesquisa histórica sobre a cidade. *Memórias de Araci* foi escrita por Ana Nery Carvalho Silva¹⁹, que ressaltou aspectos como a mulher, a cultura e a educação, além de trazer as comunidades roceiras como componentes que possibilitam compreender um conjunto social mais amplo da cidade. Ao se deslocar para esses temas a autora contribuiu com um olhar diferenciado, pois as memórias que elaborou privilegiam protagonistas do cotidiano de Araci.

Desse modo, esta pesquisa se soma as demais iniciativas que versam sobre Araci. Entretanto, no que diz respeito à investigação histórica insere-se na dimensão da História Social do Trabalho, uma vez que analisa a ação e a reação dos sujeitos no espaço-tempo perante as determinações que atravessaram as suas vidas. O que significa reconhecer uma diversidade ampla de lutas cotidianas que envolvem a ancestralidade, o trabalho, a festa, as expressões do sagrado entre outras facetas da experiência humana. Para tanto, foi necessário recorrer a um variado arranjo de fontes como jornais, publicações de memorialistas, inventários, atas de sindicato, estudos produzidos por diferentes órgãos do Estado, fotografias, além das memórias dos próprios sujeitos investigados.

A História Oral atravessou a investigação de forma intensa, já que proporcionou o encontro com os sujeitos pesquisados. E, enquanto método, se constitui em “uma chance que não se deve subestimar”²⁰, pois pode ser uma ferramenta importante para desvendar as diferentes versões e contradições do social. No entanto, como se trata de uma evidência sobre o passado construída a partir do presente, o desafio maior do processo é a problematização das subjetividades daqueles que narram. Nesse sentido, o tempo transcorrido é um diferencial importante e, sendo assim, precisa ser levado em consideração nas análises feitas pelo

¹⁸ LIMA, Maura M. C. **História de Araci (período de 1812 a 1956)**. Salvador: EGBA, 1984, p.18.

¹⁹ SILVA, Ana Nery Carvalho Silva. **Memórias de Araci**. 1 ed. Salvador: Edição do Autor, 2015, p. 171.

²⁰ AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.10 .

historiador. Em se tratando do mundo roceiro, a força da oralidade é evidente, uma vez que movia as heranças historicamente construídas por aqueles sujeitos.

A tradição oral era/é uma importante substância do mundo roceiro e, por essa razão, optei por manter na íntegra as expressões e os vocábulos narrados. Enquadrar nos rigores ortográficos a palavra falada por esses sujeitos acabaria por desconsiderar os seus modos próprios de construir, assimilar e interpretar o mundo. A pontuação foi um recurso para organizar a narração, mas acentuo que o ato de transformar objetos auditivos em visuais, mesmo que necessários à pesquisa, inevitavelmente descaracterizam a riqueza da linguagem falada. O tom, o volume, os sentimentos implícitos na voz não são abarcados pela escrita²¹.

Apesar do intenso labor na transcrição das entrevistas, a fonte oral concedeu a maior *carga* de emoções e calor humano na feitura desta pesquisa. Foi a partir dos trajetos entre as roças, das feições das gentes e da escuta atenta a suas vivências que pude chegar mais perto daquele mundo de cheiros, cores, sabores, sofrimentos e, sobretudo, alegrias. Um mundo tão perto das paredes da escola e ao mesmo tempo tão distante dos currículos escolares. De forma que, esta pesquisa expressa também um encontro entre dois mundos: o da professora da “rua” e das famílias de seus alunos da roça.

E, como o objeto pesquisado orienta as muitas facetas no olhar do pesquisador, os três capítulos desta investigação se estruturaram a partir das vivências dos trabalhadores. Logo, se aproximam dos aspectos que moviam e interferiam nas suas vidas, sendo, portanto, lidos e expressados a partir do fator “tempo”. O primeiro capítulo, denominado “Do Tempo do Cativo”, contextualiza o problema desta investigação ao discutir as formas costumeiras de ocupação, trabalho e festa que prevaleciam no mundo roceiro, quais sejam: a posse da terra, a Junta de Gado nos Tabuleiros do Itapicuru e a celebração do “Boi Roubado”. Aqui a ancestralidade dos sujeitos e as relações de poder foram fatores importantes da análise, uma vez que tecia o cotidiano roceiro de índios, negros e seus descendentes frente à imposição “colonizadora” de “brancos e cristãos”. Daí a subdivisão do capítulo nos atos do “Boi Roubado”, pois traduzem, de maneira emblemática, os fatores históricos que forjaram aquele mundo.

Como a investigação não se restringiu apenas ao que estava posto ao longo do tempo, mas aos fatores que interferiram diretamente no cotidiano da roça, outro contorno, agora da água e das secas, moveu o segundo capítulo, intitulado: “Do Tempo da Água”. Para tanto, foi

²¹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240>>. Acesso em: 23 jan. 2016, p.37.

feito um breve recuo temporal até o início dos anos de 1950 com o intuito de localizar os determinantes geográficos, históricos e sociais que justificaram as mudanças que estavam por vir. Desta forma, analisei a atuação do Departamento de Obras Contra as Secas em Araci perante a proposta de resolução do problema central da cidade: “água para beber”. Além de buscar entender as mudanças como parte de uma dinâmica mais ampla e acelerada de “desenvolvimentismo” do país, o capítulo também discutiu as consequências dessa interferência e se, de fato, a obra melhorou a vida dos roceiros.

O terceiro e último capítulo, “Do Tempo do Ouro Branco”, analisou a interferência e as consequências para as vidas dos trabalhadores do primeiro beneficiamento do sisal, desenvolvido na própria roça. Para tanto, abordou a relação da monocultura com um espaço marcado pelas secas, pois essa dinâmica acomodou e facilitou a introdução da fibra. Nesse sentido, o capítulo ressaltou tanto a fisiografia como a interferência das classes dominantes regionais na delimitação que acomodou a Região Sisaleira, sem perder de vista às forças externas que incentivavam a produção e a comercialização do produto. Essa dinâmica, em alguma medida, intensificou a exploração da força de trabalho e, portanto, a reação dos sujeitos às condições de superexploração, outro fator importante da discussão. A inserção dos roceiros nos espaços de representatividade de classe, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci, também foi analisada a fim de asseverar como esses trabalhadores forjaram os seus instrumentos de luta nos espaços institucionalizados que culminaram numa mobilização de amplitude nacional: o “*Movimento dos Mutilados do Sisal*”.

Ademais, como o tempo e a vida dos sujeitos se cruzam em diferentes ritmos, os capítulos não seguem divisões precisas na temporalidade, antes fazem um breve recuo temporal a cada tópico para demonstrar a imbricação entre as intervenções e a vida dos roceiros. Nas considerações finais são evidenciados alguns apontamentos a respeito das ancestralidades nos costumes, das intervenções desenvolvimentistas e da ressignificação do viver construída pelos roceiros nos novos espaços de luta.

2. DO TEMPO DO CATIVEIRO

2.1 A Entrada da Bandeira

Tudo era catinga e as estrada dos índio. Os índio andava. A minha bisavó foi pegada no mato menininha nova. Fizero uma tocaia. Vovô contava: fizero um cercado no camim onde ia po rancho deles e aí quando os índio saíru pa ir caçar, eles viero amontado e aí tomaro a bocama e aí os fiu dos índio sumiru e uma se perdeu, entro na bocama. Aí pegaro! Diz que pra amansar essa índia era três muié o dia todo só no cachimbo pofo, pofo, pofo... jogano fumaça e aí ela embebedava, durmia, na hora que acordava de novo. Era minha bisavó: a caboca. É por isso que eu digo: Gosto de mato!²²

A bandeira, adereço emblemático para situações de ocupação, é o símbolo dos itinerários que se inter cruzaram na composição matizada das comunidades roceiras de Araci. As memórias, reatualizadas no presente, expressam a representação seletiva do passado²³ e expõem as vivências atreladas às peculiaridades do espaço²⁴. A narrativa evidencia as trilhas, os encontros, as *tensões*, mediante a presença de diferentes grupos que tanto se movimentavam como se comunicavam num ambiente marcado pela paisagem e pelos sujeitos que nela interferiam: “Tudo era catinga e as estrada dos índios”.

O mundo roceiro tinha uma dinâmica própria, regida pelo cotidiano, no qual costumes eram forjados diante das condições históricas em que embates e acomodações perfaziam as relações entre os diferentes sujeitos. A pluralidade cultural que emergiu dos diversos encontros étnicos, vislumbrados em nossos dias, pode sugerir uma perspectiva consensual de “atitudes, valores e significados compartilhados”, o que negligencia contradições socioculturais mais abrangentes e cristalizadas ao longo do tempo. É preciso desfazer o “feixe”²⁵, analisar as relações sociais e de trabalho que vão além do que está posto. Por conta disso, é necessário indagar: Quem são os sujeitos da roça? Quais as peculiaridades desse

²² GONSALVES, Maria. **Maria Gonsalves**: depoimento [jul. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato-Araci, 2015. 2 arquivo. Áudio mp3 (45 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

²³ MOTTA, Marcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 26-28.

²⁴ “Espaço” é aqui compreendido como problematizou Certeau: na distinção com “lugar”. O espaço é um cruzamento de móveis e produz efeito pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unida polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. Já o “lugar” é a ordem, sua dinâmica é estabelecida pela lei do “próprio” e implica uma indicação de estabilidade. Entre essas determinações está o cotidiano e as ações dos sujeitos históricos que desestabilizam posições demonstrando que: *o espaço é um lugar praticado*. CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 184.

²⁵ Thompson utiliza o termo para se referir ao emaranhado de atributos e atividades presentes no conceito de “cultura” e “cultura popular” que, para o autor, confundi e oculta distinções que precisam ser esclarecidas. THOMPSON, 1998, p. 17-22.

espaço roceiro? E, como as peculiaridades do espaço forjaram os processos de disputas, embates e acomodações?

A relação entre a “catinga” e os “índios” é vasta, mas aqui pretendo abordar o processo fortemente circunscrito a um determinado espaço de que Araci também era parte: O “Sertão do Tocós e Pindá”. Essa simbiose, entre a paisagem e os sujeitos, traz implícitas as concepções sociais e historicamente construídas sobre o meio natural, a localização e o trânsito de diferentes grupos que se conectavam, como também se confrontavam, diante das circunstâncias e dos interesses tanto materiais quanto simbólicos que regiam as suas vidas.

O Sertão transcende delimitações precisas, o que lhe concede significado espacial é a noção de “interior” em oposição ao “litoral”, porém a circunscrição do “Tocós e Pindá” se diferenciava de outros “rincões”. Aqui o meio natural exigia dos sujeitos forte resistência às vicissitudes do clima seco e da escassez de chuvas que definia a feição da paisagem. As dificuldades naturais faziam parte do cotidiano de diferentes grupos indígenas que se deslocaram do litoral com o avanço das grandes migrações Tupi²⁶. Esse processo, pré-colonial, delineou um sertão indígena de concentração dispersa e sazonal nos *nichos* mais favoráveis a constituição dos modos de vida dos índios²⁷.

Os Kiriris, vocábulo Tupi que significa “calado”, “taciturno” e expressava às impressões dos grupos indígenas do litoral com os quais os europeus primeiro tiveram contato, compartilhavam o espaço sertanejo que ia além do Tocós e Pindá. Seus diferentes grupos eram falantes da língua Kipeá e habitavam as bacias do médio rio Itapicuru e do rio Real, áreas que abarcam os “confins” dos atuais estados de Bahia e Sergipe. A corruptela Kariri ou Cariri se refere a toda família de línguas, inclusive a Kipeá com dispersão pelo sertão do Nordeste²⁸, abrangendo também os índios Kaimbés que, pela relativa proximidade geográfica, pode ter sido um subgrupo dos Kiriris²⁹.

A ancestralidade indígena é fortemente acentuada nas memórias dos sujeitos roceiros, no entanto não aparece nas versões que forjaram os escritos dos primeiros cronistas e estudiosos do Brasil Colônia. O que se reverberou, em diferentes dimensões, nas narrativas

²⁶ DANTAS, B. G. et al. Os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro: Um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 433.

²⁷ Ibidem.

²⁸ BRASILEIRO, Sheila, SAMPAIO, José Augustos Laranjeiras. Estratégias de Negociação e Recomposição Territorial Kiriri. In: CARVALHO, Maria do Rosário, CARVALHO, Ana Magda. **Índios e Caboclos: a história recontada**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 147-166.

²⁹ SOUZA, Jorge Bruno Sales. **Fazendo a diferença: Um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará**. (Mestrado em Sociologia). Dissertação. 1996 p. 143, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador-Ba, 1996.

construídas para darem conta da invenção das cidades sertanejas³⁰. Os registros acentuam a paisagem “inóspita” e de difícil trânsito, ao tempo que negligenciam a interferência indígena no espaço³¹.

Entretanto, no cotidiano de relações e resistências, os próprios topônimos “Tocós” e “Pindá” demonstram a imbricação indígena com a paisagem sertaneja. Esses vocábulos se referiam à proximidade do rio ou riacho do Tocós, lugar dos índios Tocós, já “Pindá”³² significava anzol, gancho, fisga, representava as peculiaridades da vegetação catingueira em que espécies de plantas eram cobertas de espinhos e, portanto, as duas designações acentuam a interferência indígena nesses sertões. O termo “Tocós” foi registrado pela primeira vez por Guedes de Brito, o Morgado da Casa da Torre, para resolver uma querela com os Gárcia D’Avila da Casa da Ponte. Essas eram as famílias que detinham as maiores faixas de terras concedidas em sesmarias na província da Bahia³³. Ao circunscrever os seus domínios, o Morgado Guedes de Brito se valeu da representação criada pelos primeiros entradistas e, como uma espécie de demarcador, diferenciou essas paragens de outros sertões.

Possuo as Fazendas *dos Tocós* por hum título de sesmaria dado a minha mãy Maria Guedes, ao padre Manoel Guedes Lobo, a Sebastiana de Brito, a Anna Guedes em 14 de dezembro de 1612 pelo Governador D. Diogo de Menezes. E, o dito Padre meu tio me fez doação do que lhe tocava em 9 de setembro de 1651. E, o cap. Francisco Barboza de Paiva, marido da minha thia Sebastiana de Brito, fizerão venda, a meo pay do que lhe pertencia na dita datta em 16 de junho de 1652, as quais terras povoei, descubriendo-as fazendo estradas, e pazes com os índios Cariocas, Orizes, Sapoyas, e Carapaus descendo aldeias para as mesmas terras, com qual se segurarão as fronteiras do Inhambupe e Natuba, que por algumas vezes tinham infestado os bárbaros rebeldes³⁴.

O espaço que abrangia o “Tocós” é delimitado na mesma declaração: “entre os dous Rios Jacuípe e Itapicuru, por eles acima por serem os ditos Tocós muito faltos de águas, haverem muitos matos, caatingas infrutíferas [...]”³⁵. O registro acentua as peculiaridades impostas por sertões em que a falta de água se coadunava a resistência dos “bárbaros rebeldes”. A demarcação espacial lida a contrapelo nos concede pistas acerca das reações

³⁰ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Crônica, memória e história**: formação historiográfica dos sertões da Bahia. Feira de Santana: Editora UEFS, 2016.

³¹ Ferreira Filho se refere especificamente a Francisco Adorno Varnhagem, Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr. Para maiores detalhes ver: FERREIRA FILHO, Aurelino José. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. Da Invenção do Índio Nacional as Atuais Formas de Protagonismos Indígenas no Brasil. Uberlândia, v. 7, n.1, 2017.

³² Descrição feita por Teodoro Sampaio ao citar o roteiro de viagem do entradista Quaresma Delgado que se referiu a uma das fazendas na circunscrição do Tocós como Pindá. SAMPAIO, n. 167, p. 379-478, 1933 apud NEVES et. al., p. 74, 2007. Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes et. al. **Caminhos do Sertão**: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia. Editora Arcadia, 2007, 212p.

³³ FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil**. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998, p. 34. Ver também: NEVES, 2017, p. 101-112.

³⁴ **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, v. 11, ano 23 n. 42, 1916, p. 71.

³⁵ Ibidem.

indígenas à dominação e aos intentos econômicos colonizadores que foram ampliados, sobretudo, com a descoberta de minérios nas Jacobinas.

Embora a descoberta de ouro e salitre tenha provocado uma intensa corrida para o sertão despertando o interesse da coroa portuguesa, de seus entradistas e de toda a sorte de sujeitos, a ocupação ampliada do espaço sertanejo se consolidou com a pecuária. Nessas *paragens*, que não eram afeitas a grandes *plantations*, o potencial econômico se encontrava nos vastos espaços para a criação de gado, uma alternativa favorável diante das condições “adversas” em que o meio natural impelia uma hostilidade às monoculturas apreciadas no período colonial. Além de demandar pouca mão de obra, as boiadas podiam ser deslocadas para os mercados consumidores por meio dos diversos caminhos que margeavam as *picadas* feitas pelos índios.

Muitas passagens, interligadas por estradas vicinais³⁶, foram abertas para favorecer a pecuária e a “Estrada das Boiadas” acabou se tornando a principal via de comunicação entre os sertões e o litoral. O seu traçado ligava o Rio São Francisco às principais feiras de gado e alcançava a capital Salvador, cortando os Tocós de norte a sul:

Uma dessas estradas, aberta por Garcia d’Avila e outros grandes criadores de gado no alto sertão, entre os anos de 1654 e 1698, para condução de suas boiadas, e rectificada e melhorada pelo coronel Pedro Barbosa Leal em 1720, quando fundou a villa de S. Antonio de Jacobina, cortava o sertão do Tocós, também chamado de Pindá, onde ficavam o arraial de Água Fria, e as fazendas de Sacco do Moura, Serrinha, Tambuatá, Massaranduba, Pindá, Cuyaté, etc. Em Serrinha toma às direitas, *pela fazenda Raso, hoje villa Aracy*, para Geremoabo e Pontal no rio S. Francisco, e no tanque do Papagaio, adiante de Cuyaté, tomava às direitas para Tiuba, ou Itiuba, como se diz hoje, e Joazeiro no rio S. Francisco, e às esquerdas para Jacobina. (grifo meu)³⁷

No rumo da estrada das boiadas estavam os aldeamentos. O sertão era um espaço de forte atividade missionária, fato acentuado pelo esvaziamento das missões do litoral e do Recôncavo. A interferência das ordens religiosas é anterior à chegada dos clérigos seculares. Nas entradas e bandeiras os representantes religiosos eram presença certa. A conversão ao cristianismo fazia parte dos objetivos da coroa portuguesa, o que demonstra como os seus interesses estavam alinhados aos da Igreja Católica. Diante desse processo de intervenção, os Kiriris e Kaimbés foram aldeados nos contornos do Tocós: missão de Massacará pelos franciscanos em 1639; missão de Natuba, Saco dos Morcegos e Canabrava pelos jesuítas em 1666.

³⁶ NEVES, 2007.

³⁷ ARAUJO, Antonio José. **A família de Serrinha**. Serrinha: Typ. Do O Serrinhense, 1926, p. 7.

A catequese foi uma das medidas da coroa para estabelecer o “controle” sobre os diferentes grupos indígenas quando mantidos sobre a vigilância espiritual e temporal dos religiosos. Essas ações garantiam os interesses doutrinários que eram, na maioria das vezes, indissociáveis dos econômicos. Conforme Santos³⁸, os jesuítas possuíam fazendas e se valiam da mão de obra indígena para a condução do gado, inclusive cita um episódio ocorrido em 1732, em que os índios das aldeias de Natuba, Canabrava e Saco dos Morcegos foram detidos, na passagem de Juazeiro, em pleno rio São Francisco, por conduzirem as boiadas dos padres da Companhia de Jesus e outros particulares.

Ademais, o Sertão era o palco de disputas entre os criadores de gado, os missionários de diferentes ordens religiosas e os vários grupos indígenas que, a depender dos interesses colonizadores, poderiam ser considerados inimigos em potencial ou aliados. O conhecimento das trilhas e o domínio sobre o espaço permitia aos diferentes grupos indígenas driblar, com menores dificuldades, a aridez do espaço. Esse era um fator determinante para negociar com os “particulares” e fugir do controle dos missionários, pois na condução das boiadas muitos não retornavam as aldeias³⁹.

Nos aldeamentos, os religiosos acreditavam que a disciplina exercida com frequência e rigor combateria os costumes indígenas, tidos pelos jesuítas como o principal problema para a conversão ao catolicismo, entre os quais o nomadismo, a antropofagia e a poligamia eram as maiores “dificuldades a superar”⁴⁰. A disposição das casas, a posição central da igreja, tendo a frente um cruzeiro, e a própria rotina de atividades tanto produtivas como doutrinárias eram ações pedagógicas perpetradas no intuito de transformar progressivamente os modos de vida dos índios que, por sua vez, eram impedidos de maiores aproximações com os colonos, principalmente, negros⁴¹.

A interação entre os diferentes grupos sociais e os índios foi combatida intensamente pelos missionários, uma vez que no cotidiano resistiam ao isolamento e se desviavam da suposta hegemonia colonial⁴². Essa política era consolidada pelas diversas leis e provisões que deixaram de favorecer aos religiosos, a partir de 1755, no período pombalino. Desde então, sucessivos alvarás, progressivamente, destituíram as ordens religiosas do governo temporal e espiritual dos indígenas. As ações da coroa culminaram, em 1759, na expulsão dos jesuítas

³⁸ SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas: UFRB, 2014, p. 46 e 47.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ SILVA, Edson. **Crítica e Sociedade: Revista de cultura política. Povos Indígenas no Nordeste Mobilizações Sociopolíticas, Afirmações Étnicas e Conquistas de Direitos**. Uberlândia, v.7, n.1, 2017, p. 149.

⁴² Ibidem.

que foram substituídos pelos clérigos seculares num processo de transformação das missões em paróquias.

Certamente que as intenções da coroa não tinham como único objetivo expulsar os jesuítas. Apesar da ação pombalina não ser considerada pouca coisa mediante a representatividade e a potência da Igreja Católica no mundo colonial, retirar dos religiosos a exclusividade sobre a mão de obra indígena era parte de intentos mais amplos que envolviam, inclusive, novos preceitos ajustadores no cotidiano das aldeias. Logo, as novas medidas visavam incorporar o caráter “civilizador”⁴³ da política pombalina à catequese. Segundo essa prerrogativa, os índios estariam “livres” para terem contato com os colonos e iriam gradualmente se desvincular dos seus costumes até serem considerados “dispersos e confundidos com a massa da população”⁴⁴.

Embora os costumes indígenas fossem a resistência mais contundente à dominação dos religiosos e da coroa portuguesa, o que se pretendia com as medidas pombalinas não era apenas um ajustamento moral mais eficaz à religiosidade cristã. Com a “liberdade” das ordens religiosas e a incorporação de estado civil ao índio, se pretendia assegurar a exploração direta de seu trabalho pela coroa e pelas classes dominantes locais. Tal situação tinha um agravante ainda mais contundente: a expropriação das terras indígenas. A partir daí, os conflitos, que eram travados entre os missionários, os colonos e os grandes criadores de gado, se intensificaram de forma acelerada e provocaram os esbulhos contínuos que desrespeitavam as demarcações feitas desde os aldeamentos missionários⁴⁵.

Na tentativa de consolidar as invasões e a ocupação das terras, um conceito chave foi constituído e disseminado pelos discursos oficiais: a *caboclição*⁴⁶ dos índios. O termo aparece em diversos documentos e na própria literatura com o objetivo de retirar dos povos indígenas a sua própria condição étnica. Ao contrário dos missionários, que tentavam manter os índios isolados, a política pombalina passou a incentivar os casamentos mistos com os colonos, o que abria precedentes para uma ocupação generalizada das terras indígenas. Os discursos oficiais enfatizavam a ideia de “integração cultural”, em que os índios “mestiços” e “dispersos” estavam condenados ao desaparecimento total⁴⁷.

⁴³ SANTOS, 2014.

⁴⁴ SILVA, 1996, p.160.

⁴⁵ Conforme Santos, o alvará de 23 de setembro de 1700, foi uma das mais importantes resoluções do período colonial e decretava a demarcação de uma légua de terra em quadra para cada aldeia com o objetivo de garantir a sustentação dos índios e dos próprios missionários. Para maiores detalhes ver: SANTOS, op. cit.

⁴⁶ A categoria “caboclo ou cabocla” aparece também na literatura. De acordo com Silva, o antropólogo Gilberto Freyre foi um dos autores que acentuou o desaparecimento progressivo dos índios, ou seja, a “caboclição” desses povos em suas obras. Ver: SILVA, op. cit., p.151.

⁴⁷ Ibidem, p. 157-159.

O “caboclo” foi um termo que se disseminou ao longo do tempo e passou a ser referência para denominar os descendentes de índios em quaisquer situações de contato com outros grupos sociais.

O índio é o mesmo caboco, porque a Bisavó da minha mãe foi pegado a dente de cachorro, na mata, é tipo índio, é assim, quer dizer a bisavó de minha mãe no jeito, se ela chegasse, ela tinha receio de nós, hoje, o que ela fazia nós não sabia fazer⁴⁸.

O “coboco ou caboca” são acionados pelos roceiros para se referirem a sua ancestralidade indígena. Diante da violência praticada em confrontos e perseguições aos índios, os termos se tornaram, também, um fator de resistência. Num contexto de “desindianização”, se definir como um “caboco ou caboca” facilitava, em algumas ocasiões, o trânsito desses sujeitos, já que significava alguma *mistura*. No entanto, o fato dos termos terem sido apropriados e reverberados pelos próprios índios e seus descendentes não apagou a condição étnica, tampouco fez desaparecer a ancestralidade indígena. A fala de Marcelina evidencia como os roceiros não perderam de vista o que são ou esqueceram as matrizes que os constituíram enquanto sujeitos, pois ela fez questão de ressaltar: “O índio é o mesmo caboco”.

Além da ocupação e dos esbulhos⁴⁹, empreendidos por toda ordem de violência, os “arrendamentos” eram uma prática adotada pelos sesmeiros que subdividiam as vastas áreas em glebas menores para facilitar a negociação da terra. Essa política recortava o espaço sertanejo em fazendas, que ganhavam a feição de propriedades na medida em que se fazia da terra uma mercadoria.

Doadas, como todas as outras terras, com a cláusula de ocupação e cultivo, em prazo mais ou menos curto, o seu donatário de espaço a espaço, com intermitência de uma, duas, três, ou mais léguas, segundo a menor ou maior feracidade dos terrenos e a maior ou menor possibilidade de captação das águas da chuva, fazia um curral, punha-lhe ao lado uma casinha e um cercado, ahi colocava uma família de agricultor, facilitando ao seu chefe tudo, o escravo para o trabalho e o gado para criar, e cobrando-lhe renda moidicíssima, que raramente ultrapassava de doze mil réis e não pouco baixava a quinhentos reis por anno. E assim tinha fundado um estabelecimento agrícola e pastoril, tinha feito um sítio. O reideiro tomava conta desse sítio na esperança de fazer-se proprietário por compra e isto foi o que sempre aconteceu [...].⁵⁰

⁴⁸ GONSALVES, Marcelina. **Marcelina Gonsalves**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadoras: L. Oliveira e M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato-Araci, 2015. 2 arquivo. Áudio mp3 (50 min.). Entrevista concedida para pesquisa histórica.

⁴⁹ A partir da década de 1970 os índios Kiriris de Mirandela, no atual município de Banzaê, oriundos da missão de Saco dos Morcegos, se organizaram para reivindicar ao Estado o reconhecimento de seus direitos étnicos, inclusive o territorial. Esse processo gerou muitas tensões e conflitos entre os índios, os fazendeiros e a população local que perduram até os dias de hoje. BRASILEIRO, 2012, p.147-166.

⁵⁰ ARAUJO, 1926, p. 10-11.

A facilidade, endossada pelo autor do registro, em se adquirir a terra pela “cláusula de ocupação e cultivo”, era benefício para poucos. Por meio da concessão mercantil só poderia se apropriar da terra quem detinha rendas e mesmo se tratando de “renda modicíssima” só as detinha quem trazia consigo um privilégio acentuado pela cor da pele. O mesmo autor complementava a sua afirmação dizendo que esse sertão “segundo se vê de uma representação dirigida ao governo português, estava povoado de moradores brancos com suas fazendas”⁵¹ a quem tudo se facilitava, inclusive o escravo. Logo, negros e índios estavam excluídos do processo.

É nesse cenário de disputas, embates e acomodações que o Sertão do Tocós foi sendo fatiado em glebas muito semelhantes no modo de produzir, mas que se distinguiam historicamente no processo de ocupação e apropriação das terras. Em 1786, o capitão Apollinário da Silva, filho de Bernardo da Silva, o primeiro arrendatário do Tocós e proprietário da fazenda Tamboatá no Sítio Serrinha, discorreu uma extensa relação das fazendas que compreendiam o “Partido dos Tocós”. O documento⁵² nos concede algumas respostas, principalmente sobre a quantidade de fazendas, arrendatários, agregados e escravos.

TABELA 1: Quantificação do Alistamento do Partido do Tocós, 1786⁵³.

FAZENDAS	64
ESCRAVOS DOS FAZENDEIROS	377
AGREGADOS DOS FAZENDEIROS	36
AGREGADOS OU ARRENDATÁRIOS	33
ESCRAVOS DOS AGREGADOS E ARRENDATÁRIOS	82

FONTE: APEB-Salvador.

A partir dessa quantificação é possível constatar a presença de escravos em boa parte das fazendas, inclusive como mão de obra dos arrendatários e agregados. Essa constatação vem de encontro às produções historiográficas do período Imperial e das décadas iniciais da Primeira República⁵⁴, já que, para os autores, o sertão era espaço do trabalho livre e indígena. De certo modo, essas narrativas desconsideravam o peso estrutural de uma sociedade

⁵¹ Araújo cita o seguinte documento: Inv. Dos doc. Rel. ao Brazil no arch. De Mar. e Ultramar de Lisbôa, org. para a Bib. Nac. por Eduardo de Castro e Almeida, pag. 21. ARAÚJO, 1926, p. 15.

⁵² Sessão colonial e provincial, maço 596 - caderno 6-a. APEB.

⁵³ A deterioração de partes do documento comprometeu à leitura dos dados, de modo que a quantificação é aproximada.

⁵⁴ Neves faz uma leitura sobre as crônicas coloniais, correspondências pessoais, memórias de sertanistas, viajantes, além de produções historiográficas sobre os sertões da Bahia. Dentre os autores que considerava a pecuária como atividade estática e o sertão como espaço de trabalho livre, cita: Capistrano de Abreu, Eurico Alves Boaventura e Caio Prado Junior. Ver: NEVES, 2016.

escravista como a do Brasil e os estudos recentes têm demonstrado, por meio de diferentes fontes, a presença de negros escravizados e de seus descendentes no espaço sertanejo⁵⁵.

A partir dos arrendamentos, da compra de terras e da edificação das fazendas, o Sertão do Tocós foi sendo subdividido em diferentes capelas e vilas: “Queimadas, Tucano, Aracy (Raso), Coité, Serrinha e Riachão do Jacuhype, que, separados por pequenas distâncias entre si, se ligavam pela comunidade de interesses dos seus habitantes”⁵⁶, forjando, portanto, a posse oficial com o documento que a legitimava.

Araci foi fundada pelo Capitão José Ferreira de Carvalho no ano de 1812. Este cidadão residia na fazenda Serra Grande, município de Serrinha [...]. Resolveu então comprar ao Sr. Paulo Rabelo, residente na então Vila de Entre Rios, umas vinte léguas de terras quadradas. O Sr. Paulo Rabelo era descendente de Antonio Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, vizinha à casa da Torre de Garcia d’Ávila, tendo estes últimos vindo de Portugal em companhia de Tomé de Sousa, 1.º Governador Geral do Brasil, em 1549. Aquelas vinte léguas de terras eram então uma caatinga bruta onde só existiam animais bravios, como onça, veados etc. Mudou-se então José Ferreira para a terra recém adquirida, vindo com todos os filhos, em número de nove, desbravar a selva e cultivar o solo de parte da terra que hoje é conhecida por Araci.⁵⁷

Apesar do documento mencionado por Maura Mota não ter sido localizado, o seu relato não diverge das situações em que a posse da terra se dava pela lógica mercantil: arrendar ou comprar. Esse processo, iniciados com a constituição das fazendas, evoluiu, administrativamente, a partir das prerrogativas do “documento” que validava a posse de um “fundador”. Para tanto, esses sujeitos eram, na maioria das vezes, homens brancos e católicos, atributos que lhes concediam a “civildade” necessária, naquele período, para “desbravar a terra e cultivar o solo” de um espaço supostamente “vazio”. Pelo menos é dessa forma que José Ferreira de Carvalho foi representado nos escritos que dão conta da fundação de Araci.

É importante ressaltar que a linhagem imperial do vendedor era um atributo que demonstrava o privilégio do compra. José Ferreira de Carvalho era bisneto de Bernardo da Silva, sobrinho do Capitão Apolinnário da Silva e, portanto, um descendente dos primeiros arrendatários e senhores de escravos⁵⁸ do Tocós. A sua chegada, em 1812, é o marco da propriedade privada em Araci e mesmo a memorialista destacando que as terras “eram então

⁵⁵ Para citar pesquisas mais próximas a circunscrição do Tocós: TRABUCO, Ana Paula. **Caminhos da Liberdade: A escravidão em Serrinha-Bahia (1868-1888)**. 2008, 127p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008. FREIRE, Luiz Cleber. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)**. UEFS Editora, 2011. ROCHA, Aline Santana dos Santos. **Escravidão e Liberdade no “Sertão das Uburanas” (1850-1888)**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

⁵⁶ ARAÚJO, 1926, p. 10.

⁵⁷ LIMA, 1984, p.18.

⁵⁸ São os proprietários que aparecem nas primeiras linhas da tabela do “Partido do Tocós”.

uma caatinga bruta onde só existiam animais bravios, como onça, veados etc.”, outro registro, de sua própria autoria, nos concede indícios da tensão entre o “fundador” e os sujeitos que já ocupavam esse espaço.

No terreno que José Ferreira adquiria com o Sr. Paulo Rabelo encontrou aquele, em certo local, onde hoje está situada a aldeia denominada Rufino, uns antigos moradores que, sem nenhuma prova de propriedade, ali residiam havia vários anos. Indo ele reclamar aos tais o direito de que era possuidor, encontrou da parte dos mesmos, forte resistência. Não se intimidou nem recorreu a Justiça. Com sua intrepidez e coragem enfrentou obstinadamente os intrusos a ponto de ser alvejado por um tiro, mas terminou vencendo⁵⁹.

Esse indício evidencia que as tensões pela posse da terra não estavam circunscritas apenas às áreas de antigas missões religiosas. Apesar de muitos grupos indígenas terem sido aldeados, outros grupos, certamente, se movimentavam pelos Tocós e o episódio na aldeia Rufino é um indício dessa presença. Ademais, o avanço da mercantilização da terra se deparava com a “forte resistência” de grupos que deslegitimavam a “prova de propriedade”, num embate entre a compra e a posse atemporal dos sertões.

A posse do “fundador” não demarcou somente a “posse de propriedade” e a expulsão de antigos moradores, “o escravo para o trabalho e o gado para criar” faziam parte dessa dinâmica. As primeiras notícias da população escrava em Araci datam, igualmente, de sua chegada e essa população não passou despercebida aos aparatos legais dos escrivães, juízes de paz e eclesiásticos. Dessas fontes permanecem documentos, dentre esses registros os atestados de nascimento, casamentos e óbitos apresentam uma população escrava considerável vivendo nas fazendas de alguns descendentes do fundador⁶⁰.

Em 1850, a mercantilização da terra foi consolidada a partir de uma das mais importantes iniciativas jurídicas do Estado: A Lei de Terras. Nessas circunstâncias, controlar a propriedade fundiária tinha relações estreitas com as ações que anunciavam o fim da escravidão e a oferta da mão de obra para as grandes áreas de monocultura⁶¹. No entanto, as medidas jurídicas não ficaram circunscritas aos principais centros econômicos do país, já que modificaram, de forma gradativa, as maneiras de conceber a posse, o uso e o direito sobre a terra.

A terra e o escravo asseguravam, naquele contexto, a manutenção de hierarquias sociais e uma das maneiras de consolidar esse privilégio era mantendo o patrimônio restrito à

⁵⁹ Maura se refere à localidade do Rufino. LIMA, 1984, p.18.

⁶⁰ Esses documentos estão digitalizados e disponíveis em: <http://www.viladoraso.com.br/documentos-categoria/nascimentos/>. Acesso em: 25-01-2018.

⁶¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: Intrusos e Posseiros. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/ organização Clifford Andrew Welch et. al. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

própria família. A estratégia funcionava como medida preventiva, já que visava uma acumulação econômica mais eficaz⁶². O processo de *genere* do padre José Alves Martins⁶³, neto do “fundador”, demonstra como os matrimônios realizados na própria família se perpetuavam entre as gerações.

Embora o processo de *genere* tenha sido um instrumento criado pela Igreja Católica para impedir a presença de cristãos novos nos cargos eclesiásticos, não se referindo exclusivamente aos matrimônios ou mesmo ao combate entre os casamentos mistos, a pesquisa genealógica, empreendida pelos párocos, produzia uma investigação minuciosa que, no caso do Brasil, cumpria o objetivo de comprovar a ausência de “misturas de sangue” de brancos com negros e índios. E, conforme Marcocci:

Apoiada na ideia de que os convertidos seriam portadores de uma mácula que se transmitia de geração em geração, tornando inaptos também seus descendentes, elaborou-se uma teoria da honra que levou à discriminação e à exclusão oficial dos cargos públicos, da carreira eclesiástica e de numerosas profissões, qualquer súdito em cujas veias corresse sangue de judeus ou muçulmanos, mas também, já a partir de 1514, de ciganos e ameríndios, e de 1603, de negros e mulatos. Esse processo de naturalização da antiga crença religiosa, transformada no traço qualificador de uma casta (ou raça), resistente ao tempo e à mescla das gerações, representou uma contribuição precoce e original do mundo ibérico, apesar de indireta, para a gênese do racismo moderno.⁶⁴

As declarações contidas no processo de *genere* eram acompanhadas por um parecer assinado por sete testemunhas “mais antigas, fidedignas, e Chirtãs velhas, que houver”, ou seja, sujeitos que reuniam atributos condizentes a um comportamento cristão aprovado pela Igreja Católica. Essas testemunhas deveriam confirmar quem eram os progenitores do “habilitando”, quais os feitos da família como cristãos, a ocupação ou ofício que desenvolviam na “Parochia”, mas acima de todos os questionamentos, precisavam deixar evidente o teor de “limpeza de sangue e geração do Diácono”, motivo principal para se mover as “diligencias de Genere” pelo Arcebispado. Eis a conclusão que chegaram o “Reverendo Parocho” e as sete testemunhas:

Que é elle natural desta Freguesia de Sant’ Ana da Serrinha, filho legítimo de Antonio Martins Ferreira e Ana Francisca Carneiro, neto paterno de José

⁶² Para maiores detalhes sobre o casamento enquanto uma questão de propriedade ver: NAZZARI, Muriel. O pacto matrimonial. Ver: NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

⁶³ O Processo de *genere* do Padre José Alves Martins, datado no ano de 1968. Laboratório Eugênio Veiga – LEV/UCSAL.

⁶⁴ MARCOCCI, Giuseppe. **Dossiê**. Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). Julho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v16n30/a03v16n30.pdf>. Acesso em: 26-01-2018.

Ferreira de Carvalho e Maria do Rosário do Espírito Santo, e materno de José Carneiro e Maria Francisca da Purificação; todos brancos; de geração e sangue limpo; deixando estes mesmos seus avós provas exuberantes de sua catolicidade, e dedicação à Religião entre ellas a Igreja Matriz desta Freguesia assim como a Capella do Curato do Raso [Araci] que são outros tantos monumentos que atestam a sua posteridade os sentimentos religiosos dos seus corações. O que tudo affirmo in verbo sacerdotis. D. G. à V. Ex. Rma. Freguesia de Sant'Anna da Serrinha 17 de Agosto de 1868.⁶⁵

A condição de serem “todos brancos, de gerações e sangue limpo” demonstra que os matrimônios consanguíneos era uma prática da família e segundo as declarações contidas no parecer desenvolviam entre si ávida “catolicidade e dedicação à religião”. Numa sociedade em que boa parte da população era negra e indígena, ou mesmo, descendentes dessas etnias, o caráter da “pureza de sangue”, fomentada pelas ordens religiosas, funcionava como uma barreira institucional e acabava por validar os privilégios de “brancos e católicos” sobre os demais grupos sociais⁶⁶. Outro indício, nos registros de Maura Mota, demonstra a reivindicação por um lugar de fala de descendente do fundador, ao tempo que acentua a ausência de misturas dentro da própria família:

Em resumo, está aqui definido que dos nove filhos de José Ferreira de Carvalho eu descendo de seis, eis porque alimento um acendrado amor à terra descoberta por aquele grande patriarca, e que me foi outorgada como herança bendita. A tradicional família de Araci tem os seguintes sobrenomes: Ferreira, Carvalho, Oliveira, Mota, Lima e Moreira, todos eles oriundos dos primeiros cidadãos que aqui fixaram residência, os quais eram descendentes do fundador, José Ferreira de Carvalho. Nos sobrenomes acima ditos estão o âmago e a continuidade da descendência do grande fundador de Araci.⁶⁷

Maura Mota não era um caso particular a descender de seis dos filhos do “fundador”, já que ela mesma apresentou os sobrenomes representativos de parentes que, em alguma medida, fizeram alianças consanguíneas ao longo do tempo. Além disso, a “herança bendita” não se resumiu ao caráter simbólico que potencializava a parentela, alguns inventários⁶⁸ atestam as posses acumuladas e repassadas entre as gerações. Muitas propriedades que recortavam Araci, ainda que não se tenha exatidão do território que a circunscrevia, foram edificadas pelos descendentes de José Ferreira de Carvalho: “Depois das primeiras

⁶⁵ Parecer das testemunhas e do Pároco sobre o processo de *genere* do Padre José Alves Martins.

⁶⁶ REGO, João Manoel Vaz Monteiro de Figueiroa. “**A honra alheia por um fio**”. **Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expansão ibérica (sécs. XVI-XVIII)**. Tese de Doutorado. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. 2009, p. 414.

⁶⁷ LIMA, 1984, p. 17.

⁶⁸ Inventário de Francisca Maria de Lima, caixa 52. CEDOC-UNEB/ CAMPUS XIV. Inventário de Irênio Antunes de Oliveira, caixa 52. CEDOC-UNEB/ CAMPUS XIV. Inventário de Miguel Antunes de Carvalho, caixa 56. CEDOC-UNEB/ CAMPUS XIV. Inventário de Antônio Ferreira da Motta, caixa 150. CEDOC-UNEB/CAMPUS XIV. Inventário de Maria Firmina de Oliveira, sessão judiciário, estante 8, caixa 3271, ano 1879. APEB. Inventário de José Tomé Ferreira, sessão judiciário, estante 8, caixa 3278, ano 1878. APEB.

propriedades rurais foram surgindo outras, as quais pertenceram e pertencem aos descendentes de José Ferreira”⁶⁹. Porém, nem toda a área que corresponde à cidade foi apropriada pelos descendentes do fundador, tampouco os casamentos parentais asseguraram a ausência total de misturas na família. O que aponta para as diferentes fissuras dentro do modelo social imposto pelas classes dominantes. Como bem afirmou Thompson:

O que quer que tenha sido essa hegemonia, ela não envolvia a vida dos pobres, nem os impedia de defender seus próprios modos de trabalho e lazer, de formar seus próprios rituais, suas próprias satisfações e visão de mundo. Isso nos alerta contra levar a noção de hegemonia longe demais e a áreas inadequadas. Essa hegemonia pode ter definido os limites do que era política e socialmente praticável, tendo por isso influenciado as formas do que era praticado: fornecia a arquitetura nua de uma estrutura de relações de dominação e subordinação, mas dentro desse traçado arquitetônico era possível criar muitas cenas e representar diferentes dramas.⁷⁰

Os grupos sociais não eram entidades estáticas, unívocas e imutáveis. A realidade estava imersa numa complexidade social que envolvia também os costumes. As penas, de quem historiou a cidade, como os documentos escritos na abrangência dos Tocós, não registraram os folguedos, os sambas, os batuques e tantas outras expressões que os descendentes de índios e negros, certamente, faziam como forma de trabalhar a vida e ocupar os espaços.

Os costumes independentes da classe, da posição social ou da legitimidade do documento, eram asseverados na prática e o caminho possível para acessá-los são as memórias. Relatos de descendentes de índios e negros podem fornecer vestígios do vivido e do compartilhado. Lembranças que evocam lugares, situações e usos potencializados por expectativas e, portanto, apontam para relações que iam além dos modelos e barreiras impostas pelas classes dominantes.

É óbvio que, os padrões sociais não deixavam de demarcar as suas fronteiras a partir de uma hierarquia social e material, mas esse *molde estrutural* não acomodava a amplitude da vida. A resistência de negros e índios foi exercida no cotidiano e assumia a condição de *ambiência* ao forjar um mundo roceiro regulado, em alguma medida, pelos ritos do paternalismo e deferência. Essas normas asseguravam práticas e abriram precedentes para o uso irrestrito das terras comunais que se tornou, certamente, o saldo da relação de dominação e resistência.

⁶⁹ LIMA, 1984, p. 20.

⁷⁰ THOMPSON, 1998, p. 78.

2.2 A Bandeira Fincada

Meus avó morava aqui [Pau de Rato], me chamaram pra qui, quem descobriu isso aqui tudo fui eu mais meus filho, meu pai é o finado Saturnino, ele morava lá em baixo, acolá. Minha mãe era fia do finado meu avô Sarafim, eu nasci e me criei aqui. Finado Satu teve em muitos lugares, teve na Laranjeira mais o veio de lá que já morreu, foi vaqueiro dele. Depois vortou, veio aí no Lameiro do Mocó e aí veio embora pra qui. Ele trabaivava lá na Laranjeira com o finado Chico Laranjeira⁷¹.

Abrir caminhos, disputar domínios e demarcar espaços são ações para se instituir territórios. Porém, a dinâmica das operações de ocupação nem sempre cumpriram etapas de colonização e apropriação mercantil. Os “domínios” do Sertão já foram regulados por relações comunitárias em que os costumes perfaziam a existência material e simbólica de diferentes grupos sociais. A posse, autorizada pelo trabalho, demarcava, circunscrevia e desenhava o espaço sertanejo de índios, negros e seus descendentes. Práticas de espacialização que se adornavam à medida que a caminhada criava e recriava os mecanismos de existência.

Para Thompson⁷², o costume, a posse da terra e a renovação contínua das tradições orais se imbricavam e definiam normas que possibilitavam “tolerâncias sociológicas”. Os usos e o direito à terra dependiam de um conjunto de fatores, inclusive, culturais. Logo, as questões econômicas não eram as únicas circunstâncias a determinar as relações dos diferentes sujeitos com o trabalho e a ocupação dos espaços. Nessa dinâmica, práticas e expectativas herdadas forjavam possibilidades e relações sociais.

Logo, a narração de Agripino não expõe apenas a descrição de itinerários e encontros entre diferentes sujeitos. As suas vivências, como a de seus antepassados, expressam o que era feito pelas margens e apresentam permanências e rupturas experimentadas pelos descendentes de negros e índios. As heranças e as memórias desses sujeitos são elementos centrais para compreendermos as condições históricas e os fatores ancestrais presentes na dinâmica costumeira.

O costume agregava diferentes grupos sociais em práticas comuns, ao tempo que antigos elementos de poder e autoridade eram mantidos. Para tanto, a fazenda Laranjeira foi o palco das expectativas de muitos libertos, uma vez que a ligação entre a família de Agripino com a família Mota são vestígios de relações escravistas estabelecidas desde a constituição

⁷¹ SANTOS, Agripino. **Agripino Gonsalves dos Santos**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato-Arací, 2015. 2 arquivo. Áudio mp3 (50 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

⁷² THOMPSON, 1998, p. 86-89.

dessa fazenda pelo Coronel e Intendente Antônio Ferreira da Mota⁷³. Dessa forma, a narrativa expressa também indícios da movimentação dos descendentes de escravos e de como constituíram as suas vidas após a liberdade do cativo.

A permanência de descendentes de escravos nas áreas que margeavam as antigas fazendas garantiu aos “coronéis e capitães”⁷⁴ alguma força de trabalho para prosperar as suas posses, mas é preciso evidenciar que a liberdade do cativo permitiu o deslocamento e a feitura das comunidades roceiras de Araci. O Pau de Rato, Lameiro do Mocó e outras localidades, como a Queimada do Boge e a Terra Dura, se encontram nas bordas das fazendas Laranjeira, Tingui e Caldeirão, propriedades dos descendentes do fundador que foram inventariadas com escravos⁷⁵. O que ratifica a presença desses sujeitos e as suas ações de ocupação, traduzidas, aqui, na “bandeira fincada”.

Entretanto, confirmar a presença, a movimentação como a comunicação entre índios, negros, brancos e seus descendentes não é suficiente para entender os costumes desses sujeitos. É preciso ir além para compreender que os embates e as disputas não impediram a constituição de um mundo roceiro regido por normas e usos mais comunitários. Então, diante das peculiaridades de um espaço “seco” e das *amarras estruturais*: Como se dava a empreitada de erguer as bases materiais para o sustento e amenizar as dificuldades que afligiam as condições de existência e do *fazer-se*, após a bandeira fincada?

Os espaços eram demarcados pelas ações costumeiras que tinham força de lei⁷⁶: “Nesse tempo o primeiro que chegava fazia uma posse pegava os documento e era o dono. Os terreno era tudo aí sem cercar. Quem chegava fizesse sua posse era o dono. Nesse tempo era tudo solto aí caatinga. O dono era quem fazia seu lugar.”⁷⁷. No cenário de lutas em que se “fazia” o “dono”, a liberdade - entendida aqui como liberdade do cativo ou do fazendeiro que o subjugava - foi à potencialidade que se coadunou aos valores herdados e reatualizados a

⁷³ O inventário *post mortem* do Coronel Antônio Ferreira da Motta, registrado no Cartório de Serrinha em 23 de out. de 1928, descreve a amplitude dos seus bens e demonstra que se tratava de um sujeito com muitas posses. Inventário de Antônio Ferreira da Motta, caixa 150. CEDOC-UNEB/CAMPUS XIV.

⁷⁴ A memorialista Maura Motta se refere ao fundador e aos seus descendentes, que também ocupavam cargos políticos, ou mesmo, eram fazendeiros donos de escravos, como: capitão, major, coronel. Ver: Lima, 1984.

⁷⁵ Fazenda Caldeirão: Inventário de Francisca Maria de Lima. Fazenda Tingui: Inventário de Maria Firmina de Oliveira. Fazenda Laranjeira: atestados de casamento e nascimento da própria família de Agripino Gonsalves dos Santos. Essas fazendas também são citadas nos registros de nascimento, óbitos e casamentos de escravos. Ver: <http://www.viladoraso.com.br/documentos-categoria/nascimentos/>. Acesso em 14 mar. 2017.

⁷⁶ Para Thompson o costume está na interface da lei com a prática agrária, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. Repousam sobre o costume dois pilares: o uso em comum e o tempo imemorial. Ver: THOMPSON, 1998, p. 86.

⁷⁷ Agripino se refere ao tempo de seus avós, pais e a parte de sua própria existência, quando ainda não havia uma imposição mais efetiva e extremada do documento, da compra e das cercas, ações e dispositivos que hoje imperam as ações de ocupação da terra. Esse tempo não é localizado com precisão, mas assevero que as mudanças em relação à ocupação da terra, em Araci, se intensificaram, com maior força, a partir dos anos 50. SANTOS, 2017.

cada nova geração. Os costumes e as ações compartilhadas asseguravam, em alguma medida, a resistência às circunstâncias materiais que historicamente índios, negros e seus descendentes foram expostos.

O dono, descrito por Agripino, realizava a feitura do próprio lugar e para demonstrar como eram as relações que regiam as vidas dos roceiros de Araci é necessário especificar que não se tratava do “patrão”, aquele que apenas dava ordens para que outros executassem o serviço. O roceiro lavrador e a terra se imbricavam, ou seja, os meios de produção e o trabalho se realizavam sem acentuadas distinções. Entretanto, não há uma clara definição da proporção em que a posse costumeira era exercida, tampouco é possível asseverar como era concebida pelas classes dominantes locais. O que se pode afirmar, diante das evidências, é que foi praticada e, sobretudo, era sinônimo de *peleja* na *luta* cotidiana.

Chalhoub⁷⁸, ao tratar do conceito de “precariedade estrutural da liberdade” no Brasil oitocentista, afirmou que ainda sabemos pouco sobre a experiência dos egressos da escravidão e seus descendentes. Essa constatação se torna, ainda mais, acentuada quando se trata de espaços distantes do litoral e, portanto, fora dos grandes centros econômicos. Como foi o caso de Araci que não fazia parte de áreas com *plantations* e no período escravista era apenas um dos distritos que agregavam a Imperial Vila de Tucano⁷⁹. Por conta disso, restaram poucos registros sobre o cotidiano da escravidão, o que dificulta, inclusive, a quantificação desses sujeitos⁸⁰.

Diferente de outras áreas sertanejas como Feira de Santana⁸¹, espaço que tinha uma base econômica diversificada pelo comércio de gado e a exploração de culturas como o tabaco, a cana-de-açúcar e a mandioca, Araci se localiza numa área marcada pelas estiagens e com terras pouco atrativas para as monoculturas exploradas no período escravista. Além disso, os bens mais encontrados nos inventários *post-mortem* dos fazendeiros são animais como o gado, caprinos, ovinos, muares, maquinário de fabrico de farinha, tanques, carros de bois e poucos escravos que aparecem na documentação como: lavradores, vaqueiros e de

⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. Precariedade Estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, segundo semestre 2010.

⁷⁹ Em 1872, período em que foi realizado o primeiro e mais abrangente censo do Império, Araci ainda era uma Capela, a sua população livre e escrava aparece diluída no montante total da Imperial Vila de Tucano, freguesia da qual fez parte até a sua primeira emancipação em 1890. Para maiores detalhes consultar: Lima, 1985. O censo de 1872 encontra-se disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

⁸⁰ A partir dos registros cíveis de nascimento, casamento e óbitos foi possível constatar uma população escrava vivendo nas fazendas dos descendentes do fundador. Alguns desses documentos estão digitalizados, porém seria necessária uma investigação minuciosa para separar os escravos da população livre, o que não foi possível nesta pesquisa. Documentos disponíveis em: <http://www.viladoraso.com.br/documentos-categoria/nascimentos/>

⁸¹ Ver: FREIRE, 2007.

serviço doméstico⁸². Esses aspectos demonstram que não havia *plantations* e o ritmo produtivo das fazendas era voltado para a policultura e a criação de animais.

Em espaços que as “inclemências climáticas”⁸³ retardaram as disputas mais efetivas de terra, a possibilidade de ocupar espaços e “fazer o seu lugar” era a condição de ampliar as alternativas de existência. Conforme Fraga⁸⁴, mesmo no Recôncavo que era dominado pelos engenhos e com a maior parte das terras controladas pelas classes dominantes agrárias, não houve um intenso deslocamento dos escravos no fim do cativeiro. A migração de libertos e seus descendentes se deu ao longo dos anos que se seguiu a abolição. Muitos permaneceram sob a “proteção” dos seus ex-senhores no intuito de continuar tendo acesso às roças, o que não foi um processo tão simples. O autor ressalta os inúmeros conflitos em torno da ocupação da terra e o recrudescimento do Estado em aplicar medidas que impediram a ascensão ou o acesso dos libertos a melhores condições de vida.

Além disso, a dinâmica das relações de ocupação tinha as suas peculiaridades. Em Araci, as vicissitudes do clima, a ausência de *plantations* e a permanência mais acentuada de grandes faixas de “terras soltas” fizeram dos direitos costumeiros a força imperativa na posse dos espaços:

Pra separar um pedaço [de terra]! Se fizesse uma casinha e um curral já era o dono. Porque não tinha documento, você circulava e roçava, chamava rumo. Rumo era um marco, podia ser um rio, um pé de incó, você dizia aqui é de minha mãe, cortava a ponta do incó e ninguém entra, podia tirar lá pro lado da Samambaia, Serra Azul que respeitavam. Não tinha cerca, era tudo caatinga aí, era tudo aberto, criava era solto. Eu era pequeno, o menor da família, quem ia vaquejar ovelha, vaca, tudo no mato. Lá o ladrão roubava e ninguém nem sabia quem era. Só tinha um cercadinho de prender [os animais] de noite.⁸⁵

Viabilizar um lugar próprio permitia aos roceiros alguma autonomia sobre as suas vidas, ao tempo que as relações com os ex-senhores não eram totalmente rompidas. A ocupação costumeira da terra vigorava sobre alguma “proteção” das classes dominantes e sem maiores conflitos e disputas. O que pode ser asseverado numa “Divisão Amigável de Terras”, datada no ano de 1900, que envolvia as terras do Rufino e da Roça do Caminho. O registro ressalta os “rumos” costumeiros e apresenta espaços relacionados à ocupação de negros, índios e seus descendentes:

⁸² Inventário de Francisca Maria de Lima; Inventário de Irênio Antunes de Oliveira; Inventário de Miguel Antunes de Carvalho; Inventário de José Tomé Ferreira. Tratam-se respectivamente da esposa de João do Caldeirão, dois netos de José Ferreira de Carvalho e um genro.

⁸³ Maura Motta usa a expressão para se referir à condição climática de Araci. Ver: Lima, 1985, p. 26.

⁸⁴ FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 251 e 315.

⁸⁵ MIRANDA, Valentim. **Valentim Miranda**: depoimento [jan. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Terra Dura-Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (28 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

Entre os abaixo assinados [...] possuidores de terras demarcadas na fazenda Roça do Caminho e de outro lado [...] possuidores de *terrenos comuns* da fazenda Rufino, ambas as fazendas deste município do Raso querendo dividir as duas fazendas referidas entre si pelos limites referidos nas respectivas escrituras [...] sendo as duas fazendas divisíveis entre si por um rumo que partindo do Poente a Nascente principia no meio que faz entre a lagoa da posse e o Rufino e termina a Nascente no Serrote do Boi Morto, concordamos mutuamente entre nos fazer a divisão referida por um rumo principiado em 1897, por alguns possuidores de terras de ambas as fazendas referidas [...].⁸⁶

O documento escrito era, nesse período, uma ferramenta restrita às classes dominantes e, portanto, um entre outros desafios dos egressos do cativo, dos índios e de seus descendentes. No entanto, esses sujeitos não desconheciam, por completo, a função como a necessidade de utilizar os mecanismos da escrita, uma vez que a situação de demarcação e registro das terras do Rufino corrobora com essa constatação⁸⁷. Ademais, a presença de intendentess e fazendeiros, como o coronel Antonio Ferreira da Motta e João de Moura Barreto, na situação, demarcando as terras e assinando a rogo de outros roceiros, é mais um indício da proximidade que mantinham. Essas relações podem ser vislumbradas, com maiores detalhes, quando cruzamos os documentos cartoriais com os depoimentos orais desses sujeitos:

O finado Satu trabaiao muito lá [fazenda Laranjeira]. Saturnino com o finado Chico Laranjeira onde tinha uma casa veia. E os Mota tudo conhecia ele, labutava tudo junto. Satu trabaio com o veio, o dono da Laranjeira. Morava lá trabaiano. Viano Mota era meu padrinho. Viano Mota que é dos Mota era padrinho meu. Ele e a mulher minha madrinha, morava no Araci e trabaiaava com couro. Era irmão de Zé Mota, João Mota, desse povo tudo. Viano parece que era irmão de Carlos Motta. Tem Carlos Motta, tem Zé Carlos. Tenho uma neta que morou com ele trabaiano [Carlos Mota].⁸⁸

As redes familiares formadas no tempo da escravidão, no caso dos Motta e a família de Agripino, foram redimensionadas. Embora a liberdade permitisse o deslocamento e alguma autonomia nas relações de trabalho, nessa situação, a ligação com os ex-senhores permaneceu. Para Fraga⁸⁹, esses vínculos favoreciam tanto o acesso a um pedaço de terra como a movimentação no “mundo dos brancos”. Na fala de Agripino, os “Mota” são evidenciados

⁸⁶ Processo Judicial de Divisão Amigável de terras, caixa 01. CEDOC-UNEB/CAMPUS XIV.

⁸⁷ Ver: CHALLOUB, 2010. FRAGA, 2014. Para outras situações, em que os escravos acionavam o mundo jurídico a seu favor, consultar: AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos Escravos**. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p.248.

⁸⁸ SANTOS, 2017.

⁸⁹ FRAGA, op. cit., p.251.

como figuras proeminentes que atravessaram a trajetória de sua própria família, de modo que o pai, Saturnino, aparece como elo dessa relação reverberada ao longo do tempo⁹⁰.

Logo, a possibilidade de ocupar um “pedaço” de terra concedia alguma distância dos ex-senhores. Mas, isso não significava uma ruptura de relações, o que se assevera é uma redefinição dos laços de paternalismo e deferência construídos outrora. Ressalto que manter e até ampliar essa ligação não denota conceber que a escravidão em Araci foi completamente destituída de mecanismos de controle. Nos versos das cantigas, entoadas pelos roceiros, podemos encontrar alguns indícios de como os senhores tentavam manter os escravos sob a sua sujeição:

Você me da licença, eu cantar meu boi suína ou rei ôô ôô
De manhã cedo eu saino, chora quem nunca chorou
Quem nunca caiu ta caino, vocês que ta me ouvino
Que o nego está se dilino
Eu já tou a dirigino
Vocês pode acreditar
Pra esses nego se aquietar
Tenho dois martelo fino
Pra esses nego se aquietar
Tenho dois martelo fino ôô ôô!⁹¹

As expressões populares estão longe de serem apenas “reliquias” de outros tempos, tampouco se resumem a manifestações inocentes e despreziosas da vida, nelas se encontram elementos do cotidiano que dizem muito acerca da textura das relações sociais⁹². Apesar de se tratar de um espaço com poucos cativos, dedicados à pequena lavoura e a criação de animais, os versos demonstram que a força física fazia parte dessa realidade. Como afirmou Thompson⁹³, num mundo desigual e extremamente polarizado, seria imprudente asseverar a sociedade como uma sociedade de “uma só classe”, em que os “brandos guiam os brandos”. A manifestação da força física implica reconhecer que a sujeição também não era o único fator dessa dinâmica, afinal de contas “pra esses nego se aquietar” eram necessários “dois martelo fino”. O que insinua a resistência de sujeitos que nem sempre estavam dispostos a obedecer.

A força e a amplitude do sistema escravista não devem ser desconsideradas, uma vez que regulou relações sociais e de trabalho mesmo em cidades mais distantes dos centros

⁹⁰ Saturnino era filho da escrava Josepha e do vaqueiro livre Antônio Gonsalves dos Santos que residiam na Fazenda Laranjeira. Informações retiradas do: Livro nº 01 de registros de casamento (1878-1882). Disponível em: <http://www.viladoraso.com.br/documentos-categoria/casamentos/>

⁹¹ Música da bandeira recitada por **moradores da comunidade de Pau de Pato e comunidades vizinhas**: registro [fev. 2015]. Entrevistadoras: L. Oliveira e M. Carvalho. Bahia: Bela Vista-Araci, 2015. 2 arquivo Áudio mp3 (50 min.).

⁹² THOMPSON, E. P. Folclore Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001, p. 234.

⁹³ THOMPSON, 1998, p. 56.

econômicos e pouco dinâmicas como Araci. Dessa forma, o fim do cativo desencadeou transformações decisivas e a impossibilidade de reestabelecer antigas formas de controle sobre a população egressa da escravidão era a principal delas. Após a abolição, o escravo deixava de ser uma propriedade, o que mobilizou outras formas de dominação e resistência.

No entanto, o avanço do trabalho livre, móvel e assalariado não eliminou as relações de trabalho não monetárias. A autoridade e os laços paternalistas continuaram, em alguma medida, a forjar a exploração. E, o controle social era assegurado também no terreno do simbólico. As ações de reverência eram fortalecidas em diferentes ocasiões, principalmente nas que eram promovidas pela Igreja Católica. Em uma matéria⁹⁴, datada do ano de 1934, o *Jornal Folha do Norte* registrou “A festa dos vaqueiros em Aracy”, um evento organizado pelos “vaqueiros mais fortes”⁹⁵ que tinha em sua configuração um expressivo caráter religioso. De modo que, a reverência prestada ao pároco lhe conferiu a menção enaltecida do jornal.

Devido ao crescente progresso da pecuária em Aracy, muitos são os vaqueiros que ali se entregam as rudes lides do pastoreio do gado bovino, ali mestiçado do Zebu, como ocorre em quase todo o sertão norte da Bahia. Em o dia 11 do mês de Março, nosso distinto amigo revm. Sr. Conego Carlos Olympio Silvio Ribeiro, zeloso e benquisto pároco de Serrinha e também daquela localidade [...] compunham-se de 252 vaqueiros e impressionou à assistência afluída aqulle local, fazendo-a entusiasmar-se. Empós a missa proferiu um discurso de agradecimento ao desvelado e muito querido pastor dalmas, o sr. Paulo da Invenção [Convenção] Ferreira, comissionado para esse fim por seus companheiros. O orador aludiu ao zelo apostólico do vigário de Serrinha e Aracy que jamais se esquecêra de agir pelo bem espiritual de seus parochianos, inclusive os que pela natureza mesma de suas ocupações quotidianas vivem em pleno campo, afastados, por tanto [sic] da convivência com as populações rurais.⁹⁶

Esses fatores demonstram que o domínio paternal requeria não apenas a autoridade temporal, mas também espiritual e psíquica⁹⁷. A Igreja Católica enquanto instituição passou a disputar espaço no campo religioso após a República e a laicização do Estado⁹⁸. Nesses divisores, se aproximou da vida dos fiéis e de suas práticas, não se mantendo inerte ao avanço dos protestantes⁹⁹. A missa reverberava a doutrina cristã, ao tempo que interferia no cotidiano dos sujeitos: “filtrando crenças e valores” e se convertendo no “momento privilegiado dessa

⁹⁴ A festa dos Vaqueiros em Aracy. **Folha do Norte**. Feira de Santana, p.1, n.12 mai. 1934. MCS/CENEF.

⁹⁵ Referência feita pelos entrevistados aos vaqueiros descendentes do fundador.

⁹⁶ A festa dos Vaqueiros em Aracy. **Folha do Norte**. 1934. MCS/CENEF.

⁹⁷ THOMPSON, 1998, p. 50.

⁹⁸ SILVA, Elizete da. Configurações históricas do campo religioso brasileiro. In: André Luiz Mattedi Dias, Eurelino Teixeira Coelho Neto e Marcia Maria da Silva Barreiros Leite. **História, Cultura e Poder**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

⁹⁹ SILVA, 2010.

metamorfose”¹⁰⁰. A ambiência das labutas no Tocós era impregnada de preceitos católicos que controlavam os ritos de passagem dos roceiros. No vocabulário e na maneira de interpretar o mundo, o sagrado era acionado tanto para conformar as mazelas da vida, quanto para exaltar a coragem em enfrentá-las¹⁰¹.

Para Silva¹⁰², o sagrado se relaciona com as condições naturais, sociais e políticas do próprio sertão baiano. O fato de viver mais afastado do catolicismo oficial, ou seja, de uma “matriz mais erudita”, forjou uma tradição de crenças e ritos que sofreram, evidentemente, alterações e revestiram-se de novos conteúdos, portanto, com procedimentos menos disciplinados que conservavam, em alguma medida, a ortodoxia dos clérigos. O devocionário popular não era afeito a “uma terminologia uniforme, capaz de expor, definir, defender, provar uma doutrina irretocável, tanto quanto a sociedade que se pretendia fixa e imóvel”¹⁰³. E, nessas ocasiões os vaqueiros construía, também, o seu “prestígio social”.

A doutrina que regia a missa era a mesma aplicada em todo o mundo católico, mas existiam peculiaridades que eram exclusivas do contexto sertanejo. Dois registros fotográficos indicam os elementos que foram redimensionados para atender as expressões simbólicas do mundo roceiro.

FIGURA 2 - Missa dos vaqueiros celebrada em Pedra Alta, Araci, 1936.



FONTE: Acervo do Centro Cultural de Araci

¹⁰⁰ SILVA C., 1982.

¹⁰¹ A “religião”, as “religiosidades” e as “instituições religiosas” não podem ser lidas apenas como instrumento de alienação e controle, por ser uma produção humana e expressão do sagrado, também, abrem margens para o enfrentamento e para as transformações das condições materiais de existência. A dura realidade do mundo objetivo é encarada, muitas vezes, pela aproximação com o divino, portanto, é preciso acentuar que a religião era, e ainda é, parte da força dos sertanejos e das sertanejas. ALVES, Rubem Azevedo. **O enigma da religião**. 4 ed. Campinas: Papiros, 1988. SILVA, op. cit., SILVA C., op. cit.

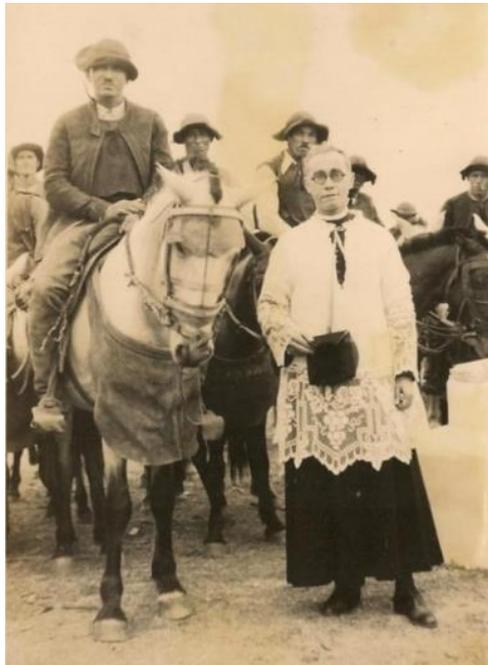
¹⁰² SILVA C., 1982.

¹⁰³ Ibidem.

Alguns indícios, contidos na figura (2), demonstram as peculiaridades do culto. A ocasião era voltada, particularmente, para os vaqueiros e isso pode ser ratificado por alguns elementos da fotografia, como a presença do cavalo durante toda a missa. O animal era uma figura expressiva e indispensável àquela situação, pois boa parte dos vaqueiros assistia a celebração montados. Nas missas convencionais os “fiéis” participavam do culto sentados e disciplinados pelos elementos dispostos dentro do templo, enquanto as celebrações voltadas para os vaqueiros, pela própria dinâmica e quantidade de sujeitos, eram, em sua maioria, realizadas fora da igreja.

Essa situação permitia que os *modos* e os *gestos* fossem menos afeitos a rigidez do culto católico oficial, o que proporcionava o exercício teatral de autoridade do pároco como também fortalecia o prestígio do vaqueiro. Na próxima imagem é possível visualizar os fatores peculiares à ocasião.

FIGURA 3 - Padre Carlos Olímpio e vaqueiros na missa de Pedra Alta, 1936.



FONTE: Acervo do Centro Cultural de Araci

No terreno do simbólico repousavam os gestos e o “papel teatral da autoridade”¹⁰⁴ que não precisava ser endossada no cotidiano, era fortalecida em ocasiões como a missa. Na figura (3), a elegância dos trajés e a postura do pároco evidenciam um estilo elaborado para se diferenciar dos “fiéis” e extrair com maior êxito a reverência. Entretanto, a teatralidade dos *gestos* não se restringia a autoridade do padre, a postura do vaqueiro, montado a cavalo e

¹⁰⁴ THOMPSON, 1998, p. 48.

vestido com a indumentária de seu ofício, ressaltava a complexidade da sua lida: o chapéu, o gibão, as perneiras e as várias peças dos arreios, todas de couro, inclusive as do cavalo, expressavam a armadura do cotidiano a que se serviam esses sujeitos. Ao ingressar na missa, um evento de grande visibilidade na dimensão roceira, vestidos com os adereços próprios de sua labuta, reforçavam também o prestígio de sua ocupação.

No culto católico sertanejo, poucos sujeitos e suas respectivas ocupações tiveram tanto destaque como o vaqueiro. Apesar disso, não há indícios de qualquer menção da Igreja Católica¹⁰⁵ ou dos párocos acerca da ordem social vigente, pois se exaltava “a natureza mesma das ocupações quotidianas” sem questionar os diferentes modos de exploração a que estavam expostos boa parte dos roceiros.

Para Thompson¹⁰⁶, as ocasiões “dramáticas” funcionavam como um “lubrificante social dos gestos” e permitiam, com maior facilidade, que os mecanismos de poder e exploração girassem mais suavemente. Com isso, o autor não concebia que toda a sociedade era ajustada pelo paternalismo e, inclusive, fez algumas críticas ao conceito. Antes, se tratava de um forte componente regulador entre as classes sociais, principalmente no período em que as relações capitalistas não prevaleciam. Nessas circunstâncias, tanto o poder como a resistência à dominação se sustentavam sobre um intenso repertório costumeiro, de modo que a própria deferência prestada ao “zelo apostólico do vigário” se estendia a outras autoridades e fazia parte de um mundo regulado, em grande medida, pelos laços de dependência:

Comecei a trabaia com 14 ano, na fazenda que chama Maria Preta [próximo ao Quererá], pro sinhô que tinha por nome Dionísio Rico de Serrinha. Tomei conta dessa fazenda e trabaiei um bando de tempo. O gado era solto nesse campo do Tabulero, eu saia daqui quato hora e ia durmi nesse meio de mundo do Tabulero que o gado cumia longe. Durmia no Tabulero quano era de manhã pegava o animá tornava a ir da campo, via o gado, se tinha uma vaca parida trazia, se tinha uma pra parir trazia e lutei assim até quano ele vendeu. Eu só tinha [pagamento] se produzisse, tirava na partia, de cada 4 bezerro um era meu e só via ele [Dionísio Rico] na ferragi ou quando eu ia lá porque queria algum dinheiro. Um dia eu cheguei lá e disse: eu quero um conto de reis. Ele respondeu: pra que quer um conto tome quinhentos mireis. Eu digo: boa fazenda eu tô pro sinhô me emprestar só quinhentos mireis. Isso pra quando eu ferasse os bizerro eu tinha de pagar aquele dinheiro que tomasse.¹⁰⁷

¹⁰⁵ A omissão da Igreja Católica em relação às situações de exploração e pobreza, salvo algumas exceções, se confunde com a própria trajetória da instituição no Brasil. No período escravista além do clero não ir de encontro ao sistema, os próprios padres eram, eles mesmos, proprietários de escravos. Ver: FONSECA, Luiz Anselmo da. **A escravidão, o clero e o abolicionismo**. Recife: FUNDAJ/ Masssangana, 1988. (Edição ‘fac-similar’ de 1887).

¹⁰⁶ Apesar de Thompson utilizar o conceito para pensar as relações entre as classes na Inglaterra do século XVIII, muitas evidências convergem para a leitura de relações paternalistas no contexto de Araci. THOMPSON, 1998.

¹⁰⁷ VIRGEM, Zé de. **Zé de Virgem**: depoimento [jan. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Quererá-Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (20 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

As relações não monetárias favoreciam ao controle mais efetivo sobre a vida do trabalhador¹⁰⁸, contar com a quarta parte da produção concedia uma incerteza ao sustento e aumentava a dependência desses sujeitos ao fazendeiro. Porém, isso não significa que se tratasse de “servidão inconsciente”¹⁰⁹ por parte do vaqueiro. A ironia, empregada no período, “boa fazenda eu tô pro sinhô me emprestar só quinhentos mireis”, denota que as relações de exploração eram vividas com uma dose de indignação e não havia “nada determinado ou automático nesse processo”¹¹⁰. Os laços de dependência que asseguravam a autoridade do fazendeiro eram mantidos também pela concessão.

O vaqueiro tirava a sorte na partia e dali vai rendeno. Fazia a ferra com um ano, otos fazia ferra com dois, três e tinha deles quando ia ferrar o fio daquela vaca tava parida tamém. Vaquero que tirava a sorte já sabia criava era tudo junto, ninguém separava não. Tamém era assim: cada quem dominava uma fazenda. Tem uma ali embaixo no Oitero, mais na frente tem ota fazenda Veia, mais pa frente Mundo Novo, mais pa frente Lagoinha, tudo sem cerca. No caso, num tinha estrada, tinha um piquete [marco] de pau de rato lavrado aqui, eu sigo e comando até o piquete de fulano de tal, aí os que vinha de Nova Soure se dividia lá com Floriano, que se dividia com Emílio do Pau Seco e vinha até a grota do bebedor no Quererá.¹¹¹

A “sorte” era justamente o vínculo que mantinha o vaqueiro sob a autoridade do patrão, de modo que o vocábulo já demonstra a incerteza do processo. Logo, se algum fator impedisse a sua concretização as condições de existência se extremavam a ponto do pagamento pelo serviço se transformar em um “empréstimo” ou “favor”. Aguardar um ano ou mais para que a “sorte” lhe fornecesse os meios materiais para viver sustentava, em grande medida, a autoridade dos fazendeiros sobre os vaqueiros. Entretanto, a deferência prestada pode ser lida como “autoproteção”¹¹², já que a concessão das terras comunais incluía o uso das “propriedades” dos patrões e essa dinâmica possibilitava alternativas: “o vaquero que tirava a sorte já sabia, criava era tudo junto, ninguém separava não”.

O “bebedouro” do Quererá e as outras fazendas, citadas até aqui, estavam em área de caatinga e tanto os animais como os diferentes sujeitos viviam sob as “inclemências climáticas” desse bioma. Criar o gado nesses sertões era possível graças ao deslocamento das

¹⁰⁸ Favoreciam o controle paternalista porque, pareciam ao mesmo tempo relações econômicas e relações sociais, relações entre pessoas e pagamentos por serviços e coisas. THOMPSON, op. cit., p. 42.

¹⁰⁹ A ideia de “servidão inconsciente” foi cunhada por Euclides da Cunha, em sua obra “Os Sertões”, quando afirmou que os vaqueiros viviam uma relação de “servidão inconsciente” com os fazendeiros. Entretanto, pesquisas como a de Joana Medrado, desconstruem essa afirmativa ao demonstrar a complexidade que envolvia as relações entre esses sujeitos, analisando, inclusive, o prestígio social dos vaqueiros. Para maiores observações ver: MEDRADO, Joana. **Terra de Vaqueiros, relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia, 1880-1900**. 2012. 227p. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2012.

¹¹⁰ SILVA, 1982, p. 79.

¹¹¹ SEU LUIZ. **Luiz Lisboa de Carvalho**: depoimento [fevereiro. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Quererá-Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp1 (0:35 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹¹² THOMPSON, 1998, p. 78.

reses até as terras comunais que estavam localizadas na divisa entre a caatinga e o agreste. Um vasto *maninho* de terras soltas, *maniados* sem cercas, nem roças, grandes áreas de muitas árvores frutíferas e vegetação própria para alimentar o gado, denominada pelos próprios roceiros de “Tabulero”¹¹³.

Apesar de se tratar de um vasto *maniado* as práticas e os usos assegurados no cotidiano se concentravam num ponto específico: O “Cajueiro Redondo”. A expressividade desse espaço resultou na construção de um *rancho*, a primeira morada dos vaqueiros, erguida nesse local para assegurar o descanso nos dias de peleja. A expressão “Cajueiro Redondo” se refere a um grande cajueiro que “dava sombrona boa”¹¹⁴ para os animais dentro de um dos currais. Esse espaço era transitado por diferentes sujeitos e suas dimensões convergiam interesses que abrangiam os “domínios” de cinco municípios: Araci, Tucano, Nova Soure, Teofilândia e Biritinga.

Os Tabuleiros do Itapicuru – designação geográfica - tem definições específicas: são constituídos por serras e tabuleiros entre 300 a 800 metros de altitude, com rampas suaves, localizados na direção leste do município de Araci. Essas peculiaridades geográficas lhes conferiram atributos que convergiram em diferentes usos comuns e para o vaqueiro Manoel de Jona aquele espaço era sintetizado como: “o rifrigelo do pobre”¹¹⁵. De modo que, a lida com o gado era apenas uma entre outras possibilidades:

Meu avô fazia uma barraquinha no meio do Tabuleiro no tempo de mangaba ia com os animal com os caixão em riba. Ali nois cendia um fogão mande a onça, que tinha onça verdadeira. Ela chegava e jogava a terra pra apagar o fogo, pra vê se pegava o povo. Quando era de manhã enchia os caixão tudo de mangaba e caba se picava de lá pra cá tudo de a pé. Passava aí na Baixinha de Fora, no Quererá, Serra Branca, isso tudo aí eu conheci. Ia pra lá porque gostava da mangaba aí no Araci só aparecia comprada, nois ia buscar lá. Num tinha roça, num tinha nada. O Tabuleirão só tinha pé de cajueiro, pé de mangaba, pé de beba, cajuí, tinha tudo isso. Era pra quem quisesse chegar e panhar. Tempo de cajueiro vivia aí, chegava de ficar amarelo caju maduro.¹¹⁶

Nesses espaços imperavam *modos coletivos* que estruturavam a vida de modo mais comunitária. O deslocamento fazia parte da luta diária, orientado por condutas e modos de agremiação familiar e/ou grupal que possibilitavam uma gestão mais autônoma dos fatores

¹¹³ As expressões, “maninho” e “maniado”, foram retiradas de uma entrevista com o vaqueiro Pedro de Jona. JONA, Pedro de. **Pedro de Jona**: depoimento [agosto. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Moderna-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (0:20 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹¹⁴ MARIA. **Maria de Pedro de Jona**: depoimento [agosto. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Moderna-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (0:29 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹¹⁵ JONA, Manoel de. **Manoel de Jona**: depoimento [agosto. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Moderna-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (0:59 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹¹⁶ SANTOS, 2017.

produtivos e da produção do trabalho. Essas noções comuns não eram exclusivas do “Tabuleiro”, pois estavam, em alguma medida, presentes em um mundo roceiro que se tornava possível justamente porque era regulado por relações mais comunitárias.

Nas caatingas do Tocós se catava a lenha, os frutos como umbu e “licuri”, as fibras do caroá e pindoba para confecção de aiós, esteiras, bocapios de uso próprio e/ou para a comercialização na feira livre. Essas práticas asseguravam o direito de uso ao próprio usuário e fortaleciam os vínculos entre os sujeitos que utilizavam os espaços comuns. Todo o processo de apropriação coletiva demonstra como “o costume vigorava na rotina cotidiana de ganhar o sustento”¹¹⁷. Para os catadores as caatingas e o “Tabulero” favoreciam uma relativa autonomia sobre as condições de vida, já para os fazendeiros e vaqueiros o “Tabulero” não era apenas uma entre outras opções, era a condição vital das reses durante todo o período em que a vegetação nas caatingas do Tocós não favorecia a sobrevivência dos animais.

No inverno botava pro Tabuleiro, o finado Cruz tinha fazenda e tinha gado, o Senhor da Chã, eu tinha um lotinho também, era pouco mais tinha e outros vaqueiro do Anjico, vaqueiro de todo lugar tinha, da Queimada Grande. Apois o gado era solto o Tabuleiro num tinha cerca, era um mundo de terra, o gado comia solto e em cada fazenda o gado comia num lote, num braiava com o outro. Eles iam juntar o gado tinha um curral grande e iam prendendo o gado. Ia teuça-feira, quarta e quinta, ajudando o gado no Tabuleiro e prendendo o gado no curral, quando era sexta-feira ia separar esse gado, cada fazenda tirava seu lote. Todo gado tinha seu ferro, era como os vaqueiro, os dono conhecia mesmo. Era animoso naquele tempo a junta de gado. Tinha semana de ter 8, 10 vaqueiro, toda fazenda criava gado no Tabuleiro.¹¹⁸

Nessa dinâmica, “dar campo” ao gado se concretizava como uma ação fundamental para os roceiros, uma vez que minorava as dificuldades em alimentar os animais. A dimensão sazonal fazia com que a expressividade do “Tabuleiro” não se restringisse apenas a Araci e Zezito da Chã endossa essa amplitude ao ressaltar que tanto o “vaqueiro de todo lugar” se “arreunia” nesse espaço, como “toda fazenda”¹¹⁹ organizava as suas comitivas para um verdadeiro “mundo de terra” que modificava e garantia a rotina e a “sorte” de muitos sujeitos.

É necessário explicitar que o “Tabuleiro” era um espaço complexo de usos e, por conseguinte, de sujeitos. Não existiam apenas duas polaridades: o “vaqueiro” e o “patrão”. Em torno do direito comum havia uma diversidade de grupos sociais. Como os vaqueiros, descendentes do fundador de Araci e donos do seu próprio “criatório”. Nesse contexto, não tinham patrão, tampouco contratavam vaqueiros para “tanger” e “labutar” com o gado. O que

¹¹⁷ THOMPSON, 1998, p. 89.

¹¹⁸ DA CHÃ, Zezito. **Zezito da Chã**: depoimento [julho. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Araci, 2017. 5 arquivo. Áudio mp3 (1:15 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹¹⁹ Além de Araci, nos relatos dos vaqueiros aparecem fazendeiros de Tucano, Serrinha, Nova Soure, Teofilândia, Lamarão.

predominava era uma relação familiar em que alguns dos filhos tornavam-se vaqueiros e cuidavam das reses da família. Dentre esses vaqueiros destaco: Paulo da Convenção Ferreira, o seu filho Cruz, o genro Senhor da Chã e o seu neto Zezito da Chã¹²⁰.

Ademais, se analisarmos mais profundamente as diferentes situações na economia familiar, veremos que em seu interior, muitas vezes, se perpetuavam antigos modos de exploração que demarcavam hierarquias e definiam papéis numa complexa escala social:

Eu lutava com o gado do finado Pedo Fuso, pai do Eloi, eu me criei mais eles. Eu morava no Rufino né, sou fio de lá. Eu saí de lá tinha dez ano de idade e vim morar aqui [proximidades do Quererá]. Morava mais eles, morei um bucado de tempo mais o finado Pedo, depois morei mais o Eloi. Trabaiaava com eles mais num era nada deles num sabe. Eu vim pra aqui porque na época eu gostava de trabaiaa, de luta com os bicho, aí eu tinha uma vó que morava em Araci e eles eram muito chegado a se arrancar na casa dela, aí mandaro que era pá ela arrumar uma pessoa pa lutar com os bicho. Eu disse: eu vou. Eu num ricibia partia não. Eles num me davum nada. Ramo dizer: eu trabaiaava pa eles afim de cumida. Era assim eu lutava com os bicho e eles era quem tirava a partia. Eloi era vaqueiro do próprio pai dele e eu ficava no caso como ajudante, sabe minino como é só pa fazer mandado. Aí Eloi dizia: Luiz você vai po Tabulero atrais de tal vaca que ta parida eu ia, pegava prindia, fazia o que eles mandavum, agora só que na hora de tirar a partia eles num me dava, a partia era do veio [Pedro] e do Eloi [filho].¹²¹

Entre os próprios vaqueiros, os pequenos lavradores e por boa parte do mundo roceiro era comum um “minino só pa fazer mandado”. A situação não se restringia a “eles”, muitas meninas, quando atingiam uma determinada idade, também se mudavam para a casa na fazenda dos patrões ou vinham pra “rua” no intuito de trabalhar por comida e moradia. Dentro desses arranjos sociais havia muitas diferenças, mas o que regia as circunstâncias eram os modos de exploração, em maior ou menor grau, análogos a escravidão ou servidão¹²². Esses sujeitos, não remunerados em nenhuma forma e que viviam vinculados ao próprio local de trabalho, estavam à mercê de uma jornada mais acentuada que preenchia, intensamente, grande parte dos seus dias:

¹²⁰ O costume de “dar campo” ao gado no Tabuleiro perdurou por muitas gerações nessa família e de acordo com as entrevistas e a matéria do Jornal Folha do Norte, Paulo da Convenção Ferreira foi um representante dos vaqueiros nas ocasiões solenes. E, tanto a sua posição social como a descendência do fundador de Araci lhe diferenciava de outros vaqueiros que dependiam da “sorte” com o gado do patrão. Logo, a categoria “vaqueiro” é muito elástica e acomoda vários tipos de sujeitos. Por exemplo, o vaqueiro Satu, pai de Agripino e filho de ex-escrava, cuidava dos animais do Cel. Antônio Ferreira da Motta e não era dono da sua boiada, ele se assemelhava aos sujeitos descritos por Eurico Alves que cuidavam de um criatório que não era seu, porém a descendência africana dos vaqueiros foi um fator que o autor tentou negar em suas obras. Ver: BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

¹²¹ SEU LUIZ, 2018.

¹²² O romance “Céus e Terra” do autor Franklin Carvalho descreve uma situação análoga à vivida pelo vaqueiro Luiz e tem como cenário a cidade de Araci. A história gira em torno da morte e descreve as facetas de um mundo sertanejo e roceiro que conformava antigos laços de exploração em meio a uma densa religiosidade. CARVALHO, Franklin. **Céus e Terra**. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, 206.p.

Eu cansei de ir po Tabulero buscar gado, saia daqui, tinha uma fazenda veia ali. Eu cansei de sair daqui de a pé e no Tabulero buscar gado, dava água no Quererá, do Quererá tornava a volta a levar no cercado pelo Tabulero, vinha aqui pa cacimba do Oitero, discia aqui vinha panhava os animal dava água, voltava com uma carga da água pa lá perto do Cajuero Redondo. Eu sufri de poco.¹²³

A intensa disciplina de trabalho, descrita pelo vaqueiro Luiz, poderia se prolongar pela noite e no final de semana. Tudo iria depender das necessidades roceiras que envolviam: partilha e venda do gado, comércio de leite, plantação e colheita, entre outras tarefas que oscilavam conforme o período do ano. A sujeição a essa dura rotina se dava, sobretudo, pela vulnerabilidade material de sua família, uma vez que para muitas crianças tornar-se “um menino de mandado” era a única alternativa à fome: “eu trabaiaava pa eles afim de cumida”. E, além disso, os laços de *apadrinhamento* forjavam situações de “parentesco” que camuflavam, portanto, a intensa jornada de tarefas exigidas por toda a família de “criação”.

Essa *naturalização* acomodou diferentes formas de exploração infantil que só eram cindidas quando as crianças atingiam certa maturidade e, muitas vezes, perduravam pela vida adulta ou até quando formavam a sua própria família. A despeito das muitas formas e intensidades de exploração que atravessavam o mundo roceiro, o uso das terras comunais também era uma alternativa para esses sujeitos: “Fiquei por aí depois eu digo num vou po Rufino mais não vou fica pela aqui, aí fui trabaiano fui lutano”¹²⁴. Algo seguro que sustentava a economia roceira a ponto de não haver uma fronteira definida entre o lazer e o trabalho.

A própria notação do tempo seguia o ritmo das tarefas que estavam entranhadas no cotidiano como uma necessidade dos próprios roceiros. Os saberes e fazeres da labuta diária não era regulado pela pressa do relógio ou da produção, mas regidos pelos *modos simbólicos* que estimulavam, inclusive, a cooperação entre os vaqueiros. Ritos celebrados na feira livre, dia em que o comércio e o aglomerado de poucas moradias, denominadas “rancho” pela brevidade em que eram utilizadas, abriam as portas e transformavam Araci num espaço de variados tratos, negócios e encontros.

Vaquero era união que fazia prazer. Tinha veis que ia fazer fera im Araci tava aquele monte. Era o que? Tudo vaquero! Se cumbinano: você vai po Tabulero tal dia? Tal dia ce num vai? Certo! Ramo dexas pa ir tal dia. É assim tudo unido. Ia junto, a veis quano dava certo. Quano num dava a gente ia sem ser junto. Que a veis tinha uma reis que di bicho lá, a gente sabia nuticia, tinha de ir precurar. Num esperava pro aqui. Agora quano num tinha um serviço pa fazer, que num tinha pressa, aí deixava pa ir tudo junto.

¹²³ SEU LUIZ, 2018.

¹²⁴ *Ibidem*.

Quano subia naquele Quererá era um negócio sero. A união! Que a união faiz a força.¹²⁵

Para Thompson¹²⁶ uma das questões fundamentais acerca do trabalho orientado pelas tarefas era o pouco distanciamento entre o trabalho e a vida. Isso proporcionava certo envolvimento, um partilhar entre os sujeitos que resultava numa maior flexibilidade do ir e vir. A ausência de cronogramas e horários precisos permitia um maior controle sobre a vida produtiva. E, nessas circunstâncias, os estímulos econômicos não preponderavam sobre os laços coletivos do cotidiano, já que a própria dimensão das terras comuns e a lida com o gado exigiam dos sujeitos ações mais compartilhadas.

Cada vaqueiro tinha seu “lote de gado” para dar conta, mas as atividades desenvolvidas em “terras soltas” só funcionavam porque eram regidas pela cooperação: “Se arreunia todo mundo, saia de manhã e [os animais] de quem encontrar trazia e quando era final da semana todo munda achava seus bichinho”¹²⁷. A vastidão das terras impossibilitava um controle individualizado, pois os vaqueiros tomavam conta de seu lote ao tempo que cuidavam também do gado de seus companheiros, quando não resolviam as dificuldades na labuta diária podia esperar a “nuticia” na segunda-feira.

Entre o Tabuleiro e Araci a primeira parada era na “minação do Quererá”, um espaço denominado também de “bebedoro” devido à constância das águas que brotam da serra. O Quererá é o ponto de distinção entre a caatinga e o agreste do Tabuleiro, justamente, por ser um pontilhado destacado de morros e serras baixas características da Depressão Sertaneja. Nesse contexto geográfico, a vegetação predominante era/é a caatinga de porte baixo e de solo pedregoso. Já a água que brotava dessa serra era a fonte mais próxima do Tabuleiro, de modo que assegurava a sobrevivência dos animais e dos roceiros:

Agora veja a gente passava no Quererá pegava uma burracha de água, de couru [cabia] assim uns quatro, cinco litro, batava na garupa, marra na garupa, pa lá na hora de comer uma farinha, farinha seca cum carne assada e rapadura, fazia um cafezinho e pa bebê água cuado poca, poca se não num dava, nem po oto dia. Quano chegava do Tabulero que ia atrás do gado, chegava, tinha de descer é po Quererá, quais duas légua pá vim dá o animal e tornar a encher a burracha pá levar.¹²⁸

A alimentação dos vaqueiros¹²⁹ reforça a importância das lavouras de mandioca para o mundo roceiro. Isso porque a farinha era o “pão da terra” e, portanto, a sua produção superava

¹²⁵ JONA, Manoel, 2017.

¹²⁶ THOMPSON, 1998.

¹²⁷ SEU LUIZ, 2018.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ A farinha, a carne seca e a rapadura não foram alimentos imprescindíveis apenas para os sujeitos do Tocós, outras pesquisas sinalizam essa combinação peculiar na rotina de diferentes sujeitos, como os vaqueiros salta-

o próprio milho e o feijão¹³⁰. Nas roças a mandioca era soberana, pois a planta resistia às irregularidades climáticas e regenerava-se com poucas chuvas. Além disso, a conservação do *pó branco de cada dia* não exigia maiores cuidados ou sofisticação, o que permitia uma maior durabilidade para quem estocava na incerteza de não ter alimento em futuras safras, quanto para quem se deslocava para áreas mais isoladas como o “Tabulero”. E, por conta dessas condições, tanto a farinha, como a carne seca e a rapadura, eram produtos que faziam parte da dieta alimentar de diferentes espaços sertanejos¹³¹.

Esse ritmo rotineiro, entre o Tabuleiro e o Quererá, era alterado pelas chuvas de verão, quando as comitivas de regresso para caatingas mobilizavam as “juntas de gado” entre os meses de outubro e novembro:

É o gado de fulano de tal vamo separar: separava saia aquela boiada. Agora o de fulano: e é vai. Tinha dele que ia sair a tarde, pegava, cuidava de manhã saia de tarde porque num dava tudo pa saí. Os currá tava gemeno de gado aí. Era muito gado! Era muito!¹³²

Nesse tempo a gente morava nus beijo de estrada só se via passar as boiada, passavum po Tabulero. Quano chuvia, que a trovuada batia no chão aí agora já passavum de volta pa catinga de novo e muito gado vinha imhora bastava vê o truvão. Sozinho! Bastava vê o truvão ele já puxava pa catinga. Já sabium de tudo os bicho: o tempo que era pa tá lá, o tempo que era pa volta.¹³³

O movimento das comitivas era aguardado e celebrado nas vias de circulação. A dinâmica dos vaqueiros movimentava os trajetos e se constituía em intercâmbios econômicos intensamente arraigados aos constructos costumeiros. Porém, as mudanças na rotina não se davam apenas por conta das vicissitudes do clima, o sagrado fazia parte do cotidiano e tanto o ofício como a fé eram celebrados em missas no “Cajueiro Redondo”. A potência da ocasião merecia, inclusive, por parte das classes dominantes locais, certa divulgação. De modo que,

moitas em Feira de Santana e os garimpeiros em Jacobina. Para maiores detalhes ver: OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana. **Canções da cidade amanhecete**: urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 104. JESUS, Zeneide Rios. **Eldorado Sertanejo**: Garimpo e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. 205p.

¹³⁰ Diferente de algumas áreas do Recôncavo em que havia imposições periódicas do governo colonial para plantar mandioca visando o abastecimento da população de Salvador e do Recôncavo, as roças de mandioca do sertão eram a opção por conta do clima e da resistência da farinha a longos períodos de estiagem e estocagem do produto. Sobre a importância da farinha nas áreas do sul da Bahia ver: REIS, João José. **Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro Bahia, 1806**. In: REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

¹³¹ A afirmação é baseada nas falas dos sujeitos entrevistados, quando ressaltaram que esses alimentos resistiam à seca e as condições adversas do Sertão, por conta disso eram muito consumidos.

¹³² DE JONA, Manoel, 2017.

¹³³ MARIA, de Manoel de Jona. Maria de Manoel de Jonas. **Maria de Manoel**: depoimento [agosto. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Moderna-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (0:59 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

em agosto de 1962 o jornal *A Tarde* noticiou um desses eventos. Com o título “Inauguradas a barragem e a Casa dos Vaqueiros” o articulista relatava que o espaço teria sido palco de uma:

Festa deslumbrante e que ficará na lembrança de quantos a assistiram, a que foi realizada no dia 5 do mês em curso, constante das inaugurações da Barragem do Quererá e da Cabana dos Vaqueiros, nas planícies do Tabuleiro, neste município. As inaugurações foram precedidas de missa campal oficiada por Frei Cristóvão, em presença de centenas de vaqueiros e de autoridades locais, das cidades circunvizinhas e de pessoas gradas.¹³⁴

A forte imbricação entre o mundo católico e as práticas roceiras se reverberou na medida em que a missa foi se transformando numa ocasião que reafirmava tanto a hegemonia cultural da Igreja Católica como a “patronagem”¹³⁵ exercida pelos classes dominantes locais. A missa era um dos momentos em que se praticava, com boa amplitude, o “clientelismo popular”¹³⁶. Tanto os fazendeiros como o prefeito faziam do evento uma oportunidade para exhibir determinadas funções paternas e a imagem a seguir, produzida no dia da missa, apresenta indicativos que convergem com essa afirmação.

FIGURA 4 - Casa dos Vaqueiros no Tabuleiro – Araci, Bahia – 1962.



FONTE: Acervo do Centro Cultural de Araci Professor Anatólio Oliveira/ CCA

O evento preenchia o espaço das labutas cotidianas de arte. A indumentária ganhava, para as missas, adereços diferenciados. Entravam em cena as “domingueiras”¹³⁷, roupas especiais para ocasiões de celebração. Nesses dias, os vaqueiros encorados do cotidiano,

¹³⁴ Inauguradas a barragem e a Casa dos Vaqueiros. *A Tarde*. Salvador, n?, p. 15, 13 ago. 1962. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Central de Salvador.

¹³⁵ THOMPSON, p. 48 e 49.

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ MARIA, de Pedro de Jona, 2017.

introduziam a camisa branca com o “colerinho em riba do gibão”¹³⁸. Entretanto, diferente de outras ocasiões, o autor da imagem dava maior visibilidade aos roceiros que ao sacerdote, ausente nessa foto. Mas essa mudança de foco na imagem demonstra algumas mudanças sutis na manutenção da autoridade e dos laços paternalistas. E, o jornal *A Tarde*, citado nos parágrafos anteriores, nos concede no decorrer da nota maiores detalhes sobre essas “ocasiões de patronagem”:

Após as inaugurações, ouviram-se vários oradores, dentre outros, Edvaldo Paraíso diretor do Serviço de Divulgação do Gabinete do prefeito, José Lima, vice-presidente da Câmara de Vereadores de Araci, Nicolau Lira Carvalho, representante dos fazendeiros da região e o Prefeito Erasmo Carvalho, entregando ao público as obras inauguradas, inclusive das chaves da cabana, aos vaqueiros. Na oportunidade, o prefeito ofereceu aos presentes suculento churrasco.¹³⁹

Temos explícitos, na narrativa jornalística, as etapas e os gestos despendidos com o intuito de receber uma retribuição em deferência: a função de destaque dos “vários oradores” que eram fazendeiros ou mesmo “autoridades locais”, a encenação do prefeito “entregando as obras ao público”, inclusive, as “chaves da cabana”, além do “suculento churrasco” oferecido ao final do evento. Essas ações tinham como principal objetivo a alta visibilidade de certas funções paternas em ocasiões como as missas.

Entretanto, se por um lado a presença das “pessoas gradas” reforçava o “clientelismo popular”; por outro as celebrações dos vaqueiros não eram conduzidas pelas classes dominantes locais ou pelos clérigos. Na dinâmica do Tabuleiro as ocasiões eram planejadas e executadas pelos próprios vaqueiros, tanto a autoridade católica como as classes dominantes locais eram convidadas ou atraídas para o palco das relações simbólicas. Não havia um controle sistemático sobre os rituais, os modos de trabalho e o lazer daqueles sujeitos.

A inauguração da “Casa dos Vaqueiros” representou o auge da “Junta de Gado”, pois, nesse momento, o espaço contava com um considerável número de cavaleiros. Antes disso, o abrigo era um pequeno “rancho” e como relembra Zezito da Chã: “quando enchia de vaqueiro não cabia e armava as rede nos cajueiro do lado de fora” então “Erasmo fez aquele prédio bonito”¹⁴⁰. No entanto, a intenção do prefeito¹⁴¹ não era apenas o de ajudar, despretensiosamente, os roceiros. Como a “Junta de Gado” abrangia muitas fazendas e extrapolava os limites do próprio município, a sua iniciativa acabava por contemplar um

¹³⁸ MARIA, de Pedro de Jona, 2017.

¹³⁹ Inauguradas a barragem e a Casa dos Vaqueiros. *A Tarde*. Salvador, n?, p. 15, 13 ago. 1962. Disponível em: Arquivo da Biblioteca Central de Salvador.

¹⁴⁰ DA CHÃ, 2017.

¹⁴¹ Erasmo de Oliveira Carvalho exerceu três mandatos e foi o primeiro prefeito de Araci após a segunda emancipação política em 1959. Para mais informações consultar: <http://www.viladoraso.com.br/historia-de-araci/emancipacao-politica-2/>. Acessado em: 15/01/2018.

ofício de muito prestígio como também de muitos votos. E, embora a construção do “prédio bonito” demarcasse a força das atividades costumeiras nas terras comuns do “Tabuleiro”, o que estava por vir atendia a outra racionalidade:

Eu mesmo tinha um lotinho de gado, antes de eu levar elas iam por si, sozinha, ia pro Tabuleiro de maio indiante. Então, quano cercaro em 72, aí agora peguei o meu gadinho que era pouco tamém, umas 25 cabeça, aí prinde, vou prender porque elas vão imhora por si, chega lá num acha o pasto delas vão aberar a cerca e saí em Nova Soure [risos]. Aí eu prendi num soltei mais. Em 72 acabou, ninguém botou mais gado, acabou a influência. Erasmo fez a casa em 60 em 72 acabou o Tabuleiro. Aí acabou a junta de gado, o criatório de gado se acabou.¹⁴²

É evidente que tanto os processos materiais como as aspirações mercantis de posse e propriedade não começaram com os cercamentos no “Tabuleiro”, antes foram ocasionadas por séculos de uma penetração capitalista que assumiu grande intensidade nos anos 1970. A partir desse período nem as terras comunais sertanejas puderam escapar da lógica de propriedade. Certamente, a chegada das cercas em Araci recobre um período que antecede o marco sinalizado por Zezito da Chã, mas tanto as terras “soltas”, tidas como devolutas pelo Estado, como as propriedades que tinham documento e um dono específico, coexistiam num campo de ação e possibilidades em que os “grandes”, em alguma medida, abriam concessões e “protegiam” os “pequenos”.

Em uma carta produzida pelo fazendeiro Clodoaldo Lira Carvalho em 1966, endereçada ao IBRA por intermédio do jornal *A TARDE*, podemos analisar algumas situações em que o costume sancionava os *modos* de conceber o espaço. Apesar de Coló, como era conhecido o fazendeiro, objetivar a isenção do imposto e, por conta disso, destacar os usos compartilhados para esse fim, é possível visualizar alguns aspectos das relações entre fazendeiros e vaqueiros.

Araci, 15 de março de 1966, Ilm.º Senhor Antunes Nunes Dourado, DD Delegado do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária na Bahia. Respeitosas Saudações. Venho por meio desta e mui respeitosamente solicitar de V.S. que se digne informar-me para requerer do glorioso IBRA a isenção do Imposto Territorial Rural de nossa fazenda Varginha situada no município de Nova Soure, baseada no seguinte:

(a) Esta está localizada no centro do tabuleiro, onde pastam gados de criadores de diversos municípios vizinhos como sejam: Araci, Tucano, Nova Soure, Serrinha, Teofilândia e outros.

(b) No tempo do verão, e em períodos de seca estes criadores refrigeram seus animais neste tabuleiro onde existe um capim denominado Agreste que resiste a inclemência da seca. O gado pasta nesse tabuleiro até um ano, esperando chover para voltar para a caatinga.

¹⁴² DA CHÃ, 2017.

(c) Existe nessa fazenda em nosso terreno um tanque que os vaqueiros e proprietários de animais cavaram para dar água ao gado que anda no tabuleiro, pois isto há vários anos e consta até da Escritura.¹⁴³

As terras comuns eram atravessadas ou margeadas por algumas propriedades particulares. O que não impedia o exercício de diferentes práticas, uma vez que estavam asseguradas pela ausência das cercas e, sobretudo, pelas sanções comunitárias. É óbvio que Coló utilizava o pronome “nosso” no intuito de convencer o IBRA a isentá-lo do imposto, mas, de fato, o tanque era utilizado de maneira comum por diferentes usuários. Essa assertiva foi confirmada ao cruzar as declarações contidas na carta com os depoimentos orais dos vaqueiros. Além disso, a intenção de “refrigerar o gado” não era apenas dos fazendeiros, muitos vaqueiros também eram donos de algumas reses, o que ocasionava o uso irrestrito das terras comunais e das fazendas como as de Coló, “localizada no centro do tabuleiro”.

É importante destacar que, longe de se tratar de ações genuinamente *bondosas* por parte dos fazendeiros, tanto as concessões como a dependência dos vaqueiros regulavam as relações entre os sujeitos. Esses laços mantiveram as terras do “Tabulero” resistentes tanto ao avanço das cercas como as demarcações mais efetivas e localizadas. A “influência”¹⁴⁴ dava ritmo as práticas compartilhadas e a quebra desse equilíbrio significava uma ruptura no adorno do viver. Por essa razão, os vínculos fortalecidos outrora são destacados nas memórias dos vaqueiros como forças opostas a interdição do espaço comum.

Eu Sempre falo se nessa época que cercaro a Cajuba, se tivesse dois home vivo aí num tinha acuntido: era o finado [Coronel] Nenenzinho e finado Vivela de lá de Serrinha, um que a gente foi vaquero dele aí nove ou deiz ano. Que esses home era uns home que num se acanhava de ir im lugar nenhum. Que fosse lá em Brasila falasse cum o presidente: Rapaz lá é o rifrigo do criador, do povo, do pobre. Certo! Então num tinha acuntido isso. Mais num achou quem fosse! Esse Ângilu Ju Sá é meio isperto, é do Salvador, cerco aí como quis, depois que a toca aperto um pouco aí ele pá Brasila, lá fizero uma iscritura e quano ele chegou aí quem tirava mais? Num tinha como! Num tinha como! Ave Maria! Aí! O criatório acabo é treis quarto: se tivesse quato, treis acabo por causo desse cercamento aí do Tabulero. Daí a pouco foro cercano, tudo [hoje] é corredor.¹⁴⁵

A hierarquia local de concessões e práticas costumeiras entrava em choque com uma racionalidade capitalista externa. Para Thompson, a dissociação entre direito e usuário era assegurada, inclusive, pela lei que poderia encontrar motivos para desaprovar costumes da maior antiguidade e certeza¹⁴⁶. Nesses termos, a “iscritura” passava a ter mais legitimidade que a posse irrestrita para o “rifrigo do criador, do povo, do pobre”. Ao esquadrihar o vasto

¹⁴³ Opinião do Leitor: Escreveu ao IBRA por intermédio do A Tarde. **Jornal A Tarde**. 26 mar. de 1966. BPEB.

¹⁴⁴ DA CHÃ, 2017.

¹⁴⁵ DE JONA, Manoel, 2017.

¹⁴⁶ THOMPSON, 1998.

maniado do “Tabulero”, Ângelo Calmon de Sá, o diretor superintendente do Banco Econômico da Bahia¹⁴⁷, disciplinava os sujeitos e enquadrava espaços a uma lógica capitalista.

No entanto, a lei, que em muitos casos funcionou “como um instrumento de expropriação de classe”¹⁴⁸, não é um mecanismo capaz de frear por completo as ações dos sujeitos, tornando-os passivos e inertes a todas as situações. O choque entre a “iscrutura” e o costume provocou também indignação e resistência: “Só tem uma coisa é que eles cercaro e depois uns 5, 6 vaqueiro ou mais foro lá cortar os arame e a puliça chegou”¹⁴⁹. Porém, essas reivindicações não ecoaram com a força necessária para combater as cercas e a desestruturação material, causada com os cercamentos, atingiu profundamente as práticas roceiras comunais.

A concretização dos cercamentos causou um forte impacto na vida desses sujeitos, uma vez que não foi apenas a base material que foi atingida. O fim da “Junta de Gado” comprometeu práticas e saberes na arena do simbólico, pois abrangiam tanto o mundo do trabalho quanto o campo do sagrado. E, desde então, o direito de uso comum: “Deixara de ser um costume para se tornar uma propriedade”¹⁵⁰. Esses confiscos foram recorrentes em outros espaços de “terras soltas”¹⁵¹, ações que se ampliavam pelos sertões sacrificando práticas costumeiras. Os currais, sem pelejas diárias, foram “distiorados” e a sombra do Cajueiro Redondo passou a inspirar contos populares¹⁵² que versam sobre a solidão na Casa dos Vaqueiros.

Mas, antes de deixar entrever que as relações comunitárias tiveram seus dias contados com o avanço das cercas, vou explorar a inventividade dos roceiros percorrendo as suas lembranças. Apresento, a seguir, as pelejas e os emblemas forjados durante o cativo e que se tornaram fundamentais após a posse costumeira dos espaços. Aqui, enxadas e facões

¹⁴⁷ A Constituição da Caju da Bahia Ltda. – CAJUBA, associação à Petrobrás Química S/A – PETROQUISA e POLIALDEN – foi efetivada em 1973, sobre a direção de Ângelo Calmon de Sá, diretor superintendente do Banco Econômico da Bahia desde 1972. Conforme os depoimentos dos roceiros, na área da Cajuba foram plantados eucaliptos, sisal, frutas cítricas como laranja, acerola, maracujá para beneficiamento de sucos, além de criação de gado.

¹⁴⁸ THOMPSON, 1998, p. 114.

¹⁴⁹ DE JONA, Manoel, 2017.

¹⁵⁰ THOMPSON, op. cit., p.112.

¹⁵¹ A dissertação de mestrado de Alécio Gama Reis explorou a memória dos vaqueiros de Irecê-Bahia para reelaborar as relações baseadas no costume. Seu trabalho destaca o silenciamento imposto a esses sujeitos diante do avanço do capitalismo na região do Platô Norte da Chapada Diamantina. Ver: REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi, farpa o homem**: Campos das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê (1943-1985). Feira de Santana, 2012, p. 373. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

¹⁵² Muitos contos populares sobre o “Cajueiro Redondo” e as almas dos vaqueiros “mais velhos” são reverberados na oralidade. O jornal eletrônico “A voz do campo” publicou um conto específico sobre a casa dos vaqueiros que se encontra no anexo A desta pesquisa.

trabalhavam no ritmo das chulas, roças eram tomadas de empréstimos “na surpresa” e a recompensa do samba, no final do trabalho, animava as noites de bandeiras e “cabocos”.

2.3 As Bandeiras Trocadas

Conhece Rubinho ali? Já fui roubar dois bataião a ele, limpar terra na roça. Quano era de noite nois tava no pé da cerca, de manhã ao romper do dia soltava os foguete. O dono tinha de levantar da cama na carrera. E o susto! E aí agora cantar, tirar os boi, nois tirava era um bocado. Eu tinha um menino que era mestre pra isso [criar boi de roça]. Nois ia num samba ele tirava um batuque que ninguém nunca tinha visto na vida, inventava na hora e no bataião tomém era. Todo mundo puxava, quano um parava outo pegava, era a carritia de cantador: um cantava aqui na cabiçera, quano esse parava o outo ali pegava e ia correno e a enxada trabaiano. Quano parava ali nois ia pra casa arreunia tudo ali, botava a comida, todo mundo comia, quano chegava a hora, pa roça, trabaia de novo até cinco hora, seis.¹⁵³

A voz, que narrou os tempos em que o trabalho e a festa faziam parte da mesma travessia, apresenta algo *sui generis*: ambiência, mentalité, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa¹⁵⁴. Reconstitui o viver comunitário de sujeitos que transformavam a dura labuta em rituais coletivos: a “carretia de cantador” dava ritmo à “enxada trabaino” envoltos a capacidade criadora de um “mestre”. A potência dessa inventividade era traduzida em versos que reatualizavam os tempos imemoriais dos batuques e “cabocos”. Vozes africanas e indígenas que expressavam os laços étnicos envoltos nas suas religiosidades¹⁵⁵. E, na medida em que fortaleciam esses vínculos, desafiavam, também, as dificuldades do cotidiano, já que “arreunia tudo ali” para que entre “trabaio” e “carritia” a existência fosse assegurada.

O festejo que movia as famílias em torno do compartilhar era algo *sui generis*, uma vez que ressignificava peculiaridades do eito da escravidão agregadas as ancestralidades indígenas. Essa prática era uma forte expressão costumeira, acionada para driblar a imposição histórica de escassez material, fortemente, marcada pelas secas e pelas relações de exploração. A própria designação “bataião” é a metáfora da guerra cotidiana empreendida por sujeitos que

¹⁵³ SANTOS, 2017.

¹⁵⁴ THOMPSON, 1998, p. 14.

¹⁵⁵ É importante especificar as reflexões feitas por Elizete da Silva acerca dos conceitos de religião e religiosidade, pois apesar de se inter-relacionarem dizem respeito a aspectos distintos. A religião é institucionaliza, tem um corpo sacerdotal, hierarquia e doutrina específica. Já as religiosidades, que se aproximam das manifestações descritas aqui, correspondem às vivências, as expressões, as práticas que envolvem o cotidiano dos sujeitos dentro do campo religioso, portanto, tanto a religião como as religiosidades são formas legítimas de sentir e manifestar a fé. SILVA, 2010, p. 105.

só podiam contar com o suor do próprio rosto. Nesses espaços, homens e mulheres eram protagonistas de um viver comunitário e, portanto, exerciam uma relativa autonomia para com a notação do tempo e os mecanismos de produção. Ali, recriavam diferentes maneiras de superar as dificuldades ao desenvolver mecanismos conjugados de trabalho e festa.

A indivisibilidade entre “trabalho e festa” diz muito a respeito de um mundo em que “o trabalho e a vida” não tinham, ainda, uma nítida separação. Pareciam se imbricar e convergir interesses, ao tempo que os *modos* de garantir o sustento abrangiam o lazer e, sobretudo, as necessidades do cotidiano.

Eu já roubei um bataião do cunhado meu tava com um ano muito bom, chuvoso, feijão nas roças tava arriando, ai eu formei uma turma, era bom pra trabalhar no bataião, ele apertado com os trabalho de roça, chuva nesse tempo era muita. Rapaz vou caçar o João pra limpar os feijão de uma vez. Soltemo o foguete quatro hora, cantemo o boi, ele levantou: Maria! Quem foi que descansou? Ai lembrou! Eta Maria! E agora é um bataião roubado e é dentro da minha roça, e agora que é que eu faço os bicho estão na capoeira. Foi chegando home, foi chegando home, sete horas da manhã chegou discabriado no meio da roça, viu meio mundo de home trabaiano no meio da roça chupano melancia, bebendo cachaça, pegou o porco matou botou nas costas para o almoço, ai foi providenciar carneiro pra noite.¹⁵⁶

Ações como “limpar terra na roça” e/ou “limpar os feijão de uma vez” em um “ano muito bom”, sinônimo de ano “chuvoso”, eram, e, em alguma medida ainda permanecem sendo, estímulos que regulavam as necessidades do mundo roceiro. Lavorar a própria terra era uma precisão objetiva de que dependia a vida desses sujeitos. Por conta disso, se organizavam em torno de um mesmo propósito: “acudir o companheiro”. A necessidade de um “bataião” se constituía no intuito de superar a impossibilidade do dono em executar os serviços fundamentais de sua roça. Essa situação era ocasionada devido a alguma enfermidade do sujeito, ou mesmo, pelo fato de não poder dar conta sozinho de tarefas que careciam de maior agilidade e, conseqüentemente, de muitos braços para sua concretização.

Outro fator importante era que as condições materiais do dono, muitas vezes, o impedia de pagar trabalhadores para desenvolver o serviço de sua roça e o atraso na execução de alguma tarefa poderia comprometer a produção. Logo, os sujeitos que participavam da ação não almejavam receber qualquer valor que significasse um pagamento de seu trabalho. O “batãio” era evocado para atender a outras expectativas, portanto, se tratava de uma motivação não monetária e que pode ser mais bem traduzida pelo seu caráter simbólico.

Para nos aproximar, ainda mais, desse mundo simbólico é necessário fazer algumas distinções. O que intento decifrar, por meio das memórias construídas e ressignificadas por esses sujeitos, não era um simples mutirão. Aqui, as ações extrapolavam as motivações

¹⁵⁶ LINO, João. **João Lino**. Depoimento [fev. 2015]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Terra Dura-Araci, 2015. 1 arquivo. Áudio mp3 (45 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

materiais que eram restritas a execução de um determinado serviço e a posterior compensação em troca do trabalho, ou seja, no “bataião” praticamente toda a situação, inclusive, a que envolvia o seu planejamento, proporcionava uma satisfação psíquica própria das funções rituais¹⁵⁷. E, um dos principais fatores que concedia o desdobramento simbólico de toda a ação era a condição de segredo: o “boi” ou “bataião” tinha de ser “roubado”. O que tinha muito a ver com a mobilização das expectativas.

Cada etapa dessa dinâmica tinha uma estreita relação simbólica com um processo de “ocupação”. As ações, desde o planejamento, giravam em torno de fazer do dono, em caráter de “surpresa”, um coadjuvante, uma vez que perderia a autoridade sobre a sua roça. O seu “lugar”, agora praticado pelo conjunto dos movimentos que ali se desdobravam, se transformava em “espaço”¹⁵⁸. A partir daí, a posse da terra, autorizada pela necessidade do serviço, era transferida para os “roubadores” que estariam na posição “de donos” da roça até o momento que findasse o trabalho.

Após investigar, ou como se referiam os próprios sujeitos *istuciar*, o tipo específico de trabalho e de ferramentas para o serviço, previam o trajeto até o local e, principalmente, se o sujeito “roubado” teria condição de alimentar a turma. Esse fator era fundamental, uma vez que se não fosse possível ao dono manter a todos, os próprios roubadores asseguravam a ação levando bebida e comida. Outra medida preventiva era separar, em segredo e com alguma antecedência, os animais da roça do próprio dono para que fossem, mais facilmente, localizados e abatidos no momento do “bataião”, pois se “os bicho”, ainda, estivessem na “capoeira”¹⁵⁹ o preparo das refeições poderia ser comprometido.

O próximo passo, depois de planejada a ação, era agregar uma boa quantidade de sujeitos com a finalidade de expandir o processo, já que o número de braços implicava na agilidade em findar o serviço. A convocação era feita por todo o percurso quando se entoava os bois de roça, chulas e cantigas. Esses sons acompanhavam os passos dos “invasores” e alertavam a quem residia nos “beijo das estradas” sobre a feitura do “batião”.

De madrugada o galo cantô
Meu peito raiô
Povo levantô
Viero vê
Cheguei aiêêê

¹⁵⁷ THOMPSON, 1998, p. 274.

¹⁵⁸ As ações dos sujeitos históricos podem transformar lugares em espaços ou espaços em lugares, uma vez que estão imersos num jogo de relações mutáveis, plurais e contraditórias. Ver: CERTAU, 2014, p.184-186.

¹⁵⁹ A parte da roça com caatinga fechada, ou seja, que não foi desmatada e, portanto, não possui picadas ou caminhos que identifiquem qualquer direção, a não ser as marcações feitas pela movimentação dos próprios animais.

Foi onde eu divia chega boi
 Daaa lêlê diôôôô diôôôô.
 Atrais de meus cumpanheiro eu saí a procurar
 Mais eu fico sastisfeito
 Quano eu vê raia no peito e alegre meus pessoal
 Dono da roça o que foi que tu guardô
 E que tem para nos dá boi daaa diôôôô.¹⁶⁰

A amplitude do processo alcançava seu ápice no local em que se executava a ação. Nesse momento, os foguetes eram ativados para expandir o convite a outros sujeitos das proximidades, ao tempo que causava no dono da roça o tão esperado “susto”. Ao se tornar evidente, tanto para a comunidade como para o “roubado”, a ação de ocupação era concretizada pela “entrada da bandeira”. Ali, os roubadores “invadiam” a roça carregando um pano branco que era o símbolo da “tomada” daquele espaço e o nível de intimidade entre os sujeitos ilustrava, inclusive, as cantigas que simbolizavam essa situação:

Chegôô mano, Chegô ôôôô
 Chegôô seu boi da roça chegô ôôôô
 Quando o povo admirôôô seu boi na roça chegô ôôôôô
 Chegôô mano chegô ôôôô chegô ôôôô
 Teu boi lá na roça chegô ôôôô
 Quando foi de madrugada que o passarinho canto ôôôôô
 Seu boi na roça chegô ôôôôiiii¹⁶¹

Os “bataiões” eram pensados para sanar as dificuldades de um único sujeito ou família, mas a resolução dessa tarefa mobilizava o coletivo e acabava por fortalecer os vínculos roceiros. A confiança, expressada no vocábulo “mano”, era o fator de concessão que permitia invadir a terra do outro. Parceiros de “bataião” que *istuciavam*, planejavam e executavam ações em alto nível de intimidade. A bandeira, agora fincada na roça, dava início aos trabalhos, enquanto o dono, surpreendido pelo grupo, providenciava a feitura da comida e a bebida para a turma. Esse processo era conjugado por homens e mulheres numa dinâmica que combinava diversos elementos:

Nois já saiu daqui pra roubar um bataiao no João Vieira a Tartuliano Góes, um veio que tinha lá. Rolava o dia todinho, pegava quatro da manhã e agora tocava enxada pra dentro e o boi, meio dia o porco, os tacho era coziado tudo ai debaixo do umbuzeiro, parava cinco da tarde, ai voltava cantando a bandeira. Tinha o grupo do bataião cantador, tinha as pareia tudo certo.¹⁶²

A labuta era amenizada pela criatividade dos cantos de trabalho que expressavam atos cotidianos da vida comunitária. Por conta disso, funcionavam como um elemento harmonizador do trabalho coletivo, pois as parelhas, efetivadas em duplas de cantadores,

¹⁶⁰ **Grupo Movimento da Quixabeira, moradores da comunidade rural de Tapuio.** Depoimento [ago. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Tapuio-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (2:00 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² SANTOS, 2017.

ritmavam os golpes das enxadas e facões que, por sua vez, concediam ao serviço uma satisfação lúdica. Ademais, não bastava rimar os versos era preciso entoá-los até o limite da voz e assegurar, por longas horas, o caráter desafiador da cantoria, muitas vezes, no improviso.

Toda a dinâmica era vivenciada coletivamente, mas tinham funções específicas entre homens e mulheres. O serviço na roça era realizado pelos homens e como as parselhas faziam parte dessa situação as mulheres não participavam do desafio. A elas cabia confeccionar as bandeiras e preparar as refeições para o grupo. Essas ações, diferenciadas, acabavam no final dos trabalhos, quando homens e mulheres se juntavam para celebrar a combinação de diferentes matrizes simbólicas que moviam, em grande medida, as expectativas do grupo.

No final do dia, a bandeira branca, fncada outrora, era deslocada em cortejo pelos “roubadores” para ser trocada pela bandeira vermelha do sujeito “roubado”. Essa etapa, comumente realizada no *terreiro*¹⁶³, simbolizava o fim dos trabalhos roceiros e a posse do espaço era devolvida ao dono: “fazia as bandeira com um pano, enfeitava a bandeira com as nota de dinheiro e agora, era duas bandeira, ficava passando uma pela outra, era bonito, quando desse de noite samba até de manhã.”¹⁶⁴. A troca de bandeiras expressava a gratidão pelo trabalho realizado na roça e, como nas ações anteriores, havia as cantigas específicas para essa situação:

Ôô bandeira branca na chegada do terreiro,
Amor ôô ôô êê êê, foi o dono dessa casa é um alto fazendeiro,
eu vou chorar por que ele ainda não viu o meu amor ôô ôô
Vim cantar essa bandeira na casa do fazendeiro ôô ôô [...].¹⁶⁵

O ato com as bandeiras demonstra a função social da ação: uma troca não lucrativa que atravessava as questões materiais e as necessidades daqueles sujeitos. Entretanto, os versos da bandeira evidenciam que o “bataião” era uma prática comum a outros grupos sociais: “o dono dessa casa é um alto fazendeiro”. No mundo roceiro a dimensão do “bataião” era intensa, sobretudo, porque em espaços de estiagens frequentes e invernos de *esperanças*, o trabalho coletivo era a condição imprescindível para a execução de muitas tarefas: farinhada, bata de feijão, despalha de milho, entre outras atividades de roça que

¹⁶³ Área localizada nos arredores das casas de roça e, por conta disso, abriga diferentes sociabilidades.

¹⁶⁴ SANTOS, 2017.

¹⁶⁵ Música da bandeira recitada por **moradores da comunidade de Pau de Pato e comunidades vizinhas**: registro [fev. 2015]. Entrevistadoras: L. Oliveira e M. Carvalho. Bahia: Bela Vista-Araci, 2015. 2 arquivo Áudio mp3 (50 min.).

necessitavam de muitos braços. Nessas ocasiões, portanto, lavradores, vaqueiros e fazendeiros, compartilhavam o mesmo espaço na expectativa do trabalho ou da festa¹⁶⁶.

A dinâmica simbólica da situação agregava os diferentes grupos sociais em ações compartilhadas. Mas, é importante destacar que, a feitura de um “bataião” não dependia da influência ou intervenção das classes dominantes locais, já que era *ambiência* e brotava das relações cotidianas. Isso reforça, novamente, a constatação de que as forças de qualquer hegemonia – fazendeiros, Estado, Igreja Católica – não vigorava a partir de uma dominação abrangente, ou seja, a ponto de envolver toda a vida e a visão de mundo do trabalhador¹⁶⁷. E, outros elementos das ancestralidades indígena e africana, que ganhavam força no momento subsequente a troca de bandeiras, demonstram a firmeza dessa constatação.

Terminava tudo de jantar aí agora era o samba. Era bom demais! Tinha as hora de baixar os caboco, quando o samba tava bem quente, pegano fogo, caía de caboco, sambano e tira batuque, aquela hora só sambava aquele que tá invocado com os caboco. Quando samba caboco chega que pisa bunito. Negóço de caboco é invisívi é dos índio, dos antigo.¹⁶⁸

O campo religioso é um espaço privilegiado das relações interétnicas entre negros e índios, uma vez que as diferentes expressões do sagrado demonstram, com maior nitidez, encontros culturais entre esses sujeitos¹⁶⁹. A escravidão e a experiência missionária marcaram um contexto de imposição, mas, também, de forte resistência. E, por essa razão, a potência ancestral fica evidente na linguagem simbólica dos rituais roceiros. De modo que, o termo “caboco” emerge dos usos que demarcaram diferentes apropriações. Isso indica o caráter polissêmico do termo que passou por várias ressignificações diante de uma recomposição étnica e histórica.

Esses laços étnicos, forjados ao longo do tempo, foram fatores importantes para a resistência dos descendentes de índios e negros¹⁷⁰. Desde o planejamento da ação até a festa que diferentes expressões simbólicas demonstravam a força da ancestralidade e das trocas culturais nos espaços roceiros. Do mesmo modo, a festa alimentava as expectativas dos sujeitos ao mover um intenso *capital emocional* para a ocasião. Entre encontros e

¹⁶⁶ Francisco Lisboa de Oliveira, neto do fundador José Ferreira de Carvalho, menciona em seu diário que roubou um batalhão na casa de Joaquim Jeremias, filho de João do Caldeirão, com quinze homens no dia 22 de abril de 1934, portanto, mais um indício de que a prática atravessava boa parte do mundo roceiro. Fonte do acervo da família Lisboa.

¹⁶⁷ THOMPSON, 1998, p. 78-79.

¹⁶⁸ GONSALVES, 2018.

¹⁶⁹ Essa região de fronteira e intercomunicação ritual e religiosa entre negros e índios é discutida na primeira parte de artigos do livro: CARVALHO, 2012, p.31-125.

¹⁷⁰ FRAGA destacou que, além dos vínculos familiares e senhoriais e das possibilidades de ampliação de espaços próprios, as motivações religiosas também foram imperativos importantes para a fixação de libertos. FRAGA, 2014, p. 247-249. Esses fatores se traduzem em vínculos comunitários como o próprio “boi roubado”.

desencontros, num contexto de comida e bebida farta, brotavam diferentes relações sociais que podem ser apreciadas nas letras dos batuques:

Fui no Barreiro Preto
Tinha coisa pa se vê
Tomaro o meu amor
Ainda quisero me bater [...].

Ramo trabaiá
Na rama da melencia
Fui até Santa Luzia
Vê as menina de lá [...].¹⁷¹

Não havia nada de preciso ou pré-determinado na situação. A festa, enquanto um espaço de diferentes sociabilidades abria precedentes para várias relações, inclusive as de “amor” e conflito. As expectativas de um dia de trabalho se concretizavam na medida em que a celebração se expandia e a sua intensidade permitia aos sujeitos “pegar o sole com a mão”¹⁷². As redes de convivência favoreciam a solidariedade entre as famílias, já que não havia feitor, patrão ou dono do serviço.

Aquele gulpão de home tudo pa rouba um boi. Tinha aligria. Eu mermo tinha aquela roça ali. Teve um ano aí que panhei um bizoro botei aí, fiz o terreno todim. Se fosse na ota época era Boi Robado. Podia privinir que o ladrão vinha roba! Só via o foguete papocar e o boi grita. Era muito bom!¹⁷³

Fica evidente que, nessas circunstâncias, a potência dos fatores simbólicos e a horizontalidade das relações sociais, em todo o processo, produziam a satisfação em trabalhar. Outro fator abordado na narração é a introdução técnica nos espaços roceiros e a implicação dessa nova dinâmica em práticas comunitárias como o “Boi Roubado”. No entanto, não podemos asseverar o avanço dos valores privados em detrimento dos coletivos sem considerar os interesses e as racionalidades de tais processos. A *modernização* técnica provocou mudanças nas relações e nos modos de trabalho que precisam ser levadas em consideração.

Tanto os cercamentos das terras comunais dos Tabuleiros do Itapicuru como a introdução técnica atendiam à lógica de mercado e se justificavam por meio de razões “desenvolvimentistas”. Logo, é preciso recuar no tempo, mais precisamente para o início da década de 1950, no intuito de localizar as transformações mais profundas que afetaram o mundo roceiro. Será necessário entender: Em que dinâmica operaram? Sob quais prerrogativas foram introduzidas? Se, os roceiros em momentos de dificuldades e perigo

¹⁷¹ **Grupo de moradores da comunidade de Pau de Rato.** Batuques registrados em [jun. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato-Araci, 2 arquivo. Áudio mp3 (15 min.). Gravação concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁷² SANTOS, 2017.

¹⁷³ *Ibidem.*

acionavam o “grupo” como um fator importante de resistência, as ações coletivas de um mundo costumeiro foram, de fato, abandonadas com as mudanças? Ou resignificadas em novos espaços de atuação?

É importante salientar, como bem nos ensinou Thompson¹⁷⁴, que a intenção deste capítulo não foi invocar a natureza humana pré-capitalista, mas compreender como eram os seus códigos, expectativas e necessidades para renovar a gama de possibilidades implícitas no ser humano. O que se pretendeu, nesse capítulo, foi problematizar as forças que interferiram no cotidiano dos roceiros para, então, compreender a implicação dessas transformações em suas vidas.

¹⁷⁴ THOMPSON, 1998, p. 23-24.

3. DO TEMPO DA ÁGUA

3.1 A Mais Humana Das Metas

O Rio Veio, no tempo da seca, a água era sargada, agora ajuntava aquela areona dento do rio e a pessoa chegava, cavava, fazia aquela caçimbinha, fastano a area pa podê a água miná, que a água já era mais doce. A água minava e a gente ia e panhava nas cabaça. Uma vez tinha um menino aí, que tava iscumando pá morrer de sede. Aí quano eu cheguei o menino tava que chegava de iscumar. De sede! Bibia água sargada num valia a pena. Aí truxe. Cheguei dava água a ele, daqui a poco tava bom. Na seca!¹⁷⁵

A água, o sertão e a seca se apresentam e se confundem como uma simbiose do espaço roceiro de Araci. O “tempo da seca” é o tempo da escassez de água ocasionada pelas irregularidades quanto à precisão das chuvas. Nesses períodos a resistência humana era levada ao extremo e a rotina girava em torno não apenas de garantir a sobrevivência dos animais, mas, a própria vida, desestruturada pelas “inclemências climáticas” que abatiam, *de tempos em tempos*, o sertão do Tocós. Embora as condições de existência exigissem um esforço extremo para superar as dificuldades impostas “no tempo da seca”, a vida desses sujeitos já era regida pelas próprias condições geográficas e históricas que fizeram da “água”, como da sua escassez, uma questão fundamental a ser enfrentada no cotidiano.

Os sertões dos índios Tocós, cortado pelo Rio Itapicuru, tinha como principal aspecto serem “faltos de água” e quando se tratava de Araci¹⁷⁶, uma circunscrição mais localizada dentro desse espaço sertanejo, a dificuldade se acentuava. As condições topográficas do terreno favoreciam a evaporação intensa das aguadas como também a distância do Rio Itapicuru, que era a fonte mais resistente às secas mais severas, eram fatores convergentes para a carência desse líquido essencial à vida. Por conta disso, as atividades de lazer, fé e trabalho correspondiam em alguma medida à necessidade de se obter a água e boa parte da labuta diária se dava na perspectiva de amenizar ou encontrar meios para solucionar esse problema.

A organização das roças atendia a esse imperativo, pois tanto a disposição das casas como o cercado para resguardar os animais eram margeados por tanques que acumulavam as águas das chuvas. A casa, o tanque e o cercado eram três demarcações essenciais e próprias

¹⁷⁵ SANTOS, Agripino. **Agripino Gonsalves dos Santos**: depoimento [fev. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato-Araci, 2017. 3 arquivo. Áudio mp3 (50 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁷⁶ Araci se encontra a aproximadamente 35 quilômetros do acesso mais próximo ao Rio Itapicuru que pode ser feito pelo povoado da Barreira ou pelo povoado do Jorinho no município de Tucano-Bahia.

desse mundo roceiro, mas não eram as únicas características dessa dinâmica, os costumes também foram forjados por relações que emergiam das dificuldades em garantir a água.

Ajuntava os conhecido e chamava pa dá dijitoro, pa limpar o tanque pegando o barro pesado, era um peso maluco pa limpar o tanque. Era nas gamela, nos cestos, carrinho de mão, vinha um bocado de gente, uns vinte e trabalhava a noite, na lua, o pessoal só vinha de noite que tava fresco. Quando acabava ia comer uma comidinha, uma cachacinha e depois todo mundo ia embora. Tinha samba não. E o tanque ficava esperando a chuva pa fazer água.¹⁷⁷

Fazia o bataião, na noite de lua cheia, clarona, Ali era o trabalho e no final tinha uma boia, pegava comida, dava cachaça aos trabaiador né, num usava samba não. As mulher panhava um cestinho enchia de barro e jogava fora. Era como se fosse uma festa, não era obrigado as mulher panhar um cesto pesado cheio de barro não, era uma noite de divertimento os menino era pelo meio brincano. Matava um bode, uma criação quando era madrugada fazia uma fatada comia um bocado de comida e saia meio bebo também [risos]. O dono do tanque avisava os povo da vizinhança: tal dia é a limpa do meu tanque, aí saía gente de todo lado.¹⁷⁸

Esse “bataião” tinha a característica comum de ser regido por muitos braços, mas algumas peculiaridades demarcaram uma designação específica: “limpas de tanque”. A ação precisava ser executada antes das trovoadas e tinha como finalidade promover reparos nos reservatórios roceiros que garantiam, após a retirada do “barro” aglomerado, o máximo de acumulação de águas das chuvas. A dureza no serviço era outro fator da situação, amenizada, em grande medida, pela solidariedade do grupo e como poucos sujeitos, certamente, não dariam conta do trabalho, as “limpas de tanque” se tornaram alternativas eficazes que aligeiravam o processo. De outra forma, o serviço poderia demorar vários dias para ser realizado, atrasando, portanto, “obrigações” roceiras do cotidiano e como não havia distinção, homens e mulheres participavam, a seu modo, da “noite de divertimento”.

Toinho das Madeiras e Bia de Antolino¹⁷⁹, narraram as “limpas de tanques” que aconteciam nas Fazendas Madeiras e Regalo, respectivamente, mas em outros espaços a “noite de divertimento” expressava diversos matizes e ancestralidades:

Todos tinha seu tanque do chão, que era pa quano chover encher de água, fazia aquele tanque no lugar que tinha o barro duro, os home cavava o tanque e nois mulher carregando o barro na cabeça, quando era pa limpar a lama do tanque, ainda era uma alegria, levava um lito de pinga tomava um gole [risos]. O povo chega cantava! Pa limpar os tanque o povo levava aqueles vasinho, otos aquelas gamela, otos levava banguê que era um negócio tecido de caroá, otos era uma bacia, tudo com as bacia na cabeça cheia de barro, uma semana era ni um, ota semana era ni oto. Era dijítório,

¹⁷⁷ BIA DE ANTOLINO. **Bia de Antolino**: depoimento [fev. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (41 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁷⁸ TOINHO DAS MADEIRAS. **Toinho das Madeiras**: depoimento [fev. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (54 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁷⁹ Trata-se de descendentes da família do fundador de Araci.

fazia dijitócio. Era assim: hoje vai ter uma limpa de tanque, de noite, tal hora e ia pa deiz, ou mais, os home cavando e as mulher carregando e jogando o barro. Era muita gente e tinha vez que num limpava de uma vez não, tinha de ser duas. Quando terminava os home cantava, tinha samba, tinha comida não, era só um gole de pinga pa cortar o suor.¹⁸⁰

Os tanques e as ocasiões de “limpas de tanque” eram comuns ao mundo roceiro, porém algumas peculiaridades da ocasião diziam respeito às ancestralidades indígenas e africanas. Os utensílios de caroá, as gamelas e os banguês não são as únicas evidências dessa constatação, as práticas e usos feitos ao final do trabalho corroboram para algumas distinções. Enquanto as ações desenvolvidas nas roças dos descendentes do fundador tinham a “comidinha e ia embora”, outros *dijitórios* roceiros privilegiavam, após o trabalho, o samba. Isso demonstra que apesar dos costumes serem mobilizados pelos mesmos objetivos, existia heranças simbólicas inerentes às imbricações históricas de ocupação, movimentação e comunicação entre índios e negros.

A ausência do “samba” nas “limpas de tanque” denota também que a presença africana e indígena não influenciou da mesma maneira os roceiros, pois para os descendentes do fundador a religiosidade católica se fazia mais vibrante, o que não significa dizer que os demais sujeitos eram menos afeitos a essas influências. A vida roceira era imbricada por diferentes elementos em que as diversas forças simbólicas atravessavam e perfaziam o cotidiano.

Eu já plantei no dia quinze de abril na semana santa, quarta feira maior, plantemo na quinta de manhã até meio dia, de meio dia pa tarde, guardava que já era dia santo e sexta feira de meio dia pa tarde não era dia santo, já era liberado, já podia fazer trabaio de roça, aí nois plantemo na quarta feira de cinza e quando foi na sexta feira de tarde eu e meu filho cavamo oito vinte cinco de cova de milho, eu fazia as carrera e ele plantano, mais foi um milho, um feijão, assim no fundo da casa. Os tempo era bom, nesse tempo já tinha dado trovoadas de dezembro, janeiro e isto aí já era o inverno. Lá na roça quando chuvia os anos era bom, num faltava água, mais quando pegava entrar um tempo de seca, aí meu Deus, era tudo se acabano.¹⁸¹

O calendário da produção roceira era organizado seguindo alguns preceitos que envolviam o sagrado. Para Silva¹⁸², “todo homem tende a assimilar, dos valores religiosos que se apresentam em seu mundo, o que corresponde a sua própria experiência vivida e as suas necessidades vitais” e essa coexistência estabelecia uma *ambiência* própria. A semana santa se diferenciava das demais semanas do ano, pois a reorganização das atividades diárias atendia ao devocionário católico, o que demarcava também o início de um novo ciclo.

¹⁸⁰ BEATRIZ DE RENATO. **Bia de Renato**: depoimento [fev. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (42 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² SILVA, 1982, p. 62.

Essa renovação passava pelo crivo da autoridade divina que sancionava a continuidade do trabalho: “já era liberado”. A religiosidade alimentava a coragem e diante das dificuldades o sagrado era convocado, pois a força para resistir procedia, em alguma medida, dessa relação. Em tempos de seca a experiência religiosa assumia uma função encorajadora, já que nesses períodos a resistência podia chegar ao limite humano.

É preciso destacar que, a intensidade da seca não é medida apenas pela ausência das precipitações nas épocas habituais de plantio, mas pela sua irregularidade, que pode se dá, inclusive, devido ao oposto, pelo excesso de chuvas. A inconstância na distribuição das chuvas e o longo período de escassez também não são os únicos fatores a serem levados em consideração, pois a totalidade e a duração da estiagem precisam ser cruzadas com a abrangência territorial. Quanto mais tempo dura e quanto maior o alcance de sua extensão, atingindo a grandes faixas populacionais, pior era/é a devastação e o sofrimento causado.

Nos ano de cinquenta era uma seca doida, os tanque ficou tudo seco e os bicho berrano com sede, morreu o gado todinho de pai porque só comia xique-xique assado aí entupia o livro e o gado foi morreno. Morreu sessenta cabeça de gado, bizerro, garrotinho, vaca, ovelha tudo intuído do facho do xique-xique. Pa da água ao gado ia pa cacimba do Tiracolo, rapa, lá tava cheio de gente, a água era saloba mais num tinha jeito, num tinha ota. Lá tinha um curral que era pa prender o gado pa da água. Descia meia noite pa lá, rapava aquela água rasiha enchia a lata com a cuia e pai pegava e suspendia a lata pa da água ao gado.¹⁸³

Durante a década de 50, três grandes secas castigaram, com maior intensidade, que a habitual falta de chuvas, uma vasta população do território nordestino. Em 1951, as aguadas e tanques já davam sinais de esgotamento, sem as chuvas, a evaporação contínua secava por completo os pequenos reservatórios roceiros. Ao findar o segundo ano de seca, os tanques já se encontravam totalmente esgotados, a partir daí as cacimbas e as bombas eram as únicas possibilidades de se obter água. Ao entrar num terceiro ano, novamente sem chuvas, boa parte das possibilidades já se encontravam depauperadas e a luta pela água tornava-se uma questão de sobrevivência geral. E, mesmo com alguma chuva, entre esses períodos extremos, a população demorava a se recuperar das consequências da estiagem.

A depender da duração e da extensão, as secas acabavam não apenas com as condições de existência dos sujeitos menos abastados, que, certamente, eram os primeiros a sentir as consequências da situação, a persistência da calamidade arruinava fortunas, já que comprometia a economia da cidade, do estado ou mesmo de toda uma região, como é o caso do Nordeste brasileiro.

¹⁸³ BIA DE ANTOLINO, 2018.

A própria circunscrição espacial do Nordeste está atrelada aos efeitos das secas, pois boa parte do aparato discursivo, que constituiu os elementos de diferenciação regional, se concretizou atravessado por essa questão. O “combate à seca” foi um dos elementos, talvez o mais sensibilizador da nação, que incidia sobre um espaço específico com peculiaridades sociais e econômicas do que antes era um todo denominado Norte¹⁸⁴. Essa abrangência encontra uma localização ainda mais definida, na ampliação do Polígono das Secas em 1951¹⁸⁵, uma área, doravante, recortada dos limites da região para dar conta da atuação do Departamento de Obras Contra as Secas, instituição federal mais conhecida pelas suas iniciais: Dnocs.

Tanto a atuação do Dnocs como a nova demarcação do Polígono foram ações deliberadas pelo Estado para atacar o problema da seca no Nordeste. Naquele momento, o país estava sob a liderança de Getúlio Vargas que retornava a cena política como presidente, porém, diferente de seu outro governo, ascendia ao poder pela via democrática. Conforme Villa¹⁸⁶, em relação às medidas contra as secas, Getúlio não foi diferente dos presidentes que o antecedeu, já que não tinha um plano para enfrentar o problema e concentrava as forças do Estado no “desenvolvimento” do Sudeste.

Essas prerrogativas acentuaram a disparidade econômica entre as regiões, numa relação de interação e organicidade explicitada por Francisco de Oliveira¹⁸⁷, quando da análise das transformações estruturais discutidas na “crítica à razão dualista”. Para o autor, o “modelo de desenvolvimento”, assumido pelo Brasil, se constituiu como: “uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”, ou seja, “uma ‘produção’ da expansão do capitalismo”¹⁸⁸. De modo que, não destinar verbas federais suficientes para combater as consequências das estiagens no Nordeste era parte dessa

¹⁸⁴ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 81.

¹⁸⁵ Lei N° 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, Art 1º: estabelecia uma revisão nos limites da área do polígono das secas, previstos na Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto-lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946; a poligonal que limita a área dos Estados sujeitos aos efeitos das secas, terá por vértices, na orla do Atlântico, as cidades de João Pessoa, Natal, Fortaleza e o ponto limite entre os Estados do Ceará e Piauí na foz do rio São João da Praia; a embocadura do Longá, no Parnaíba, e, seguindo pela margem direita deste, a aflúncia do Uruçui Preto cujo curso acompanhará até as nascentes; a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco; e cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L1348.htm

¹⁸⁶ VILLA, 2000, p. 167-168.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1 ed. São Paulo: SP. Boitempo: 2013, p. 32 -33.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, 2013.

dinâmica, agravada de alguma forma pela criação de comissões que emperravam as ações do Estado e aprofundavam a burocracia em torno das medidas contra as secas¹⁸⁹.

Logo, ampliar a extensão do Polígono das Secas com a Lei 1 348 ia de encontro à escassez de recursos federais e diante da gravidade imposta pela extensão da estiagem às ações de “combate” não passavam de um paliativo. Nesse contexto, a distribuição de verbas e obras era intermediada, em grande medida, pela influência e o entrosamento das classes dominantes regionais com o Dnocs¹⁹⁰, portanto, a chave para obtenção de quaisquer ações dependia, sobretudo, das alianças políticas e Araci não escapou a essa regra:

O DNOCS tinha serviço como o diabo espalhado em Araci, Euclides da Cunha, Canudos, Pinhões, Itiúba. Misael Cunha que morava em Serrinha, mas era filho de Araci, era bem conhecido e fazia favores ao povo do DNOCS. Misael que apresentou Aberlado Andreas a Zé Lima, mais aí veio o desencontro dos partidos, Aberlado tava pegando a ponga com Getúlio era do PTB e Zé Lima era da UDN adversário do cão. Mas Aberlado prometeu que eleito faria de tudo pra dar uma ajuda a Araci, aí alguém disse: aqui precisa é de água, aqui a gente se acaba é por água. Então, Aberlado prometeu: vou botar um projeto pra construir um açude aqui em Araci.¹⁹¹

Em que pese a literatura que demonstra a ligação do DNOCS com as classes dominantes regionais¹⁹², toda a atuação do departamento não estava restrita a esse tipo de controle, pelo menos não em Araci. O Dnocs já desenvolvia ações contra as secas muito antes¹⁹³ da conversa entre o comerciante Zé Lima e o aspirante a Deputado Federal Aberlado Andreas, como a construção da BR 13 que cortava a praça principal e a perfuração de poços. Essas medidas causaram algum impacto na vida dos roceiros, pois os poços se tornaram alternativas para a população mais próxima desses espaços e a BR 13 se transformou na via principal de comunicação entre o Nordeste com o Sudeste, mas nada que alterasse, profundamente, a rotina ou mesmo sanasse a questão da água em Araci.

Entretanto, o direcionamento de uma grande obra no Polígono das Secas estava sujeito à influência das classes dominantes regionais que se digladiavam no congresso pelas

¹⁸⁹ VILLA, 2000, p. 175.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, 2008.

¹⁹¹ CARLOS MOTA. **Carlos Mota**: depoimento [fev. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Araci, 2018. 2 arquivo. Áudio mp3 (42 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

¹⁹² Oliveira (2008) faz algumas advertências acerca dessa questão. Afirma que o Dnocs, desde a denominação de Ifocs, recrutou uma excelente equipe de estudiosos, estrangeiros e nacionais, que depreenderam um esforço notável sobre o conhecimento físico e as potencialidades do Nordeste. Ressaltou, portanto, que a política de “conveniências” que se instalou no órgão não fazia parte de um projeto inicial, mas de sua captura pelas classes dominantes regionais. Ver: OLIVEIRA, 2008, p. 172-174.

¹⁹³ As primeiras notícias do DNOCS em Araci datam de fevereiro de 1920 quando, ainda, se tratava de uma Inspeção de Obras Contra as Secas (IFOCS). O registro foi feito pelo Jornal Correio de Notícias, periódico procedente da cidade de Serrinha, que publicou a passagem do engenheiro chefe, Alberto dos Santos, por Araci, especificando, inclusive, que ele prometeu uma bomba para o poço da praça e uma comissão para estudar um açude. NOVIDADES D’AQUI. **Jornal Correio Da Bahia**. n. 273, fev. de 1920. Centro Cultural de Araci Professor Anatólio Oliveira/CCA.

verbas do Estado¹⁹⁴. Por conta disso, a interferência de um agente externo era um fator imprescindível para se barganhar a obra. Após ter se firmado o compromisso entre Aberlado Andreas e Zé Lima, bastou que a vitória do deputado se concretizasse para que Misael Cunha¹⁹⁵, uma figura influente dentro do Departamento, intervisse na designação da obra para Araci, que, naquele momento, era uma vila subordinada a Serrinha¹⁹⁶.

Superadas as negociações e os extravios, já que a princípio os funcionários do Departamento se instalaram em Serrinha acreditando que essa cidade era a beneficiada com a obra, aportaram em Araci, no ano de 1953, os primeiros engenheiros, topógrafos e técnicos para os estudos iniciais de um açude.

Antes de ir para o Poço Grande, que ainda não se chamava assim, era Poço do Capim, eles estudaram muito porque o objetivo era ser perto da rua pra canalizar a água pra aqui, agora não acharam o lugar. O lugar que acharam era ali, perto do Jacu, mas a geologia não achou base, então o açude num ia ser grande e o objetivo era construir um açude grande pra dar muito trabalho ao povo.¹⁹⁷

A construção do açude estava atrelada não apenas ao problema da água, mas deveria ser um consórcio entre a solução dessa questão e as condições econômicas do “lugar”. O relatório final, assinado por Vicente Pontes, auxiliar de engenheiro, intitulado “Memória Descritiva do Açude Público Poço Grande”, datado de 1955, evidencia essa previsão, dando alguns detalhes da situação e do marco temporal da obra. O documento apresenta muitos elementos técnicos que convergem para execução de uma considerável iniciativa por parte do Estado e apesar do local propício para a construção do açude não ter sido muito próximo da vila, o diagnóstico do Dnocs demonstra a projeção inicial para um grande empreendimento que mudaria intensamente o cotidiano do “lugar”, uma vez que todo o aparato mobilizado pelos estudos apresentam indícios de uma intervenção, nunca antes vivenciada, pelos roceiros de Araci.

Situação: O açude público “Poço Grande”, ex-“Aracy”, fica localizado, no Riacho Pau a Pique, no município de Serrinha, Estado da Bahia. Seu Boqueirão dista aproximadamente 16 Km da localidade denominada

¹⁹⁴ OLIVEIRA, 2008, p. 172-180.

¹⁹⁵ Essa afirmação é baseada nas entrevistas realizadas com o ex-prefeito de Araci Carlos Mota. Outro indício interessante sobre a ingerência de Misael Cunha nesse processo é que boa parte das terras indenizadas para a construção do açude lhes pertencia. Isso pode ser confirmado nos mapas das terras desapropriadas produzidos pelo Denocs. Documento disponível no Centro Cultural de Araci.

¹⁹⁶ Em 1931, ano de consolidação da Revolução burguesa iniciada em 1930 e dos primeiros efeitos de uma das mais dolorosas secas do Sertão-Nordeste, Araci foi destituída enquanto município e se tornou uma subprefeitura de Serrinha. Essa situação perdurou até 1959, ano de posse do prefeito Erasmo de Oliveira Carvalho, quando Araci deixou de ser Vila e obteve a sua autonomia política. Maura Motta dedicou um capítulo de seu livro, “História de Araci”, a supressão do município como também a sua restauração em 1959. LIMA, 1985, p. 111-212.

¹⁹⁷ MOTA, 2018.

“Aracy”, estando esta vila ligada ao aludido açude por uma rodovia de acesso.

Histórico: Os estudos de campo foram iniciados em 8/9/1953 e concluídos em 1/9/1954. Em outubro de 1954 foram feitas as verificações do eixo da barragem e da estrada “Poço Grande” – “Aracy”.

Bacia Hidrográfica: Dado que possui uma área, bastante apreciável: 698 Km², vamos considerá-la como sendo do tipo médio, consoante a classificação de Ryves, o que nos proporciona um coeficiente de rendimento $U = 1$.¹⁹⁸

O fato de a obra distar “aproximadamente 16 km” confirma que o açude, desde os estudos, não ficaria tão próximo da vila, como almejavam os seus idealizadores, o que, certamente, dificultaria a canalização da água. Com essa distância a “rodovia de acesso” seria imprescindível, porém, como se tratava de um caminho estreito, no qual circulavam caminhonetes, carros de bois e pessoas montadas em lombos de animais, a sua dinâmica não correspondia à projeção da obra. Toda a extensão da vila era cortada por estradas vicinais que de tão estreitas recebiam o nome de: “picadas”. Esses caminhos não eram afeitos ao trânsito de máquinas e veículos pesados, abrindo precedentes para a construção de outra estrada, com um novo trajeto e nome específico.

A própria nomeação, “Poço Grande”, concedida ao açude certa magnitude e expressava, inclusive, algo de novo para Araci, que, até então, não dispunha de nenhum reservatório dessa relevância, ou mesmo, quaisquer outros que não os “tanques em chão de barro duro” nas roças. Além disso, tanto a extensão, como a capacidade de acumulação de água, explicitadas no relatório final dos engenheiros, dava a indicação de que se trataria de um açude com uma considerável proporção, de tal forma que merecia ser qualificado de “Grande”.

Faltavam pouco menos de dez dias para completar um ano de estudos, entre 1/9/53 e 1/9/54, e o açude adquiria os elementos necessários para sua execução: uma designação peculiar e conforme a sua capacidade, um local específico que dava conta da expressão da obra em consonância com a acumulação da água e uma nova estrada que seria a próxima ação do Departamento. Naquele momento, em que a água era a maior das dificuldades de Araci, a possibilidade de um amplo açude estava cada vez mais próxima e se consolidava nessas demarcações.

Em 1955, quando se concluí o relatório, o açude passou a ser a grande expectativa dos roceiros que, ainda, enfrentavam as consequências da estiagem. De acordo com Villa¹⁹⁹, a seca 1951-1953 atingiu a Bahia numa proporção muito superior as acometidas anteriormente

¹⁹⁸ PONTES, Vicente. **MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO AÇUDE PÚBLICO “POÇO GRANDE”**. Recife, 7 de outubro de 1955. DNOCS, 4º Distrito, Salvador-Bahia.

¹⁹⁹ VILLA, 2000, p. 170.

e a possibilidade de deslocamento por meio da BR 13, estrada Rio-Bahia, acabou provocando um novo processo no Sertão, pois esse trajeto se transformou no maior condutor de migração para boa parte da população do Nordeste que partia em direção ao Sudeste do Brasil. O drama dos nordestinos, que sofriam com a seca e dela fugiam para tentar sobreviver, tinha na imprensa o seu principal veículo de denúncia. Entre tantas notícias que comovia e mobilizava o país, uma, em especial, da revista *O Cruzeiro*, ganhou destaque e o primeiro Prêmio Esso de Jornalismo. A edição de 22 de outubro de 1955 apresentava a rotina e as implicações na viagem do que habitualmente se nomeava: “Paus de Arara”.

Concomitante a denúncia dos “Paus de Arara” a reportagem trazia o cenário social do curso da viagem. Os autores da matéria, Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos²⁰⁰, produziram o texto após conviverem de perto com os “araras” e acompanharam durante onze dias os efeitos de uma *odisseia* entre Salgueiro-PE e Duque de Caxias-RJ. Dessa forma, a matéria não é um simples constructo de quem apenas ouviu ou leu relatos de “retirantes”, mas uma impressão social de quem vivenciou a dureza do percurso e emitiu, na reportagem, a narrativa de uma experiência. Esse olhar estrangeiro, fruto do encontro entre a fotografia e a palavra, cruzou grande parte da BR 13 extraindo do Sertão-Nordeste os elementos de vibração e dramaticidade que tingiram enredos sobre diferentes espaços sertanejos.

Destaco, a seguir, dois fragmentos da reportagem no intuito de dialogar com os seus autores e pelo caráter da própria revista, que tinha na fotorreportagem uma de suas marcas principais, irei elencar sucessivamente o texto verbal e a imagem, já que apresentam a mesma intencionalidade:

Foi nas cidades baianas de Serrinha, Araci, Paulo Afonso e outras daquela zona, que assistimos aos piores quadros da miséria. Os mendigos (dezenas de cegos, com crianças puxando a ponta do cacête que os guia) cercavam o caminhão, a sotaquear uma esmola pelo amor de Deus. Muitos “araras” deixavam pingar moedas. Uma velha, perto de Araci chamou-nos atenção. Devia andar pela casa dos 70. Tinha as pernas finas e engelhadas, o rosto de papel-crepom, a voz de taboca rachada.

— Pula velha que eu te dou uma banana.

A vovozinha rodava na poeira. Parecia um carrossel, um circo individual, a exhibir toda a violência do desajustamento social das brenhas nordestinas.

²⁰⁰ UMA TRAGÉDIA BRASILEIRA, OS PAUS DE ARARA. **Revista O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, ed. 22 de out. de 1955. Disponível em: Emeroteca Digital. Acessado em: 20-03-2018.

FIGURA 5 – Revista o Cruzeiro – Araci, Bahia – 1955.



PERTO de Araci (Bahia), a vovòzinha dançava na poeira, em troca de comida.

FONTE: Emeroteca Digital

Antes de discutir o contexto de sofrimento de Araci, causado pela seca, quando constatado pelos repórteres, pretendo discorrer sobre uma questão que interfere no espaço Sertão-Nordeste do qual Araci também é parte. Os textos se complementam na perspectiva de construir um discurso que envolvia a simbiose do espaço, da seca e do suposto “desajuste social da população”. A “velha” aparece como a expressão mais condizente a esse desequilíbrio: “Tinha as pernas finas e engelhadas, o rosto de papel-crepom, a voz de taboca rachada.”. Aclamando a miséria, o sofrimento e a mendicância os jornalistas edificaram memórias e consolidavam discursos gestados em décadas anteriores²⁰¹. A “violência do desajustamento social das brenhas nordestinas” demarcava, nessa circunstância, a ausência da civilização. A construção de um discurso sobre o outro tendo como fatores determinantes: o meio e a seca²⁰².

Esse tipo de enredo era e ainda é muito comum quando se trata do Sertão-Nordeste. Um modo de pensar e de se expressar que passava por cima de uma realidade múltipla, apagando histórias, práticas e costumes ao tempo que também denunciava o sofrimento vivenciado pelos roceiros em tempos de seca. Longe de pretender retirar da iniciativa dos jornalistas o mérito da reportagem, os apontamentos sobre o caráter pejorativo do texto, almejam chamar a atenção para a construção de estereótipos que se alimentavam da seca e de suas consequências a partir da folclorização da questão. Feito isso, sinalizo que dentre a grande extensão do trajeto percorrido, Araci foi destacada e incluída “aos piores quadros da miséria”, um indício de que a seca deixara resquícios duradouros e dolorosos.

²⁰¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009.

²⁰² Ibidem.

A escassez da água mobilizava distâncias, tanto a *rudia*²⁰³ como o pote na cabeça da mulher, flagrada pela lente do fotógrafo em segundo plano, eram apetrechos específicos para o deslocamento do corpo com o peso da água sobre a cabeça. A atividade era desenvolvida, de maneira mais intensa, por mulheres e seus corpos se habituavam a essa dinâmica, adquirindo certo *molejo*. A *rudia* era mais um artifício dessa *dança*, já que em tempos de seca o caminho ficava, ainda mais, comprido e para se alcançar veios de água o percurso poderia aumentar, sobremaneira, as lonjuras roceiras:

Enchia a lata de vinte lito botava na cabeça e tocava de lá pra cá mais três cumpanheira, cada quem com a lata, ela no caminho descansava ali um pedacinho, comia uma farinha e tocava de lá pra cá e traziam po povo beber. De lá de Agenor Barreto, talvez dê légua e meia [aproximadamente 9 km], é do Caldeirão pra lá. Numa baixa que tem.²⁰⁴

O problema da água, como já foi mencionado, fazia parte também da rotina de quem morava na “rua”, mas com uma diferença: na “rua” as distâncias poderiam ser mais curtas. O que não era regra, pois se a estiagem perdurasse por muito tempo uma maior concentração populacional geraria uma procura mais intensa pela água. No entanto, na segunda metade dos anos cinquenta, Araci já experimentava novas alternativas. Após a instalação do Dnocs na cidade, os caminhões de água começaram a fazer parte da rotina e com o início das obras a prática se intensificou, já que era necessário abastecer tanto os funcionários do órgão como os trabalhadores convocados na própria vila. Essa nova modalidade de abastecimento transformou-se em mais uma possibilidade para os roceiros, visto que o trânsito dos caminhões de água não era restrito à “rua” ou mesmo à obra:

Teve umas três seca que eu precisava de vim da roça pra aqui [rua]. Que tinha vez que os carro ia buscar água no Jorro e nois esperava nas estrada com os pote. Mais a seca já existia aqui na rua. Foi antes de eu casar, eu casei no ano de 58 e já existia essas secas. Nesse tempo pegava água era longe e mesmo assim acabou. Oi, teve um dia que num tinha água pra nada, só tinha água de uma bomba lá que [a água] matava até sapo e era a qui tinha pa beber. Chorei pa mim acabar, aí pensa qui não o carro buzinou aí nois se mandemo. O carro começa a buzinar quais perto da bomba. Lá onde chama a bomba que naquela estrada veia [antigo trajeto da BR 13 na cidade]. Nois na toda carrera pa lá com os potinho na cabeça pa encher. Chegava lá enchia, dava uma viaje, dava ota, pa beber e os bicho se acabando.²⁰⁵

Os caminhões passaram a ser uma alternativa valiosa para os roceiros, principalmente pela possibilidade de oferecer “água de beber”. A depender do local que se

²⁰³ Pedaco de pano enrolado em forma de círculo para acomodar o peso que se carrega sobre a cabeça.

²⁰⁴ Relato de Agripino Gonsalves dos Santos de como a sua esposa e outras mulheres da comunidade faziam para conseguir água em tempos de seca. SANTOS, Agripino. **Agripino Gonsalves dos Santos**: depoimento [fev. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato-Araci, 2015. 6 arquivo. Áudio mp3 (10 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

²⁰⁵ BIA DE RENATO, 2018.

retirava o líquido a qualidade era superior ao que era extraído de bombas e cacimbas. Além disso, em tempos de seca outras possibilidades como tanques, aguadas e o próprio Tanque da Nação se esgotavam, tanto pela evaporação como pela intensidade da demanda e como os caminhões percorriam maiores distâncias, conseguiam água de diferentes locais, inclusive do Rio Itapicuru que tinha “água boa”. Esses trajetos percorridos pelo carro-pipa passaram a ser o socorro dos roceiros que residiam nos “beijos das estradas” e com o tempo a buzina se tornou um sinal sonoro peculiar à chegada da água, tanto na roça como na “rua”.

Tinha dia de tá almoçando aqui e correr pra praça, porque o caminhão parava lá. Quando ele buzina na estrada nois aqui pegava a lata chegava lá e botava aquelas fila, enche um, enche outa e quando a água acabava ficava sem, esperava outro carro. Só pegava de lata e era uma ou duas. Ninguém tinha direito de pegar três, nem quatro lata não. E dava briga, briga de feder. Cansei de largar o de comer no prato pra correr com lata pra praça.²⁰⁶

A vida passou a ser, em alguma medida, ritmada pelas buzinas dos caminhões de água. O sinal sonoro agitava a vila e mobilizava quase toda a população em busca de um mesmo objetivo: “correr pra praça”. A agilidade era também a pressa, o movimento, a euforia com a chegada dos caminhões, pois, a depender da demanda do dia, famílias poderiam ficar sem água. O horário para partir em busca do caminhão também era um fator irrelevante, já que, certamente, não havia algo mais desafiador e necessário que a água, a ponto do sujeito “largar o de comer no prato para correr com lata pra praça”. Essa expectativa pode ser visualizada em dois registros fotográficos, realizado, provavelmente, pela equipe de Leão Rosenberg²⁰⁷, o cineasta baiano responsável por dirigir um filme-documentário que narraria o drama da água em Araci.

Devido à complementariedade das ocasiões, selecionadas pelo fotógrafo, irei elencar as duas fotografias sucessivamente. Acredito ser importante que o leitor as visualize em sintonia, sem que haja a minha interrupção, pois, tudo indica que se trata de circunstâncias análogas e mesmo se tivessem sido produzidas em momentos distintos, ainda assim, expressam situações subsequentes, a datação não é exata, mas segundo os sujeitos que vivenciaram o período e estiveram mais próximos dessa realidade, o registro deve ter sido feito em 1958, ano em que a produção do filme estava na vila. Como se trata de momentos consecutivos, as imagens se complementam e nos acrescentam outros aspectos, agora visuais,

²⁰⁶ BIA DE RENATO, 2018.

²⁰⁷ A confirmação de que se tratava da equipe de Leão Rosenberg se deu devido uma matéria publicada pelo **Jornal A Tarde**, edição de 25 de maio de 1959, p. 05, que registrou o lançamento de um filme-documentário do açude Araci. Além disso, alguns sujeitos relembram da ocasião das filmagens na cidade, como o ex-prefeito Carlos Mota que se recorda, inclusive, das cenas do filme exposto na praça em 1959.

para que compreendamos como se dava o movimento da vida ritmado pela necessidade da água:

FIGURA 6 – Praça da Conceição – Araci, Bahia – 1958.



FONTE: CCA

FIGURA 7 – Praça da Conceição – Araci, Bahia – 1958.



FONTE: CCA

Apesar dos carros-pipas mobilizavam, de fato, o cotidiano da cidade, as imagens também são resultado de outras intencionalidades. A luta pela água é um dos elementos

indicativos da força exercida pelas secas, mas a presença de uma equipe cinematográfica indica, sobretudo, a transformação desse drama como a sua remediação em espetáculo. O que se assevera também é a tentativa de capturar um olhar favorecedor ao Departamento e a praça com o frequente trânsito de caminhões era, certamente, o cenário ideal para essa composição. Dessa forma, o autor conseguiria a elaboração mais aproximada daquilo que desejava registrar: a disputa pela água.

Na imagem (6), os caminhões e os roceiros são enquadrados no centro da paisagem. Nessa posição, o fotógrafo colocava os caminhões em primeiro plano, dando menos ênfase a aglomeração. Em seguida, na imagem (7), a foto, pela angulação, parece ter sido produzida de cima do caminhão e isso demonstra que o objetivo principal era surpreender o entusiasmo daquela situação, o que pode ser vislumbrado tanto pela concentração como pelas expressões faciais flagradas na disputa pelo melhor lugar na fila. Esse era o momento mais delicado de toda a operação, pois só correr em direção ao caminhão não garantia a água, era preciso conseguir o lugar mais próximo do cano de distribuição e caso o líquido acabasse antes da vez, água só no caminhão seguinte que a depender do horário poderia ser no outro dia.

A fila, portanto, era outro fator importante na rotina, ali se vivenciava o ápice do processo de disputa. Nesse momento, sujeitos, latas, potes e *rudias* tomavam conta da praça e a depender da ocasião poderiam se chocar entre si: “E dava briga, briga de feder.”. Segundo os roceiros, entrevistados para esta pesquisa, era raro o dia em que não tinha tumulto, a ponto das lideranças intervirem no intuito de disciplinar a situação.

Aí era aquela confusão, era lata amassada e pote quebrado na luta. Era guerra pra panhar água, uma querendo tomar a frente da outra. Quando Erasmo entrou [1959] ele fez um cadastramento, cada família recebia uma lata de água por dia do carro-pipa. Aí era uma confusão, diziam tenho vinte pessoa na minha casa e ela só tem uma, aí bom se ela quiser lhe ceder meia lata, ela lhe cede, mas tem que ser uma lata pra cada família. Isso tinha um cartãozinho pra controlar, agora se sobrasse riptia. Era uma confusão do inferno, a polícia ia pra lá resolver.²⁰⁸

A disputa adquiria a condição de “guerra” e isso não era algo esporádico, fazia parte de uma “luta” cotidiana. As filas e os conflitos não resultaram da dinâmica com os carros-pipas, antes, perfaziam diferentes situações que envolviam a água. Desde o período em que vigoravam as cacimbas e as bombas, tanto as movidas a cata-ventos como as de traquejo manual, que a fila era parte da rotina do lugar. No entanto, com os carros-pipas, a inconstância nos horários de distribuição e a boa qualidade do líquido, se intensificaram, ainda mais, as quizilas nas filas. Nesse momento entravam em ação os procedimentos de

²⁰⁸ MOTA, 2018.

disciplina que controlavam não apenas o acesso à fila e a ordem por meio da polícia, mas, limitava, inclusive, a quantidade de água por família com: o “cadastramento” e o “cartãozinho”.

Logo, controlar a quantidade da água denota, também, que a disciplina não era acionada apenas para conter as confusões, pois a iniciativa evidencia que a demanda das famílias e a distribuição da água estavam extremamente incompatíveis. Em 1959, quase quatro anos após o início das obras do açude Poço Grande e com a intervenção gradativa do Dnocs na cidade, a água, ainda, era sinônimo de intensa “luta” cotidiana. E, nesse mesmo ano, o *Jornal A Tarde* anunciou a estreia do filme-documentário “A Mais Humana Das Metas”²⁰⁹, que exibiria nas telas de cinema da capital a atuação do departamento em Araci.

Entretanto, não durou muito tempo, quase um mês depois, o mesmo jornal denunciava o embuste na produção. Com o expressivo título “O filme do Dnocs não reflete a verdade”, o articulista-correspondente discorria duras críticas aos cinegrafistas responsáveis pela película. Não apontou nomes, mas eximiu o Departamento de qualquer responsabilidade e acusando a produção do filme, afirmou, veementemente, que a película causava surpresa:

[...] especialmente aos aracienses pela inverdade com que os cinegrafistas complementaram o seu trabalho, desviando o que lhes fora confiado pela Direção do Departamento de Sêcas cujo objetivo principal era, certamente, fazer divulgação sincera do que realmente o D.N.O.C.S. está empreendendo neste município em matéria de açude. [...] Queremos crer que os cinegrafistas não usaram maldade na confecção do seu filme-jornal, porém para evitar dissabores futuros, seria conveniente que fosse mudado o teor da narrativa, inclusive explicando como o povo daqui ficaria bem servido depois do nosso açude pronto e não como o narrador fez menção de ser aquelas obras vistas no documentário serem a do açude de Araci. [...].

Não é preciso ir muito longe para constatar que o filme produzido por Leão Rosenberg, como afirmava o articulista do *Jornal A Tarde*, não refletia realmente a realidade. Basta apenas lembrar que no mesmo ano da produção, 1958, se abatia sobre o Sertão-Nordeste mais uma seca severa, portanto, dificilmente o açude já estivesse condizente com as cenas apresentadas na película: “[...] se vê o Açude-Araci totalmente pronto, com perfeito serviço de irrigação, hortaliças em profusão, vegetação luxuriante e uma longa visão da represa d’água embelezando o cenário da região. [...]”²¹⁰. Ademais, mesmo se o açude estivesse concluído, o que não era o caso, a quantidade de chuvas não teria sido suficientes para encher a barragem, principalmente com a dimensão e as circunstâncias admiráveis, apontadas pelo autor da matéria.

²⁰⁹ O Filme Do Dnocs Não Reflete A Realidade, O Açude De Araci Ainda Não Está Concluído. **Jornal A Tarde**. Salvador, 14 de jul. de 1959. BPEB.

²¹⁰ Ibidem.

Outro indício que corrobora com a inverdade narrada no filme-documentário é que em 1959, ano de exibição da película, os jornais evidenciavam a insistência da estiagem que acabava por esgotar as condições de existência dos roceiros de Araci. Numa pequena nota, datada de 5 de novembro 1959, o *Jornal A Tarde* descrevia a intervenção de agentes externos, ligados à Igreja Católica, que tentavam, sem sucesso, aliviar a fome do “povo”. Com o título “Sofrem os aracienses com a sêca” o autor registrava que “O fubá e o leite em pó foram consumidos em um dia” e acentuava que:

[...] As autoridades locais, fizeram também a distribuição desses produtos nos Distritos de Pedras-Altas, Tapuio, Barreira e João Vieira não tendo, todavia chegado em quantidade satisfatória para atender ao povo, que está faminto e angustiado em virtude da seca que está assolando toda a região. As autoridades municipais estão empenhadas em conseguir novas remessas dos mesmos produtos a fim de amenizar um pouco a situação. Os donativos vieram tão somente matar a fome da pobreza por um dia, pois a quantidade distribuída foi diminuta para o grande número de pessoas necessitadas. Esses donativos foram conseguidos graças aos esforços do sr. Misael Cunha e do prefeito Erasmo Carvalho tendo sido transportado de Salvador até aqui pelo DNOCS.²¹¹

O relato apresenta os efeitos da terceira seca nos anos de 1950: “Faminto e angustiado” o roceiro enfrentava, mais uma vez, a quebra do ritmo da vida. Embora esteja evidente a intenção do autor em se utilizar da situação para enaltecer o prefeito Erasmo Carvalho e o influente Misael Cunha, a narração condizia com o estágio mais doloroso da estiagem em que o grave desequilíbrio das necessidades da população e a capacidade da produção se manifestavam. A “fome” generalizada é o indicativo resultante entre a longa duração da estiagem e a extensão territorial atingida. Esses fatores expressavam a grande dimensão do sofrimento e apesar do filme-documentário não ter refletido a realidade, o Dnocs tinha, de fato, “A mais humana das metas”.

O Açude Poço Grande não era apenas uma obra de avantajado porte para o período e o “lugar” roceiro no qual se concretizava, ou mesmo, uma demonstração da eficiência entre a articulação política das classes dominantes regionais e o poder local, a sua execução representava a possibilidade de intervir e melhorar as condições de existência dos roceiros de Araci. E, é possível constatar as expectativas geradas com a obra a partir da afirmação do articulista do *Jornal A Tarde*, já que, naquele momento, de extrema seca e sofrimento, o Açude Poço Grande significava “a futura salvação desse rincão nordestino”²¹².

²¹¹ Sofre os aracienses com a sêca, O fubá e o leite em pó foram consumidos num dia. **Jornal A Tarde**, 05 de nov. de 1959, p.03. BPEB.

²¹² Expressão retirada da seguinte matéria do *Jornal a Tarde*: O Filme Do Dnocs Não Reflete A Realidade, O Açude De Araci Ainda Não Está Concluído. **Jornal A Tarde**.

3.2 Açude Poço Grande: “a futura salvação deste rincão nordestino”

Até hoje a sêca permanece incontrolável motivo por que o homem somente tem conseguido atenuar-lhe os efeitos [...]. Portanto, há cêrca de 30 anos foi elaborado o plano prevendo o aproveitamento de diversos vales de significativa importância para a economia nordestina, com a execução de vários tipos de obras, entre as quais a construção de barragens e a utilização dos reservatórios por elas formados, é de fundamental importância.²¹³

Em 1960, o Dnocs realizava, como em outros anos, o balanço de sua atuação no Polígono das Secas, demarcando, em sentido amplo, os principais avanços do Departamento em relação aos períodos anteriores. Nessas ocasiões, vislumbradas nas diversas publicações da própria instituição²¹⁴, os dirigentes, que eram também engenheiros e estudiosos da seca, apresentavam as questões técnicas e hidrológicas do Sertão-Nordeste, temas que transcorriam, inclusive, pelo posicionamento acerca das condições históricas, geográficas, sociais e econômicas do espaço.

No relatório é possível identificar os diferentes lócus de atuação a partir do posicionamento do diretor geral do Dnocs, José Candido Castro Parente Pessoa, que era o responsável por conduzir a explanação e, por conseguinte, a conferência. Esse registro pode nos ajudar a entender como o Departamento estava atacando o problema das secas, que mesmo depois de 50 anos de pesquisa e atuação no Nordeste, ainda, era considerada “incontrolável” pelos estudiosos. Entretanto, a imprevisibilidade dos fatores climáticos poderiam ter os “efeitos” atenuados pela “construção de barragens e a utilização dos reservatórios por elas formados”. A açudagem era uma das soluções primordiais quando se pensava em *domar* a devastação causada pelas secas, já que por meio de sua efetivação se promoveriam outras ações que assegurariam a autonomia e a resistência da população em períodos de estiagem.

Nesse momento, o Departamento enfrentava uma redefinição sobre a abrangência de suas ações, redimensionando o entendimento e a maneira de enfrentar o fenômeno das secas, que deixava de ser compreendida apenas como um fator geográfico para ser encarada como

²¹³ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA, 15 de janeiro de 1960. Minas Gerais. **Dnocs: Programas e Obras**. Publicação N° 203, série I. E. Rio de Janeiro – Guanabara, julho de 1960. Biblioteca do DNOCS-Salvador-Bahia, 4° DISTRITO.

²¹⁴ As conferências mais importantes realizadas pelos diretores e, por conseguinte, engenheiros do DNOCS se encontram em uma publicação de edição fac-similar feita por ocasião das comemorações do septuagésimo quinto aniversário do departamento. É possível ter acesso, nessa publicação, a cinco pronunciamentos de épocas e contextos diferenciados 1913, 1940, 1950, 1974, 1975. Ver: MINISTÉRIO DO INTERIOR, DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Dnocs Pensamento E Diretrizes**. Edição comemorativa do 75° aniversário do DNOCS. Fortaleza: 1984. Biblioteca do DNOCS-Salvador-Bahia, 4° DISTRITO.

um problema agravado, em grande medida, por um conjunto de relações sociais estabelecidas ao longo do tempo. É a partir daí que se abandona a perspectiva de “combate” para se atuar com prerrogativas de “convívio” com as secas²¹⁵. Essas mudanças estavam sendo gestadas desde a década anterior com a influência da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-Cepal²¹⁶ e a implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

A Sudene se firmou como proposta institucional em 1959 por meio da Lei nº 3.692 e, portanto, se tratava de uma proposta exarada pelo próprio executivo da União, com intenção de instituir, inclusive, medidas sistêmicas e profundas para superar as políticas hidráulicas de combate às secas que, até então, vigoravam no Nordeste²¹⁷. Essas novas ações foram fruto das pesquisas gerenciadas pelo GTDN, um Grupo de Trabalho criado pelo então presidente Juscelino Kubitschek em 1956 e supervisionado por Celso Furtado, o coordenador de pesquisas do grupo Cepal. Ocorria, nesse período, a implantação do Plano de Metas, um marco na reelaboração qualitativa das relações econômicas do país, em que o Estado assumia novas funções com vistas a um planejamento integrado e a “estatização formal” dessa economia nos diversos setores: energia, transportes, alimentação, mecanização da agricultura, entre outros que se agregavam a prioridade concedida à indústria automobilística e ao transporte rodoviário, eixos principais de desenvolvimento nacional²¹⁸.

As mudanças empreendidas por Juscelino Kubitschek tinham o seu ponto máximo na construção de Brasília. A nova capital seria o símbolo do “novo Brasil” concretizado nos “cinquenta anos em cinco”, uma expressão, comumente, reverberada pelo governo para demonstrar a dinamicidade do seu modelo econômico²¹⁹. Essa ênfase “desenvolvimentista” foi estendida em caráter regional e a Sudene, era, justamente, o órgão responsável pela

²¹⁵ POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS: Marchas E Contramarchas Da Convivência Com As Secas**. Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009.

²¹⁶ A Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL foi organizada nos debates do pós-guerra com o intuito de pensar as questões latentes das desigualdades sociais da América Latina. Para tanto, almejava dar respostas a obstáculos estruturais que impediam o crescimento das economias subdesenvolvidas. A comissão era formada por vários intelectuais latino-americanos, inclusive, Celso Furtado, que construíram uma teoria própria sobre os países periféricos. As novidades nos posicionamentos cepalinos eram baseadas, principalmente, no paradigma centro-periferia e na deterioração dos termos de troca. Para maiores detalhes, acerca das ideias e críticas ao modelo cepalino. Ver: HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950- 1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 167. OLIVEIRA, 2013.

²¹⁷ OLIVEIRA, 2008, p. 250-251.

²¹⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 59 e 60.

²¹⁹ Ibidem.

integração do Nordeste com o restante do país, principalmente com o Centro-Sul, numa atuação que ia muito além das medidas traçadas e percorridas, até então, pelo Dnocs²²⁰.

Para Oliveira²²¹, a Sudene foi o primeiro projeto do Estado com a finalidade de desenvolver uma intervenção “planejada” no Nordeste, dissolvendo antigas formas de produção, enquanto o Dnocs significou um esforço “racionalizador” sem que se intentasse uma transformação profunda dos ciclos produtivos. Convém fazer essa distinção, para que não se ultrapasse os limites de atuação do Departamento que trabalhava em várias frentes como estradas, açudes, perfuração de poços, irrigação e piscicultura, interferindo, em alguma medida, no espaço com arranjos de socorro, mas sem alterar as relações de produção e propriedade da terra. Por conta de proporcionar pouca dinamização, o próprio relatório do GTDN condenou as ações de açudagem, alegando que estavam incidindo sobre a contenção da massa populacional sem aumentar a oferta de alimentos. Para o “Grupo de Trabalho”, os açudes tinham um “resultado paradoxal” a ponto de “está contribuindo em última instância para tornar a economia mais vulnerável a seca”²²².

Desde então a Sudene passou a interferir nas demandas do Dnocs, principalmente em obras e estradas delegando essa função a outros órgãos federais. Essa nova dinâmica foi abordada pela conferência dos anos 60 e encontra-se registrada no quesito “Relações com outros órgãos públicos”, no qual se destacou as atribuições que o departamento mantinha com diferentes instituições federais como a CHESF, o BNB, o DNER e a própria Sudene que aparece como principal articuladora desses órgãos, pois como afirmava o Diretor Geral: “Esta [Sudene], através de suas atribuições específicas, poderá indicar os meios mais adequados a outros órgãos federais, a fim de que estes completem a ação que o Dnocs exerce visando a recuperação e integração sócio-econômica do polígono.”²²³. Isso demonstra claramente que, nesse período, a Sudene regulava as funções dos outros órgãos com perspectivas de regionalização e “integração sócio-econômica”, o que extrapolava a visão anterior do Departamento, baseada no “ataque” às barreiras climáticas do espaço.

A seca foi acentuada no relatório da GTDN, de modo que asseverou sanar as suas implicações. As estratégias projetadas giravam em torno desse problema que seria resolvido na medida em que as transformações estruturais permitissem o desenvolvimento da economia. A “elevação da produtividade agrícola” e a “consolidação da industrialização” eram os eixos fundamentais para sustentar as mudanças que incidiriam sobre “outras formas de

²²⁰ OLIVEIRA, 2008.

²²¹ Ibidem.

²²² GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Rio de Janeiro, 1959, p. 71.

²²³ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA, op. cit., p. 43.

aproveitamento das águas já represadas, com vistas a organização da economia da região semi-árida, tornando-a mais resistente ao impacto das secas”²²⁴, portanto, esses fatores tinham “a mais elevada prioridade em um programa de desenvolvimento regional”²²⁵ que determinava, inclusive, uma “apreciação crítica da experiência acumulada”²²⁶ pelos diferentes órgãos federais.

Essa visão provocou um reordenamento nas iniciativas dos órgãos federais que passaram a depender, cada vez mais, da Sudene enquanto órgão regulador. E, apesar do diagnóstico negativo acerca da açudagem, as ações empreendidas, na década anterior, ainda eram efetivadas pelo Dnocs. A conferência de 1960 apresentou, inclusive, a inserção de novos “sistemas”, ou seja, bacias hidrográficas que já vinham sendo estudadas “há cerca de 30 anos”²²⁷ pelo Departamento e se localizavam fora da circunscrição dos “três estados”²²⁸.

“Os três estados”, como eram designados pelo departamento o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, se tornaram os espaços privilegiados de atuação do Dnocs, já que eram considerados os mais afetados pelas secas. Essa constatação se dava não porque fossem os mais secos do ponto de vista climático, mas pela extensa área localizada dentro do Polígono, com alta densidade demográfica e, conseqüentemente, uma grande exposição às calamidades causadas pelas estiagens²²⁹. Além disso, a considerável e ávida bancada parlamentar, que representava esses estados, capturava as verbas, como grande parte das ações do Departamento²³⁰. Logo, esse novo direcionamento, mesmo que tímido, anunciava uma descentralização dentro do próprio Polígono que já apresentava, também, intervenções em Minas Gerais²³¹.

Antes, dessa ampliação, “quatro sistemas” principais, localizados nos “três estados”, eram constantemente “atacados” pelo Dnocs que realizava vários estudos sequenciais e extensivos das condições geográficas, climáticas, econômicas e sociais²³². Com a inclusão dos outros sistemas, dez novos “vales” passaram a fazer parte dessa abrangência, inclusive, o “Sistema Itapicuru, na Bahia”:

²²⁴ A questão da seca atravessa boa parte da discussão construída pelo Grupo de Trabalho, pois se trata de um dos fatores que implicava diretamente na economia do Nordeste. GTDN, 1959, p. 79

²²⁵ Ibidem.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA, op. cit., p. 7.

²²⁸ A designação e os estudos direcionados a atuação do DNOCS nos “Três estados” aparecem com bastante ênfase na Conferência dos anos 50. Ver: MINISTÉRIO DO INTERIOR, DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, 1984, p. 44-47.

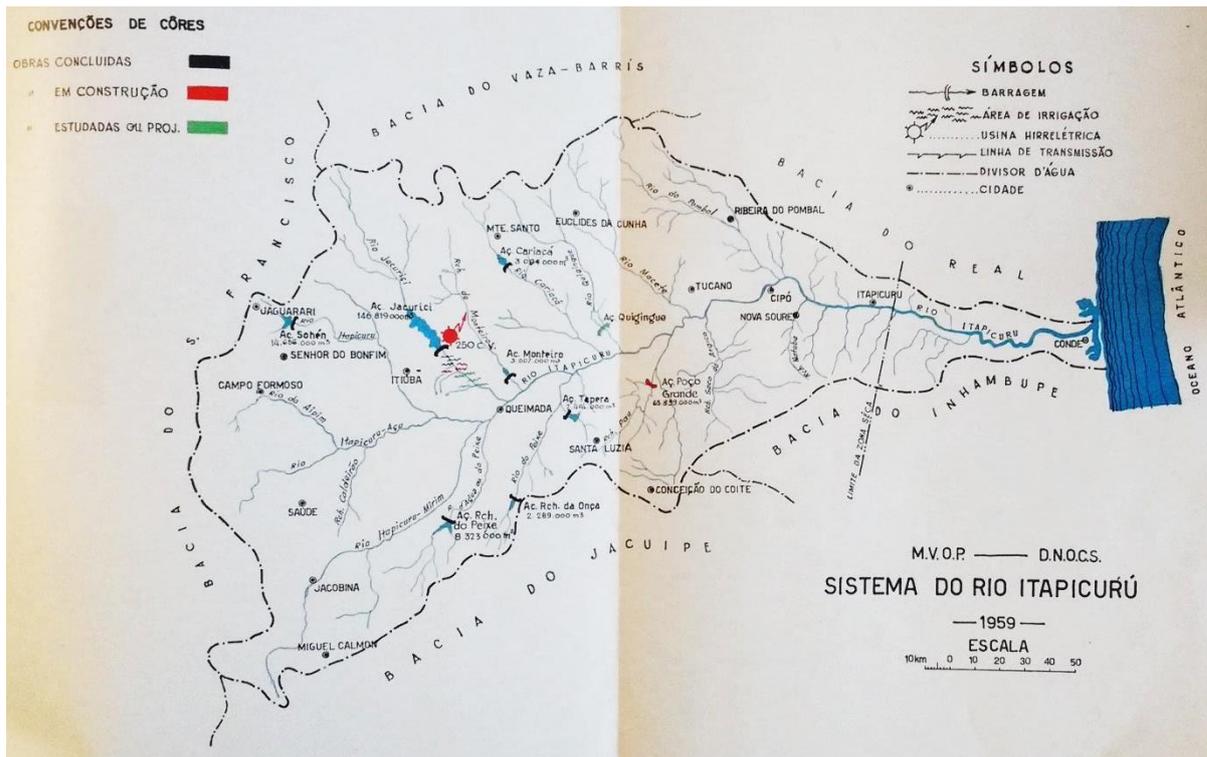
²²⁹ Ibidem.

²³⁰ OLIVEIRA, 2008, p. 176-180. VILLA, 2000, p. 190-193.

²³¹ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA, op. cit., p. 44-45.

²³² Ibidem, p.7.

FIGURA 8 – Mapa do Sistema do Rio Itapicuru – 1959.



FONTE: Dnocs Programa e Obras, 1960 - Biblioteca do Dnocs

Na imagem acima é possível constatar a atuação do Departamento no “Sistema do Rio Itapicuru” com diversos açúdes concluídos, projetados ou, ainda, em construção, como era o caso do “Açude Poço Grande”. Além disso, podemos verificar quais cidades abrangiam a bacia hidrográfica e o “limite da zona sêca”, ou seja, a fronteira de atuação do Dnocs. Esse registro cartográfico é uma indicação do progresso nas pesquisas que avançavam conforme a execução das obras, pois os açúdes também impulsionavam uma demanda voltada para os principais focos de intervenção dentro do próprio “Sistema Itapicuru”:

Situado também no Estado da Bahia, cobre toda a Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, com área de 36.000 km². A principal cidade localizada nessa região é a de Queimadas.

Compreende os seguintes açúdes:

- a) *Jacurici*, com capacidade de 147 milhões de m³, construído em 1956;
- b) *Poço Grande* (ex-Aracy), com capacidade de 66 milhões de m³, em construção;

A área prevista para a irrigação é de 800 ha, a qual poderá ser ampliada com a conclusão dos estudos que continuam a ser realizados em relação a este sistema. [...].

A indústria de pesca também terá sua importância econômica e, de acordo com os levantamentos já realizados, a produção diária poderá ser superior a 250 kg.²³³

²³³ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA, op. cit., p. 26.

Embora “Queimadas” se destacasse como a “principal cidade localizada nessa região”, o Departamento concentrava as suas demandas em outros espaços: Jacurici, na cidade de Itiúba, e Poço Grande na Vila de Araci. Essa centralização era definida, principalmente, pela dimensão dos açudes, pois eram, respectivamente, os maiores de “tôda a Bacia Hidrográfica do Rio Itapicuru, com área de 36.000 km²”, atraindo recursos, aglomeração humana e intervenções mais localizadas: “Aqui [Araci] ficou sendo uma pequena sede do Dnocs, foi feito campo de aviação, ninguém nunca pensou daqui ter campo de aviação.”²³⁴; portanto, mudanças que concederiam, após a conclusão do açude, uma determinada “importância econômica” projetada em “irrigação” e na “indústria de pesca”.

A atuação constante do Departamento no período das obras era cada vez mais complexa, pois mobilizava a instalação de uma rede de comunicação que incluía: campos de pouso, rádio telegráfica, e, principalmente, estradas que eram consideradas uma das medidas imprescindíveis para se “atacar” os efeitos das estiagens. O deslocamento era pensado como uma ação eficaz de “combate”, uma vez que num período de calamidade extrema as estradas funcionariam como uma possibilidade de fuga para abandonar os espaços secos ou mesmo concederia o acesso mais rápido e seguro as áreas atingidas. Seria por meio dos diferentes trajetos que se impulsionaria também o fator econômico local, portanto, para o Departamento as estradas e os açudes se complementavam enquanto ações, combinadas, contra as secas²³⁵.

Nos anos de 1960, período em que se concretizavam os grandes programas rodoviários nacionais, a área que abrangia o Polígono das Secas já contava com uma significativa rede de estradas, levando em consideração a proporção de sua área ao resto do país²³⁶. As estradas vicinais ou mesmo as extensas rodovias foram construídas conforme a intervenção do Dnocs no Nordeste. A efetivação de um açude, por exemplo, impulsionava todo um aparato que ia desde as máquinas pesadas utilizadas na abertura de estradas e na obra em si, até os carros-pipas do cotidiano. É importante especificar que o Poço Grande foi pensado e executado, ainda, na perspectiva de “combate” às secas, quando não se intentava mudanças na concentração fundiária, tampouco dinamicidade econômica. Porém, as ações empreendidas pelo Departamento interferiram, sobremaneira, no espaço roceiro:

O Poço Grande nos serviu muito porque fez a estrada daqui pra o Poço Grande né! Do Poço Grande o engenheiro puxou pra o Rio Itapicuru pra panhar água e em 59 já pegava água por aí, como Tapuio era perto, aí puxou pro Tapuio e fez uma estrada boa. É tanto que a rodovia BR-13 passa ali perto da Lagoa do Curral, como não tinha água de beber boa, panhava água

²³⁴ MOTA, 2018.

²³⁵ CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA SOCIEDADE MINEIRA DE ENGENHARIA, op. cit., p. 33-35.

²³⁶ OLIVEIRA, p. 177.

no carro-pipa no Jorro, o caminhão ia no Jorro panhava água entrava aí na Lagoa do Curral ia sair na Terra Dura de lá no Poço Grande, então, mais estrada. Araci ficou muito bem servido de estrada por isso. Daí agora o pessoal de Pedra Alta fizeram uma manifestação veio aí pedir a ele [o prefeito Erasmo] pra fazer uma estrada do Poço Grande pra Pedra Alta que não tinha. Veio a estrada daqui pra Salgadália. Araci ficou beneficiado com o Dnocs.²³⁷

A questão da água estimulou formas diversas de intervenção. A rede de estradas vicinais, criadas ou ampliadas com a atuação do Dnocs, é resultado da mobilização contra os efeitos da seca. Entretanto, em 1961, os roceiros se viram novamente desestabilizados por conta das irregularidades nas chuvas e, ao que parece, o impacto sobre a Bahia estava sendo demasiadamente forte, pois os jornais reclamavam: “Pode-se dizer que esta seca, que aflige centenas e milhares de pessoas no sertão, é uma das mais graves que já tem conhecido a Bahia”²³⁸. E, apesar desses periódicos, na maioria das vezes, expressarem as reivindicações das classes dominantes, principalmente quando se tratava de utilizar a seca como pretexto para captação de recursos do Estado, a estiagem persistia em uma situação nada favorável.

Nesse contexto, o articulista, diferente de outras ocasiões, não escrevia para rogar o auxílio do Estado, mas para denunciar a sua negligência. No próprio título, “De novo, a seca”²³⁹, indicava a recorrência da calamidade e cobrava dos órgãos responsáveis pela contenção do “flagelo” a sua parte no “sofrimento” das populações atingidas:

Dessa estiagem que aí está, muito mais que de outras deve ser dito que chegou em má hora. Veio quando o Estado se encontra realmente sem recursos, reduzindo os esforços que o governo vem empreendendo para minorar os efeitos do flagelo. Tudo conspirou contra nós, e a acreditar nas queixas do DNOCS, até mesmo a Sudene. Deste órgão apesar de sua finalidade fundamental ser a contribuição para as mudanças estruturais do Nordeste, tínhamos o direito de esperar que mostrasse um interesse maior por tudo o que sofremos. Mas, está sendo apontado como um dos culpados pelo fato de que o DNOCS não disponha de recursos, para enfrentar as suas responsabilidades, diante da ocorrência.²⁴⁰

No posicionamento, o articulista concede maior ênfase à ocasião do que a própria seca: “chegou em má hora”. O fenômeno era recorrente, mas naquele momento já se deveria “minorar os efeitos do flagelo”, pois se efetivavam as ações do GTDN, no qual a Sudene, como órgão proeminente da União, atuava para o desenvolvimento regional e integração econômica do Nordeste. Por conta disso, a denúncia adquiria um tom de indignação perante a contradição maior: “sua finalidade fundamental ser a contribuição para as mudanças

²³⁷ MOTA, 2018.

²³⁸ De novo, a seca. **Jornal A Tarde**. Salvador, ed. 16.557, ano 49, p. 5, 06 de out. 1961. BPEB.

²³⁹ *Ibidem*.

²⁴⁰ *Ibidem*.

estruturais do Nordeste”²⁴¹ quando se constatava a redução de “recursos” e “esforços”. Além do que, a relação entre os órgãos federais, enaltecida na última Conferência do Dnocs, dava sinais de problemas, segundo o articulista, que, mais adiante, concluía o texto cobrando elucidações:

Este, aliás, é um assunto que gostaria de ver melhor explicado, pois seria profundamente decepcionante que, num problema de tanta gravidade, se estivesse a fazer jogo de empurra, como é o de hábito entre certos homens da nossa administração, quando a questão fica a cargo de vários. A Bahia não é desses Estados carpideiras gemendo e chorando à cota de verbas, quando pára de chover. Se a indústria da seca existe entre nós, devemos confessar que ela é incipiente, em relação ao que alhures acontece. No caso vertente o que há é muita dor e sofrimento, exigindo imediatas medidas de socorro. Se o Estado está comprovadamente sem dinheiro, que o DNOCS se mexa para cumprir seu dever, inclusive, compelindo a SUDENE a fazer-nos a colaboração que, agora é seu dever nos prestar.

A expressão “jogo de empurra” se refere claramente aos efeitos da burocracia, ampliada “quando a questão fica a cargo de vários” e mesmo sem poder mensurar até que ponto as classes dominantes baianas corroboravam com a “indústria da seca”, pois não é o objetivo desta pesquisa, o posicionamento do articulista parece reclamar uma maior barganha de verbas a outros estados, já que para ele: “A Bahia não é desses Estados carpideiras gemendo e chorando à cota de verbas, quando pára de chover.”²⁴². É possível que esteja se referindo aos “Três estados”, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo esses, os principais centros de atuação das obras e das verbas contra as secas. Independente de constatar a “dor e o sofrimento” causado na ingerência da “indústria da seca”, o que chama atenção é o modo imperativo de seu discurso, ordenando “que o DNOCS se mexa para cumprir seu dever, inclusive, compelindo a Sudene a fazer-nos a colaboração que, agora é seu dever nos prestar.”. Isso indica o desajuste entre os órgãos federais e as consequências da situação incidiam, novamente, sobre a população assolada pela seca.

Se no início da estiagem, a queda nos recursos e a disfunção dos órgãos federais já assinalavam a gravidade do problema, em 1962 a insistência da seca agravava, ainda mais, as condições de vida dos roceiros. Nesse período, boa parte da Bahia apresentava sinais graves de desequilíbrio econômico e em Araci a situação não diferente:

Impelidos pela fome, inúmeros sertanejos tentaram saquear o comércio desta cidade o que não se consumou devido à intervenção da polícia. Os comerciantes cerraram suas portas, como medida de segurança. Os saqueadores, em bando pelas ruas, gritavam em altas vozes que estavam com fome, ao tempo em que dirigiam improperios ao governador do Estado

²⁴¹ De novo, a sêca. **Jornal A Tarde**. Salvador, ed. 16.557, ano 49, p. 5, 06 de out. 1961. BPEB.

²⁴² Ibidem.

e ao Presidente da República, dizendo-se eleitores que deveriam ter um lugar ao sol. Os comerciantes enviaram um memorial do prefeito, que se encontra em Salvador tratando, justamente, de recursos para aliviar esta situação, comunicando o triste fato e pedindo meios de segurança.²⁴³

Fatores como a queda na produção de alimentos e a morte dos rebanhos provocavam a penúria da população e os “saques”, ações comuns a outros espaços, eram uma das alternativas utilizadas não apenas contra a fome, mas, principalmente, para chamar atenção das classes dominantes sobre a calamidade. Isso fica evidente quando o articulista explicita que os sujeitos estavam “em bandos pelas ruas”, insinuando, em seu texto, que não se tratava somente de um ato isolado de desespero, havia um caráter político na ação que pode ser asseverado pelo fato de se dirigirem, especificamente, com: “impropérios ao governador do Estado e ao Presidente da República, dizendo-se eleitores que deveriam ter um lugar ao sol.”²⁴⁴ Essa circunstância demonstra que sabiam a quem reivindicar a gravidade do problema e o *Jornal A Tarde* continuava, nos dias seguintes, a registrar o descompasso da situação:

Ouviu-se falar, nesta cidade, da existência de uma comissão de Medidas Contra a Sêca, cujo objetivo principal, senão o único seria o de atender aos flagelados, distribuindo víveres e minorando o sofrimento das populações, inclusive com assistência médica.

O povo, entretanto, desejaria conhecer as medidas adotadas pela suposta comissão, visto como, até agora, dela se tem apenas notícia. Para onde vai o dinheiro não se sabe. Os flagelados é que não vêem nada.²⁴⁵

É preciso ressaltar, novamente, que o posicionamento dos periódicos, principalmente os que envolviam a dita grande imprensa do Brasil, não eram neutros, muito menos apartidários. Ademais defendiam interesses de grupos aos quais representavam e tinham forte ligação a determinadas lideranças políticas e empresariais. O próprio *Jornal A Tarde* foi um dos mais eficientes propagadores de notícias contra o presidente João Goulart e, por conseguinte, da intensa mobilização anticomunista²⁴⁶ do período. E, essa postura se reverberava na dinamicidade de notícias que denunciavam quaisquer entraves do governo, inclusive, os mais recorrentes na circunscrição nordestina que abrangiam as consequências das secas e a sua não resolução.

Os diagnósticos e os avanços projetados com a atuação do GTDN em “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste” eram expostos pelo jornal como

²⁴³ Flagelados tentaram saquear o comércio. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 16.632, ano 50, 10 de jan. 1962. BPEB.

²⁴⁴ Ibidem.

²⁴⁵ Povo não conhece medidas contra a sêca. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 16.636, ano 50, 15 de jan. 1962. BPEB.

²⁴⁶ TANNOS, Simão Alves. A imprensa baiana e a queda do regime constitucional e João Goulart (1963-1964). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro *et. al.* **Ditadura Militar na Bahia: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência**. Salvador: Edufba, 2014, p. 11-31.

inoperantes, uma vez que das medidas que superariam os efeitos das estiagens se tinham apenas “notícia”. Já haviam se passado mais de dois anos da institucionalização da SUDENE e os impactos da seca continuavam a desestruturar a vida das populações do Nordeste. As estratégias assinaladas, nesse relatório, não tinham garantido se quer uma atuação emergencial eficaz contra o problema da seca que permanecia imperativo.

Dias depois o diretor do Dnocs declarava à reportagem do *Jornal A Tarde* que “considerava a sêca na Bahia caso de calamidade pública”²⁴⁷ e “que até mesmo as nossas culturas não estão adaptadas ao clima, pois qualquer desequilíbrio que se verifica, como aconteceu agora, perde-se tudo”²⁴⁸. Na ocasião reiterou a importância da construção de reservatórios de água para evitar o problema da seca e anunciou a programação de 376 aguadas e 5 pequenos açudes na Bahia, dentre esses, o Açude Quererá em Araci. Além disso, afirmou que já havia aplicado muitos recursos, anunciava a solicitação de mais verbas e confirmava que a Bahia seria o “Estado mais favorecido” devido a “ser o maior e, por isso mesmo, as suas necessidades serem superiores às dos demais”²⁴⁹. Em suma, as declarações demarcavam a intervenção nas áreas mais atingidas pela seca, ao tempo que ressaltavam a atuação, exclusiva, do Departamento.

Mas, esse conjunto de medidas, que incluía “gêneros alimentícios a serem adquiridos no sul do país, principalmente arroz, farinha, milho e xarque”²⁵⁰, era, como em outras vezes, insuficiente perante a extensão e a persistência da seca. Tanto em janeiro, mês do pronunciamento do diretor do Dnocs, quanto em março foram registrados, pelo mesmo jornal, dois casos de morte por fome e sede em Araci. A descrição, feita pelo correspondente, pode nos conceder alguns indícios do cenário, como também da dimensão dessa estiagem. O próprio título de uma das matérias, “Morreu de fome e sede abraçada ao umbuzeiro”, já é uma síntese daquele drama:

O correspondente de “A Tarde” tendo conhecimento de que uma senhora, que se dirigia a pé de Santa Luz a esta cidade morreu de fome e sede, na Fazenda Marruaís, neste município, se deslocou para ali, juntamente com as autoridades locais, podendo constatar in loco, que a pobre senhora, não resistindo à fome e à sede, morreu debaixo de um umbuzeiro, na ânsia de mitigar a sede e matar a fome, notando-se na boca da pobre senhora, vestígios de bagaço da referida batata. Ignora-se o nome da morta que foi sepultada no distrito de Tapuio neste município. Se não houver uma

²⁴⁷ Diretor do D.N.O.C.S considera a seca caso de calamidade pública. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 16.636, ano 50, 17 de mar. 1962. BPEB.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem.

²⁵⁰ Ibidem.

providência das autoridades iremos presenciar mais vítimas de fome nessa região.²⁵¹

Notícias procedentes do distrito de Várzea da Pedra, neste município, dão conta, que o sexagenário Moisés da Paixão morreu de fome, em seu rústico casebre. O velho Moisés vivia sozinho, não tinha filhos e atualmente alimentava-se de palmas de forragem cozidas com sal e palmito assado de xique-xique. Foi encontrado, junto ao cadáver do pobre Moisés, um prato de barro, contendo restos do típico alimento, sob a guarda do seu fiel e magro companheiro – o cachorrinho.²⁵²

Além da ameaça de “saques”, a fome, a sede e a morte são fatores que apontam para o nível extremado da situação. O cenário narrado lembra, inclusive, as descrições literárias que forjaram um Nordeste pobre, seco e faminto por *natureza*²⁵³. Mas, o objetivo do correspondente, certamente, não era esse, os jornais, naquele momento, também funcionavam como um veículo de denúncia. O intuito era o de provocar as autoridades acerca do problema e a exposição da dieta alimentar demonstrava a potência do sofrimento em tempos de estiagens severas.

Do ponto de vista humano, a intoxicação alimentar representa o auge do desespero, quando se chega ao extremo de comer tudo aquilo que pode ser engolido para amenizar a dor causada pela fome: “Seca aqui nego cumia até xique-xique assado.”²⁵⁴. E, mesmo com a articulação entre diferentes órgãos federais para se “atacar” os efeitos das estiagens, a seca prevalecia, de modo que a fome continuava a rondar o cotidiano dos roceiros.

A morte causada pela adequação da dieta alimentar indica a combinação de alguns fatores recorrentes: a fome era sinal de que as chuvas não caíam a mais de um ano, o que esgotava os recursos previamente acumulados e a área atingida de tão extensa tornava o alimento escasso e encarecido. Logo, o deslocamento se tornava inevitável e a consequência derradeira era procurar algum lugar que oferecesse condições de sobrevivência, pois, até mesmo, as águas procedentes de outros espaços, capazes de minorar a situação, se tornavam, naquela “conjuntura”, mais um fator de risco à vida:

Em virtude de ter chovido nas cabeceiras do rio Poço Grande, o açude público de Araci tomou bastante água. Acontece, porém, que o líquido está contaminado, causando febre tifóide a quem dele usa.

O surto está, até agora, atacando os operários do açude, tendo-se já verificado vários casos. Urge pois, uma providência do 4.º distrito do

²⁵¹ Morreu de fome e sede abraçada ao umbuzeiro. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 16.637, ano 50, 16 de jan. 1962. BPEB.

²⁵² MAIS UMA VÍTIMA DE FOME. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 17.282, ano 50, p.11, 12 de mar. 1962. BPEB.

²⁵³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 137-148.

²⁵⁴ SANTOS, Agripino. **Agripino Gonsalves dos Santos**: depoimento [fev. 2015]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Pau de Rato: Araci, 2017. 3 arquivo. Áudio mp2 (55 min.). Entrevista concedida à autora para a pesquisa histórica.

DNOCS ou do engenheiro residente junto ao açude para que suas águas sejam tratadas ou interditadas. Inclusive há o perigo de caminhões tanques do DNOCS se abastecerem na aguada, que é um dos poucos açudes cheios nessa zona.²⁵⁵

As epidemias se alastravam pelo Nordeste com a marcha das secas e a contaminação das águas era outra consequência desse problema²⁵⁶, portanto, a fome e a sede não eram os únicos fatores da calamidade, a “febre tifoide”, produzia outras enfermidades que comprometiam, ainda mais, a vida dos roceiros. Essa situação foi o primeiro indício de complicações das águas provenientes do açude Poço Grande e “o perigo de caminhões tanques do Dnocs se abastecerem na aguada”, já colocava em evidência, antes mesmo da inauguração, a qualidade do líquido para o consumo humano.

Essas consequências empurravam a população para os pontos de “emergência” geridos pelo Dnocs e, em alguma medida, pela Sudene. Na ocasião, mobilizavam-se verbas para colocar em ação as chamadas “frentes de serviço” e os locais em que se efetivavam as obras, administradas pelo Departamento, eram pontos estratégicos. Araci, com a execução do açude Poço Grande e o beneficiamento das estradas, se tornou o espaço que centralizava essa atuação e, portanto, atraía os recursos emergenciais. Foi nesse contexto que mais de “300 famílias famintas” chegaram à cidade e para o correspondente do *Jornal A Tarde* a situação mereceu a seguinte designação: “Araci transformada em meca dos flagelados”,²⁵⁷ pois:

Essas famílias flageladas procedem dos municípios circunvizinhos de Nova Soure, Santa Luz, Conceição do Coité, Serrinha, Pedras, Lamarão, Salgadália, Beritingas e de outras localidades, aumentando ainda mais a crise da fome. A seca continua em toda a região e não há esperanças de chover tão cedo. Em consequência, a verba de vinte milhões, destinada a construção da rodovia Araci-Nova-Soure, está sendo também empregada nas rodovias Araci-Coité-Riachão do Jacuípe e Araci-Tapuio-Santa Luz, estando prestes a esgotar-se. Nêstes últimos dias Araci está parecendo a “Meca” do flagelo. As autoridades locais atravessam momentos difíceis para solucionar êste angustiante drama. Os flagelados continuam dormindo nas calçadas, à espera de novas verbas de emergência, pois, os vinte milhões de cruzeiros, destinados às construções, não chegaram para as obras em execução. Continuam a chegar mais flagelados, em busca de trabalho.²⁵⁸

Diante da extensão e da duração da seca, a comparação à “Meca” simbolizava a peregrinação. Araci seria o local *sagrado* que resguardava a possibilidade de salvar às famílias, inclusive, as procedentes “dos municípios circunvizinhos”. Enquanto, “seca” era o

²⁵⁵ Água poluída causa inúmeros casos de tifo em Araci. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 50, 5 de fev. 1962. BPEB.

²⁵⁶ VILLA, 2000.

²⁵⁷ Araci transformada em meca dos flagelados. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 17.282, ano 50, p.11, 12 de mar. 1962. BPEB.

²⁵⁸ Ibidem.

sinônimo de “flagelo”, reverberava sofrimento, um castigo que seria amenizado nas “frentes de serviços”. No entanto, essa ação tinha caráter emergencial, prerrogativa que demarcava a sua condição transitória e mesmo sem uma programação planejada ou recursos suficientes era ampliada para outras rodovias. O intuito que movia o “angustioso drama” girava em torno do contingente populacional que chegava à cidade. Novamente, as consequências das irregularidades climáticas não eram pensadas enquanto um fator histórico, social e econômico e as medidas de “emergência” continuavam a funcionar como um paliativo ao sofrimento da população atingida.

Para o Estado, as “frentes de serviço” atendiam a um duplo objetivo: diminuir o índice migratório nesses períodos de seca severa e prevenir, ou mesmo, conter os saques que podiam germinar revoltas mais consistentes. Em um telegrama expedido ao “presidente da república, ao primeiro ministro, ao ministro da Viação, ao Diretor geral do DNOCS, ao diretor da Comissão Coordenadora de Medidas Contra a Secas e demais autoridades federais e estaduais”²⁵⁹, o prefeito, os vereadores e os representantes do comércio local de Araci solicitavam a ampliação das “frentes de serviço” para evitar um descontrole total da situação:

Dramática, angustiosa situação atravessa [a] população [do] Município de Araci. Prolongada a seca quase dois anos, centenas [de] homens, mulheres acossados pela fome, sede ameaçam invadir esta cidade. Apelamos vossência determinar novos serviços [que] possibilitem empregar [no] mínimo mil pessoas. Diariamente morrem pessoas de fome. Palavras não podem traduzir [a] realidade [da] situação. Confiamos providências urgentes possa minorar dolorosa aflitiva conjuntura.²⁶⁰

Com essa medida de contenção o movimento da população se voltava para os pontos de emergência. Porém, de tão inconstantes e precárias, as “frentes de serviço” não sanavam sequer a “crise da fome” e a prova disso é que no primeiro sinal de chuvas eram abandonadas: “Trabalhei fichado nas emergência, trabalhava tempo de seca, tempo bom saía e voltava pra roça, [o Dnocs] pagava em dinheiro, que era baratinho, com o dinheiro comprava alguma coisa pra casa. O trabalho lá era ruim porque o dinheiro num dava pra nada não.”²⁶¹. Logo, o ingresso e a permanência nas “frentes de serviço” tinha a finalidade da sobrevivência no

²⁵⁹ Araci transformada em meca dos flagelados. **Jornal A Tarde**. Salvador, n. 17.282, ano 50, p.11, 12 de mar., op. cit., BPEB.

²⁶⁰ Ibidem.

²⁶¹ LIMA, Gideon Oliveira. **Gideon Oliveira Lima**: depoimento [mar. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Caldeirão-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (50 min.). Entrevista concedida à autora para a pesquisa histórica.

período de escassez, já que se pagava muito pouco e não se concedia qualquer estabilidade aos roceiros²⁶².

Apesar da “dolorosa e aflitiva conjuntura” acossar com mais força os integrantes das “frentes de serviço”, os funcionários do Dnocs, “recém-enquadrados e lotados no Açude Poço Grande”²⁶³, também se encontravam numa situação delicada. Com os vencimentos atrasados desde janeiro e “queixando-se de que a fome ronda seus lares” procuraram o *Jornal A Tarde* para denunciar a situação:

Acentuaram os funcionários prejudicados que, depois de muito lutarem, para passar o quadro dos servidores efetivos da União, a fim de fugirem da fome, que sempre os perseguia, encontram-se agora em nova fase gritante e estarrecedora. Antes, ainda, existiam os vales semanais e os fornecedores, apesar de cobrarem taxas absurdas dividindo o ordenado, ainda lhes sobrava alguma migalha para a manutenção de suas famílias. Como se sabe, esses infelizes estão sofrendo as consequências do atraso de seus vencimentos não existindo dinheiro, nem para fazer as suas feiras semanais [...]²⁶⁴

Mesmo sem dispor de mais detalhes sobre a procedência desses “funcionários recém-enquadrados e lotados no Açude Poço Grande”, é possível asseverar, pela descrição do articulista, que não se tratava de engenheiros ou técnicos do Departamento, mas de roceiros da própria cidade ou do seu entorno, pois como foi explicitado no texto: ascenderam “depois de muito lutarem, para passar ao quadro dos servidores efetivos da União, a fim de fugirem da fome, que sempre os perseguia” e naquele momento se encontravam em “uma nova fase gritante”. Essa narração apresenta, inclusive, um contexto análogo às frentes de serviço, porque a despeito de serem considerados “servidores efetivos da União”, o que lhes assegurava alguma estabilidade, tanto “a migalha para a manutenção de suas famílias” como o “atraso de seus vencimentos”, os tornavam vulneráveis à fome e à contaminação, que era outro agravante dessa situação.

No entanto, a vida dos “operários do açude” não se resume à reação pela irregularidade dos “vencimentos” e a luta contra a “fome” que os “perseguia”. A interferência do Departamento, acentuada nas grandes secas e concentrada em Araci, provocou mudanças no cotidiano que iam muito além da aglomeração humana ou da interferência no espaço com estradas e açudes. O Dnocs, desde a chegada das primeiras máquinas e da arregimentação dos trabalhadores na obra Poço Grande, introduziu novas relações de trabalho, que não afetava

²⁶² Sobre a precariedade nas frentes de serviço ver: FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (CEARÁ, ANOS 1950)**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2016.

²⁶³ FUNCIONÁRIOS DO DNOCS PASSAM FOME: VENCIMENTOS ATRASADOS. *Jornal A Tarde*. Salvador, n. 1.600-1.601, 2 vol., ano 50, p.11, 19 de mar. 1962. BPEB.

²⁶⁴ *Ibidem*.

profundamente o mundo costumeiro, mas se diferenciava, em alguma medida, do que era vivenciado, até então, na roça.

Trabaiava no Poço Grande um ano e cinco meis. Tinha tanto fazendero que ajuntava [os trabalhadores]. Tinha um feitor que chamava Mané. Eu trabaiava com ele. Primeiro foi aqui na estrada, lá num tinha nada feito. Agora formou o grupo de gente daí, do Araci pa lá abriro a estrada, até chega lá. Assim que chego lá que fez o quadro, aí agora boto o povo pa trabaia: cavano cascaio, a máquina panhano, jogano, a gente incima com aquele rolão de ferro apiluano e a máquina espaiano. Tinha uma hora de descanso. Hora de meio dia, era hora de descansar. Quano chegava a hora tava no serviço. Tinha um negóço, chamava uma cachorra, uma coisa de batê, como um sino, quano chegava a hora era só balança e batê e ajuntava tudo no trabaio. Sete hora de pegar lá e cinco do dia pá arria.²⁶⁵

Embora o vínculo paternalista ainda definisse o ingresso ao trabalho, inclusive quando se tratava de um órgão regulado pela rede de influências das classes dominantes regionais e locais, algumas mudanças estavam sendo experimentadas pelos roceiros: “máquina”, “hora”, “sino” são elementos que apontam para uma regularidade, ou melhor, enfatizam um controle mais acentuado de tempo. Aqui, estamos diante de novos mecanismos de trabalho que destoavam do ritmo de vida roceira, regulado, em grande medida, por tarefas diárias na lida com os animais e por marcadores naturais de tempo, definidos, principalmente, pelos períodos de plantio e colheita.

O ritmo ditado pela luz e a intensidade do sol estava sendo ajustado por outras demarcações como a “hora” e a “cachorra”, esse último era uma espécie de sino utilizado para convocar os trabalhadores. Para Thompson²⁶⁶, a eficiência do sinal sonoro tem muito a ver com a necessidade de “sincronizar o trabalho”, era uma forma de manter todos a postos, ao mesmo tempo, para o início do serviço e tinha melhor eficiência se estivesse, comumente, agregado à quantificação do tempo. Por conta disso, a rotina da obra era administrava por uma marcação mais precisa, já que tinha: “hora de pegar”, “hora de descansar” e “hora de arriar”.

A regularidade e a disciplina eram aprimoradas não apenas pela demarcação mais exata do tempo e do sinal sonoro, havia o sujeito responsável pela supervisão direta dos trabalhadores que observava, inclusive, o cumprimento das atividades:

O feitor ficava por ali fiscalizano. Se não tivesse trabaiano direito: Cortava! Era só passa o lápi. Riscava e aquele dia era perdido, tirava do ponto. O feitor era bom com a gente! Chamava Manoel. Era do Denoc. Dava cinco hora ele dizia: oi você vai pa longe, vá saino por aí e vá. Sete hora tava lá no

²⁶⁵ SANTOS, 2017.

²⁶⁶ A relação entre o tempo e a disciplina de trabalho é discutida por Thompson em: THOMPSON, 1998, p. 267-304.

ponto. Eu gostava. Gostava muito [do trabalho]! Todo mundo meu amigo, [eu] trabaiaava bem, não dava o que falar o feitor.²⁶⁷

O “feitor” era encarregado de manter a ordem, a intensidade e a regularidade no serviço, mas esse agente controlador não era estranho ao mundo roceiro, já que estava presente em várias situações, principalmente, quando se tratava de arregimentar trabalhadores para prestar serviços temporários em fazendas e obras. Exercia o papel de um intermediário, poderia até ser hierarquicamente superior aos trabalhadores que coordenava, mas, na maioria das vezes, trabalhava com eles e só ganhava um pouco mais. Apesar do vocábulo “feitor” ser um resquício das relações escravistas, a sua atuação não deve ser circunscrita a um mercenário a serviço do fazendeiro, ou mesmo, do próprio Departamento. Esse sujeito tinha lá suas funções como disciplinador, algum poder, de “tirar o ponto”, porém, era quem convocava os trabalhadores, concedendo-lhes a oportunidade do trabalho junto ao fazendeiro, o que proporcionava mais afinidade do que opressão:

Trabaio de firma trabaiaava divagar. Os feitor dizia ‘não precisa correr no trabaio, só num quero que fique em pé, é pra movimentar’. Lá era divagar. Lá tinha trabaio que era mais ruim na pedreira, furando e quebrano pedra perto do sangrador. Eu só pegava as pedra e jogava pra lá, agora os do martelo era outros.²⁶⁸

Com isso, também não pretendo afirmar que os feitores tinham o comportamento condescendente ou agiam da mesma forma em todas as situações e espaços. É óbvio que havia diferentes “feitores” e com distintas condutas frente aos trabalhadores. No entanto, fica cada vez mais evidente que esse sujeito não exercia uma imposição severa e voltada à eficácia do serviço ou da produção, pelo menos não nesse caso, pois, as relações sociais e o trabalho ainda estavam muito imbricados. Além do que, tanto o sujeito que se posicionava na condição de “feitor” como o trabalhador a ele subordinado, eram roceiros e tinham uma precisa convicção de que o serviço a desenvolver na obra não merecia o esforço extremado do trabalhador.

Logo, a intensidade também não determinava o “ganho”, o que interferia mais diretamente era a posição no serviço: “furando e quebrano pedra”²⁶⁹. Esses fatores insinuam a divisão do trabalho que, condicionados a introdução técnica, concedia outro ritmo ao cotidiano do trabalhador: “panhano, jogano, a gente incima com aquele rolão de ferro apilvano e a máquina espaiano”²⁷⁰. Os sujeitos que outrora construía e beneficiavam os tanques roceiros com a força dos seus corpos estavam sendo surpreendidos pela potência e a

²⁶⁷ SANTOS, 2017.

²⁶⁸ LIMA, 2017.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ SANTOS, 2017.

agilidade das máquinas. A tecnologia possibilitava o aperfeiçoamento do serviço que se tornava cada vez mais complexo conforme se ampliava a intervenção. Podemos nos aproximar, ainda mais, dessa rotina, por meio do acervo fotográfico produzido pelo próprio Departamento:

FIGURA 9 - Açude Público Araci (Ba): Compactação mecânica da barragem em construção – 1962.



FONTE: Biblioteca do Dnocs - 4º Distrito – Salvador-BA.

A imagem (10) é um indício expressivo não apenas porque o fotógrafo desejou circunscrever as transformações no espaço perante a atuação do Departamento, mas, sobretudo, pelos múltiplos elementos que compõem a cena. A montagem da barragem, em primeiro plano, imbricada aos “operários” roceiros que a erigiam, sugere a sincronização e a divisão no serviço. Trajado com a camisa branca e de frente para os trabalhadores, o que parece ser um feitor, aquele sujeito que, nessa situação, se posicionava como “chefe” e coordenava a “turma”. Ao longe, a “vila operária” complementava o cenário da obra como se fosse um pano de fundo que demonstrava como aquele espaço se encontrava, plenamente, modificado²⁷¹.

Entretanto, a obra não seguia um avanço regular. Tanto a seca quanto os recursos econômicos interferiam no andamento do serviço. E, a depender da etapa em que se

²⁷¹ No anexo B, deste estudo, encontram-se outros registros fotográficos da obra e dos roceiros feitos pelo Dnocs.

encontrava, a eminência das chuvas intensificava o trabalho: “a gente tinha veis que tava num buraco as máquina agora em cima. Era preciso muito cuidado, tinha deles que perdia o calçado, curria perdia a sandáia, num era pa cuchilar não, as máquina fruvia assim oi pa dá o serviço antes das água chegar, antes das chuva de truvuada, pa quano a chuva chegar já tá fora.”²⁷². Essa rotina não suplantava antigos costumes que eram invocados como uma resposta à nova disciplina de trabalho:

Cantava os boi de roça na trincheira que é aquele paredão que tem lá, ainda tem lá o paredão. Era batendo apiladeira de barro e cantano os bois de roça. Tinha um [boi de roça] que chamava ‘dandão’, aí o povo dizia: ‘O ferreiro fez a foice, mas não fez o gavião’. Tirava batuque pro dia passar ligeiro. Era o dia todo bateno com o apilador e cantano.²⁷³

“Os boi de roça na trincheira” são evidências que demonstram a força do costume no mundo roceiro. As novas experiências eram sentidas com a satisfação das funções rituais que emergiam como um fator de resistência ao esforço, ou mesmo, preenchia de satisfação um serviço entediante. Logo, o “batuque” era uma resposta ao conflito entre o trabalho e o tempo, uma vez que a sua relevância estava justamente em fazer o “dia passar ligeiro”. E, nesse novo contexto, manter a “flexibilidade do ir e vir”²⁷⁴ era outra necessidade: “Voltava andano todo dia. Tinha barraca lá pá durmi mais vinha pa casa durmir na quentura da veia”. Isso garantia algum tempo distanciado do espaço de trabalho e mais contato com o mundo familiar.

Aliás, desde muito jovens os roceiros, sem distinção de sexo, aprendiam a caminhar longas distâncias entre as roças em que plantavam e colhiam, entre as casas de farinha, nos diferentes trajetos para conseguir a água, nas ocasiões de festas e/ou de missa, portanto, a flexibilidade dos percursos era peculiar ao cotidiano:

A mulher ficou tomano conta dos menino quano eu trabaia no Poço Grande. Caminhava pra lá e pra cá. Todo dia. Vinha dormir aqui [Pau de Rato] e ficava essa veia com essas mininada trabaiano na roça acolá. Quano eu chegava aí a roça tava arva de melencia e feijão de corda. Ela com os menino, trabaio muito mais os menino.”²⁷⁵

Na economia roceira o trabalho era distribuído por toda a família, inclusive, as crianças que acompanhavam e ajudavam os pais nos serviços de roça. Entre o homem e a mulher é importante enfatizar algumas distinções, pois a mulher permaneceu por mais tempo com a rotina regulada pelas tarefas e a sua jornada de trabalho, certamente, superava a do

²⁷² ZÉ DE CIRILO. *Zé de Cirilo*: depoimento [mar. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (1:46 min.). Entrevista concedida à autora para a pesquisa histórica.

²⁷³ LIMA, 2017.

²⁷⁴ THOMPSON, 1998, p. 280.

²⁷⁵ SANTOS, 2017.

homem tanto na intensidade quanto na duração. Para elas, o trabalho com os filhos era inadiável, muitas vezes, inevitável e sem tempo definido para começar ou findar.

Nois lutamo muito pra criar nossa famia toda! E eu pra da conta dos fiu tudo [11 filhos] e da conta dos bichinho, era ovelha, era vaca, era animal e nesse tempo nois criava a metade era solto, ele [marido Zé de Cirilo] no mundo cassano daqui pra acolá e eu tinha dia que tava dento de casa e o galo cantava e eu cochilano, mim acabano ali, eita que o galo cantava e eu dizia misericórdia o galo já ta cantano, deixe eu ir mim deita.²⁷⁶

Essas tarefas domésticas eram conciliadas ao serviço roceiro e a necessidade diária de garantir a água, pois, com uma prole numerosa e companheiros ausentes por diferentes motivos ou situações, as mulheres davam conta de uma intensa rotina que podia ser ainda mais difícil em tempos de seca, quando o cotidiano era completamente desestruturado e a necessidade da água interferia, sobremaneira, nas suas vidas:

A última veiz que eu vim da roça [1962], lá tava uma seca que a água só tinha um pinguinho na casa de minha sogra. Eu ia buscar e nois num tinha animal. Quando a vizinha chegava é que mim dava o animal pa eu ir buscar, dois carote. Acabou tudo, não tinha negócio de dizer rico manda botar uma coisa de água nem ninguém, qui os carro era poco. Os carro do Denocs que fazia parceria com a prefeitura e botava água. Não tinha nada de água, nem pa rico, nem pa pobre. Naquele tempo não tinha onde botar a água [reservatório].²⁷⁷

Talvez a ausência de reservatórios, nas casas ou mesmo dentro nas roças, dificultasse privilégios mais aparentes acerca da água, mas, de fato, a seca atingia toda a população e fazia da rotina um intenso caminhar de lonjuras com latas e *carotes*. Por conta disso, o açude Poço Grande era para os sujeitos roceiros: *esperança*. A cada progresso nas obras se acentuavam as expectativas em sanar o problema da água e essa possibilidade preenchia a dureza do cotidiano. A seca de 1962 havia deixado rastros dolorosos e a vegetação era mais um fator que atestava para a severidade da situação. Em 1963, os efeitos da estiagem ainda perduravam e outro registro fotográfico, produzido pelo departamento, nos aproxima, um pouco mais, daquele contexto:

²⁷⁶ MARIA DE NOEL. **Maria de Noel**: depoimento [mar. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (1:46 min.). Entrevista concedida à autora para a pesquisa histórica.

²⁷⁷ BIA DE RENATO, 2018.

FIGURA 10 – Foto n. 13 - Aç. Público Araci-Bahia - 1963.



FONTE: Biblioteca do Dnocs - 4º Distrito – Salvador-BA.

A foto exhibe o contraste entre duas realidades. Os efeitos da seca, em primeiro plano, marcando a caatinga com troncos desfolhados e rentes sobre um solo pedregoso. Em oposição, a intervenção do Departamento, que aparece em segundo plano. O ângulo escolhido pelo fotógrafo reforça essa ideia ao destacar o que poderia ser um umbuzeiro, planta nativa de espaços faltosos de chuvas, em contraposição com a tomada d'água, espécie de torre que controlaria a passagem de água da barragem. Com isso, acentua a força da seca perante a importância do açude, exibindo, também, o progresso da obra com os taludes de montante e jusante em processo de execução. Essa composição, feita pelo enquadramento do fotógrafo, insinua que o açude estava próximo de ser concluído e a seca um fator a ser superado.

Porém, em 1964, o avanço da classe trabalhadora e dos movimentos sociais foi contido com o Golpe Militar e a instauração de uma ditadura no país. Os órgãos federais, inclusive, o Dnocs e a Sudene, foram esvaziados de suas finalidades sociais e econômicas. Esse novo processo autoritário desestabilizou as relações entre o Estado e o Nordeste que vinham caminhando, mesmo que a tropeços e desacertos, por novas perspectivas de “convívio” com as secas. Para Mendonça²⁷⁸, o golpe representou simultaneamente “o

²⁷⁸ MENDONÇA, p. 89.

esmagamento e a destruição das forças populares, excluídas, doravante, de toda a possibilidade de participação em qualquer instância do aparelho de Estado.”. Diante disso, os órgãos federais tiveram a autonomia comprometida e passaram a trabalhar sob a racionalidade dos militares que se voltaram para a industrialização e os empreendimentos realizados no litoral²⁷⁹.

A política de *Desenvolvimento para o Nordeste* foi estancada. A involução na política de “convivência” com a seca operou contra quaisquer mudanças na estrutura econômica e social e os militares se voltaram para antigas ações como a execução dos açudes, direcionando o Dnocs para os projetos de irrigação que objetivavam o aproveitamento do potencial hídrico acumulado em anos de atuação no Polígono das Secas²⁸⁰.

Foi nesse contexto que em agosto de 1964 o diretor geral do Departamento, Humberto Oliveiras, declarou ao *Jornal A Tarde* que: “até o fim do mês em curso, 300 milhões de cruzeiros serão liberados para prosseguimentos de obras dos açudes Cocorobó, Tremedal, Adustina e Araci.”. O que garantiu a continuidade dos recursos para a conclusão do açude Poço Grande que “foi inaugurado em 1966 com a presença do governador do estado Lomanto Junior e dois generais, um da sexta região militar de Salvador e da região militar de Aracaju.”²⁸¹. O comparecimento dessas autoridades demonstra a relevância da ocasião que servia, principalmente, para enaltecer a ingerência das classes dominantes locais e regionais na efetivação da obra. Apesar da concessão do açude ter sido realizada em outro contexto, a oportunidade era interessante para as classes dominantes demarcarem *território*, ao tempo que fortaleciam também o clientelismo daquela situação.

Essa exposição mobilizou a cidade, já que “num passava ninguém na rua, tudo pro Poço Grande vê a inauguração”²⁸² e pela comoção poderíamos asseverar que a água, finalmente, não seria mais considerada o problema central de Araci. Desde os estudos em 1953, quando foi demarcado o início das intervenções do Dnocs, até aquele evento em 1966, já haviam transcorrido 13 anos de obras. E, a partir daí os roceiros ingressariam em uma nova etapa de aproveitamento do líquido represado no Açude Poço Grande.

Visto por esse ângulo, o evento seria justamente o divisor entre a dura rotina para conseguir a água e a garantia em ter o líquido, principalmente, nos períodos de secas. Entretanto, não devemos encerrar a travessia pelo “*tempo da água*” analisando apenas a

²⁷⁹ VILLA, 2000, p. 199. POMPONET, 2009, p.58-65.

²⁸⁰ Ibidem.

²⁸¹ MOTA, 2018.

²⁸² LUCAS MENDONÇA. **Lucas Mendonça**: depoimento [nov. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (35 min.). Entrevista concedida à autora para a pesquisa histórica.

aparência desse episódio ou a sequência dos fatos que resultaram na “inauguração”. A contaminação das águas e a “dista” lonjura, que dificultava a canalização até a “rua”, são indícios fortes de que o açude apresentava problemas em relação à qualidade do líquido represado. Por conta disso, é preciso analisar, ainda, quais os efeitos do açude para a dinâmica da cidade e indagar se, de fato: O Poço Grande foi “a salvação deste rincão nordestino”?

3.3 Morrer com Araci, porque Araci morre de sede²⁸³

Jamais tinha visto a forma de obsessão coletiva, unânime, solidária, imortal. Acabei de conhecer um caso raro, há poucos dias. Não se trata de fanatismo, nem de lembranças acorrentadas a meras frustrações. Não se refere igualmente ao desejo doentio de querer possuir algo impossível. A comunidade a que me refiro vive obcecada por uma idéia. Dominada pela obtenção de benefício dos mais singelos, porém, que para todos, mais se parece com um sonho. Por isso, velhos e moços, senhoras e crianças todos os dias, a toda hora, falam e comentam o mesmo assunto. Não há divergências no anseio comum. [...] Do cidadão mais respeitado ao jovem mais indiferente, sempre recebi idêntico apelo. Araci, pela unanimidade de seus filhos, pela totalidade dos que ali trabalham, pela generalidade daqueles que plantaram na terra suas raízes profundas, reclamam água.²⁸⁴

A água era uma “obsessão coletiva, unânime, solidária, imortal”. Foi dessa maneira, que o articulista do *Jornal A Tarde*, Mario Paiva, começou a descrever o drama vivenciado em Araci e apesar de seu texto ser marcado por um diagnóstico de *desesperança*, ele adverte que não se tratava “de querer algo impossível”. A ideia que obcecava e movia a “todos” era “singela”, mas devido ao tempo que perdurava sem resolução e as “frustrações” que causara, estava sendo comparada a “um sonho”. E, acrescenta: “Não há divergências no anseio comum”, o que identificava era “unanimidade”, “totalidade” e “generalidade” daqueles que: “reclamam água”.

A matéria datada de janeiro de 1966 é um indício da “frustração” causada com a água do Açude Poço Grande. O registro foi produzido antes mesmo da inauguração, realizada em julho com toda a pompa e circunstância, o que corrobora para um desencontro entre o fausto do evento e o propósito da obra. Analisada isoladamente ou de maneira altissonante a inauguração poderia induzir um *corte*²⁸⁵, mas tanto a presença das autoridades, como a

²⁸³ Expressão retirada de uma matéria do *Jornal A Tarde* sobre o problema da água em Araci. Ver: Araci Morre de sede. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 54, p. 4, 21 de jan. 1966. BPEB.

²⁸⁴ *Ibidem*.

²⁸⁵ BARROS, José D’Assunção. **Dimensões**. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. Rio de Janeiro, vol. 32, 2014, p. 240-266. ISSN: 2179-8869, p. 261.

ocasião em si, não refletiam o objetivo primordial que aquela obra tentou alcançar: “água boa para beber”. O açude, depois de ter sido contaminado por “tifu”, ainda teve sua sentença decretada no quesito qualidade de água: “Assim, a angústia cresce no espírito dos aracienses. Poços e açudes mais próximos da Cidade são de água salobra”²⁸⁶. Fato que aponta para a negligência do Dnocs e dos outros órgãos federais acerca das questões sanitárias e ambientais que envolviam os reservatórios de água.

Acrescido a esses fatores, algumas áreas no “Sistema Itapicuru” apresentavam solos propícios à salinização ou sodificação das águas. O clima semiárido é mais uma implicação que acentuava esse processo, pois a alta evaporação proporciona o acúmulo de sais minerais que eram escoados para os rios e reservatórios nas poucas chuvas, portanto, as águas do Poço Grande se tornaram um *mundo* de “água salobra”²⁸⁷. Toda a tecnologia despendida pelo Departamento, anos de estudos, realizados antes e durante a obra, não foi suficiente para se ponderar a salinização das águas e como explicitava o articulista:

Parece inacreditável. Quase loucura julgar que, em pleno século dos vãos espaciais, uma cidade a pouco mais de 200 quilômetros da capital do Estado, viva empolgada, dominada, alucinada por uma ideia fixa: a de ter água para beber. O sonho de conseguir água para saciar a sede coletiva, para evitar que as crianças morram e os homens sucumbam diante da ameaça da contaminação. Uma cidade onde se criou o mito de ser mais fácil oferecer um prato de comida do que um copo com água.²⁸⁸

A constatação, “inacreditável”, de que “em pleno século dos vãos espaciais” a água ainda estivesse no plano da “ideia fixa” e não na realidade de “uma cidade a pouco mais de 200 quilômetros da capital do Estado”, demonstra que a técnica não estava, prontamente, a serviço dos roceiros. Entre a finalidade da obra e a função de um Departamento de Obras Contra as Secas estava também à ingerência dos agentes dominantes externos. Conforme Oliveira e Villa²⁸⁹, o sucesso das políticas para o Nordeste esbarrava na “indústria da secas”, de maneira que, a atuação dos órgãos envolvidos nessa questão, na maioria das vezes, falhava em seus êxitos principais. As estradas que integraram as comunidades roceiras, os empregos gerados na obra, o desenvolvimento da cidade não sobrepujou o sofrimento por água que continuava provocando:

[...] em cada palavra, em cada atitude, em cada referência dos aracienses o desgosto, o desânimo e a falta de fé que se aninha no coração de todos. Da esperança passaram a desilusão. Mergulharam no desespero. Hoje, apesar de

²⁸⁶ Araci Morre de sêde. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 54, p. 4, 21 de jan. 1966. BPEB.

²⁸⁷ Não posso asseverar até que ponto o Departamento se manteve omissivo às condições do solo e a possibilidade de salinização das águas, pois não encontrei nenhuma menção nas fontes sobre essa questão.

²⁸⁸ Araci Morre de sêde. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 54, p. 4, 21 de jan. op. cit. BPEB.

²⁸⁹ OLIVEIRA, 2008. VILLA, 2000.

tudo, lutam mais do que nunca para conseguir o sonho de todos os seus sonhos: ÁGUA.²⁹⁰

Com isso, não pretendo afirmar que a qualidade da água foi diretamente afetada pelas classes dominantes, mas, de alguma forma, os rumos do Departamento e de suas demandas estavam à mercê dessa intromissão, tanto a salinidade das águas, como as ações paliativas de emergência, acionadas nos períodos de grandes secas, não foram doravante superadas e com a intervenção dos militares a situação dos órgãos federais esteve, ainda mais, comprometida. Villa²⁹¹ ressalta que, desde então, o Dnocs e a Sudene passaram a agir como uma repartição tradicional e omissa, principalmente, no que diz respeito aos planos de emergência contra as secas que se tornaram meras cópias dos registros anteriores, atualizados apenas nos valores monetários das possíveis ações. O que pode ser asseverado no relatório de 1968, quando foram efetivadas, basicamente, as mesmas ações da seca anterior:

- 1- Açude Araci
 - a) Construção da estrada no contôrno da bacia hidráulica
 - b) Aproveitamento da faixa seca e vazante, inclusive, através de bombeamentos.
 Programação: 1000 operários.
- 2- Rodovia Araci-Santa Luz
 - a) Construção e conservação. Existe projeto.
 Programação: 500 operários.
- 3- Rodovia Salgadália – Coité – Riachão do Jacuípe
 - a) Construção e conservação. Existe projeto.
 Programação 500 operários.²⁹²

Logo, como é constatado, se tratam das mesmas ações paliativas que tinham a finalidade de controlar a migração e as reações dos roceiros perante à fome. O período, portanto, foi de estagnação em que os recursos e as ações contra às secas não provocavam quaisquer mudanças estruturais ou mesmo ofereciam condições mínimas para resolver o problema. Diante desse quadro de esvaziamento os órgãos federais regrediram nas próprias pesquisas e “apesar de tudo” os roceiros continuavam a lutar “mais do que nunca”. Com a inauguração, que demarcou o final das obras no açude Poço Grande, o departamento se retirou, efetivamente, da cidade e as medidas contra às secas se tornaram mais precárias a ponto de ressoarem em nível absoluto:

A seca está matando no interior do Estado e em Araci já morreram várias crianças segundo disse ontem o Prefeito desta cidade, Sr. Carlos Mota, que veio a Salvador as pressas pedir providências às autoridades e conseguir um carro pipa do Derba. [...].

²⁹⁰ Araci Morre de sede. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 54, p. 4, 21 de jan. op. cit. BPEB.

²⁹¹ VILLA, 2000, p. 199.

²⁹² MINISTÉRIO DO INTERIOR - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE-SUDENE. **Plano de Ação para Emergência da Seca: Atualizado para 1969**. Dezembro de 1968, p. 29.

O prefeito de Araci lembrou que na sede existia um poço mas que não há condição para abastecer todo o município, com mais de 25 mil habitantes. É apenas três dias da semana um carro pipa da Sudene fornece água. [...].²⁹³

Nova seca, mas as mesmas calamidades. Essa situação demonstra que os órgãos federais estavam em plena involução e em novembro as circunstâncias permaneciam agravadas, já que o *Jornal da Bahia* trazia, novamente, mais uma matéria, com título “Seca começa a flagelar”²⁹⁴, dizendo que: “A prefeitura não dispõe de recursos necessários para o atendimento do povo que fica sujeito à compra de uma ou duas latas de água a carros particulares uma vez que o único carro pipa que dispõe a Prefeitura, está em péssimo estado de conservação [...]”²⁹⁵. E, desde 1966, quando se despontava os efeitos da estiagem, que o articulista Mario Paiva, já convocava as autoridades para visitar Araci, podendo, de perto, confirmar o que poderia parecer exagero do “jornalista ou do político local”²⁹⁶:

Uma seca grande. Já era tempo de correr atrais de fila, atrais de água. Num tinha! Até o tanque da nação secou que aturava, aturava, que quando dava essa hora assim [final da tarde] tava assim [muita] de mulher, tudo carregando de lata. Mais tinha também a cacimba do finado Zé Tibúrcio que era ali na baixa do Matador e tinha a cacimba de trais da bomba onde era a casa da energia, lá tinha uma bomba, ela ficava do lado da igreja [hoje]. Ali era a casinha do motô e nesse tempo a gente batia e ia saindo aquele pinguinho enchendo de lata em lata. Tinha fila, tudo tinha fila, cada qual enchia sua lata ia levar e voltava se quisesse voltar. A gente ficava até tarde da noite no bate lata.²⁹⁷

O cotidiano permaneceu voltado para a “luta” em garantir água e entre filas e latas os roceiros continuavam a disputar o líquido. É obvio que, numa sociedade desigual, a dificuldade em conseguir a água, como foi mencionada, não atingia a todos da mesma forma. Essa dinâmica modelava o ritmo da existência, mas em intensidades diferentes. Havia aqueles que podiam adquirir a água sem empregar tanto esforço e os que, por necessidade, faziam do “bate latas” uma oportunidade de obter alguma renda. Enquanto tinham de onde tirar o líquido, persistia um ir e vir de mulheres pelas aguadas, carregando latas na cabeça, “de ganho”, ou mesmo, homens que vendiam *carotes* de água no lombo de animais:

Quem tinha condição pagava as mulé pa botar água. Tinha uma mulher, dona Isaltina, ela botava po vida água, de manhã enchia dois, três túnel, carregava na lata, na cabeça, do tanque da Nação. Quem podia tombém pagava a carroça pa vim botar. Quem num tinha do que viver [na seca] vinham pa rua, Dona Isaltina, ela vinha de manhã pa rua, mais as filha bota água na cabeça, pa ganhar. A vida foi pouco dura! E a gente vivia.²⁹⁸

²⁹³ Seca Mata Crianças em Araci. *Jornal da Bahia*. Salvador, ano XIV, nº 3.861, 11 de jan. 1972. BPEB.

²⁹⁴ Seca Começa a Flagelar. *Jornal da Bahia*. Salvador, ano XIV, 30 de nov. 1972. BPEB.

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ BIA DE RENATO, 2018.

²⁹⁸ Ibidem.

Não tinha água nos tanque eu comprava um caminhão [de água] pra bota nos tanque de Luizinho do Denoc que o Denoc fez tanque de cimento que pegava um caminhão de água, aí eu comprava e saia partino com as carroça e o povo pedindo carroça d'água. Vige! Um queria, o to queria e era uma agunia, cada pessoa queria um túnel, quando só faltava botar um aparecia três, num era brincadeira sair com um túnel de água na rua em tempo de seca que ninguém tinha água. Eu me via rodado!²⁹⁹

Prevalecia, na rotina, uma espécie de comércio em torno da água que forjava relações e perdurava até se extremar a situação, pois quando as aguadas secavam a questão era de sobrevivência: “aqueles que não podem buscar água no Jorro de Tucano, pagando o precioso líquido a preço de ouro, são obrigados a viver o drama do rincão que lhes serviu de berço”³⁰⁰. O que cabia disputar a água dos carros-pipas, passar a noite na fila das bombas ou cacimbas, caminhar longas distâncias. Fatores que permaneciam definindo relações e mobilizando andanças.

Aqui era tudo roça! Quando secava lamero, secava esses lugar tudo, só ficava o tanque da nação pa gente panhar. Aí a gente fazia o que, se desse uma chuvinha a gente aparava água pa beber. Se num chuvia bate-lata. As água mais boa era as que vinha do Jorro porque as do Poço Grande era do mesmo jeito de hoje que lá nunca deu água boa, a gente lavava um paninho de pedaço de sabão e a água chega cortava o sabão.”³⁰¹

Á água do açude não foi de todo modo condenada, pois servia na lida com os animais e na limpeza de ambientes e utensílios. A depender da situação e da estiagem podia ser usada até para beber, mas só em ocasiões extremas, já que habitualmente era rejeitada devido à contaminação de outrora e a salinidade. Esses fatores afastaram, definitivamente, a possibilidade do abastecimento para o consumo humano, a ponto de a distância ter se tornado apenas um agravante. O porte do açude era outro fator que interferia no seu aproveitamento e como o Poço Grande é de porte médio, desde os estudos iniciais, a irrigação não foi tentada pelo Departamento. Porém, não havia correlação definida entre a capacidade de açudes e o valor potencial para a piscicultura que foi introduzida com o intermédio do Dnocs:

Poço Grande já deu muito peixe, era muita gente que pescava. Comecei a pescar lá de 1970. Eu pescava no Rio Veio³⁰² [Rio da Roda], mas num era todo tempo que tinha peixe, aí quando surgiu o Poço Grande, comecei da uma robadinha né, porque lá pa pescar tinha que registrar os material, quando abria a pesca a gente ia e tinha muito peixe, mais quando tava robano ainda era melhor [risos], a gente chegava e cansava de fazer um saco de peixe. A gente diz roba, porque aquilo era do governo mais a gente robava é porque pescava iscondido, aí dizia dá uma robadinha né [risos], é que

²⁹⁹ BIA DE ANTOLINO, 2018.

³⁰⁰ Araci Morre de sêde. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 54, p. 4, 21 de jan. 1966. BPEB.

³⁰¹ BIA DE RENATO, 2018.

³⁰² Apesar de receber essa designação, trata-se do mesmo rio que alimenta o açude e se estende no fluxo à jusante da barragem.

quarquer coisa que a gente panha que num tava de acordo com a lei a gente dizia ‘dá uma robadinha’ e pegava muito peixe.³⁰³

Se por um lado o Departamento tentava estabelecer alguma disciplina para controlar a piscicultura, por outro os roceiros redefiniam, nos seus termos, essa normatização e faziam isso por meio do que habitualmente foi denominado “robadinha”. A pescaria no “iscondido” é um indício do *desvio* diante das restrições, demonstrando que a imposição de registro para o pescador e o seu material não era suficiente para inibir o acesso ao açude, pois “quando tava robano ainda era melhor”. A pesca mobilizou a economia roceira e o Poço Grande se tornou mais uma alternativa de “ganho”, já que tinha uma significativa variedade de peixes e uma produção que atraía sujeitos para o local³⁰⁴. Entretanto, esses usos não alteravam, por completo, a rotina de quem trabalhava na roça:

Tinha gente que vivia daquilo, agora eu não porque eu tinha minha roça. Tempo de inverno eu num ia pescar porque eu tinha minha roça aí prantava quinze tarefa de feijão, tinha veis de eu tirar sessenta, setenta, oitenta saco de feijão. Plantava milho e feijão e mandioca, feijão de corda. Quando terminava a safra aí a gente caía na pescaria. Eu tinha meus filho, quando eu num ia eles ia.³⁰⁵

As atividades da roça prevaleciam ou podiam ser conciliadas com a pesca que se tornou parte da economia roceira. Além disso, a intensa evaporação das águas, causada pelo clima, proporcionou a introdução da “cultura de vazantes”, outro aproveitamento peculiar a rios e barragens. Nos períodos de estiagem, habitualmente entre julho e dezembro, as águas baixavam e os terrenos que margeavam o açude se tornavam propícios para o plantio. Ali, as atividades eram ritmadas pelos avanços e descidas das águas:

Era na bera d’água, a gente prantava na moiação do açude. O açude ia secano e a gente saía atrais prantano. Tomém quando ele inchia [risos]. Tinha veiz que nois tava numa alegria, aí tava todo já botano a água chegava e cubria tudo. Teve uns três ano siguido que eu num tive sorte, entrava o verão ia secano e ia prantano, quano o quiabo tava começano botar a água chegava cubria. Digo ôôô meu Deus, mais o que a gente ia fazer é obra de Deus né. E aí a gente se jogava na pescaria, descontava era nos peixe.³⁰⁶

Os terrenos descobertos, pela baixa das águas, pertenciam a União e eram administrados pelo Departamento que alugava aos roceiros para o aproveitamento agrícola: “No início eu arrendei três lote. Eu prantava quiabo e as vês alguma abobora, tinha semana

³⁰³ ZÉ DE CIRILO, 2018.

³⁰⁴ O DNOCS produziu alguns relatórios sobre a administração de pesca em 103 açudes públicos em que consta a variedade das espécies de peixe, produção, renda arrecadada e média de pescadores em exercício. Em 1977, Araci produziu 68.039 (kg) com uma média de 26 pescadores cadastrados pelo Departamento. Para maiores detalhes consultar: QUADROS INFORMATIVOS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA PESCA EM 103 AÇUDES PÚBLICOS CONTROLADOS PELO DNOCS, ANO DE 1977. Disponível em: Biblioteca do DNOCS-Salvador-Bahia, 4º DISTRITO.

³⁰⁵ ZÉ DE CIRILO, 2018.

³⁰⁶ Ibidem.

que eu dava três fera: quarta feira em Serrinha, sexta-feira no Coité, sábado quando eu num ficava em Santa Luz eu ia po Valente, vendê quiabo, era muito.”³⁰⁷. Essa nova dinâmica melhorou, em alguma medida, as condições de existência e, dessa forma, a obra não pode ser considerada insignificante em sua totalidade. Além de novas possibilidades de produção ter sido desenvolvida em torno do açude, ao se represar a água, também, se garantiu alguma vazão para os tempos de seca. No entanto, outros impactos foram sentidos pela população que morava no curso do rio sob a represa:

Eles ficavam soltano sempre e de veis em quano e nois morava lá em baixo e nunca faltava água no rio pos bicho beber, pa lavar, mais foi salgano, salgano os pouco até que num prestou mais. Quando ele seca chega fica branco, se olha assim do Poço Grande abaixo aquelas peda que era preta ficou tudo branca do sal.³⁰⁸

E no rio a depois do açude misericórdi, nem sapo num fica no rio, cágado d’água nada disso se vê mais no rio. Eu acho que ali num prospera mais nada não. Porque de primero fazia gosto a gente chegar na bera do rio, aquelas berdueguinha chegava de tá tudo istindidinha, ali era um quarador pa gente istender roupa. Acabou com o rio da gente.³⁰⁹

O problema não foi interromper o curso do rio, pois o represamento assegurava a água. O que impactava, de fato, era a involução em “soltar” o líquido que se tornava cada vez mais salgado pelo represamento da água. Não há um marco temporal para o início dessas consequências, como também o açude não é o único fator que promoveu o desequilíbrio social e ambiental, porém, a obra, de alguma forma, está implicada na situação a ponto de: “Antes de fazer a barragi nois morava lá em baixo, nois cavava caçimba no rio, num era boa pa beber, mais tinha veis que a pessoa tinha lugar que bibia, dava pa lavar, dava pa cozinhar.”³¹⁰. Esses indícios apontam para a questão inicial que moveu este capítulo, uma vez que os ganhos nas novas possibilidades de produzir não superaram a necessidade fundamental: “água de beber”.

Com isso, os indicadores da paisagem, reconfigurada com a construção do açude e composta por meio da linguagem visual, intermediarão a síntese das intervenções realizadas pelo Dnocs em Araci. A fotografia que apresento a seguir, feita antes de o Departamento ter se retirado de maneira mais efetiva da cidade, é uma evidência de novas racionalidades, forjadas, na medida em que o problema da água prevalecia e outorgava certo respaldo a outras intervenções.

³⁰⁷ ZÉ DE CIRILO, 2018.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ MARIA DE NOEL, 2018.

³¹⁰ Ibidem.

FIGURA 11 – Açude Poço Grande – Araci, Bahia – Após 1966.



FONTE: Biblioteca do Dnocs - 4º Distrito – Salvador-BA.

A cruz, a cerca e a água, represada na barragem, marcam o cenário escolhido pelo fotógrafo. Essa composição apresenta indicadores de diferentes racionalidades que tanto se chocavam como se imbricavam em novas relações com a terra, com o trabalho e, conseqüentemente, com os costumes. A cruz, em primeiro plano, manifesta com maior nitidez a presença religiosa no espaço roceiro, por ser um marco sagrado sugere uma perspectiva penitencial: a “via-sacra”, o sofrimento e as privações decorrentes desse mundo³¹¹. Em segundo plano a cerca disciplinando espaços como um símbolo do privado, da interdição, já que foram erguidas para impor barreiras aos usos comuns.

Enfim, o *mar* de água salobra, contido e concentrado pela montante da barragem, expressando o resultado da interferência do Estado que desautorizou outras indicações: “O mais veio dizia, oxe eles vão fazer esse serviço aí mais tarde isso aí vai ficar perdido, que fizeram a barragi mesmo encima da salina. Eles fizeram a barragi mermo encima do sal. Por isso que o sal pipocou.”³¹². Esses indícios evidenciam que os resultados da obra também eram, em alguma medida, previstos pelos roceiros e que a peleja em torno da água, ainda, prevaleceria nesse espaço.

Mas, não se trata apenas de permanências e continuidades. O Dnocs proporcionou mudanças e apesar de não alcançar o principal objetivo, que era melhorar consideravelmente a

³¹¹ SILVA, 1982, p. 59-60.

³¹² ZÉ DE CIRILO, 2018.

vida daqueles sujeitos e solucionar as pejeas em torno da água, tanto a sua atuação como a ingerência da Sudene eram partes de um processo mais amplo de descontinuidades. A nova disciplina de trabalho, experimentada na obra, já estava sendo intensificada, ao extremo, em outros espaços. Dentro da própria roça se forjava um cotidiano em que a produção ditava o ritmo do trabalho e as mudanças ensejadas pela técnica priorizavam o beneficiamento do produto em detrimento à integridade física do trabalhador.

No capítulo seguinte pretendo caminhar por essas “novidades”. Adentremos, então, no “Tempo do Ouro Branco” para analisar outra proposta “desenvolvimentista” do Estado que se erigiu com o propósito de salvar os sertanejos-nordestinos do sofrimento e da pobreza causadas pelas secas. Esse foi o discurso reverberado para facilitar a introdução, em grande escala, da planta que transformou o Sertão do Tocós em uma região de monocultura³¹³. Os próximos passos desta pesquisa serão guiados, portanto, pelo seguinte questionamento: Como as relações de trabalho e a vida dos roceiros foram afetadas pela introdução do *agave sesalana*? A planta que redimensionou o cotidiano e se tornou conhecida sertão afora como sisal.

³¹³ FREIXO, Alessandra Alexandre. **Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: Narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente**. Tese de Doutorado: UFFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

4. DO TEMPO DO OURO BRANCO

4.1 A fisiografia do sisal

“Serrinha não serra pau grosso/Coité não dá celamim/Raso não dá fundura/Queimadas não nasce capim.” É a quadrinha que ressoa nos sertões, sem data natalícia, sem idade, perdida nos anos que já se forem, sem autor conhecido. Pitoresca, imaginosa, folclore dos mais autênticos, agrupa quatro comunidades que se entrelaçam na fisiografia do sisal, com nomes que possuem significados outros e que se prestam à feitura dessa reflexão chistosa, cheinha de brejeirice.³¹⁴

A fisiografia do sisal, enfatizada no texto do articulista Leopoldo Alves, insinua a *naturalização*, ou mesmo, uma vocação perante um arranjo poético que apresenta, sobretudo, uma visão faceciosa, além de muito peculiar às expressões populares. E, como refletiu Thompson³¹⁵, esses registros históricos estão carregados de evidências e precisam ser esmiuçadas em seu contexto total, já que por trás da reflexão “pitoresca, imaginosa e folclórica”, alguns indícios apontam para outros fatores, inclusive, os que forjaram um recorte espacial delimitado perante as circunstâncias históricas e geográficas de uma porção específica do sertão: a Região Sisaleira.

A “quadrinha” é inspirada nos aspectos da paisagem, de modo que as conotações, atribuídas às “quatro comunidades”, indicam uma fisiografia regida, também, pelos efeitos da secas. Aspectos como “não serrar pau grosso”, “não dá celamim”, “não dá fundura” e “não nasce capim” são peculiares a espaços marcados pelas estiagens e se referem, respectivamente, a Serrinha, Conceição do Coité, Araci e Queimadas. Logo, “ressoa nos sertões” um aparente determinismo geográfico que conformava “novas” formas de produzir ao tempo que reafirmava antigos “problemas”:

A Bahia, Estado detentor de excelentes condições para o desenvolvimento agrícola, poderá, no momento em que se inicia novo período quinquenal de governo, partir para a solução de um dos seus mais sérios problemas, que é o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades rurais. [...]. O sisal implantado nessa região expandiu-se grandemente, ocupando quase totalmente as áreas tradicionalmente reservadas às demais lavouras, pois, além de ter possibilitado bons resultados financeiros, é uma cultura resistente às sêca – frequente na região – garantindo ao agricultor maior segurança em seu trabalho, constituindo-se por essas razões, em sustentáculo econômico da zona, que, antes de sua introdução era bastante atrasada, o que pode ser

³¹⁴ ALVES, Leopoldo. Araci – o raso dos confins. **Jornal A Tarde**. Salvador, 22 de jan. 1976. BPEB.

³¹⁵ THOMPSON, 2001, p. 227-267.

confirmado pela transformação que sofreram os seus antigos povoados nas prósperas cidades de hoje.³¹⁶

Essa análise conjuntural sintetiza o diagnóstico e as perspectivas de várias entidades públicas do Estado, inclusive da Sudene que apesar de perder boa parte de sua autonomia após a ditadura militar, ainda, coordenava pesquisas junto a outros órgãos estaduais e federais com vistas ao “desenvolvimento” do Nordeste. Entretanto, o “novo período” que partia “para a solução de um dos seus mais sérios problemas, que é o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades rurais” nada mais era do que a tentativa de reanimar a produção do sisal, afetada, em grande medida, pela emergência das fibras sintéticas e do mercado africano³¹⁷.

A Sudene, conforme Oliveira, “por ser um mecanismo de aceleração da integração do Estado é ‘planejada’, pois se trata de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste por outros que tem sua matriz noutra contexto de acumulação”³¹⁸, aprofundando ou modificando relações de produção. No caso da monocultura sisaleira, o papel da Superintendência era, justamente, o de incluir o sisal nessa nova dinâmica, pois a fibra, nesse período, já havia se expandido “grandemente, ocupando quase totalmente as áreas tradicionalmente reservadas às demais lavouras”, portanto, o sisal não foi introduzido pela Sudene e a chegada da fibra, no país, condiz com outro processo.

Ademais, antes de avançar na investigação das transformações mais recentes, é necessário acentuar que a introdução do sisal, enquanto produto lucrativo, diz respeito ao período varguista³¹⁹ quando da implantação de núcleos de colonização em Nova Soure. E, embora a *agave sesalana*³²⁰ faça parte da fisiografia do nordeste da Bahia, a planta é originária do México e foi trazida para o Brasil, inicialmente, sem finalidade econômica. As demandas geradas pelo mercado externo transformaram o sisal numa alternativa para o Estado

³¹⁶ CONVÊNIO SUDENE/DAA/EBA. PESQUISA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS: SISAL, MILHO, FEIJÃO E MANDIOCA. 1966-1967, p 02-2.2. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/SEI.

³¹⁷ Ibidem, p. 2.20.

³¹⁸ OLIVEIRA, 2008, p. 147.

³¹⁹ A vocação eminentemente agrícola do país e a reconversão produtiva que estimulou uma redistribuição espacial e/ou setorial da produção agrícola no pós 30 são fatores discutidos por Mendonça que localiza, inclusive, o sisal como um dos produtos incluídos nessa política. Ver: MENDONÇA, 2016, p. 65-70. É importante ressaltar, também, o esforço de Vargas na tentativa de transformar as relações sociais no campo e a sua interferência por meio de estudos, leis e instituições criadas para atender a uma nova racionalidade rural. Para maiores elucidações consultar: WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, n. 71, 2016, p. 81-105. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v36n71_004

³²⁰ A *agave sisalana*, planta da família das amarilidáceas, chega ao Brasil em 1908, mas só foi reconhecida como atividade econômica em 1943. A princípio a Paraíba liderou a produção, posteriormente o sisal se expandiu na Bahia que passa a ser o maior produtor do país. Em 1952, com o decreto 31.329, o presidente Vargas instituiu os critérios de exportação da fibra por classificações de comprimentos e tipos, regulando os interesses do Estado perante a produção. Esses aspectos foram especificados na própria legislação. Ver: SERRA, Antônio R. de Moura; SILVA, Ferreira da. *Cultura do Sisal*. Rio de Janeiro: SIA, 1952. 64 p. 53-59. SEI.

brasileiro e o próximo passo, naquele momento, foi circunscrever a área que melhor correspondia à aceleração da capacidade produtiva da planta, dando início à efetivação da monocultura nos espaços, até então, regidos pela dinâmica costumeira.

A partir desse marco os incentivos ao cultivo, por meio de prêmios concedidos aos produtores, visavam à disseminação da planta conforme as condições ideais em que os fatores climáticos e as peculiaridades do solo se coadunaram à questão principal: “a mão de obra barata”. Diante das mesmas prerrogativas, que outrora demarcavam a “seca”, a “baixa produtividade” e a “falta de recursos” como sinônimos de “atraso” do Nordeste, a intensificação da produção sisaleira conferiria “novas” perspectivas de resolução, já que “a expulsão da população rural, em escala crescente, não tem acarretado redução acentuada na mão de obra agrícola, confirmando-se a tese de existência da população marginalizada, subaproveitada nos campos”³²¹ e, portanto, “suscetíveis” a integrar outras formas de produção.

As mudanças nas relações de produção se intensificaram na medida em que a monocultura se expandiu e a circunscrição espacial acomodou o processo de introdução da fibra. Para tanto, o corte regional se sustentou, exclusivamente, nos “bons resultados financeiros” conquistados entre 1955 a 1970³²². Por conta disso, o sisal chegou a ser comparado ao ouro e recebeu a alcunha de “ouro branco” e “ouro verde” do sertão, uma vez que a sua introdução se sustentou, sobretudo, no discurso de planta resistente às secas. Essas justificativas promoveram a acomodação da monocultura, além de forjar uma vocação que se expressava, inclusive, nas narrativas, imagens e representações dos roceiros³²³.

É notório que se a introdução da fibra não atendia a uma demanda nacional era porque a produção se direcionava, em quase sua totalidade, aos países que utilizavam o sisal como matéria prima, o que causava certa imposição externa em relação ao seu valor. A partir de 1970 a monocultura foi afetada pelo mercado africano e pelos fios sintéticos como o prolipropileno, de modo que as oscilações de preços passaram a ser um fator corriqueiro da economia sisaleira³²⁴. Ademais, o valor da fibra era condicionado, em alguma medida, ao mercado externo e intermediado pelo Estado que ficava com parte do excedente convertido

³²¹ CONVÊNIO SUDENE/DAA/EBA. 1966-1967, p. 2.20.

³²² As tabelas com os valores em toneladas de exportação do sisal entre os anos de (1954-1965): CONVÊNIO SUDENE/DAA/EBA. 1966-1967, p. 2.18. Entre (1965-1970): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE (Fortaleza). **Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980: exportações**. Fortaleza: BNB, 1972, p. 65. SEI.

³²³ FREIXO, 2010.

³²⁴ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1972, p. 25.

em impostos³²⁵. As bateadeiras e os atravessadores locais reproduziam essa cadeia de comercialização em escala regional para atender aos interesses das classes dominantes. E, apesar de toda imprevisibilidade, a planta persistia mobilizando as expectativas dos roceiros:

O povo tudo endoidô prantano sisal. Lá vai eu mais Sarapião po Rio de Janeiro pedi dinheiro os filho dele pa plantar sisal, pa vim roçar a terra e cercar. O povo se infruiro até eu cai no isparro [risos] pensano que ia da dinheiro, quano tava bom de corte caía o preço. Minho, meu irmão, tamém fez uma cinquenta tarefa de sisal ali na fazenda dele na Serra Branca, quando o sisal tava bom de corte o preço virou merda, derrubaro, caiu.³²⁶

Essa situação demonstra como os roceiros, apesar da crise, procuravam diferentes formas para aderir à produção. O sisal, por sua vez, se mantinha como uma possibilidade atrativa, principalmente, “porque cada fazenda tem uma parte imprestave pa lavora e esses terreno é que o pessoal fazia campo de sisal. Agora os terreno de areia o povo deixava pra prantação. Quanto mais de barro, pedra, mais o sisal saí possante saía fibra boa.”³²⁷. Logo, era consorciado com as outras culturas e “todo fazendeiro, todo mundo que tinha sua rocinha tinha um campinho de sisal”³²⁸. Por conta desses fatores, a monocultura continuava movendo as esperanças e, portanto, não eram apenas os fazendeiros mais abastados que plantavam sisal:

Pa prantar no inicio da coisa eu passei uns vinte anos prantano sisal. Era assim todo ano vou prantar qualquer tanto de sisal, prantar cinco, seis mil pé de sisal, no oto ano eu tornava a prantar outra quadra de sisal. Inté que chegou um ponto que eu digo agora num pranto mais. Ia, prantano, ia prantano... porque pa prantar quantidade grande eu num tinha como pranta, só um impresáro pode, mas o cara começano. E aí cada vez que eu ia prantar essa quantidade: eu já fui sozinho, já fui mais mulé, já fui mais os filho [risos]. Mais o trabaio delas mais era assim, por exemplo, era carregar do lugar que despejou [bubilhos] até a cova.³²⁹

Uma vez plantado o sisal era retirado por muitos anos ou décadas sem a necessidade de maiores cuidados, se convertendo em alguma renda para o dono da roça e, por essa razão, se expandia mesmo nos períodos de crises. Diferente dos “fazendeiros mais fortes”, que plantavam em grande escala, como eram os donos das bateadeiras e os atravessadores da fibra para a exportação, esses roceiros faziam seus campos pensando no complemento de suas rendas. Dessa forma, havia distintos “donos de campos”, desde os que combinavam plantação e negociação do produto beneficiado, até os que lavoraram em parte de sua roça movidos pela

³²⁵ Ver legislação que taxava sobre a importação da fibra em: SERRA, Antônio R. de Moura; SILVA, Ferreira da. **Cultura do Sisal**. Rio de Janeiro: SIA, 1952.

³²⁶ BIA DE ANTOLINO. **Bia de Antolino**: depoimento [jun. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 2 arquivo. Áudio mp3 (34 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

³²⁷ TONHO DAS MADEIRAS. **Tonho das madeiras**: depoimento [mai. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 2 arquivo. Áudio mp3 (1:12 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

³²⁸ Ibidem.

³²⁹ TONHO XIA. **Antônio Xia**: depoimento [junho. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (0:57 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

esperança na fibra. Entretanto, todos estavam à mercê das oscilações de mercado, uma vez que a interferência externa era decisiva na comercialização.

Outros dois registros, de diferentes jornais, que circulavam na Região Sisaleira, também expressam com nitidez essa situação de “dependência econômica”³³⁰. Em datas muito próximas faziam constatações distintas sobre a cotação do sisal e demonstram como a inconstância era um fator corriqueiro da economia sisaleira. No dia 02 de fevereiro de 1974 o *Jornal Tribuna do Nordeste* declarava em letras garrafais que “O SISAL VAI BEM OBRIGADO”, explicitando os motivos em que se apoiou para assumir tal posição:

O preço do sisal no mercado internacional continua firme. Esta semana foi cotado a US\$ 940 por tonelada. No fim da semana passada circulavam rumores de que o preço deveria sofrer uma baixa. Esta notícia, provavelmente, veiculada por grupos interessados em forçar uma queda de preço artificial, não deixou de causar uma certa inquietude nos produtores e na própria região que vive um clima de prosperidade jamais alcançado anteriormente. Podemos informar com absoluta segurança que não existe nenhuma possibilidade numa reversão da cotação do sisal. São vários os fatores que tranquilizam o comércio do agave daqui para frente. Nada de novo aconteceu, que venha deteriorar os preços vigentes. Muito pelo contrário. Os fatores que determinam a elevação do preço do agave continuam na ordem do dia, e tudo faz crer que irão persistir por muito tempo.³³¹

Diante da veemência das declarações poderíamos intuir que o sisal se manteria estável no mercado por um longo período, porém o próprio articulista dava pistas de que a cotação era “determinada” por “fatores” e um deles aparece em seus argumentos: “grupos interessados em forçar uma queda”. E, apesar de tamanha “segurança”, o “clima de prosperidade jamais alcançado anteriormente” não resistiu às semanas que se seguiram. Em 16 de fevereiro outra matéria, do *Jornal A Notícia*, assinalava um cenário diferente do das semanas anteriores. Com o título “Imposição dos Importadores faz baixar preço do Sisal” o jornal explanava como a cotação estava sujeita aos dissabores provocados pelo controle externo:

³³⁰ Essa “dependência econômica” é entendida, aqui, conforme especificou Marini, como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Essa relação dialética coloca os países da América Latina na condição de periferia perante os países centrais. A situação de dependência é consequência de um capitalismo *sui generes* que apresenta certas peculiaridades, na medida em que forjou relações econômicas desiguais e uma maior exploração da classe trabalhadora. Para maiores detalhes sobre a “Teoria da Dependência” ver: MARINI, 2000. SANTOS, Theotônio dos. Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas. Niterói, Novembro de 1998. Disponível em: “La teoría de la Dependencia: un balance histórico” in Francisco Lopez Segreras, El Reto de la Globalización. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998; “The Latin American Development: Past, Present and Future”, in Sing C. Chew and Robert Denmark (eds.) The Underdevelopment of Development, Essays for André Gunder Frank, e “Foundations of the Cardoso Government,” Latin American Perspectives.

³³¹ O SISAL VAI BEM OBRIGADO. *Jornal Tribuna do Nordeste*. Serrinha, 02 de fev. 1974, p. 02. CCA.

O sisal baixou esta semana entre 40 e 60 centavos por quilo devido a imposição de determinados importadores europeus que simplesmente não compram o produto e forçam a baixa dos preços. [...]. Esta situação já preocupa a Câmara de Comércio do Sisal da Bahia que há 15 dias não negocia nenhum contrato, numa perigosa tentativa de manter o preço. Caso a situação se agrave a Câmara já estuda a possibilidade de recorrer à rede bancária particular e ao Governo Federal para obtenção de recursos de amparo.³³²

Para Oliveira³³³, um corte regional atende a duas dimensões principais: econômica e política. Essa imbricação imprimiu determinadas relações sociais que eram regidas, em alguma medida, pelas classes dominantes locais como também externas. E, além da determinação dos “importadores”, a posição do Estado, na situação, é outro agravante que converge para a imbricação da economia e da política enquanto fatores que se fundiram para acomodação da “Região”. A baixa na cotação dos preços abria precedentes para “obtenção de recursos de amparo” que possibilitavam um poder de barganha às classes dominantes regionais.

De acordo com Santos e Silva, o recorte espacial exercia a função de estabelecer demandas próprias, uma vez que “o discurso de defesa dos interesses do ‘sisal’ se generalizou como defesa dos interesses de todos”³³⁴ e a consolidação dessa ideia atendia, exclusivamente, a um processo de acumulação que se consolidou na esfera política. Logo, os empresários mais fortes do sisal eram também os agentes que dominavam o mercado regional³³⁵. Em Araci não era diferente, pois a fibra contribuiu, em alguma medida, para alavancar alguns sujeitos que administraram a cidade.

Zé Tibúrcio pai de Zeles foi quem trouxe o sisal pra Araci. Zeles antes de ser prefeito já tinha tudo, ele mexia com caminhão e tinha dois caminhões porque ele comprava sisal, primeiro sisal bruto, depois botou bateadeira, teve duas bateadeiras aqui. Ali onde era a guarda municipal era um posto de gasolina dele. Ele tinha tudo aí, tinha fazenda aqui, ali, acolá. Aí no Maracujá as fazendas de sisal tudo era dele e comprava todo o sisal do município e vendia pra firma de exportação J Bandeira em Salvador, na Calçada, onde tinha o trem.³³⁶

³³² Imposição dos Importadores faz baixar preço do sisal. **Jornal A Notícia**. Serrinha, 16 de fev. 1974, p. 06. CCA.

³³³ OLIVEIRA, 2008, p. 151-152.

³³⁴ SANTOS e SILVA, 2017, p.9.

³³⁵ Esses agentes correspondem: A família Rios em Conceição do Coité Ind. Com. e Exp. Ltda, proprietária da marca de sisal RISANA, em associação com a Cotesi Cia Têxteis e Sintéticos S. A.; a família Carneiro em Valente e em São Domingos que agrega também a família Pinheiros, ambas são proprietárias de empresas beneficiadoras de sisal, inclusive, a família Carneiro possui uma fábrica de fios e outra de mantas, ambas localizadas em São Domingos; a família Martins, no município de Retirolândia com indústrias de fios. Informações retiradas do texto de: Santos e Silva, 2017, p.9.

³³⁶ MOTA, 2018.

José Brígido da Silva, conhecido como Zeles, exerceu dois mandatos como prefeito de Araci, o primeiro de 1963 a 1967 e o segundo entre 1973 a 1977. Apesar de suas posses não advirem exclusivamente do sisal, o fato das bateadeiras da cidade terem lhe pertencido é um forte indício da influência desse produto na acumulação econômica da família, como também comprar “todo o sisal do município” já lhe confere a posição de atravessador da mercadoria, ou seja, aquele que controlava diretamente a cotação local do sisal. Além de Zeles, outros sujeitos disputavam a compra da fibra em Araci, o que corrobora com a assertiva de Santos e Silva³³⁷ acerca de uma rede dominante regional que forjava demandas em nome de toda a Região Sisaleira:

José Brígido [Zeles] e o fio dele que comprava era Juraci. Mais num eram eles só não, tinha muito comprador. Tinha os que comprava aqui pelo Coité que tinha uma proposta até melhor do que ele [Zeles] viu. Eu vendia por fora também, vendia no Tapuio, tinha uns comprador que era de Coité. Lá mermo quando nois rodava la no Zifirino num trazia pa qui não eles [compradores de fora] iam buscar.³³⁸

Embora esta pesquisa não tenha tido a pretensão de desvendar a trajetória de acumulação das classes dominantes locais ou regionais, é possível afirmar que a constituição da Região Sisaleira foi marcada pela concentração de excedentes nas mãos de poucos, sendo, portanto, fundamental assinalar a implicação da dimensão política e econômica erguida por esses sujeitos. E, para termos uma ideia da proporção de valor gerado, basta analisarmos o *peso* da fibra na conjuntura das exportações, uma vez que ao conceder ênfase ao sisal como “Principal Produto” o *Jornal A Notícia* destacava a potência da monocultura para a Bahia:

O nosso Estado é o principal produtor de sisal do Brasil, exportando 80 por cento de todo sisal produzido no País, especialmente para Portugal, Itália, Bélgica, Alemanha Ocidental e Holanda. No ano de 1973 o produto alcançou o 3º lugar na pauta das exportações baianas, com mil toneladas equivalendo a um total de 46 milhões de dólares.³³⁹

A considerável cifra de “46 milhões de dólares” reflete a função da fibra, naquele momento, para o mercado externo, pois era a matéria prima de diferentes setores e produtos como: fios, cabos marítimos, cordoarias em geral, estofamentos, tapetes e passadeiras, sacaria, papel, feltros, artigos artesanais como bolsas e escovas; além de subprodutos como o adubo orgânico e a cortisona para indústria farmacêutica³⁴⁰. Esse potencial estimulou, portanto, o “3º lugar na pauta das exportações baianas” que, perante a dinâmica da Bahia, não significava

³³⁷ SANTOS e SILVA, 2017.

³³⁸ ZÉ DE CIRILO. *Zé de Cirilo*: depoimento [maio. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 2 arquivo. Áudio mp3 (0:50 min.). Entrevista concedida à autora para a pesquisa histórica.

³³⁹ Imposição dos Importadores faz baixar preço do sisal. *Jornal A Notícia*. Serrinha, 16 de fev. 1974, p. 06. CCA.

³⁴⁰ CONVÊNIO SUDENE/DAA/EBA, 1966-1967, p. 2.3-2.5.

pouca coisa diante da abrangência de extensão territorial e os vários centros de produção que integravam o estado³⁴¹.

Entretanto, foi na década de 1970 que a industrialização baiana se consolidou nos setores químico, petroquímico e metalúrgico. E, para tanto, a estrutura produtiva do Estado ganhou novas feições, ao tempo que os setores agroexportadores perdiam espaço para os empreendimentos industriais produtores de bens intermediários. A nova conjuntura atendia ao aprofundamento das relações capitalistas que colocava de lado os setores tradicionais, principalmente fibras e oleaginosas³⁴². Isso revela também a ausência de incorporação tecnológica e de dinâmicas eficientes na inserção de mercado para esses produtos que, por sua vez, foram incluídos nas políticas mais amplas de “modernização”.

A investida que dilatou as ações de “desenvolvimento planejado” por boa parte do território brasileiro, foi pensada e executada sobre a face contraditória da “modernização conservadora”. Esse termo/conceito é, comumente, empregado ao período em que os militares se engajaram para expandir as relações capitalistas de produção sem desestabilizar a estrutura fundiária, extremamente concentradora, do país³⁴³. As ações foram instauradas com o “Plano Nacional de Desenvolvimento - PNDs”, que objetivou ampliar as iniciativas de “planejamento” iniciadas com a Sudene.

Os PNDs alargaram as prerrogativas do Estado pelos diferentes cantos do país e descentralizaram o que antes era restrito apenas ao Nordeste³⁴⁴. Diferentes programas foram instituídos com o intuito de dinamizar setores agrários e agroindustriais³⁴⁵. E, entre outras

³⁴¹ Na década de 60 o sisal estava entre os cinco produtos agrícolas da economia baiana, possuía uma extensão territorial de 560.000 Km² e uma área de 18.003.820 hectares, ocupada com 382.996 estabelecimentos agropecuários, com uma expansão de 2.270.832 hectares sobre a área de 1950. CONVÊNIO SUDENE/DAA/EBA. 1966-1967, p. 1.5.

³⁴² PESSOTI, Gustavo Casseb. As políticas de atração de investimentos industriais e o desenvolvimento industrial da Bahia no período do regime militar brasileiro. In: ZACHARIACHES, 2014, p. 151-181.

³⁴³ PERLATTO, Fernando. Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis. **Revista de Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5 | N. 2, pp. 461 – 481, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acessado em: 10 de março de 2018. PIRES, Murilo José de; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza – CE, v. 40, n. 03, p. 411-424, jul/set 2009.

³⁴⁴ O modelo da SUDENE foi ampliado em escala nacional com a criação de outras superintendências como a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Lei 5.173/66); SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Lei nº 5.365/67); SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus (Decreto-lei nº 288/67) e SUDESUL - Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste (Decreto-lei nº 301/67).

³⁴⁵ Dentre os planos de desenvolvimento econômico, desse período, destaca-se o I PND (governo Médice, 1969-1974), o PIN (Programa de Integração Nacional) e o II PND (1975-1979) que implantou os “polos regionais”: Poloamazônia, Polocentro e Polonordeste. Como desdobramentos, principais, dessas ações para o Nordeste, destacam-se: Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) e posteriormente, o PROJETO SERTANEJO.

ações geradas com a “nova política de desenvolvimento”, o incentivo em créditos bancários aos produtores se tornou, certamente, uma das estratégias priorizadas para elevar a produtividade em escala regional:

O Banco do Brasil S/A, dentro de sua política desenvolvimentista, já está iniciando o financiamento para a plantação e lavoura do sisal em toda região, com os recursos do Proterra e com juros de 7% a. ano. O prazo dependerá da Administração do Banco, que examinará cada proposta. O financiamento será pelo valor integral da proposta. Tudo dependerá da Direção Geral do nosso principal órgão financiador. O financiamento abrangerá a derrubada de mata, destoca e preparação da terra. O órgão fiscalizador do banco será o IBCR, que funciona em Serrinha, com um escritório e engenheiros agrônomos capazes.³⁴⁶

O “Proterra”, “Programa de Desenvolvimento das Áreas integradas do Nordeste, foi implantado no I PND (1972-1974) com a finalidade de proporcionar créditos fundiários e agrícolas direcionados à produção em larga escala e com o intuito de elevação da produtividade, como também de comercialização. Para tanto, a aprovação da proposta era de incumbência de “engenheiros agrônomos capazes”. Esse agente representava, no período, o consórcio entre as aspirações do “desenvolvimento e da técnica”, na medida em que fora: “o elo de intermediação entre o poder central e os produtores, assim como entre estes e seus trabalhadores, da mesma forma que poderia ocupar o papel de correia transmissora entre a técnica e a pesquisa desenvolvida nas repartições especializadas e as unidades produtivas as mais recônditas”³⁴⁷. Logo, o agrônomo era um dos profissionais eleitos para concretização da política “modernizadora”.

Para Mendonça, o agrônomo desenvolvia uma tarefa fundamental nas ações agrícolas efetivadas pelo Estado, uma vez que a pesquisadora demonstrou a relação desse profissional com as demandas priorizadas pelo Ministério da Agricultura e, por conseguinte, na atuação direta com os “cargos relativos à peritagem e cadastramento de propriedades rurais com vistas a crédito”³⁴⁸. Tal constatação se deu, inclusive, nesta pesquisa, ao localizar o agrônomo em constante interferência nas situações que envolviam a disseminação da monocultura sisaleira, sobretudo, nos espaços institucionalizados e controlados pelo Estado. O que pode ser contemplado no vasto material produzido por órgãos como BNB e a SUDENE, citados nesta investigação.

As pesquisas produzidas pelas entidades federais e estaduais eram conduzidas e, muitas vezes, assinadas por agrônomos, pois a presença desse profissional era agregada ao

³⁴⁶ B. Brasil Financiará plantação de sisal. **Jornal A Notícia**. Serrinha, 02 de fev. 1974, p. 02. CCA.

³⁴⁷ MENDONÇA, 2016, p. 77.

³⁴⁸ *Ibidem*, p. 78.

sucesso agrícola como também a resolução dos problemas de ordem científica e econômica que, por ventura, impedissem o aumento da produção. Por conta disso, o destacado papel do agrônomo como regulador de créditos bancários e com vistas a recuperar a potencialidade regional. O que abrangia, inclusive, a reativação de “antigos” espaços de produção:

Outra notícia importante para os sisaleiros, donos dos campos antigos, é que o BB também financiará a recuperação dos campos velhos de sisal. Sendo que para este financiamento, a liberação do crédito, será feita pela própria agência do BB em Serrinha, e também será financiado pelo PROTERRA, a juros de 7% a.a., com prazo de 3 anos com um de carência. A Região de Serrinha, abrange os seguintes municípios: Conceição do Coité, Retyrolândia, Valente, Santa Luz, Cansação, Monte Santo, Quinjingue, Euclides da Cunha, Tucano, Araci, Teofilândia, Lamarão e Biritinga.³⁴⁹

Nessa dinâmica “modernizadora” a reanimação de lavouras era um fator em potencial para aumentar a produção que na “Região de Serrinha” abrangia: “Conceição do Coité, Retyrolândia, Valente, Santa Luz, Cansação, Monte Santo, Quinjingue, Euclides da Cunha, Tucano, Araci, Teofilândia, Lamarão e Biritinga”. Esses municípios correspondiam à circunscrição da Região Sisaleira. No entanto, não havia rigidez nessa quantidade, tampouco no próprio recorte regional que era movido pelas relações econômicas e políticas. Como no caso das emancipações³⁵⁰ que redimensionavam os territórios, ampliando ou reduzindo áreas de plantio na circunscrição dos municípios.

As fontes produzidas pelos órgãos estaduais e federais, pelo menos as consultadas para esta pesquisa, não se referem à área que abrange o Nordeste da Bahia como “Região Sisaleira”. A extensão que corresponde à produção do sisal na Bahia é diferenciada em “cinco das micro-regiões-homogêneas em que se convencionou dividir o território do Estado. De acordo com o CEPLAB (Centro de Planejamento da Bahia) o sisal na Bahia se distribuía, percentualmente, do seguinte modo: MRH – VIII 9,23%, MRH - XIX 11, 27%, MRH – XI 17,51%, MRH – XII 42, 43%, MRH IV – 16,42%, demais MRH – 3,34%.”³⁵¹

Dentre essas micro-regiões-homogêneas, a mesma fonte, destaca que a MRH XI e XII, seriam as mais importantes, pois apresentavam os maiores índices de produção, totalizando juntas 60% do sisal produzido na Bahia. A MRH XI - Sertão Canudos era

³⁴⁹ B. Brasil Financiará plantação de sisal. **Jornal A Notícia**. Serrinha, 02 de fev. 1974, p. 02. CCA.

³⁵⁰ As pesquisas sobre a Região Sisaleira atribuem as emancipações dos municípios ao aumento na produção da fibra. Entretanto, no caso de Araci, é necessário acentuar que a influência política das classes dominantes locais foi preponderante no processo, sem necessariamente ter implicação com o aumento da produtividade do sisal. Maura Lima demonstra em consideráveis argumentos e fontes o engajamento e a articulação das classes dominantes locais com agentes externos que pouco ou nada tinham a ver com a produção do sisal. Além disso, o município de Araci não foi criado com a emancipação de 1956, mas em 1890. O rebaixamento para vila aconteceu após a revolução de 1930, o que aconteceu com outros municípios da Bahia. Nessas circunstâncias, Araci passou a integrar a jurisdição de Serrinha, de modo que a monocultura pode até ter alguma influência na emancipação, mas não decisiva a ponto de definir a segunda emancipação.

³⁵¹ MARQUES, Nonato. **O sisal na Bahia**. V convenção Regional do Sisal. Salvador, 1978, p. 36-39. SEI.

composto por: Cansação, Euclides da Cunha, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Quijingue e Tucano. A MRH XII – Serrinha compreendia: Araci, Biritingas, Candeal, Conceição do Coité, Ichú, Lamarão, Retirolândia, Riachão do Jacuípe, Santa Luz, Serrinha, Teofilândia e Valente.

Alguns municípios das micro-regiões-homogêneas, principalmente os da MRH XII, se fundiram na própria Região Sisaleira, mas devido à própria complexidade da circunscrição não se pode conceder uma definição exata acerca dessa integração regional³⁵². Ademais a área de plantio abrangia, principalmente, médias e pequenas propriedades, tanto pela própria dimensão das roças como também a estratégia do Estado perpassava pela “dinamização” da economia desses espaços. De modo que, a finalidade principal da medida era conter a migração provocada pelas estiagens³⁵³.

O sisal seria uma alternativa à imposição climática das secas, já que a falta extrema de água não boicotaria a produção e os roceiros teriam como atravessar o período de escassez sem os frequentes desequilíbrios econômicos e sociais. Mas, todo esse discurso para aderência à monocultura não condizia com a realidade e a comprovação de ineficiência da economia sisaleira foi exposta com a recorrência das mesmas medidas paliativas de outrora. Essa constatação pode ser asseverada nas páginas do *Jornal A Tarde*, quando relatou que: “Nova frente pretende impedir o êxodo iniciado em outra área de seca”³⁵⁴ e:

[...] chegavam as notícia que em Araci e em Teofilândia, a produção de sisal está sendo seriamente prejudicada pela falta de chuvas. O sisal, conhecido por sua grande capacidade de resistir à seca já está sendo atingido pela estiagem que vem assolando o sertão da Bahia desde alguns meses. Em Araci, 70 por cento da safra está irremediavelmente perdida, pois o vegetal murchou e não há mais condições de desfibrar o produto, conforme declarou ontem, o prefeito José Brígido da Silva, que encontra-se em Salvador tratando [de] obter recursos para enfrentar a situação. Também em Teofilândia a produção do sisal está comprometida. Cerca de 30 por cento da

³⁵² MARQUES, Nonato. **O sisal na Bahia**. V convenção Regional do Sisal. Salvador, 1978, p. 36-39. SEI.

³⁵³ Tanto a política varguista que movia as transformações agrícolas no período de introdução do sisal quanto uma estimativa feita pela equipe que realizou pesquisas de campo na década de 50, acentuam os chamados “médios e pequenos produtores” como as “médias propriedades” enquanto maiores concentradores da área sisaleira no Nordeste. Na classificação das propriedades em que se distribuíam a cultura do sisal 1% era micro-propriedades, 12% pequenas-propriedades, 67% médias-propriedades, 13% intermediárias entre médias e grandes e 7% grandes propriedades. Ver: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. Sisal: Problemas Econômicos. 1957 v. 1, p.31. SEI. Além desses dados, Mendonça ressalta que “médios e pequenos produtores” é uma categoria discursiva elástica o suficiente para abarcar atores sociais das mais distintas posições junto à estrutura produtiva e que o incentivo a “pequena propriedade” tinha muito a ver com a fixação da mão de obra no campo. De fato, algumas produções dos órgãos estaduais e federais, consultadas para esta pesquisa, ressaltam essa perspectiva em seus diagnósticos e projeções. Para maiores explicitações: MENDONÇA, 2016, p.43. Vale a pena lembrar que, o sisal fora introduzido, justamente, por ser uma planta resistente às secas e, portanto, ofereceria renda aos sujeitos roceiros nos períodos de crises climáticas, no qual se acentuavam as migrações.

³⁵⁴ Nova frente pretende impedir êxodo iniciado em outra seca. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 63, n. 21224, 03 de jun. 1976. BPEB.

safrá está murcha, ocasionando – a exemplo de Araci – o desemprego nas plantações.³⁵⁵

O sisal, enquanto alternativa, não superava a necessidade das, já mencionadas, “frentes de trabalho” que funcionavam como uma estratégia de contenção à migração e ao desequilíbrio extremo. Isso significa que a situação, como em outras vezes, era de extrema gravidade, pois com a safra “irremediavelmente perdida” e o “desemprego nas plantações” as condições de existência dos roceiros estavam seriamente comprometidas. A seca de 1976 escancarou a fragilidade da economia sisaleira³⁵⁶, de forma que nem a planta resistia à força da estiagem, tampouco antigos problemas que envolviam a *questão da água* tinham sido solucionados e a combinação desses fatores se apresentava no cotidiano da cidade. Com o título “Cada pessoa tem direito a uma lata de d’água por dia”³⁵⁷ o *Jornal da Bahia* destacava a gravidade da situação:

Cerca de 25 mil pessoas residentes na sede e na zona rural deste município, enfrentam a falta d’água em consequência da seca que castiga a região com sérios problemas sociais e graves prejuízos econômicos. [...] A prefeitura não dispõe de recursos para o atendimento do povo. Cada pessoa só tem direito a uma lata d’água por dia para o consumo. A água é trazida por apenas um carro-pipa, verificando-se confusões na sua distribuição. [...] As pessoas de baixo poder aquisitivo não podem adquirir um “carro de água” por Cr\$ 250,00 e o resultado é que banho é coisa rara nas residências.³⁵⁸

Esse cenário, apresentado anteriormente quando o DNOCS tentou sanar a *questão da água* em Araci, demonstra a ineficiência das políticas empreendidas pelo Estado. Outro fator, que corrobora com essa constatação, é a abrangência da área atingida pela seca, o que pode ser asseverada por meio de mais uma matéria publicada, no mesmo dia do registro anterior, no *Jornal da Bahia*. Na oportunidade, o periódico evidenciou a extensão da calamidade perante a devastação na lavoura sisaleira, pois, naquele momento, as dificuldades que atingiam a monocultura eram os indicadores do problema. Intitulado de “A ÚLTIMA TRINCHEIRA”³⁵⁹ o sisal dava sinais, expressivos, de que não resistiria à estiagem.

A região que vai de Serrinha a Juazeiro, de Euclides da Cunha a Itaberaba, núcleo da cultura do sisal, abrangendo uma área de 157. 587 hectares cultivados e que compareceu nas estatísticas com uma produção em torno de 166.404 toneladas de sisal até o ano passado, está totalmente mergulhada na seca. Localizados no centro do Polígono das secas cerca de 40 municípios

³⁵⁵ Nova frente pretende impedir êxodo iniciado em outra seca. **Jornal A Tarde**. Salvador, ano 63, n. 21224, 03 de jun. 1976. BPEB.

³⁵⁶ Essa não era a primeira seca que se abateu sobre a produção do sisal, já que sua introdução remonta a década de 1940, portanto, outras secas podem e devem ter comprometido a monocultura. Entretanto, a seca de 1976 é a que recobre o período estudado como também muitas fontes de jornal se referem a ela com bastante veemência.

³⁵⁷ Cada pessoa só tem direito a uma lata d’água por dia. **Jornal Da Bahia**. Salvador, 10 de jun. 1976. BPEB.

³⁵⁸ Ibidem.

³⁵⁹ Região Sisaleira ameaçada de colapso econômico com a seca. **Jornal da Bahia**. Salvador, 10 de jun. 1976. BPEB.

estão ameaçados de um colapso econômico, pois muitos já tiveram algumas das suas atividades agrícolas liquidadas “restando apenas o sisal como última trincheira” disse o sr. Wagner Melo. Muitos não acreditavam que a situação chegasse a esse ponto, confiantes na grande resistência do sisal à seca, [...]. Se não chover por esses 15 dias haverá uma paralisação total. Segundo o sr. Wagner Melo a maior preocupação em torno da função sócio-econômica nas áreas de produção “onde praticamente não existem outras opções de trabalho, devido exatamente à seca”. Toda essa situação terá reflexos negativos nas safras futuras, caso o governo não adote medidas que ofereçam uma compensação ao produtor.³⁶⁰

A força da seca é demonstrada pela dimensão de destruição dos *campos* e o fato de ter restado “apenas o sisal como última trincheira” é um aparente indicador de sua função econômica para a área atingida, uma vez que a designação – “trincheira” – é comumente atribuída a contextos de guerras e, nesse momento, a fibra seria o “esteio” ou mesmo a “proteção” para os combatentes do cotidiano. A ameaça de “colapso econômico” era, ainda mais, aguda, devido à localização dos “40 municípios” produtores da fibra que se encontravam no “centro do Polígono das secas”, ou seja, nos espaços arrasados pelas estiagens e que enfrentavam, frequentemente, o problema da água. O posicionamento do articulista é, inclusive, um indício de como era pensada a situação, visto que demonstra, mais uma vez, como a seca era vista de *cima* - “compensação ao produtor” - sem levar em consideração o trabalhador roceiro implicado pelas “atividades agrícolas liquidadas” e que engrossaria as filas das “frentes de trabalho”.

No mesmo período o *Jornal da Bahia* destacou uma página inteira sobre as consequências da estiagem em Araci. A matéria, denominada “Araci está seco! A luta pela água”³⁶¹, ressaltava as várias dimensões das dificuldades vivenciadas, naquele momento, pelos roceiros. Na capa do jornal, a síntese da reportagem trazia os indicadores dos problemas gerados pela falta das chuvas e, para tanto, a narrativa imagética dialogava com o texto principal no intuito de traduzir com maior expressividade o drama central da cidade: “água de beber”.

³⁶⁰ Região Sisaleira ameaçada de colapso econômico com a seca. **Jornal da Bahia**. Salvador, 10 de jun. 1976. BPEB.

³⁶¹ Araci está seco! A luta pela água. **Jornal Da Bahia**. Salvador, 16 de ago. 1976. BPEB.

FIGURA 12 – Praça Nossa Senhora da Conceição, 1976 – Araci, Bahia.



FONTE: Jornal da Bahia/BPEB³⁶²

O quadro que apresenta o município de Araci é o mesmo das demais regiões baianas assoladas pela seca. As safras de milho, feijão e mandioca foram exterminadas, e para a pecuária, a única solução foi remanejar o gado para o tabuleiro de Quererá. Dez por cento do rebanho já se perdeu, e a população da sede e dos distritos sofre com a falta de água e alimentos. A única frente de trabalho com 600 homens, já se tornou insuficiente para conter o êxodo rural.³⁶³

A imagem (9), produzida em 1976, apresenta os elementos de uma composição que marcava a rotina da cidade mesmo depois da construção do açude público Poço Grande: roceiros com latas e potes dispostos para a luta da água de beber. Esse arranjo é novamente apresentado, nesta pesquisa, como um indicativo de continuidade da situação, uma vez que a permanência desse problema tornava a população, ainda mais, vulnerável às consequências da estiagem. E, se a seca, comumente, tornava as áreas atingidas igualmente concebidas – “O quadro que apresenta o município de Araci é o mesmo das demais regiões baianas assoladas pela seca” –, alguns fatores demonstravam problemas recorrentes, ao tempo que outras interferências externas agravavam a situação.

Além da falta de água, intensificada pela seca, a economia roceira estava sendo afetada em cheio por outro problema: a sustentação da pecuária. Se, de alguma forma, o Quererá era uma fonte segura que ainda garantia a água tanto para os roceiros como para os animais, por outro lado “remanejar o gado para o tabuleiro” não era mais uma alternativa praticável. É importante relembrar que desde 1972 os cercamentos, impostos por agentes das

³⁶² Região Sisaleira ameaçada de colapso econômico com a seca. **Jornal da Bahia**. Salvador, 10 de jun. 1976. BPEB.

³⁶³ Ibidem.

classes dominantes externas, estavam coibindo a criação de gado “solto” nas áreas dos Tabuleiros do Itapicuru. Logo, em 1976 a extensão das privatizações dos “maniados” já se encontrava em pleno avanço. E, diante do aprofundamento da situação, o *Jornal da Bahia*, também, trazia à baila uma síntese do problema. Com o sugestivo subtítulo de “Especulação”, asseverava que:

A pecuária no município de Araci ainda é incipiente e serve somente para o consumo interno. Devido à falta de água e pastagens, cerca de 90 por cento dos pecuaristas de Araci, Teofilândia, Biritinga, Serrinha e Tucano transferirem o gado para os tabuleiros do Quererá informou o prefeito. Porém – continua ele – “esse criatório está sendo prejudicado pela ação de especuladores que cercam os tabuleiros desobedecendo acintosamente as leis da Reforma Agrária e determinações do Incra. Essas pessoas se apropriam das terras devolutas criando problemas para a manutenção das 20 mil cabeças de gado”. Até o momento, alguns estimam em 10 por cento a perda de cabeças de gado e existem indícios de que o suprimento de água dos tabuleiros também está terminando: “É uma pequena aguada carente de melhoramentos e limpeza. A Prefeitura não tem condições de fazer isto, então o Governo do Estado precisaria tomar uma medida urgente para evitar um colapso total”³⁶⁴.

A matéria com o depoimento do próprio prefeito acentua os conflitos na área dos tabuleiros. A seca, não era a única dificuldade a vencer, já que a disputa indiscriminada das terras anunciava outro “colapso total”. A penetração capitalista na economia roceira passou por cima das hierarquias locais afetando “grandes” e “pequenos” em detrimento de um agente dominante externo. O apelo do “prefeito” estava na contramão da própria *conjuntura*, pois as terras, consideradas devolutas, estavam sobre a jurisdição do Estado e, certamente, o governador, a quem ele solicitava ajuda, foi um dos agentes responsáveis pela transferência do Tabuleiro para o Banco Econômico que, inclusive, passou a produzir sisal nos espaços em que imperava o costume da “Junta de Gado”³⁶⁵.

Em 1976, a seca, a extrema falta de água e de alimentos, o “desemprego” causado com a queda drástica na produção de sisal e o cercamento das terras comuns eram, entre outros fatores, os principais problemas que atravessavam a vida dos roceiros. Além dessas questões, o articulista indicava que “A única frente de trabalho com 600 homens, já se tornou insuficiente para conter o êxodo rural.”. O que demonstra a precariedade das medidas emergências acionadas pelo Estado para atenuar os efeitos da estiagem. Fato que corrobora com outra constatação: Se o montante da produção colocava o sisal na posição de “principal cultura” era porque a fibra se tornou uma alternativa praticável. Mas, por que a monocultura,

³⁶⁴ Região Sisaleira ameaçada de colapso econômico com a seca. *Jornal da Bahia*. Salvador, 10 de jun. 1976. BPEB.

³⁶⁵ Segundo os sujeitos entrevistados para esta pesquisa, na Cajuba se produzia sisal, polpa de frutas e também se criava gado.

introduzida com o discurso de minorar as condições dos roceiros, não superava sequer os desequilíbrios sociais mais graves? Por que o “império das secas”, ainda, prevalecia a ponto de atingir toda a economia roceira? E, seriam, realmente, as secas o único agravante dessa situação de calamidade?

Para tratar dessas questões é preciso adentrar nos campos de sisal e analisar mais de perto como eram as condições de trabalho, além do *ganho* dos roceiros na produção da fibra. Só assim poderemos constatar se o sisal era uma alternativa ou outra forma de exploração do trabalho, pois diante de algumas “permanências” e “novidades” é importante meditar, também: Como o cultivo e o beneficiamento inicial da fibra interferiam na vida e nas condições de existência dos roceiros de Araci? Esses são os questionamentos, iniciais, que intento discutir no próximo tópico deste estudo.

4.2 A indústria na roça: os trabalhadores e a cadeia produtiva do sisal

Eu saia daqui quato hora mais meu minino, ia pa lá [Lagoa Nova] pa batê paia, o moto tava lá. Quano chegava lá pegava enfiava-la paia, enfiava-le paia, enfiava-le paia. Só se via o moto assubiá e eu panhano as braçada de sisá e botano em riba da banca, panhano e botano e tirano residio. O residio caia dento de uma caxa embaixo e eu com a pá tirano e jogano pa lá, quano jogava pa lá ia inchia a banca até quande o sole vinha saino nois parava o moto. Tamém a ruma de fiba ficava lá. Eu mais ele. Só nois dois. Pá ganha o dinheiro pá viver.³⁶⁶

A indústria tem sido, comumente, associada a espaços dinâmicos como os grandes centros urbanos e suas adjacências, mas o cenário de atuação e aprofundamento das relações capitalistas transcende qualquer delimitação rígida. Além disso, o caráter de abrangência dos fenômenos sociais tem expressado tanto a força de reprodução como as contradições causadas pelo próprio sistema. Os espaços roceiros, por sua vez, compreendem realidades históricas vivas que não são desagregadas de um *conjunto social* mais amplo. Logo, foram tocados por mudanças que não diziam respeito as suas próprias necessidades e outras racionalidades passaram a operar sobre o ritmo do trabalho: “Só se via o motô assubiá”.

Para Marini, a indústria extrativa e a agricultura eram condizentes aos baixos níveis das forças produtivas como dos tipos de atividades que aqui se realizavam³⁶⁷, de modo que o

³⁶⁶ SANTOS, 2017.

³⁶⁷ MARINI, 2000.

sisal era parte dessa lógica. E, apesar de ainda estarmos tratando da resolução de uma tarefa – explicitada no depoimento acima – sem cronogramas precisos e representativos, o primeiro beneficiamento da *agave sesalana* imprimiu transformações relevantes sobre as relações de trabalho em espaços roceiros. A partir da introdução dessa fibra a dinâmica de produzir, até então, ritmada pela necessidade da policultura e com um forte conjunto de ações comunitárias, passou a girar em torno de demandas externas que eram regulas pela máxima da produção: “Tamém a ruma de fiba ficava lá”.

O fabrico do sisal é subdividido em duas fases fundamentais que são muito distintas em relação aos espaços em que se realizam. O primeiro beneficiamento é feito na “roça”, ou seja, nos próprios sisalais. Daí, a fibra segue para um segundo processo realizado na “rua”, quando se faz a seleção e o alisamento do produto nas bateadeiras. Dentre essas etapas a que mais nos interessa, perante o impacto causado sobre a vida dos roceiros, é a fase disposta, ainda, nos *campos*. Era na roça que o processo derramava toda a sua intensidade, modificando o espaço e as relações de trabalho em sua forma mais complexa, já que entre as secas e a migração o sisal se apresentava como uma alternativa a outro imperativo: “ganhar o dinheiro pá viver”.

Nesse processo, o primeiro passo era o plantio que incidia sobre a paisagem uma forte modificação. Embora o sisal não necessitasse de um tratamento mais elaborado do solo, devido às condições naturais e propícias da própria região, era preciso realizar algumas alterações no terreno que envolvia basicamente: roçar e destocar a terra. Na roçagem se retirava a “caatinga bruta” deixando as raízes e o “mato mais rasteiro”, para então se fazer a destoca que consistia na “limpa” final de todo o terreno. Aqui, temos um prejuízo muito grande à vegetação nativa e a biodiversidade, uma vez que a caatinga precisava ser devastada, toda ela, para dar lugar aos sisalais, restando apenas algumas árvores maiores para abrigar os roceiros nos momentos de intervalo da produção.

Diferente das culturas tradicionais, regidas pela necessidade de consumo interno e comercializadas nas feiras livres, a monocultura do sisal acompanhava as demandas externas e, portanto, era produzida em grande escala. As roças, por sua vez, se transformaram em *campos* e foram tomadas pelo verde da planta que era disposta nos terrenos em fileiras com uma distância necessária para facilitar a passagem dos trabalhadores e dos animais carregadores da fibra. Após quatro anos de plantio a “paiá”, como foram denominadas as

folhas laterais da planta pelos roceiros, estava ideal para ser retirada e dava-se início ao primeiro beneficiamento do sisal³⁶⁸.

A partir daí temos a entrada de outro procedimento em que o “dono do campo”, na maioria das vezes, “arrendava” o serviço de produção da fibra para o “dono do motô”. Esse último era também um roceiro que aderiu ao processo produtivo pela via do beneficiamento da planta.

Sisal era muito. Eu tinha um motô, trabaiava com motô. Trabaiava aí pro fora. Eu tinha uma caminhonete, jogava o motô em riba da caminhonete e ia bota nos campo, onde tinha campo de sisa. Trabaiei muito. Ia todo mundo. A turma toda. Enquanto tinha sisá ficava trabaiano, só saia quando acabava o sisá. Já mudava po outro lado. Pa oto campo.³⁶⁹

Nascimento³⁷⁰, quando analisou a trajetória dos sisaleiros de Valente-Ba, indicou a relação estratégica entre a efetivação do Estatuto do Trabalhador Rural-ETR³⁷¹ e a realocação de desfibradoras nos espaços roceiros, que foi nomeada regionalmente de “motô de sisal”. De acordo com o pesquisador, a partir da década de 1970 a máquina³⁷² passou das mãos dos “fazendeiros”, donos dos campos de sisal, para os trabalhadores que apenas lhes prestavam serviços no beneficiamento. A medida preventiva tinha o objetivo de transferir a responsabilidade de quaisquer ações trabalhistas para os próprios roceiros, de modo que emergiu dessa situação uma nova categoria social: “o dono de motô”.

Nessa nova dinâmica prevalecia uma relação mais indireta entre o “fazendeiro” ou “roceiro” dono do campo e os trabalhadores, sujeitos que desenvolviam o primeiro e mais complexo beneficiamento. A mudança incidiu nas relações sociais, uma vez que na produção do sisal os vínculos paternalistas não tinham tanta força como em outras situações de trabalho roceiro. Desde então, a arregimentação dos trabalhadores não era mais realizada pela intervenção direta dos “fazendeiros” com o e a sua atuação se restringia a receber alguma porcentagem diante do produto final. Logo, todo o aparato para desenvolver o primeiro

³⁶⁸ No anexo C, desta pesquisa, se pode visualizar um campo de sisal com o *agave sesalana* em ponte de corte.

³⁶⁹ SANTOS, 2017.

³⁷⁰ NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **A APAEB-Valente e os “Sisaleiros”: Trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993)**. Santo Antônio de Jesus, 2014, p. 139. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual da Bahia-UNEB/Campus V.

³⁷¹ O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), emanado por meio da Lei nº 4.214, de 2/3/1963 e instituído na presidência de João Goulart (1961-1964), foi a primeira lei do país a intervir efetivamente nas relações de trabalho no campo e tinha como prerrogativas: sindicalização, salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização. A ETR foi revogada pela Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, em plena ditadura militar, quando se estendeu a Consolidação das Leis Trabalhistas para os trabalhadores do campo preservando no corpo da lei a prestação bienal e a estabilidade. Essa diferenciação entre os trabalhadores urbanos e do campo enfraquecia a efetivação das leis trabalhistas, uma vez que eram considerados empregados apenas os trabalhadores que prestavam serviços não eventuais.

³⁷² A desfibradeira é conhecida também por “paraibana” devido às máquinas terem vindo da Paraíba, outro estado que aderiu a monocultura e chegou a liderar a produção.

beneficiamento era de incumbência do “dono de motô” e, para tanto, a sua família era incluída no processo.

Não é novidade que crianças e jovens realizem serviços de roça, tampouco foi o sisal que inaugurou essa situação. Na família roceira, como já foi mencionado, o trabalho era uma ação comum ao cotidiano de todos e todas, portanto, nessa nova dinâmica não seria diferente: “Ia todo mundo. A turma toda”. As condições de existência eram asseguradas com o envolvimento de toda a família, mas para o beneficiamento o serviço foi acrescido de outros mecanismos que eram regidos pela produção e exigiam, por conseguinte, sincronização e divisão do trabalho.

Para desenvolver o primeiro beneficiamento era necessário o mínimo de cinco trabalhadores que tinham funções diferenciadas e complementares na divisão do trabalho: o *cortador de palha* retirava a folha nas laterais da planta com uma faca e as empilhava nos corredores da plantação; o *cambiteiro* recolhia toda a palha dos corredores e as organizava nas cangalhas dos animais, jegues ou jumentos, para a condução até o “motô”; o *cevador ou batedor* era o operador da máquina desfibradeira e trabalhava em parceria com o *resideiro ou bagaceiro* aquele que lhe entregava a palha e retirava o material acumulado embaixo do “motô”; a *estendedeira*, função nomeada no feminino porque era um serviço desenvolvido por mulheres, espalhava a fibra nos varais, chamados de estaleiros, para secar ao sol, mas também se mantinha vigilante, pois ao primeiro sinal de chuva, ventania, ou mesmo, quebra de arames tinha de recolher toda a fibra e estender novamente.

Embora todo esse trabalho se constituísse em tarefas e, portanto, permitisse alguma flexibilidade no ir e vir, com menos rigidez de horários no tempo de serviço, é preciso analisar com mais vagar as novas disciplinas induzidas pela introdução técnica e, sobretudo, atentar para os novos estímulos impostos pela máxima da produção. É essa combinação que proporcionou as mudanças mais efetivas no cotidiano dos roceiros, pois as consequências dessas alterações levaram os sujeitos a vivenciar novas intensidades de trabalho.

E, apesar da divisão proporcionar uma especialização fragmentada das operações com vistas ao aprimoramento das forças produtivas, o serviço não era marcado por uma acentuada hierarquia, tampouco havia uma separação técnica rígida na execução das tarefas. É certo que, a divisão era executada, porém as funções exercidas pelos trabalhadores, no cotidiano dos *campos*, dependiam da situação. No sisal muitos roceiros conheciam o trabalho:

Dá planta ao motô, só nunca fiz batê a paiá na boca do motô, mas o resto de serviço tudo já trabaiei: Eu cortei sisal, cambitei, sirvi de bagaceiro panhano sisal no campo e botano no motô pa o batedor bater a paiá e tirava bagaço

com carrinho de mão só nunca bate paiá. Pa cortar era bom. Tudo era fáci, trabaiaava muié, trabaiaava minino.³⁷³

Um mesmo roceiro desenvolvia várias funções no *campo*. Mas a despeito de que “Tudo era fáci” e, por conta disso, trabalhavam também mulheres e crianças devo ressaltar que as funções tinham vários agravantes. As crianças, na maioria das vezes, trabalhavam como *cortadoras* e *cambiteiras*, ou seja, cortavam e carregavam os animais com as palhas e as mulheres, além de desenvolverem essas funções e estenderem a fibra, também faziam “os moinho chamado *boneca*, amarava as boneca e botava na balança, quando tinha 50 quilo, por exemplo, aí eles [resideiro] anotava numa folha, o dia todo o rojão era aquilo”³⁷⁴; portanto, o ritmo de trabalho feminino e infantil tinha a suas intensidades e como afirmou o próprio Tonho, cumpriam certo “rojão” de trabalho:

Trabaiá em motô de sisal é pra doido, teve um dia que eu olhei assim no chão tinha 200 quilos pra eu botar todo no arame antes de escurecer. Eu pegava aqueles moião jogava bem no olho da cangaia. Enchia dois jegue as veiz. Enquanto eu guentava o peso jogava, chega vinha torta, pegava dois arame, três de uma veiz, aquele fardão. E, na hora de tirar do istalero fazia aqueles nó apertado, chamava nó de home que num folga. Aqui nessa região era muita muié que trabaiaava de motô, de cambitar, cortar, estender e tirar. O que as muié fazia era esses trabaio. Levava minino, a partir de deiz ano todo mundo trabaiaava.³⁷⁵

As tarefas desenvolvidas por crianças e mulheres eram executadas até a exaustão de suas forças. E, mesmo que o tempo de trabalho não estivesse vinculado a horários, as funções eram condicionadas à máxima da produção e variavam conforme a demanda, de modo que eram intensas até mesmo para esses sujeitos. O dispêndio exaustivo da força de trabalho fazia parte da rotina e além desse imperativo, também estavam expostas a outras complicações: “O trabaio do motô é bruto, bruto demais, a gente descola as unha tudo, sai um unhero e descola as unha e a gente pega na paiá cortano e descola, mais dói. Quando chegava meio dia tinha de botar as unha dento da água quente.”³⁷⁶. Dessa forma, não eram imunes aos problemas causados no contato com a planta.

No corte a *agave sesalana* libera um líquido tóxico à pele humana, portanto, a “brutalidade” do serviço não estava apenas na exaustão da força de trabalho, na repetição e no ritmo das tarefas, o beneficiamento conferia diferentes riscos que se combinavam no mesmo espaço e em diferentes etapas da produção. Esses fatores são condizentes com uma maior

³⁷³ TOINHO DAS MADEIRAS, 2018.

³⁷⁴ Ibidem.

³⁷⁵ MARIA. **Maria de Pedro de Jona**: depoimento [junho. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci-Moderna, 2018. 2 arquivo. Áudio mp3 (2:09 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

³⁷⁶ COSMA. **Cosma de seu Cirilo**: depoimento [junho. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (0:25 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

exploração do trabalhador, uma vez que a exposição aos perigos da produção é parte desse processo. Na economia dependente tais determinantes adquirem um caráter extremamente agudo³⁷⁷, a ponto da repulsa ao serviço ser maior que outras necessidades, principalmente quando se tratava dos mais jovens:

Pedro tinha um campinho de sisal ali, saiu eu e o filho de Manelzinho irmão dele [Pedro]. Eu disse Valmir você vai cortar a palha que eu vou cambitar, ele disse não tia Maria num vou cambitar nessa desgraça não, oi como tá essas unha minha tá dando no sangue eu vou é mim bora agora. Aí se mandou mermo num olhou nem pa trais, disse que mais nunca trabaiava em motô que a mão tava boiada de pegar na palha quente na quarta-feira. A gente boiava os dedo tudinho dava no sangue porque a palha ficava quente do sol, quando a gente mitia a mão na palha pra pegar a água do sisal assava. Aí eu digo assim eu tô precisano do dinheiro vou colocar aqui quatro carga de sisal e depois eu venho e pego, o jegue tá pegado, cortei vapo tivupe e Valmir foi imhora chingano, com as mão boiada, deu pena mermo. Mais o primeiro pé que cortei dei asar, quando eu cortei três palha vi o sangue subir, eita dor da injura, tinha cortado os quatro dedo. Passei quinze dia sem trabaiá no motô que num guentava não, com os dedo cortado.³⁷⁸

A atitude de revolta, em relação ao trabalho, expressa a reação à dura rotina, uma vez que se chegava ao limite humano em suportar as agressões que a planta provocava no corpo. Isso demonstra que crianças, jovens e mulheres viviam a intensidade e a exaustão em suas tarefas e, portanto, não havia qualquer distinção de sexo ou idade quando se tratava disso. Todos e todas que ingressavam na produção estavam expostos aos riscos. Além das frequentes lesões nas unhas e mãos, os roceiros estavam à mercê dos acidentes com as facas no corte da palha e o próprio espaço também oferecia outros riscos: “O campo era perigoso cascavel, cobra e o espinho pra furar a gente, podia furar a cara, os olho.”³⁷⁹. E, mesmo diante de vários perigos, ainda não estamos tratando da tarefa mais arriscada dentro da produção.

Se com todas essas implicações a primeira parte do serviço era considerada “fáci”, havia uma função no beneficiamento que não cabia nessa qualificação: “só nunca fiz batê a paiá na boca do motô”. Esse serviço não era encarado pelos trabalhadores com a mesma disposição das demais tarefas e, diante disso, as outras ocupações se tornavam menos complicadas e exaustivas. De tal modo que, para muitos roceiros o serviço no campo foi asseverado como “levinho! Cortava paiá e levava po motô, aquela carga colocava na cangaia com os gancho no jegue”³⁸⁰. Porém, quando se tratava da função atribuída ao *cevador* ou *batedor* de “paiá” se demonstrava certo antagonismo na declaração: “Trabaiio horrivi do pobe,

³⁷⁷ MARINI, 1991.

³⁷⁸ MARIA DE PEDRO DE JONA, 2018.

³⁷⁹ BIA DE ANTOLINO, 2018.

³⁸⁰ Ibidem.

pobezinho que num tem dinheiro e vive daquilo. Sofrimento! Botaro o nome pioio do motô o pobe cansado. Coisa horrivi esse nome ruim.”³⁸¹.

As divergências de concepção, acerca das funções desenvolvidas dentro da mesma cadeia produtiva, se dão por conta da intensidade e dos riscos mais agudos que envolviam as tarefas realizadas pelo *cevador* ou *batedor* de palha. Essa função estava agregada e dependente a outra: *resideiro* ou *bagaceiro*. Logo, os demais podiam desenvolver as suas tarefas com uma disciplina menos acentuada, o que permite aos trabalhadores ponderar que os outros serviços eram “fáci” ou “levinho”. Mas, para quem desfibrava a folha como também para quem tirava o resíduo produzido, o serviço era constante e, inclusive, a velocidade com que trabalhavam definia, em alguma medida, a intensidade dos outros trabalhadores³⁸².

Por exemplo, trabaiaava 8 pessoa: 4 era pa fazer um trabaio, aqueles oto passa pa fazer oto. Nossa turma em nosso motô era nois mermo. Tendo muito sisal num para não. Mais se a paia já tiver cortada trabaiaa poca gente, só resideiro e o cevador trabaia. Só vai o que ceva e o resideiro pa tirar o residu, só, num precisa mais de ninguém mais não. Pode istender nos otos dia se quiser.³⁸³

Em todo o serviço havia também alguma sincronização: “tem o cortador que vai cortano na frente e oto que vem panhano atrais a paia com um jegue.”³⁸⁴. Mas, como a divisão no processo produtivo não era rígida, cada tarefa seguia diferentes intensidades. Isso significa que o corte, o recolhimento e o deslocamento da palha até a desfibradora exigiam uma conexão menos acentuada, pois um mesmo trabalhador poderia executar esses serviços. Tudo iria depender do tamanho do campo e, conseqüentemente, das demandas de produção. Entretanto, para o *resideiro* e o *cevador* a sincronia era absoluta.

Tem resideiro que num dá conta não do residu, quando tira cinco pá de residu que vai lá pesar [fibra cevada] que volta já tá cheio de [residu] de novo. O resideiro come fogo! Resideiro num é pa todo mundo. Balança de 25 quilo e eles fazia os moio, cada peso. Resideiro bastecia a banca do batedor, era pra tirar o residu, marrar o moio e pesar, tinha de dar bem capoeira. Ele num tinha tempo nem pa comer e beber água. Era as carrera, um baião. E, se botasse errado o batedor comia o resideiro.³⁸⁵

Toda a dinâmica favorecia aos baixos custos da produção que se realizavam graças ao novo condicionante técnico do processo: o “motô de sisal”. A introdução da máquina revolucionou a cadeia produtiva na medida em que atendia a grandes demandas. Antes dessa *novidade* o sisal era beneficiado no *farracho*, um instrumento movido à força humana que só

³⁸¹ BIA DE ANTOLINO, 2018.

³⁸² Essa situação foi descrita por Agripino, quando trabalhava apenas com um dos filhos porque a fibra já estava cortada e empilhada no “pé do motô”.

³⁸³ EDMILSON DE AGRIPINO. **Edimilson dos Santos**: depoimento [setembro. 2017]. Entrevistadora M. Carvalho. Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (1:07 min.). Entrevista concedida a autora para pesquisa histórica.

³⁸⁴ *Ibidem*.

³⁸⁵ MARIA DE PEDRO DE JONA, 2018.

desfibrava a quarta parte de cada folha por vez e, dessa forma, necessitava de mais tempo do roceiro na execução da tarefa. Já, o “motô”, movido a óleo ou gasolina, trabalhava com a palha inteira e em menos tempo, por sua vez, concedia maior agilidade à produção, além de ser montado sobre uma espécie de *reboque* que facilmente era deslocado entre os *campos*.

Ao reorientar a cadeia produtiva para maiores demandas o “motô” também introduziu outros *hábitos* de trabalho no espaço roceiro. A própria estrutura da máquina, difícil de ser acionada, se converteu num forte estímulo à produção. Novas disciplinas passaram a operar sobre os corpos roceiros, uma vez que a intensidade do serviço não era regulada pelas necessidades da roça, mas subordinadas a leis externas de produção.

Até de noite a gente trabaivava, 2 hora da manhã, um pegava ia até 8 hora da manhã. Quando era 8 hora aquele que trabaio largava e aí agora os oto pegava ia até 12. Só parava pa descansar um poquinho e era assim a luta. Eu cevava ligero. Era bom de cevar: era 200 quilo, 250 até 300 quilo já tirei na ocasião, [eu] era ligero. Tinha veiz que eu parava até o motô de tanto bota paia. Eu e meu irmão cevava muita paia. Tinha veiz que a gente parava o motô de malandrage [risos].³⁸⁶

O estímulo à produção regia o serviço, de modo que o contato com a máquina provocava certo entusiasmo. Entretanto, a jornada de trabalho demonstra outros indicativos que corroboram para o uso, ainda mais, extremado de força na execução das tarefas. Se, por um lado, a jornada de trabalho não parece tão extensa e distinta do período em que os roceiros desenvolviam os seus habituais serviços de roça, entre cinco e seis horas; por outro o revezamento de trabalhadores diz respeito acerca de dois novos fatores engendrados a partir da cadeia produtiva do sisal: a sequência do processo e o esgotamento da força do trabalhador.

Ele [cegador e resideiro] num pode parar pa beber água, nem fazer cigarro, que num pode parar o motô né. Ligô, fica ligado o tempo todo, é pesado pa ligar o motô. O trabaizador bota uma força pa ligar o motô com aquela manica. Se soltar e bater nos queixo de um mata. Os pioio de motô tinha medo da manica se soltar. E, quando num pega, para [o motô].³⁸⁷

A ininterrupção do beneficiamento mantinha o processo em constante sequência, ou seja, quando o motor era acionado a desativação dificilmente se dava antes que se desfibrasse toda a palha retirada no decorrer da semana. Isso condizia com o baixo nível tecnológico da máquina e também por outros fatores que envolviam a produção: uma vez cortada, a folha precisava ser beneficiada em alguns dias para não secar e dificultar o desfibramento. Além desse condicionante, grandes demandas geradas pelo mercado externo resultaram em

³⁸⁶ EDMILSON DE AGRIPINO, 2017.

³⁸⁷ MARIA DE PEDRO DE JONA, 2018.

plantações de grande escala e, principalmente, o próprio estímulo ao trabalho concedido pelo *ganho* por produção.

Esses determinantes incidiam no processo que, muitas vezes, se estendia pela noite com a permanência do *resideiro* e *cevador* na operação de desfibramento. E, apesar da separação de tarefas resultarem na divisão das demandas entre os trabalhadores, toda a fibra do campo passava pelas mãos do *cevador*. Ademais, é importante atentar para outra constatação: o revezamento entre os trabalhadores indica que o mesmo roceiro voltava a assumir as suas funções em diferentes momentos da produção e, sobretudo, a jornada cumprida pelo trabalhador era compatível à exaustão de suas forças.

Nesse serviço num tem hora não é tudo na empreita. Chega de manhã, pode sair de noite, de dia, qualquer hora. Quanto mais você trabaiasse mais ganhava renda. Era por produção quanto mais trabaiasse mais cortasse paiá ou carregasse, mais ganhava dinheiro. Mais o cevador num trabaia o dia todo não porque num guenta. É [serviço] pesado!³⁸⁸

Embora os roceiros cumprissem jornadas variadas, o que demonstra certa irregularidade na rotina, alguns estudos se aproximaram da contabilização de horas cumpridas por esses sujeitos. Nascimento e Santos³⁸⁹, ao pesquisar esses fatores, asseveraram jornadas que oscilavam de oito, dez a doze horas por dia com intervalos rápidos para as refeições. Isso significa que intercalavam duas, ou mesmo, três jornadas de quatro ou seis horas, pois, não raramente, o fato de permanecerem instalados nas proximidades da desfibradeira, durante todo o período de beneficiamento, facilitava o revezamento como também as longas jornadas de trabalho.

A extensão e a localização do campo definiam o período e a necessidade de se manter instalado, como se referem os próprios roceiros, no “pé do motô”. Se o campo fosse a certa distância de suas residências, a ponto de não permitir o revezamento e o desfibramento continuou da palha, a família do dono do motor e outros roceiros que, por ventura, integravam a “turma”, passavam a residir no *campo* até desfibrar todos os “pés de sisal”. E, esse cotidiano, apesar de apresentar uma nova rotina de trabalho, não se distanciava do que era, comumente, vivenciado em muitos espaços roceiros:

Era no meio do tempo lá! Cumida a gente fazia lá, era farinha moiada, o que vinhesse a gente cumia, é preá nesse tempo tinha preá adoidado, nanbu o que passava ali a gente cumia. Era igual os índio, num vê os índio quano tá na mata era o mesmo jeito da gente [risos]. Lá resolvia tudo, o banheiro era lá pa catanga mermo, tava costumado já. Nisso aí a gente fico, porque a gente

³⁸⁸ TOINHO DAS MADEIRAS, 2018.

³⁸⁹ NASCIMENTO, 2014. SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro et. al. A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal: a informalidade e o silêncio dos inocentes. **XI Jornada do Trabalho**. João Pessoa, 2010.

costumado na roça, num vai pa cidade, ficar na cidade sem ter o que fazer. Mais era divertido a gente ia pa roça cuzinhar uns feijãozinho lá dibaxo do pé de pau, deitava ali uma horinha de mei dia.³⁹⁰

A referência feita ao “índio” se remete, justamente, a contraposição de quem reside na cidade, uma vez que a “roça” e a “mata” condiziam ao um ponto de estabilidade, ou seja, ao lugar desses sujeitos³⁹¹. E, para tanto, essa situação não causava incômodo ou estranheza: “tava costumado já!”. Se deslocar, ou mesmo, passar um determinado período em diferentes espaços roceiros era algo comum ao cotidiano, pois em outros processos produtivos como farinhadas, batatas de feijão, despachas de milho a permanência no local, enquanto durassem os trabalhos, era fundamental e, inclusive, emergiam desses processos diferentes costumes e sociabilidades.

No entanto, é preciso ressaltar que, os fatores da produção sisaleira não favoreciam a manifestação, ou mesmo, ao florescimento de práticas simbólicas que causavam algum prazer em trabalhar. No “pé do motô”, o roceiro com o corpo, muitas vezes, lesionado pelo líquido tóxico da planta ou pelo manuseio de instrumentos cortantes, exausto pelo dispêndio extremo de esforço físico e com o tempo acelerado pela máquina que não lhe permitia parar se quer para “beber água ou fazer um cigarro” era tocado por determinantes externos e não condizentes as suas próprias necessidades, portanto, estavam, nessa situação, cada vez mais distantes de práticas compartilhadas que convergiam satisfação e trabalho³⁹².

As expectativas e o *capital emocional* que envolvia as situações de trabalho e festa iam perdendo força na medida em que os estímulos da produção e da máquina engendravam boa parte do cotidiano. Esses fatores insinuavam *hábitos* mais acentuados de cálculos e, por conseguinte, uma maior precisão de resultados do trabalho que, por sua vez, se reverberavam no cotidiano dos roceiros.

Mais a gente brigava uns com os outros: Porque pegaro a minha faca aqui! Quem pegou? Porque as faca era afiada. Era de fazer barba, todo dia ia pa pedra aquelas faca. Faca cega ninguém queria. Os trabaidor do motô brigava pelo jegue bom, engraçado [risos], porque um jegue quando num queria pegar muita palha sabe o que ele fazia se encostava no pé da cepa do sisal fazia a carga cair. [...] E a gente fazia as agulha e os sabido pegava as agulha da gente. Quem chegasse por derradeiro sufria! Só pegava as corda ruim, imendada. Era a gente que fazia as cordona de transa pa arrochar as carga. Enchia a carga jogava a corda e laçava, apertar até zinir mesmo e o jegue quereno morder a gente [risos].³⁹³

³⁹⁰ EDMILSON DE AGRIPINO, 2017.

³⁹¹ CERTAU, 2014.

³⁹² Para Thompson, há uma estreita relação entre a revolução das necessidades e a destruição da autoridade das expectativas baseadas nos costumes. THOMPSON, 1998, p. 22 e 23.

³⁹³ MARIA DE PEDRO DE JONA, 2018.

Não é o caso de asseverar que os conflitos em torno do trabalho se forjaram a partir do beneficiamento do sisal. Mas, o que evidencio, a partir dessa situação, é o fato de terem como determinantes o aumento da produção restrita a cada trabalhador. A ocasião é típica de processos em que imperam um melhor desempenho individual em detrimento de ações mais comunitárias. É óbvio que, os conflitos entre os trabalhadores não suprimiam os laços afetivos tecidos no cotidiano e isso fica explícito nos risos e na maneira como os entrevistados se referiam aos companheiros de serviço. Além do que, tratava-se de sujeitos muito próximos em graus de parentesco ou amizade, portanto, entre “os piolhos de motô” as relações sociais e de trabalho, ainda, se mantinham, em alguma medida, vibrantes.

Mesmo diante da permanência de certos vínculos sociais, não se pode perder de vista que tanto a economia familiar como os condicionantes técnicos e de produção estavam sendo movidos, em grande medida, pelo monetário. Para Thompson³⁹⁴, as situações orientadas pelas tarefas se tornaram muito mais complexas quando se passou a empregar a mão de obra, inclusive familiar, e para o autor, mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Ademais, nessas circunstâncias, o *ganho* proporcionado pelo trabalho de todos e todas se concentrava entre os sujeitos da mesma família, o que reverberava nas condições de existência.

Eu comprei ainda mais pa emprega a família. Tinha dois fio home trabaiava e tinha as minina e pa interar a turma a gente pegava dois ou três de fora que ocupa muita gente pa trabaiá com motô, quando um pega turno depois chega oto pega oto turno porque o cara num guenta de fora, fora não. Essa turma de motô tem muita malandrage e aí eu num aceitava, aí eu digo sabe eu vou compra meu motô. Aí comprei mais meu sisal não dava po motô rodar direto, mais quande terminava o meu, saía arrendano o motô. Aí dispois eles pegaro se maldizer que o ganho tava ruim aí eu disse oi meus fiu não é obrigado seis ficarem trabaino não, esse trabaio é enquanto puder se achar melhora fora pode sair pra fora e eles saíro. O mais velho [cevador] foi o primeiro que saiu a dispois o oto foi pra Sarvador aí nois fiquemo.³⁹⁵

A utilização da mão de obra familiar também garantia, na maioria das vezes, resultados mais significativos na produção, pois a relação de empregador e empregado com os próprios filhos possibilitava um melhor controle e eficiência na divisão do trabalho. Nessa situação, o dono do motor evitaria a enfatizada “malandrage”, ou seja, atitudes de desacordo entre o que se esperava do desempenho do trabalhador para com o dono do “motô”. E, apesar do *ganho* no trabalho do motor proporcionar alguma renda que abarcava a família, os roceiros, principalmente os mais jovens, abandonavam esse tipo de serviço em busca de

³⁹⁴ THOMPSON, 1998, p. 272.

³⁹⁵ ZÉ DE CIRILO, 2018.

melhores condições de vida. Dessa forma, migrar para outros espaços continuava sendo uma alternativa praticada e tanto a rotina de trabalho como o *ganho* tinham muito a ver com isso.

O beneficiamento do sisal garantia alguma estabilidade aos roceiros, visto que diante de quaisquer fatores que compromettesse a produção, como o refúgio³⁹⁶ da fibra ou problemas na máquina desfibradora, o *ganho* dos trabalhadores estava assegurado pelo “dono da bateadeira”: “Lá era assim a gente era credenciado, se por exemplo uma semana que rodava pouco num dava pa vender nois ia e pegava o dinheiro de fazer o pagamento [dos trabalhadores] eles [donos das bateadeiras] fornecia, com oito dia aí já tinha mais [fibra] aí descontava.”³⁹⁷. Esse vínculo conferia alguma segurança para o dono do motor e os trabalhadores, ao tempo que as grandes demandas possibilitavam certa constância no serviço: “Dava dinheiro, o povo era um bando, a rapaziada toda fazia sua feira. Era muito sisal um campo, motô trabaiava de aborrecer!”.³⁹⁸

Embora esses fatores se apresentassem como favoráveis, o próprio vocábulo “ganho”, utilizado pelos roceiros para designar o pagamento pelos seus serviços, insinua que o valor do trabalho não correspondia a quaisquer normas estipuladas pelas leis trabalhistas do período, ou seja, a porcentagem do que era produzido não tinha como base o salário mínimo. Antes, dizia respeito a algum pagamento que chegasse próximo a “feira” semanal dos roceiros, portanto: “Dava um dinheirinho, uma besteirinha assim pa sobreviver.”³⁹⁹. É importante ressaltar que os modos costumeiros de produzir ainda vigoravam e garantiam alguma parte das condições de existência no mundo roceiro.

Desse modo, a “feira” representava o complemento do que era produzido nas próprias roças e não supria o consumo integral dos trabalhadores. Isso indica que o “ganho” não correspondia ao estritamente necessário para o trabalhador viver. E, essa constatação se tornava, ainda mais, evidente em períodos de extremada seca, quando a palha murchava e o desfibramento se tornava impraticável.

Aconteceu muito de parar o motô, enrola o motô e cobrir lá no campo e deixa dá uma chuva pra ele [sisal] abrir a folha e trabaiá né. [...] Esse povo de motô num guardava [dinheiro] não o que fazia era pa comer, cabô a semana ia pa feira era pra comprar comida uma coisa e ota, mas num era pa dizer assim que fazia economia forte que guardasse pra o tempo ruim [seca] não. Ficava disimpregado.⁴⁰⁰

³⁹⁶ O refúgio do sisal acontecia quando algum fator interferia na secagem da fibra comprometendo sua qualidade. Esse prejuízo recaía sobre o dono do motor, os trabalhadores, já que os donos do campo, na maioria das vezes, não se responsabilizavam pelos eventuais refúgios.

³⁹⁷ ZÉ DE CIRILO, 2018.

³⁹⁸ SANTOS, 2017.

³⁹⁹ EDMILSON DE AGRIPINO, 2017.

⁴⁰⁰ TOINHO DAS MADEIRAS, 2018.

O valor recebido com o trabalho no “motô” não minorava e, sobretudo, era incompatível a qualquer “economia forte” para o trabalhador. Nascimento⁴⁰¹, cruzando fontes de jornais com cálculos estipulados pela Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal, se aproximou do valor pago aos trabalhadores do motor no final de uma semana de serviço e com produção de 1.500 kg de fibra verde⁴⁰². Segundo o pesquisador, apenas o *cevador* poderia alcançar o salário mínimo, enquanto os demais não chegavam a pouco mais de meio salário. Já as mulheres e crianças, expostas a algumas dessas funções com exceção do desfibramento, recebiam pouco menos que a terça parte do que ganhavam os homens.⁴⁰³

Logo, se “o motô trabaiava de aborrecer” com as jornadas de dez ou doze horas de trabalho exaustivo, era porque o valor pago pelo trabalho só se tornava compatível a “feira” a partir do esforço extensivo e intensivo da força de trabalho roceira. Isso significa que o trabalho era remunerado muito abaixo do seu valor real, uma condição inerente às economias dependentes engendradas na superexploração do trabalho⁴⁰⁴. Nessa dinâmica, além de negado o estritamente necessário à reposição de sua força de trabalho, as etapas da cadeia produtiva tinham como agravantes as lesões no contato direto com a planta, de forma que o esgotamento prematuro do trabalhador era, certamente, outra consequência do serviço.

Entretanto, as lesões ao corpo, não eram, ainda, o maior trauma que poderia sofrer um trabalhador do sisal: “o que a fibra dava eles pagava o pioio aquele tatinho. É micharia! O *cevador* aí ganhava mais que era perigoso. Ali pega a mão do pobre e come.”⁴⁰⁵ A “mão”, ou melhor, todo o braço, utilizado para executar o desfibramento da palha, estava exposto à mutilação. O baixo nível tecnológico do “motô de sisal” atendia a grande escala de produção ao tempo que colocava em risco a vida do roceiro. E, se no corte a planta já liberava ácido suficiente para lesionar as mãos dos trabalhadores, na operação de desfibramento tanto a quantidade como a concentração do líquido exigia maiores cuidados:

⁴⁰¹ NASCIMENTO, 2014, p. 67.

⁴⁰² O cálculo foi feito com base na quantidade estimada de fibra produzida por uma equipe com um *cevador*. O valor pago pela bateadeira era dividido entre o dono do campo que ficava com 30% a 35% e o dono do motor que ficava com o restante para cobrir as despesas com manutenção da máquina, o óleo, ferramentas de trabalho e a alimentação dos trabalhadores e animais.

⁴⁰³ Nascimento utiliza cálculos realizados em 1998 pela FATRES/STRAF-Valente para, então, presumir o salário médio mensal dos trabalhadores na segunda metade de 1984. Como os valores eram combinados mediante acordo percentual entre o dono do campo e o dono do motor, acredito que não deve ter havido maiores disparidades desses cálculos para os anos de 1970. Outros detalhes sobre os cálculos ver: NASCIMENTO, 2014, p. 72 e 73.

⁴⁰⁴ MARINI, 1991.

⁴⁰⁵ BIA DE ANTOLINO, 2018.

O ornamento do batedor de motô era a mocofaia, um prástico, chamava mocofaia, prascão grosso, marrava pa sustentar que o rebolado do corpo era dimais. A dança era boa! Era bateno e a água batia na mocofaia assim e discia aquela água nos pé do batedor. Só batia discalço, todo mundo, era muita lama no pé do motô da água do residu e a percata não entrava lá não, enchia logo de água. A mocofaia, a meia de dento e a luva de fora, marrada, apertada pa num soltar o nó da luva. Tinha dia que eles tava se tremeno, desata aqui esse nó, tudo apertado, cansado de ficar em pé de manhã até meio dia bateno.⁴⁰⁶

Ser “pioio de motô de sisal” significava ter como proteção ao ácido corrosivo da planta a “mocofaia”, que, combinada a outros utensílios organizados pelos próprios roceiros, tinha o objetivo de diminuir as agressões ao corpo e permitir que os trabalhadores suportassem as horas de serviço: “discalços e com os musquito comeno os olho da gente. Era um rio de água que discia e quando chuvia dava morotó. Morotó de prensa cheio de rosca. Morotó do residu. E fidia!”⁴⁰⁷. Além do líquido liberado no desfibramento da palha, o barulho intenso da máquina e os espinhos das folhas faziam do “pé do motô” um local extremamente insalubre que comprometia a saúde dos roceiros de diversas maneiras: problemas auditivos, riscos de trauma nos olhos, bacterioses, alergias. E, apesar do relato de entusiasmo com a máquina, não raramente, a possibilidade de acidente era real e cotidiana. Dentre esses fatores, o *cevador*, que estava exposto a maiores quantidades de ácido, precisava de alto nível de concentração e destreza no manuseio do “motô”. O que conferia forte tensão ao serviço, pois:

A boca de alimentação dessa máquina era confeccionada em madeira e possuía uma abertura diametralmente maior que o punho cerrado de seu operador. O perigo aumentava ainda mais em proporção ao uso, uma vez que essa boca sofria desgaste por conta do contato diário com o ácido das folhas, causando o seu alargamento. Portanto, mesmo sem registros precisos, acreditamos não ser um equívoco apontar que, desde quando a paraibana passou a ser utilizada, a mutilação tornou-se frequente nos campos de sisal.⁴⁰⁸

Para termos uma melhor dimensão do cotidiano no “pé do motô”, apresento a seguir uma imagem publicada no *Jornal da Bahia*. Esse registro nos aproximará, um pouco mais, do roceiro sisaleiro e, sobretudo, de alguns elementos utilizados por esses sujeitos para amenizar os riscos eminentes no contato com a “boca de alimentação” que, muitas vezes, “comia a mão do pobre”.

⁴⁰⁶ MARIA DE PEDRO DE JONA, 2018.

⁴⁰⁷ Ibidem.

⁴⁰⁸ NASCIMENTO, 2014, p. 74.

FIGURA 13 – Trabalhador Sisaleiro, 1976 – Araci, Bahia.



FONTE: Jornal da Bahia/BPEB⁴⁰⁹

Nessas circunstâncias, apresentadas na imagem 10, e em primeiro plano o *cevador*, ao que parece muito jovem e talvez com idade entre 15 a 18 anos, desfibrando a palha de sisal. O conjunto de seu “ornamento”, denominado pelos próprios roceiros de “mocofaia”, uma expressão condizente as condições de higiene vivenciadas no local, também pode ser visualizado na imagem: “a luva de fora, marrada, apertada pa num soltar o nó da luva.”. Mais atrás, o *resideiro* que trabalhava em constante sincronia com o *cevador* retirando o que era expurgado pela máquina no ato de desfibramento. Além desse registro, a reportagem, que trazia a síntese das consequências da seca em Araci, apresentava a dimensão estimada do sustentáculo econômico da cidade:

A cultura do sisal é o sustentáculo econômico de Araci e, segundo o prefeito José Brígido da Silva, a região abriga mais de 40 milhões de pés dessa planta. A produção é estimada em mais de 500 toneladas mensais; uma parte é beneficiada na sede e nos distritos de Pedra Alta e Tapuío, e o restante é adquirida pela Cooperativa Mista dos Agricultores de Serrinha que possui usina própria. [...] O prefeito José Brígido diz que o município produz, geralmente, grandes quantidades de feijão, milho e mandioca, mas que este ano ‘a safra esta totalmente perdida. A seca, que dura desde outubro do ano passado, acabou com tudo.’⁴¹⁰

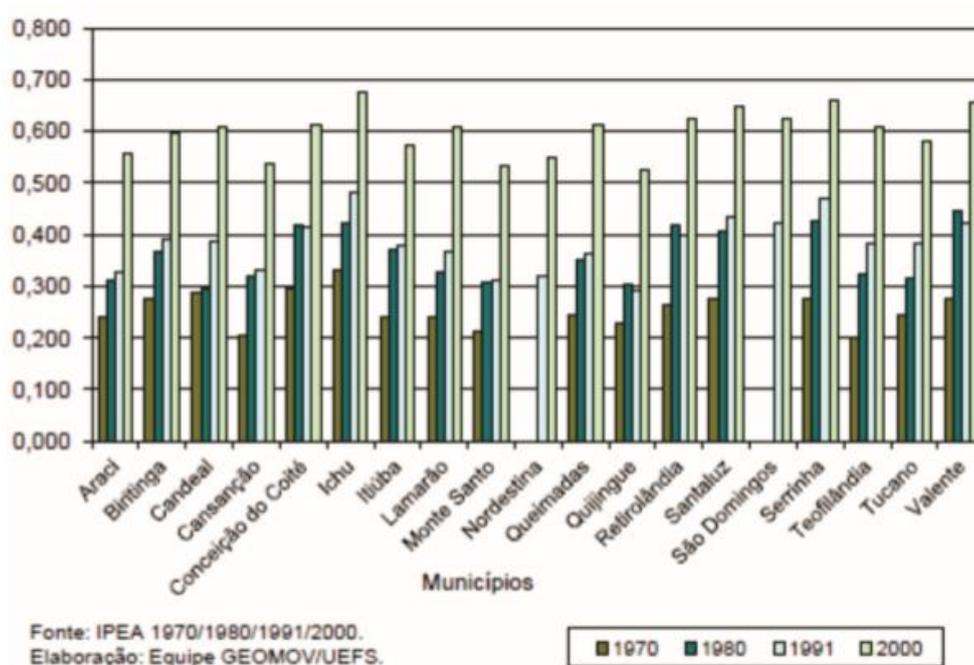
A designação de “sustentáculo” condizia com a abrangência da cultura sisaleira que, mesmo num período de crises, ainda atingia a marca de “40 milhões de pés” com produção de “500 toneladas mensais”. Essas estimativas demonstram como a fibra atravessava grande

⁴⁰⁹ Região Sisaleira ameaçada de colapso econômico com a seca. **Jornal da Bahia**. Salvador, 10 de jun. 1976. BPEB.

⁴¹⁰ Ibidem.

parte do mundo roceiro e, portanto, o desemprego que se abatia sobre os trabalhadores na seca era compatível à proporção da produção. Diante da safra ‘totalmente’ perdida, o sisal, que fora introduzido com vistas a minorar o problema das estiagens, não proporcionava uma “economia forte” para o trabalhador. Do mesmo modo, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), referentes às cidades que se localizavam na Região Sisaleira, apontam para outra contradição aguda: a produtividade do trabalho no sisal e as condições de vida dos roceiros:

FIGURA 14 – Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da Região Sisaleira (1970-2000)



FONTE: SANTOS, E. M. C. et. al. Sisal na Bahia – Brasil. *Mercator (Fortaleza)*, vol. 16, 2017, ISSN 1984-2201.

Embora haja alguma limitação em quaisquer iniciativas que almejem ponderar as capacidades humanas em um só cálculo, o Índice de Desenvolvimento Humano nos oferece a possibilidade de comparar a incidência da monocultura com questões sócio-econômicas da própria “região”. Para tanto, o índice, elaborado pela equipe GEOMOV/UEFS, resulta do cruzamento entre alguns fatores como educação, saúde e renda. Logo, diante desses aspectos e levando em consideração a década de 1970, é possível asseverar que a produção da fibra, mesmo com algum decréscimo⁴¹¹, não condizia com o IDH dos municípios, absolutamente

⁴¹¹ Apesar de constatar uma crise na monocultura a partir de 1973, o sisal ainda prevalecia como produção na Região, de modo que em Araci a área colhida se mantinha estável. Em 1976 chegou a 1700 hectares, por sua vez, o maior índice da fibra entre 1964 e 1980. Para mais informações consultar: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA BAHIA. *Informações agrícolas: série histórica 1964-80*. Salvador: EMATER-BA, 1983, p. 26.

baixos. Aqui há uma contradição evidente entre o desenvolvimento econômico da monocultura e as questões sociais de grande parte da população.

O IDH de Araci, com índice de 0,220, e dos outros municípios, que oscilaram de 0,200 nos municípios de Teofilândia e Cansação para 0,300 no município de Ichu, não apresentam maiores disparidades expressando, portanto, como a monocultura não favorecia aos roceiros. Antes, dizia respeito a maior exploração de sua força de trabalho, ou seja, a superexploração. E, por essa razão, os efeitos das secas teimavam em desequilibrar as condições de existência, a ponto das frentes de emergência ser acionadas novamente como um fator de socorro à situação.

Ademais, a vida dos roceiros não foi afetada apenas por uma nova disciplina de trabalho que acentuou de forma extensa e intensa a exploração sobre o trabalhador. As mutilações, que aumentavam com a progressão da produtividade, também atravessavam as suas existências e causavam traumas profundos, na medida em que as relações sociais e comunitárias também iam se modificando. Mas, das *novas* formas de produção como das condições extremadas de trabalho também se constituiu a resistência desses sujeitos à superexploração. Resta *istuciar*: como eles reagiram diante dessas modificações? Como a mutilação afetava a vida do trabalhador? E, como se organizaram perante a extrema vulnerabilidade material causada com o aumento dos acidentes nos espaços roceiros? Essas serão, portanto, as questões centrais do próximo tópico.

4.3 O sindicato como espaço de organização e luta dos roceiros

Trabaiava com sisá porque era o ganho que tinha. Feliz de quem tinha um moto pa trabaia com sisá, pa podê viver. Meu povo trabaiava tudo, vivia disso, do trabaio do moto.⁴¹²

Viver do trabalho no motor de sisal não era nada fácil, uma vez que tal constatação se faz latente tanto nas memórias como no próprio corpo dos roceiros⁴¹³. Mas, a despeito dos riscos e agravantes da produção, o primeiro beneficiamento da fibra garantia alguma regularidade na renda desses sujeitos e diante das “inclemências climáticas” o serviço se acomodou como uma espécie de “redenção”.

⁴¹² SANTOS, 2018.

⁴¹³ Nas entrevistas os roceiros mostravam, principalmente, as mãos como expressividade daquilo que narravam.

Para tanto, a força das secas influenciou diretamente na ampliação da monocultura e, por sua vez, na aderência de muitos roceiros à produção. Mesmo com as frequentes oscilações de mercado, fosse pelo caminho do plantio ou do beneficiamento, a fibra ganhava espaço interferindo e modificando relações sociais no mundo roceiro. E, na medida em que o problema das estiagens e da “água de beber” não eram resolvidos, quiçá minorados, o sisal se tornava o esteio de boa parte das famílias justamente: “porque era o ganho que tinha”.

Apesar dos constantes desequilíbrios econômicos, provocados pelas consequências das estiagens, o sisal marcava a vida roceira e era uma alternativa concreta a ponto da superexploração da força de trabalho mover o cotidiano desses sujeitos de maneira intensa. Nessa dinâmica, tanto a fisiografia como a *naturalização* da monocultura prevaleciam, ao tempo que as contradições se acentuavam ainda mais. De um lado as classes dominantes regionais garantiam os seus interesses fundindo economia e política; por outro os trabalhadores tinham uma renda cada vez mais baixa com a crise no mercado de fibras orgânicas que, no decorrer da segunda metade da década de 1970, continuava a se aprofundar.

Entretanto, como afirmou Thompson⁴¹⁴, no caso inglês, o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas, sobretudo, a exploração e a resistência à exploração, por essa razão, os valores resistem a ser perdidos bem como a serem ganhos. De modo que a superexploração no trabalho do motor, invocada neste estudo como um dos fatores que conformava a vulnerabilidade material dos roceiros, não promoveu apenas toneladas de fibra para exportação. A resistência também fazia parte do cotidiano e se intensificou de forma coletiva a partir de 1975. Nesse período, tanto às condições objetivas dos sujeitos quanto a intervenção de organizações externas se encontraram com vistas à problematização daquela realidade social:

Saiu aquela história na rádio de um encontro pa discutir os pobrema rural e a abertura do MOC ni otos município, inclusive Serrinha e Valente, aquilo me chamou atenção. [...] Dizia em otas língua lá uns dizer de organização, por causa do rancor ditatorial era um negócio de muito segredo, com medo da questão da ditatorial. Eu digo vou ver o que é isso. Eu já achava que era coisa do partido [MDB]. Só que cheguei lá num era nada a ver. Foi daí que eu me entrei. Logo lá era o padre Albertino eu procurei me aproximar dele. Foi daí que nasceu a coisa e naquele tempo o MOC tinha uma pessoa de Araci que eu conhecia, era Germano de Godenço, tinha cabado de se formar cuma técnicos agrícola, se formo lá em Catu e daí eu comecei a engrenar com Germano.⁴¹⁵

É importante destacar que, desde o golpe militar de 1964, diferentes medidas repressivas objetivaram inviabilizar ou mesmo combater as organizações dos trabalhadores e

⁴¹⁴ THOMPSON, 1998, p 301.

⁴¹⁵ TONHO XIA, 2018.

Tonho Xia evidencia a amplitude dessa política ao ressaltar o “rancor ditatorial”. Naquele período, o Nordeste fervilhava com diferentes organizações sociais que disputavam o controle dos trabalhadores e à direção de suas lutas.

Na perspectiva das transformações estruturais, as Ligas Camponesas exigiam reforma agrária “na lei ou na marra”, junto ao PSB-Partido Socialista Brasileiro, a uma dissidência do PCB e a esquerda cristã, que se concentrava no MEB-Movimento de Educação de Base e na AP-Ação Popular. Por outro lado, tanto frentes reformistas do próprio PCB como alas conservadoras da Igreja Católica tentavam barrar o avanço da influência comunista, ao tempo que combatiam quaisquer possíveis revoltas populares promovendo a bandeira da “sindicalização no campo”, iniciativa que viabilizou certa cisão na organização dos trabalhadores⁴¹⁶.

A fermentação popular pré-1964 convergiu, mesmo com fissuras, para a radicalização das lutas e o avanço da classe trabalhadora sobre as esferas de poder, barradas, então, no golpe militar. A partir daí diferentes medidas repressivas foram consolidadas nos Atos Institucionais, decretados para legalizar a soberania do Executivo sobre os outros poderes. Nesse bojo, o AI-2, ato de 27 de outubro de 1965, tratou de reduzir os partidos políticos a apenas dois: o MDB; que aglutinou setores do Partido Social Democrático-PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro-PTB; e a ARENA; com os egressos da União Democrática Nacional-UDN. Assim, se forjava uma suposta disputa política, mesmo que estritamente restringida e com o MDB cumprindo o papel de oposição controlada, pois era imprescindível, para acomodação do regime, conceder alguma legitimidade democrática à ditadura.

Apesar de o MDB ter sido forjado como uma oposição controlada pela própria ditadura, tendo nos “Adesistas” o grupo alinhado ao regime, o partido não militava, em sua totalidade, nas fileiras dos golpistas, já que diferentes tendências críticas àquela situação se aglomeraram em seu conjunto, como o grupo dos “Moderados” e, principalmente, dos “Autênticos”, que combatiam energicamente à ditadura⁴¹⁷. Logo, o partido, composto por diferentes grupos e interesses, abria possibilidades para o enfrentamento e a reação da classe trabalhadora. E, por conta disso, mobilizava e atraía sujeitos para espaços de organização, como ficou evidenciado por Tonho Xia.

⁴¹⁶ STIDILE, João Pedro et. al. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 214 p.

⁴¹⁷ SOUZA, Flavia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)**. 2013. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

Já o Movimento de Organização Comunitária (MOC) se aproximou da realidade sisaleira pela via da Educação Popular e Sindical⁴¹⁸. Enquanto instituição nasceu, no ano de 1967, estreitamente vinculado a Diocese de Feira de Santana, fator que lhe permitiu atuar e até se expandir nos anos mais repressivos do regime, quando da promulgação do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, que incluía, entre outras sanções, o fechamento do Congresso⁴¹⁹, além do combate ativo e violento contra quaisquer movimentos de caráter mobilizador da classe trabalhadora, com exceção apenas daqueles controlados diretamente pela ditadura.

Entretanto, a organização e a disseminação do próprio MOC é uma forte expressão de que as muitas barreiras levantadas pelos militares não impediram a mobilização dos trabalhadores pelas margens. Além disso, a interferência da organização, engrenada a partir de “Germano de Godenço”, expressa como se forjou essa articulação e que de dentro das categorias profissionais destinadas, muitas vezes, a estender a técnica e as *luzes* da ciência ao campo⁴²⁰, emergiam também sujeitos e instituições que não atendiam exclusivamente a esses fins.

Mesmo perante a influência de uma racionalidade produtiva e modernizadora, alguns fatores interferiram e redimensionaram essa dinâmica: como a forte imbricação do próprio “Germano de Godenço” com os problemas daquela realidade que, por sua vez, era parte de sua própria vida enquanto roceiro de Araci. Isso contribuiu para a gestação de uma rede de relações entre técnicos, roceiros e os movimentos de base. Ademais, a parceria do MOC com a Igreja Católica abre outro parêntese, qual seja: a atuação dessa instituição perante o combate à própria ditadura militar.

Embora algumas alas da Igreja Católica tenham apoiado o regime, ou mesmo estiveram indiferentes perante a perseguição e a violência praticadas pelos militares, outra parte se aproximou dos movimentos populares e se tornou um reduto de resistência. De modo que, diante da suspensão de garantias democráticas, o prestígio da Igreja Católica concedia alguma blindagem às organizações que potencializavam uma transformação do *status quo*. E, o MOC, ainda que com suas contradições⁴²¹, ia de encontro ao que estabelecia o regime⁴²².

⁴¹⁸ FÁRIA, Edite Maria da Silva de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - Assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité – Bahia**. Salvador, 2014, p. 56.

⁴¹⁹ O Ato Institucional nº5, mais conhecido pela abreviatura AI-5, foi decretado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva e entre outras prioridades repressivas determinava o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos, instituiu a censura prévia à imprensa, além de cassar direitos civis.

⁴²⁰ MENDONÇA, 2016.

⁴²¹ Muniz, em sua dissertação de mestrado, acentua que por trás da aparente homogeneidade do MOC havia disputas tanto em sua linha de atuação como na condução da própria organização, principalmente entre o padre Albertino Carneiro e Ildes Ferreira. Ver: MUNIZ, Manuela da Silva. **Em busca da experiência: lutas e**

As perseguições da ditadura e a resistência da organização eram concretas. O que já foi evidenciado tanto em pesquisas sobre o MOC⁴²³ como ficou explícito na narração de Tonho Xia, quando afirma que teve conhecimento da organização a partir de um anúncio de rádio narrado “em otas línguas”. Isso significa que a mensagem não explicitava com clareza a convocação, pois, naquele momento, era imprescindível se desviar das investidas repressoras. Além do MOC, outros movimentos, também ligados à Igreja Católica, penetraram na Região Sisaleira e por caminhos, até certo ponto, semelhantes intentaram potencializar a resistência, agora organizada, e com o objetivo de reagir àquela realidade de exploração.

As Comunidades Eclesiais de Base eram compostas por padres da ala considerada “progressista” da Igreja Católica que, diante do compromisso com a transformação da realidade de exploração dos países da América Latina, fizeram a “opção prioritária pelos pobres”⁴²⁴. Logo, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano e a superexploração do trabalho roceiro, acentuados no início da década de 1970⁴²⁵, faziam da Região Sisaleira um espaço de vulnerabilidade material extrema que atraiu tais movimentos. De tal forma que atuaram em Valente, Santa Luz, Retirolândia, Conceição do Coité, entre outros municípios, dilatando um trabalho religioso com pequenos grupos de estudos voltados, sobretudo, a Teologia da Libertação e a problematização da realidade. O MOC e as CEBs visavam melhorar a vida dos trabalhadores da roça por meio da organização de base. E, para tanto, o sindicalismo era um dos caminhos possíveis.

O sindicato de Araci foi fundado pelos fazendero não foi pelos agricultor não, assim pelos impresáro, mini empresáros esse povo aí. Nessa ocasião [foi] um cidadão por nome Cosme Pinheiro. [...]. Aí Cosme Pinheiro só tirou a primera gestão nois já com muita discussão, esses pessoal [roceiros] já tomamo os curso, envolvido com o MOC, as formação das comunidade e foi chegano uma experiência. Aí a gente criou uma atitude, pensano que o sindicato tava na mão errada, que o sindicato era de trabaiador rural e tava na mão de um mini empresáro. Agora veja uns lote de tabaréu veio e criemo essa atitude de tomar o sindicato da mão do home.⁴²⁶

autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991). 2011, p. 95-100. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Feira de Santana, 2011.

⁴²² PARISSE, Tândja Andréa. **A sociedade civil no contexto da Ditadura**: experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC, na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979). 2001. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. Feira de Santana, 2001.

⁴²³ LOWY, Michael. **A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.150.

⁴²⁴ PARISSE, 2001. GIBSON, Tânia Maria de Jesus. **O MOC: Movimento de conscientização política durante a ditadura militar brasileira na cidade de Feira de Santana-BA (1964-1979)**. 2005, p. 45. (Monografia). Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte Centro De Ciências Humanas, Letras E Artes Departamento De História. Natal, 2005.

⁴²⁵ Gráfico exposto na página 142.

⁴²⁶ ZECA DO TAPUIO, 2018.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci foi fundado em 1974 não para atender a representatividade e os interesses do trabalhador, mas como efeito de uma política dos militares que implantaram um modelo sindical de prestação de serviços. Isso reverberou na disseminação das entidades, uma vez que nessa fase se processou o aumento significativo no número de sindicatos rurais no país. “Autorizados no governo Goulart, em 1962, na esteira do crescimento dos movimentos no campo, somavam 625 (entre 2.730 sindicatos em geral) em 1968 e chegaram a 1.745 (num total de 3.845) em 1976.”⁴²⁷. Logo, a narração de Zeca do Tapuio expressa uma mudança de posicionamento que ia além da esfera local, já que fazia frente à própria conjuntura ditatorial.

Em 1974 o regime iniciava uma “distensão” na perspectiva da liberalização política, uma vez que a classe trabalhadora, em caráter nacional, já dava sinais de esgotamento perante o arrocho salarial, aos acidentes de trabalho, as epidemias e a dificuldade em manter o custo de vida. Esses fatores eram acompanhados de altos índices inflacionários com a crise gerada pelo tal “milagre” econômico que provocou, sobretudo, o endividamento do Estado. Os efeitos dessa política desnudaram, de forma latente, as contradições do regime⁴²⁸.

Acrescidos aos fatores econômicos, o espaço político partidário também apresentava sinais de redefinição com o MDB que, como se refere Mendonça e Fontes⁴²⁹, ao aglutinar segmentos diversos da classe trabalhadora se transformava de uma “oposição consentida” em “oposição escolhida”, pois, a essa altura, evoluía de possibilidade para o combate concreto e partidário ao regime, o que foi materializado na vitória das eleições de 1974⁴³⁰.

O projeto distencionista, iniciado com o governo do general Geisel (1974-1978), diminuía em alguma medida a vigilância sobre a população com a prerrogativa de garantir a condução da transição do regime de forma “lenta, gradual e segura”⁴³¹ em prol das classes dominantes do país, mas isso não significava o abandono do aparelho repressivo. Naquele momento, tanto a legislação como as instituições sindicais se encontravam atreladas ao Estado com o objetivo de controle e a partir da subordinação normativa ao Ministério do Trabalho⁴³².

⁴²⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 58.

⁴²⁸ MENDONÇA, 1986, p. 100.

⁴²⁹ MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 73.

⁴³⁰ Naquela eleição a ditadura sofreu uma derrota decisiva que demonstrava a capacidade da oposição em mudar a conjuntura política. Na disputa, que envolvia deputados federais, deputados estaduais e senadores, o MDB elegeu 16 senadores, das 22 vagas em disputa; e quase obteve a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras.

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² *Idem*. Continuidades e rupturas no movimento sindical brasileiro: o impacto da ditadura militar. In: MATTOS, Marcelo Badaró. VEGA, Ruben. **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 175-192.

Para tanto, a concretização dessa política se sustentava nas ações assistencialistas que intentavam, principalmente, a manutenção do *status quo* em amplitude ditatorial, como também em esfera regional:

Eu fui secretária do sindicato o presidente era Cosme de Julinha, o fundador foi Antônio Pinheiro mais Julinha [irmãos]. Assim que fundou eu já fui trabalhar. [...] Ele foi presidente mais num fazia nada, porque Julinha fundou mais Antônio Pinheiro que não podia ficar como presidente porque era escrivão da polícia aí botou [Cosme] Pinheiro [marido de Julinha] porque ele não tinha trabalho nenhum. Doutor Fernando foi médico do sindicato atendia o povo e [eu] encaminhava aposentadoria. [...] Quando foi um dia Misael [Cunha] veio aqui mais Rui Bacelar: ‘oi eu vim aqui esse deputado aqui sobre que você trabalha no sindicato e quer que você dê relação dos associados pra ele mandar carta de política’. Ele me agradeceu muito porque na época eu pedi voto pra ele e ele conseguiu muito voto aqui através do sindicato.⁴³³

Coletti⁴³⁴, quando discutiu a impregnação do “peleguismo” no sindicalismo rural brasileiro, apontou para alguns fatores estratégicos que convertiam as entidades em agenciadoras de interesses das classes dominantes: os presidentes cada vez mais distantes da realidade do campo, as gestões quase vitalícias e as políticas assistencialistas que objetivavam, sobretudo, a postura subserviente do trabalhador. Para o autor, os sindicatos se transformaram, nesse contexto, em “verdadeiras empresas familiares” e por meio da manipulação dos recursos públicos se convertiam em meros agenciadores do Estado que se pertuavam, inclusive, pela barganha eleitoral.

O assistencialismo, portanto, gerava e fortalecia posições sociais, uma vez que os agentes que controlavam o sindicato eram intermediários diretos das políticas emanadas pelo Estado. Políticas essas de extrema importância para a vida dos trabalhadores, como: aposentadoria e saúde. Devido ao poder que exerciam, ao controlar tais benefícios, o presidente e os outros envolvidos na condução desses recursos, se já não o fossem, acabavam se tornando “autoridades locais”⁴³⁵.

Nesse contexto, os irmãos Julinha Pinheiro e Antônio Pinheiro ocupavam cargos públicos, ela professora e ele escrivão de polícia, e, conseqüentemente, estavam impossibilitados, pela legislação vigente, de exercerem funções na diretoria do sindicato. Já Cosme Pinheiro e Juvenilda Pinheiro eram conjugues dos irmãos citados. O voto, por sua vez, era mais uma resposta à dinâmica clientelista, a ponto da estrutura sindical parecer tão bem

⁴³³ JUVENILDA PINHEIRO. **Juvenilda Vila Nova Pinheiro**: depoimento [julho. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (00:13 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

⁴³⁴ COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: Ed. da Unicamp/Centro de Memória, 1998.

⁴³⁵ Idem, 1998, p. 67.

articulada que a organização dos trabalhadores não representava qualquer ameaça para as “autoridades locais”:

Foi tanto de um jeito que duvido né. Povo tudo leigo como é que ia tomar esse sindicato da mão desse homi. Mas aí a gente foi achano ajuda de acessória tal e tal. Foi tomano aqueles esclarecimento né e vai apareceno aqueles que a coisa entra na ideia mais clara e a gente foi se reunino e o Cosme nem se mexeu, nem fez uma política pra se defender, quando ele recebeu foi de choque, de surpresa, ganhemo as eleição. Aí elegemo Antonio Xia presidente.⁴³⁶

O triunfo dos roceiros em 27 de outubro de 1980 estava em consonância com a reação da classe trabalhadoras em diferentes partes do país, um efeito conduzido pelo caminho das manifestações populares que cresciam exponencialmente desde 1976-77. Essa reação oferecia condições para articulações extremamente combativas que, em 1978-79, desestabilizavam de forma intensa o cenário urbano com ondas grevistas, uma insubordinação massiva explodia e ignorava, na prática, a proibição de greve instuída em junho de 1964. Além disso, a extinção do AI-5, em 1978, permitiu maior liberdade das organizações populares ao reestabelecer algumas liberdades legais, como: o fim da censura, prisão somente com acusação formal, *habeas-corpus* e o movimento pró Anistia⁴³⁷.

É certo que a face autoritária do regime ainda não havia sido superada, porém o contexto nacional corroborava com a reação cada vez mais organizada dos movimentos populares frente à ditadura. Em 1979, no governo do general Figueiredo, os militares reagiram ao avanço da oposição, concentrada em parte do MDB, com a imposição da reorganização partidária e, conseqüentemente, o fim do bipartidarismo – ARENA e MDB. Com isso, a sigla ARENA, desgastada pelos anos de repressão e crise econômica, foi substituída pela sigla PDS-Partido Democrático Social e, a partir de 1980, outros partidos foram legalizados, dentre eles o PP-Partido Popular, PTB-Partido Trabalhista Brasileiro, PDT-Partido Democrático Trabalhista e PT-Partido dos Trabalhadores, reinstituindo, assim, o multipartidarismo que reagrupou as alas concentradas na ARENA e no MDB⁴³⁸.

⁴³⁶ ZECA DO TAPUIO. **Zeca do Tapuio**: depoimento [agosto. 2017]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia: Tapuio-Araci, 2017. 1 arquivo. Áudio mp3 (00:33 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

⁴³⁷ MENDONÇA e FONTES, 2006, p. 76.

⁴³⁸ Carvalho, em artigo publicado para o debate dos 50 anos da Ditadura, discute as diferentes gerações reunidas no bipartidarismo e traça as trajetórias partidárias da Arena e do MDB após a reorganização de 1980. Dessa forma, demonstrou as heranças perpetuadas a partir das siglas criadas em 1945, que migraram para o sistema bipartidário e, posteriormente, para o retorno ao multipartidarismo em 1979. Além de ressaltar que dos partidos criados em 1980 apenas o PT não recebeu nenhum parlamentar oriundo das legendas anteriores a 1965, o que denota a permanência de velhas tradições partidárias defrontando-se e mesclando-se com novas forças políticas entre a democracia constituída a partir de 1946 e a pós-ditadura de 1985. CARVALHO, Alessandra. Arena e MDB: Gerações políticas e trajetórias partidárias na ditadura Civil-Militar. In: Zachariadhes, Grimaldo Carneiro (org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015, p. 323-362.

Logo, os movimentos populares se articularam em novas bases políticas e organizações que emergiam de diferentes setores sociais. O MOC, nesse contexto, promovia junto aos trabalhadores, encontros de discussão, formação de grupos nas comunidades, como também acessória nas questões institucionais, o que fortaleceu o engajamento dos roceiros na luta.⁴³⁹

Dentre todo o processo que culminou na eleição sindical, a inscrição da chapa foi à primeira batalha institucional travada pelos roceiros. Como, até aquele ano, não havia tido nenhuma eleição para renovação da diretoria, o que foi asseverado tanto nas entrevistas como na ausência de atas para esse fim antes de 1980⁴⁴⁰, a família que controlava o sindicato forjava editais junto à prefeitura apenas para registrar o processo. E, nessa articulação, mantiveram o controle da entidade sem qualquer impasse ou questionamento da situação. Até que os roceiros, em parceria com o MOC, forçaram a entrada com a inscrição da chapa:

O presidente do sindicato era Cosme Pinheiro mais quem comandava era Julinha mais doutor Fernando. Depois, com o MOC, foi preparado uma chapa de uposição. Nessa chapa uposição eu [Tonho Xia] tava como suprente do conselho fiscal. Valentim é que era o cabeça. Só que eles [sindicato] negaro, não aceitaro a chapa. Mais [os roceiros] já tava unido com os pessoal da federação e tinha de ir lá em Salvador conversar na Fetag e na Delegacia Regional do Trabalho e ver o que fazer. Naquele meio tempo, Valentim disse que num ia dar mais um passo, achava que num tem futuro, aí eu disse eu vou fazer minha inscrição no seu lugar, eu, como fosse o cabeça da chapa.⁴⁴¹

A posição do médico demonstra como o assistencialismo era fundamental para manutenção do poder, uma vez que “doutor Fernando” não era de Araci, tampouco tinha maiores vínculos com boa parte das classes dominantes locais quando chegou à cidade⁴⁴². Entretanto, nesse momento, já havia se tornado outra “autoridade” dentro do sindicato. E, além disso, a constatação de que havia mais um agente distante do mundo roceiro no controle das ações sindicais, corrobora com assertiva de Colleti, quando constatou em seu estudo que as diretorias eram um dos fatores adversos aos trabalhadores do campo⁴⁴³. Mas, concomitante a isso, os roceiros fortaleceram, por meio do MOC, o entendimento sobre os meandros institucionais, como também já conheciam os caminhos para conectar os órgãos diretamente

⁴³⁹ Essa afirmação é baseada tanto nas afirmações dos próprios roceiros como nas pesquisas sobre a instituição. Ver: PARISSE, 2001. NASCIMENTO, 2014.

⁴⁴⁰ Além da ata de fundação existe somente um registro antes de 1980 que trata da posse do tesoureiro José do Carmo Simões, uma vez que o tesoureiro anterior havia ingressado no sindicato patronal. Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº 01. Setembro de 1976.

⁴⁴¹ TONHO XIA, 2018.

⁴⁴² A afirmação é baseada nas entrevistas.

⁴⁴³ COLLETI, 1998.

ligados a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) e a Delegacia Regional do Trabalho. E, diante do impasse, foi necessário acionar essa conexão:

Aí eu já fui diretamente a Fetag e lá na Fetag eu conheci um senhor por nome Aluíso Carneiro de Retirolândia, ele disse não num pode ser eles [sindicato] botaro o edital com data retroativa, não pode fazer isso não. Aí eu disse ‘eu quero ir na Delegacia Regional do Trabalho’. Naquela data eu entrei ali encontrei com um dos adevogado que trabalha dentro da delegacia, eu fui com um dos adevogado também da Fetag que conhecia. Lá dissero a solução aí foi o prefeito [porque] foi ele que deu [o edital], que era Carlos Raimundo Mota. Aí eles botero um documento e mandaro pa Carlos Raimundo Mota e aí vortei já com o documento assinado da Delegacia Regional do trabalho e da Fetag.⁴⁴⁴

A partir daí, ficará explícito que as classes dominantes locais não estavam tão afinadas a ponto de serem isentas de contradições, uma vez que o agrupamento entre os diferentes agentes não se dava puramente pelos fatores econômicos e, se assim fosse, também não estavam alheios a disputas. Logo, recusar a própria diferenciação social dentro de uma mesma classe seria como fechar os olhos para a diversidade de relações sociais que atravessavam interesses, inclusive os que perpassavam pela estrutura de poder⁴⁴⁵. Da mesma forma que, tais impasses, alianças e conflitos também abriam brechas e a depender da situação se transformavam em oportunidades, pois diante dos empecilhos levantados contra os roceiros, o prefeito Carlos Mota se apresentaria como o agente intermediário para transpor as barreiras institucionais.

Quando Carlo Mota recebeu esse documento se chocou todinho e disse vamo ter que ir a Salvador. Se mandemo pa Salvador no outro dia e lá no setor tipo tribunal de conta Carlo Motta começou contar a históra sem saber como é que faz e ele [funcionário do tribunal] disse: ‘não você tem que fazer o trabalho é certo, vorte lá revogue essa documentação’. Aí ele mermo escreveu como é que Carlo Motta fazia. Chego ni Araci ele fez com papel timbrado e mim deu a copa do documento. Cheguei lá protocolei uma copa na Secretaria Regional do Trabalho e ota na Fetag, aí anulou o edital que ele [o próprio Carlos Mota] tinha feito e teve de fazer outro na data que eles [Secretaria Regional do Trabalho] determinaro, aí eu já entrei com a chapa. Aí agora ganhemo a eleição.⁴⁴⁶

Carlos Mota, já em sua segunda gestão como prefeito de Araci, aparece na narração de Tonho Xia como um agente fundamental para a vitória dos trabalhadores, pois a agilidade em revogar o edital, emanado por ele mesmo, abriu caminho para que a Secretaria Regional do Trabalho estipulasse outra data para inscrição das chapas. Mas, além das brechas jurídicas e institucionais, não era todo dia que o prefeito revogava suas próprias decisões em favor dos trabalhadores, principalmente quando essa escolha ia de encontro aos interesses das

⁴⁴⁴ TONHO XIA, 2018.

⁴⁴⁵ MENDONÇA, p. 26.

⁴⁴⁶ TONHO XIA, op. cit.

“autoridades locais” que, até então, controlavam a esfera sindical. Isso insinua, portanto, um desajuste entre os agentes que controlavam a prefeitura e o sindicato:

Quando a gente perdeu a eleição houve muita confusão, muita coisa e a gente perdeu essa eleição. É que Carlos Mota na época queria tirar o doutor Fernando daqui de Araci, ai teve muito problema e doutor Fernando atendia no sindicato. No sindicato tinha advogado, tinha médico, tinha dentista, na nossa época nós conseguimos tudo isso. O consultório médico era lá no posto de saúde, porque não tinha espaço lá em casa. Aí quando Carlos Mota brigou com doutor Fernando ele passou a atender lá em casa.⁴⁴⁷

A iniciativa de Carlos Mota não foi motivada exclusivamente para atender aos interesses dos trabalhadores, uma vez que a querela entre ele e doutor Fernando, certamente, influenciou na agilidade em favorecer os roceiros. Do mesmo modo que a presença do médico entre os integrantes da mesa coletora de apuração das eleições atesta para o interesse em se manter na condução do sindicato. Além disso, a presença do Promotor Público da Comarca de Serrinha, “tendo em vista o atendimento ao ofício 307/80 da Procuradoria Regional do Trabalho 5ª Região”⁴⁴⁸, presidindo a apuração, expressa os complicadores que envolveram a inscrição da chapa dos roceiros para aquela eleição.

Até, mais precisamente, setembro de 1980 a diretoria se mantinha no controle sem nenhum enfrentamento e como as ações sindicais giravam em torno do assistencialismo, a prática de discutir ou registrar as demandas dos trabalhadores era completamente inexistente, o que é comprovado pela ausência de atas. Porém, a quantidade de registros para o primeiro pleito, um total de cinco, é mais um fator que atesta para a interferência da Delegacia Regional do Trabalho e a supervisão dos roceiros no processo, uma vez que Tonho Xia, o representante da categoria, assina as atas em meio à “autotidades locais”.

Outro fator importante é a quantidade de votos que recebeu cada chapa: num total de 301 votantes, entre brancos e nulos, 130 associados votaram na chapa 1, da antiga diretoria, e 161 votaram na chapa 2, que representava os roceiros⁴⁴⁹. Se por um lado, a diferença de 31 votos demonstra algum acirramento da disputa e certa subordinação dos roceiros àquela situação; por outro a vitória indica que a força do assistencialismo sindical perdia para as relações comunitárias forjadas entre os roceiros no cotidiano e fortalecidas, em alguma medida, nas ações do MOC.

As relações comunitárias, certamente, fizeram diferença tanto na disputa como no seu resultado, uma vez que era um dos fatores favoráveis a organização dos roceiros. Os vínculos

⁴⁴⁷ JULINHA PINHEIRO. **Julia Pinheiro**: depoimento [julho. 2018]. Entrevistadora: M. Carvalho. Bahia-Araci, 2018. 1 arquivo. Áudio mp3 (00:26 min.). Entrevista concedida à autora para pesquisa histórica.

⁴⁴⁸ Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº 01. Outubro de 1980.

⁴⁴⁹ Ibidem.

familiares e de amizade fortalecidos nos bois roubados, sambas e festas religiosas, além da convivência contínua nos campos de sisal eram fatores que os aproximavam. Mesmo que a monocultura não favorecesse as práticas simbólicas mais expressivas e, por sua vez, ancestrais, esses sujeitos dividiam no cotidiano o peso da superexploração da força de seu trabalho. Entre o beneficiamento e o resultado da produção compartilhavam o descanso, as refeições, as prosas e o próprio espaço roceiro. E, apesar da dinâmica sisaleira não fortalecer as relações costumeiras, essas práticas ainda estavam presentes e eram acionadas para resolver impasses ocasionados com as demandas do próprio sindicato:

Fui numa reunião em Salvador e disse tem que ir pa Brasília, tem que passar tantos tempo lá, e aí mim mandei. Era tempo de prantar milho e feijão e aí formei um dijitóro aí pa prantar e mim mandei. Quando cheguei a prantação tava toda nascida e deu foi boa a safra. [...] Batalhão aqui era normal naquela época, tinham num sei quantos bataião, quais toda semana tinha um bataião num canto, tinha um bataião ni oto, tinha o dia todo de bataião. Era chamado de conjunto de dijitóro, boi de roça, coisa e tal e fazia robado, uns formava o dijitóro e a turma ia robar.⁴⁵⁰

Se levarmos em consideração a experiência com o MOC, o engajamento na luta e a tomada do espaço de representatividade, o triunfo dos roceiros frente às “autoridades locais” representou uma vitória decisiva para parte da classe trabalhadora de Araci. Mas, concomitante a isso e a dilatação das CEBs, outros projetos já vinham sendo gestados em sintonia regional. A conquista do sindicato era um passo para uma luta ainda maior: melhorar aquela realidade. E, na medida em que se fortaleciam nos espaços institucionalizados de representatividade, também germinavam outras propostas para o enfrentamento das dificuldades que os afetavam, como a “Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia” (APAEB).

A APAEB⁴⁵¹, gestada com a participação direta do MOC, antes mesmo da tomada do sindicato de Araci, foi a primeira organização conjunta dos trabalhadores roceiros da Região Sisaleira. A proposta que integrou vários municípios era uma resposta coletiva aos complicadores econômicos causados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). O tributo, por sua vez, taxava produtos advindos de contribuintes considerados autônomos pelo Estado, ou seja, uma normatização que atingiu, sobretudo, os roceiros e outros trabalhadores que negociavam nas feiras livres.

Embora a cobrança desse imposto se concentrasse no local mais comum de comercialização da produção roceira, a feira livre, também se estendia sobre a circulação de

⁴⁵⁰ TONHO XIA, 2018.

⁴⁵¹ Nascimento, em sua dissertação de mestrado, fez um estudo mais aprofundado sobre essa organização destacando, inclusive, a participação do MOC em Valente-Bahia. Ver: NASCIMENTO, 2014.

mercadorias, o que agravava, ainda mais, a situação dos trabalhadores que viviam de negociar o excedente de sua produção e para isso precisavam se deslocar entre as roças e as feiras. De modo que, a partir dos anos de 1980, com a agravação da crise e as contradições latentes geradas pelo modelo econômico implantado pelos militares⁴⁵², o controle sobre os recursos tributários foram estendidos com maior folga e autonomia aos estados. E, diante da recessão, uma das medidas foi elevar a arrecadação por meio dos impostos, o que agravava, obviamente, a vida do trabalhador:

No tempo de Toinho marvadeza [ACM], que aquilo era marvado poco! Cercaro aqui de posto fiscal na estrada do Poço Grande, um na estrada de Nova Soure, oto no Jorrinho. Era pa cobrar tudo, num passar nada, cê num podia fazer nada, podia vim com um saco de farinha que eles pegavam pa você pagar, saco de feijão, tudo você tinha de pagar. Eles [fiscais] subiam no caminhão de feira olhando tudo: ‘de quem é isso aqui?’ Pa você pagar. Era pirsiguido pa você pagar alguma coisa. Na feira, eles baixava na banca e você só si via juntar gente pa olhar o fuá [briga], porque num tinham, a maioria num tinha como pagar e eles cobravam uma multa sua.⁴⁵³

Com o objetivo de garantir algum aumento de arrecadação na esfera estadual, o governador Antônio Carlos Magalhães intensificou ao extremo a cobrança dos impostos. Essa medida gerou uma reação coletiva denominada “Movimento do ICM”. Apesar da reivindicação não ter tido efeito sobre o imposto, a vivência na luta organizada uniu os municípios da Região Sisaleira para encontrar uma solução que amenizasse o problema. A APAEB, por sua vez, é o resultado desse esforço⁴⁵⁴.

Para tanto, a associação visava unir os roceiros no enfrentamento dos problemas econômicos e o primeiro deles era a isenção do próprio imposto. Além de aprimorar medidas que melhoravam tanto a produção como a comercialização dos gêneros produzidos e, com isso, promover a elevação de renda dos roceiros associados⁴⁵⁵. O MOC participou ativamente desse processo, articulando os municípios que integraram a associação com vistas a intervir nas dificuldades. No entanto, para a organização não se tratava apenas de introduzir um empreendimento, a problematização daquela realidade e o protagonismo dos roceiros deveria fazer parte do percurso e das conquistas:

A gente tomou muito curso como trabaiador rural, como lavrador e a gente pa viver da terra tem que mexer com um bando de coisa: criatório, lavoura e pra isso tudo a gente tomou curso [com o MOC]. Mas lá no fim, se a gente tava tratano de uma produção precisava de uma cooperativa que desse apoio a produção da gente. Quando foi numas certa distância que a gente ocupou os artigo de lei, aí a gente viu que as lei vigente num dava direito nois

⁴⁵² MENDONÇA, 1986.

⁴⁵³ LUCAS, 2017.

⁴⁵⁴ NASCIMENTO, 2014.

⁴⁵⁵ Ibidem, p. 54.

agricultor ter uma cooperativa, o código civil daquele tempo num dava direito. Aí chegemo fundemo uma associação com as característica de uma cooperativa, que foi APAEB. Ela era uma associação única com cinco posto: Feira, Serrinha, Valente, Ichu e Araci.⁴⁵⁶

A APAEB reverbera o fortalecimento da luta que se firmava, naquele momento, em dimensão regional. Os encontros promovidos pelo MOC perpassavam pelo entendimento de fatores econômicos da própria existência dos roceiros, sem perder de vista as questões que envolviam a legislação e a possibilidade de melhorar a vida dos trabalhadores pela via da organização. De modo que a implantação das filiais, em 1981, expressava a ampliação e a concretização de ações voltadas diretamente para atacar as barreiras que dificultavam a economia roceira.

É possível asseverar a ampliação dessa organização de base, a partir de um encontro em 03 de maio de 1982, quando se reuniram em Araci os representantes dos STRs de Conceição do Coité, Valente, Santa Luz, Teofilândia, Serrinha, Retirolândia e Tucano; com o intuito de estabelecerem prioridades de enfrentamento diante dos problemas mais latentes do cotidiano. Nesse contexto, alguns sindicatos da Região Sisaleira estavam com suas diretorias em processo de disputa ou mesmo já haviam sido “tomados”⁴⁵⁷ pelos roceiros, se firmava, então, uma rede de discussão entre os municípios.

Dessa forma, acreditava-se na “importância do trabalho que vem sendo realizado por estes sindicatos unidos”⁴⁵⁸, pois se travava de dar continuidade as ações com a intenção de melhorar aquela realidade. Por conta disso, as frentes de trabalho, a grilagem, a assistência médica, a associação dos roceiros ao sindicato e a segurança no trabalho do motor eram os indicadores que mais preocupavam a esfera sindical⁴⁵⁹. E, dentre a complexidade que envolvia essas cinco questões, duas atravessam, com maior força, esta pesquisa: “as frentes de trabalho” e “a segurança no trabalho do motor”.

Conforme a imbricação dos fatores sociais, geográficos e históricos, “as frentes de trabalho” continuavam a ser acionadas pelo Estado para conter, de forma superficial, as consequências da estiagem. Mas, além das prerrogativas inoperantes que marcavam essa política, já discutidas neste estudo, fatores de ordem local concediam à ação outros contornos

⁴⁵⁶ ZECA DO TAPUIO, 2017.

⁴⁵⁷ É o caso do STR de Valente que em 1975, com a articulação nas CEBs, passa a ser dirigido por trabalhadores roceiros. VER: NASCIMENTO, 2014. Em Retirolândia os trabalhadores se articulavam na diretoria desde 1981 e em 1984 tomam definitivamente a direção das mãos dos fazendeiros e políticos locais. VER: SANTANA, Táfila Sinara dos Santos. **Atuação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e participação popular: estudo das experiências vividas no município de Retirolândia – Ba, de 1974 a 1985.** 2014. Pesquisa Monográfica. Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XIV. Conceição do Coité, 2014.

⁴⁵⁸ Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº01. 03. Maio de 1982.

⁴⁵⁹ Ibidem.

que fortaleciam, sobretudo, posições de poder. Haja vista a descrição da situação e a ênfase dada ao problema pelo próprio movimento sindical da Região Sisaleira:

Frente de trabalho – segundo os participantes em seus municípios este trabalho, em prol do Trabalhador Rural, vem sendo feito com políticos partidários, pois só tem vez os que são eleitores do PDS (a favor do prefeito), as folhas de pagamento estão sendo assinadas em branco e o pagamento, além de muito baixo, com atraso, chegou-se a conclusão que deverá ser feito um documento e assinados por todos os sindicatos do sertão, denunciando estas falhas e solicitando para os sindicatos, a organização e a distribuição dos serviços ligados ao Plano de Emergência da Secretaria do Trabalho e bem estar social. Ficou também determinado que os sindicatos deverão [sic] fazer trabalho de base, procurando conscientizar os trabalhadores das frentes de serviço, que este é um trabalho obrigatório do governo e não um gesto de “bondade” dos nossos líderes políticos.⁴⁶⁰

Novamente ela, a seca, desestruturando a vida roceira e oferecendo o cenário ideal para as ações clientelistas que faziam das “frentes de trabalho” uma moeda de troca. O efeito recorrente da situação acabava reverberando na manutenção de certos agentes e grupos políticos no poder, ao tempo que a vulnerabilidade material dos roceiros, perante a calamidade, não era resolvida. E, para tanto, a ingerência do PDS, nas ações paliativas do Estado, era gritante, uma vez que as “frentes de trabalho” eram somente a ponta da questão. A estrutura clientelista chegou ao ponto de ser estampada nas páginas do *Jornal Tribuna da Bahia*. Com o título “Brigas políticas agravam a seca: PDS de Tucano nega água a eleitor do adversário”, o articulista denunciava os efeitos da seca em concomitância aos entraves partidários que comprometiam, ainda mais, a sua amenização.

As brigas internas do PDS estão dificultando o atendimento dos flagelados da seca em várias prefeituras dos 195 municípios em estado de emergência declarado pelo governador A. Carlos Peixoto. Em Tucano o PDS 1 ganhou a eleição. E os bairros extremamente atingidos pela falta de água, como Arapuá, onde o PDS 2 foi mais votado, estão tendo dificuldades para receber a água distribuída pelos carros-pipas da Sudene. [...] ⁴⁶¹

Teofilândia também foi citada na matéria, uma vez que as disputas das facções do PDS também se intensificaram na cidade afetando, sobremaneira, a vida da população. E, além do município não dispor de nenhum carro pipa, nos povoados como Canto e Gato: “porcos e cavalos banham-se junto a crianças, adultos, bois e vacas. A água suja ainda é usada para satisfazer todas as necessidades domésticas da população, que se expõe, assim, ao risco

⁴⁶⁰ Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº01. 03. Maio de 1982.

⁴⁶¹ Brigas políticas agravam a seca. PDS de Tucano nega água a eleitor do adversário. **Jornal Tribuna da Bahia**. Salvador, 17 de dezembro de 1982, p. 03. Biblioteca do DNOCS - 4º Distrito, Salvador-BA.

de inúmeras doenças.”⁴⁶². Os repórteres, que percorreram 500 km entre algumas cidades da Região Sisaleira, citavam também Ribeira do Pombal e Araci onde:

[...] se a situação não for imediatamente contornada e a seca se mantiver por mais 30 dias “o gado vai morrer em pé, um atrás do outro não sobra nada”. [...] Na cidade do Jorinho, entre Araci e Tucano, o rio Itapicuru é um dos únicos que não está completamente seco na região. A população de vários povoados vizinhos tem organizado verdadeiras romarias de caminhões para banhar-se em suas águas, em seu leito frágil e encher tonéis transportados em carros-de-boi.⁴⁶³

Embora se tenha em consideração que as disputas entre as frações das classes dominantes, que controlavam os jornais baianos, interferiam nas prioridades e no teor das notícias procedidas, quando se analisa a descrição e a localização mais específica da situação, expressada pelo *Jornal Tribuna da Bahia*, vemos tanto a extensão da seca como o agravamento do que foi discutido no encontro do movimento sindical. Para essa assertiva corroboram, principalmente, o roteiro escolhido pelo periódico que corresponde a alguns municípios da Região Sisaleira e, além disso, o fato dos municípios de Tucano e Teofilândia, que também integravam o encontro de 23 de maio, serem enfatizados na matéria.

Dessa forma, as “frentes de trabalho”, que preocupavam os representantes sindicais, não eram os únicos problemas ocasionados pelo clientelismo da política partidária, pois o racha do PDS nos municípios baianos agravava, de forma profunda, a efetivação das ações empreendidas pelo Estado. E, diante desses complicadores, o sindicato se posicionava para o enfrentamento da situação, uma vez que além de inferir sobre o controle das “frentes de trabalho”, elencava também a necessidade do “trabalho de base” que perpassava pela não aceitação das condições impostas pelos “líderes políticos”.

Essa seca, classificada como “a pior dos últimos 50 anos”⁴⁶⁴, em que “227 municípios”⁴⁶⁵ se encontravam em “estado de emergência”⁴⁶⁶, afetou novamente e com bastante força a monocultura sisaleira. Antes mesmo do encontro sindical em Araci, a estiagem já havia comprometido boa parte da produção e os “pequenos proprietários encontram dificuldades até para remunerar o operário encarregado de movimentar o motor”⁴⁶⁷. Entretanto, a seca não era o único complicador na economia desse trabalhador, as mutilações fragilizavam profundamente a sua vida.

⁴⁶² Brigas políticas agravam a seca. PDS de Tucano nega água a eleitor do adversário. **Jornal Tribuna da Bahia**. Salvador, 17 de dezembro de 1982, p. 03. Biblioteca do DNOCS - 4º Distrito, Salvador-BA.

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ A maior seca dos últimos 50 anos. **Jornal da Bahia**. Salvador, 28 de março de 1982. Biblioteca do DNOCS.

⁴⁶⁵ Seca. Emergência em 227 municípios. **Jornal da Bahia**. Salvador, n. 7190, 16 de março de 1982. Biblioteca do DNOCS.

⁴⁶⁶ Ibidem.

⁴⁶⁷ Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº01. 03. Maio de 1982.

Logo, a “segurança do trabalhador do motor” era mais uma prioridade para a mobilização sindical: “Ficando determinado que o STR de Coité, Valente e Santa Luz, elaborará um questionário e enviará aos demais sindicatos para que devidamente preenchidos levem na reunião do próximo mês e se debata para em seguida ser lançado um documento sobre o assunto”⁴⁶⁸. Além disso, é preciso destacar que a necessidade de proteger os membros do “batedor de palha”, certamente, tinha de ver com o aumento do número de acidentes, haja vista ter se passado mais de trinta anos de introdução da monocultura e pouco, ou quase nada, havia mudado nas condições de trabalho do sisaleiro. Nesse contexto, a Região do ouro branco se tornara o espaço de constantes traumas que dilacerava corpos e marcava definitivamente a vida do trabalhador.

Antigamente não tinha proteção a boca era grande. Eu gostava de ajuntar fibra na mão, uma com certeza deve ter inganchado e eu num vi pegou o braço. A minha sorte foi porque a corréa caiu. Se não tivesse caído tinha cumido um bucado ou cumido todo. A correia que roda é uma velocidade terrivi ali. Só porque caiu na hora que o braço foi, aí a correa vuô. Ai fico todo ispatifado pegado numa tirinha de coro assim. Aí eu tava já aguniado e disse ao menino: pega logo uma faca e corta aí. Ele disse: pode corta não, vamo inrola. Aí foro chama pai e a turma chegaru tudo aguniado.⁴⁶⁹

A narração de uma mutilação choca não apenas porque o trauma inviabilizava definitivamente o membro do trabalhador, mas, sobretudo, pelas circunstâncias do acidente: dedos, mão, ou mesmo quase todo braço era dilacerado pelos componentes da desfibradeira. Além disso, como o trabalho infantil fazia parte dessa rotina, os roceiros ficavam incapacitados ainda jovens e se, por ventura, o sujeito já tivesse constituído família a mutilação tanto o traumatizava irreversivelmente como afetava em cheio o sustento de quem dependia de seu trabalho.

Tinha 22 anos. Foi duro pra mim! Pá recuperar esse braço num foi fácil não. Logo que eu tinha casado tinha um filho, passou uns tempo já cum o braço cortado pa arrumar cumida tinha que bota a espingarda no ombro com o braço na tipoia mata nambu mode compra o leite. Aquele tempo num foi fáci não, eu num era aposentado nessa época ainda. Trabaiaava desde a idade de 12 ano nos oto motô, trabaiei na Queimada do Boje no motô do Nilso. Não cevano, mais cortano, ota veis botano a paiá no animal.⁴⁷⁰

O drama da recuperação era seguido da incapacidade de trabalhar na função de *cevador* e nos serviços de roça. Nessa situação, quem ficava diretamente implicado era o dono do motor que daí por diante deveria contribuir, de alguma forma, com o sustento do mutilado e de sua família. Não raramente, esse sujeito era parente do acidentado, como no caso de Agripino que é pai de Edmilson, ou alguém muito próximo e, portanto, compartilhavam o

⁴⁶⁸ Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº01. 03. Maio de 1982.

⁴⁶⁹ EDMILSON DE AGRIPINO, 2017.

⁴⁷⁰ Ibidem.

sofrimento da mutilação como também tinham condições materiais não tão distintas, ou seja, viviam daquele trabalho que lhes garantia as suas feiras, talvez em tempos de boa produção um pouco mais que isso, porém nada que concedesse plena condição para o sustento de duas famílias: a sua própria e a do mutilado.

Um irmão meu quando nós pegamos a trabaia nós compramos [o motor] de sociedade. Aí nós rodamos um ano foi quando se preparamos para comprar o motor, compramos o motor e ele ficou com o novo, o coitado logo, logo pegou a mão de um rapaz que era *criado* de meu pai. É Deus que não era particular porque se fosse particular tinha dado um pipino dos infernos. Ele perdeu a mão e tinha de dar assistência e ele [dono do motor] era uma pessoa que num tinha reserva e ficou se batendo para ajudar o rapaz. A sorte era que o rapaz num tinha família e era *criado* do meu pai, meu pai tomou ele para criar, aí criou e ficou trabalhando, era considerado como irmão da gente e aí aconteceu isso com ele e a gente também ficou ajudando.⁴⁷¹

É importante observar que antigas relações de exploração continuavam a forjar situações de trabalho: “*criado* de meu pai”. Inclusive a aproximação entre esses sujeitos amenizou os complicadores para o dono do motor. No entanto, as condições materiais do dono do motor eram tão frágeis que, em muitos casos, a desfibradeira era cedida ao mutilado como indenização do acidente⁴⁷². Em outros casos o trauma causava uma tristeza profunda e um rompimento com aquelas circunstâncias de trabalho: “Depois que corto o braço eu vindi.”⁴⁷³. Logo, diferentes situações e reações perfaziam esse momento dramático na vida dos trabalhadores e cabe, ainda, acentuar que o fato do dono do motor assumir parte do sustento do acidentado era amparado nos costumes.

Não havia quaisquer leis que determinavam esse compromisso, o que envolvia a situação eram os laços construídos no cotidiano como também certa obrigação costumeira pelo fato do trabalhador ter sido convocado pelo dono do motor. Assim, donos de campos e bateadeiras estavam eximidos de quaisquer responsabilidades. Enquanto o Estado, principal disseminador da monocultura, tanto se mantinha indiferente às condições de trabalho como inviabilizou a aposentadoria parcial que concedia aos roceiros acidentados. Esse posicionamento era decorrente das mudanças nas leis trabalhistas e da consolidação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1979, uma vez que:

A aposentadoria por invalidez é devida ao beneficiário que, por decorrência de acidente do trabalho, sofre lesão corporal, perturbação funcional ou doença que o incapacita total e definitivamente para o exercício de qualquer atividade, no valor mensal de 75% (setenta e cinco por cento) do maior

⁴⁷¹ CIRILO, 2018.

⁴⁷² Casos assim foram narrados nas entrevistas como também aparecem em pesquisa de Nascimento. Ver: NASCIMENTO, 2014.

⁴⁷³ SANTOS, 2017.

salário-mínimo do País, arredondada a fração de cruzeiro para a unidade imediatamente superior.⁴⁷⁴

Ao substituir o FUNRURAL⁴⁷⁵ pelo INPS os militares dificultaram, ainda mais, o acesso a quaisquer auxílios ao trabalhador, inclusive os do campo. Na lei, O vocábulo “total” servia como prerrogativa para considerar o mutilado capaz de exercer o trabalho, mesmo tendo perdido parte ou todo o braço. Na prática, a lei significava a negação da aposentadoria e, em contrapartida a isso, a falta de segurança no trabalho com a desfibração ocasionava uma “legião de mutilados”⁴⁷⁶. Porém, o fato do movimento sindical ser composto por algumas diretorias roceiras, que compartilhavam da mesma realidade do trabalhador, se traduziu, naquele momento, como uma possibilidade de enfrentamento à situação. E, se em 1982 a “segurança do trabalhador do motor” já fazia parte da pauta prioritária dos trabalhadores, a partir de 1984 as discussões avançaram a ponto de atingirem o formato de mobilização.

Os mutilados denunciam a luta desumana que travam com a Previdência no sentido de conseguir a aposentadoria, porém o que lhes é concedido, no máximo, é o auxílio doença e, na maioria dos casos, nem isto. [...] O passo decisivo dessa luta conjunta ocorreu ontem no município de Conceição do Coité, no Sindicato de Trabalhadores Rurais, onde lavradores da localidade dos municípios sisaleiros de Teofilândia, Ichu, Riachão do Jacuípe, Retirolândia, Valente, Santa Luz, Araci e Serrinha, firmaram um compromisso de mobilização conjunta, no sentido de sensibilizar os órgãos da Previdência que assistem ao trabalhador rural para a situação desumana em que vivem.⁴⁷⁷

Esse encontro, realizado no município de Conceição do Coité em 17 de agosto de 1984, demonstra uma maior capacidade de organização, pois com alguns anos de atuação no sindicato e entendendo melhor a função dos espaços institucionalizados firmavam o “passo decisivo da luta”, qual seja “um compromisso de mobilização”. Para tanto, a imprensa seria um veículo fundamental, já que ampliava a comoção social em torno do drama vivenciado pelos roceiros. E, nessa dinâmica, os registros fotográficos eram utilizados com o intuito de expressar, com maior nitidez, as consequências “desumanas” do trabalho nos campos de sisal:

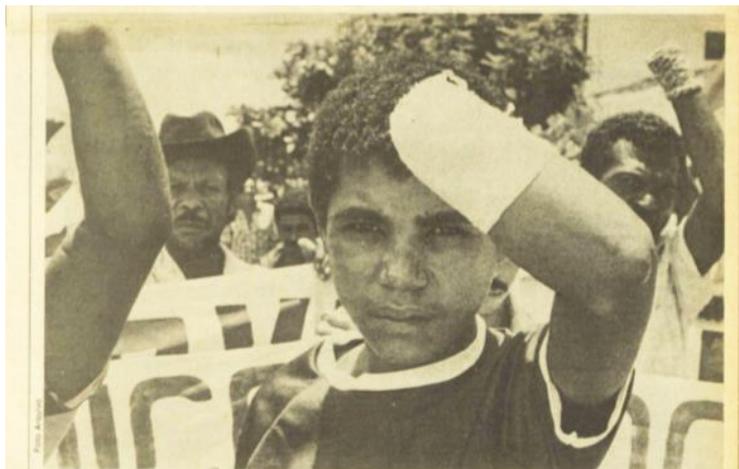
⁴⁷⁴ BRASIL. Decreto nº 83.080 de 29 de janeiro de 1979. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

⁴⁷⁵ O FUNRURAL foi emanado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.214, que deveria prestar assistência aos trabalhadores rurais e seus dependentes. No entanto, foi a partir de 1974 que a Lei começou a ser acionada enquanto uma política para auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Com a aprovação pelos militares da Lei nº 6195/1974 os trabalhadores mutilados, mesmo com toda a burocracia médica e o benefício percentual ao salário mínimo, tinham chances de conseguir algum amparo do Estado via sindicato. Em 1977 o FUNRURAL foi extinto por meio da criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) que a partir do Decreto 83.080/1979 instituía o INPS e restringia totalmente a possibilidade de qualquer auxílio ao trabalhador.

⁴⁷⁶ Mutilados realizaram II Encontro em Coité. **A Tarde**. 06 out. 1984, p. 3. BPEB.

⁴⁷⁷ Região do sisal vira um campo de mutilados. **A Tarde**. 18 ago. 1984, p. 3. BPEB.

FIGURA 15 – Mutilados do sisal vão à rua pelo direito de se aposentar, 1984 – Conceição do Coité, Bahia.



FONTE: Tribuna da Luta Operária, ano V, nº 189, de 15 a 21 de outubro de 1984, p.6.

O objetivo dessa composição fotográfica era, certamente, impactar o leitor diante dos traumas sofridos com a mutilação. Ao centralizar Pedro dos Santos, em primeiro plano, o fotógrafo destacava que as consequências extremadas do serviço incapacitavam definitivamente sujeitos muito jovens. Além disso, a feição do menino de 17 anos expressa o sofrimento em ter um dos membros mutilados, enquanto as faixas, em segundo plano, compõem o cenário do protesto em meio a outros roceiros vitimados pela superexploração de sua força de trabalho. De modo que, “depois de perderem as mãos nas máquinas de desfibrar sisal, eles são jogados na miséria. A lei só da aposentadoria a quem perde as duas mãos! Daí o protesto dos trabalhadores.”⁴⁷⁸. Logo, a extrema vulnerabilidade material era um fator inerente a essa situação, pois:

Naquela época já tinha impresto subsidiado como o PROTERRA pra os fazendeiro zelar dos animais, mas num tinha um projeto do governo para sanar a fome daqueles pobre, principalmente quem era mutilado do sisal e aí o pessoal ia trabaia muitas veis pa trocar o sisal po um quilo do sal etceta... comer uma farinha com sal uma coisa que trazia uma função de nutrição melhor e ali ainda cabava perdeno o braço. Que os animal do rico ainda fazia farinha de osso e era aproveitado, um pobre só fazia cavar um buraco e interrar. É uma situação delicada, só quando a pessoa vivi próximo a ele é que sabe quanta é a fome, o sofrimento daquelas mãe de família, os menino quereno o que comer, ver fracano os poco até o dia da sua morte.⁴⁷⁹

É importante analisar no relato a relação entre as condições do trabalhador e a conjuntura, problematizada na posição do Estado que promovia políticas para o fazendeiro enquanto negava auxílio para “sanar a fome” do trabalhador. A não aceitação dessa realidade

⁴⁷⁸ Mutilados do sisal vão à rua pelo direito de se aposentar. **Tribuna da Luta Operária**, ano V, nº 189, de 15 a 21 de outubro de 1984, p.6. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois.

⁴⁷⁹ TONHO XIA, 2018.

demonstra como uma diretoria roceira fazia diferença, tanto nas prioridades de luta como no conhecimento profundo das causas que afligiam a vida daqueles sujeitos. Ademais, os jornais também denunciavam os grandes empresários do sisal que além de serem subsidiados pelos programas do Estado, ainda lucravam com a superexploração e, conseqüentemente, a miséria dos trabalhadores. Com o título “A luta dos homens que o sisal mutilou. Lucro sujo de sangue” o *Tribuna da Luta Operária*, acentuava a implicação das classes dominantes regionais no sofrimento dos trabalhadores:

Quem tem motor é pobre. Os fazendeiros preferem fornecer o sisal, ficando com metade da produção. Entre os grandes fazendeiros estão José Firmino, Valter Ramos, além de compradores de sisal para exportação, como Hamilton Rios de Araújo e o deputado estadual Florisvaldo Carneiro, do PDS. [...] Chega a ser difícil de acreditar que fazendeiros tidos como respeitáveis, prósperos comerciantes e até deputados, os quais costumam intitular-se representantes do povo, baseiem suas fortunas na mutilação em massa dos trabalhadores do sisal.⁴⁸⁰

É evidente que a superexploração da força de trabalho nos campos de sisal movia as fortunas de fazendeiros e políticos. Esses agentes eram também donos de bateadeiras e atravessadores da fibra e, portanto, eram diferentes dos sujeitos que utilizavam apenas parte de sua roça, imprestável para as lavouras tradicionais, no plantio do sisal. O motor, por sua vez, tinha relação direta com essa constatação, pois o trabalho na desfibradeira promovia as condições mais extremadas na produção do sisal, estrategicamente repassada ao “pobre”, o que intensificou a complexidade daquela situação. Nesse contexto, os trabalhadores “aprendem o valor de sua união, a real natureza de seus exploradores e do poder político, que nada tem de imparcial”⁴⁸¹. E, apesar da assessoria do MOC, do envolvimento da Fetag-Ba e de toda comoção gerada, as manifestações seguiam sem a certeza de mudanças concretas para os trabalhadores, sendo necessário partir para espaços que centralizavam maior poder de decisão:

Uma delegação de 40 trabalhadores e dirigentes sindicais da região do sisal da Bahia entregará hoje ao ministro da Previdência Social, Jarbas Passarinho, documentos reivindicando a aposentadoria por invalidez para todos os acidentados, sem discriminação. A delegação viajou de ônibus, no último dia 3, de Conceição do Coité, a 210 quilômetros de Salvador, para Brasília.⁴⁸²

A “delegação de 40 trabalhadores e dirigentes sindicais” representava, conforme a sinalização dos jornais⁴⁸³, mais de 1000 mutilados oriundos dos municípios da Região

⁴⁸⁰ **Tribuna da Luta Operária**. ano V, nº 182, 27 de agosto a 02 de setembro de 1984, p. 10. CDMFMG.

⁴⁸¹ *Ibidem*.

⁴⁸² Os mutilados estarão com o ministro hoje. **A Tarde**. 05 nov. 1984, p. 3. BPEB.

⁴⁸³ O número de mutilados era estimado, segundo o jornal, pelo secretário geral da Fetag, Aloísio Carneiro. Mutilados do sisal vão à rua pelo direito de se aposentar: **Tribuna da Luta Operária**. ano V, nº 182, 27 de

Sisaleira. Dessa forma, a viagem para Brasília tinha a finalidade de pressionar diretamente o governo que, apesar do avanço das forças populares sobre o regime⁴⁸⁴, se mantinha resistente à necessidade de alterar a legislação trabalhista. Nas audiências, arranjadas com intermédio da Contag, Fetag e deputados baianos, os trabalhadores também se apresentaram ao ministro Jarbas Passarinho e o relato desse encontro nos oferece detalhes importantes acerca do envolvimento dos roceiros no processo de luta.

Conversei com ministro. Pergunto tanta coisa: Se a gente trabalhava ainda? Se tinha condição de trabalhá? Ele veno que a gente não tinha condição de trabalhá e perguntano. Ministro e esse povo, negócio de governador, aquelas pergunta assim... acho que faz aquela intrevista assim, modo num dá certo aposentar. Eu acho! Que num é mole não! Num foi fáci não pa mim aposenta tamém, pa gente aposenta nessa época. Foi Deus que coloco na cabeça desses home que era presidente de sindicato nesse tempo, que levo agente pa lá, se não num tinha aposentado não. A gente tava passano fome!⁴⁸⁵

Para o roceiro a indiferença do ministro correspondia a sua posição de “governador”, uma vez que as perguntas seriam desnecessárias diante da evidência exposta em seu corpo mutilado. Outro fator que demonstra a importância do enfrentamento direto com o Estado é demarcado quando ressaltou a necessidade do deslocamento até Brasília para o êxito da luta. Em contrapartida, os fatores que provocaram aquela reação, por parte dos roceiros, são atribuídos ao sagrado: “Foi Deus”. O que demonstra a força da religiosidade na vida desses sujeitos, como também as diferentes percepções da luta. É preciso destacar que, apesar da intervenção do MOC e da experiência sindical com o trabalho de base, o mundo roceiro se sustentava, em grande medida, nas relações costumeiras. E, a maneira como os trabalhadores⁴⁸⁶ aderiram à mobilização é outro agravante que corrobora com essa constatação:

Passou quase meio ano [depois do acidente] pa eu ir pa Brasília. Fui com Antoin Xia, nesse tempo ele era presidente do sindicato. Eu sempre labutava junto com ele é aqui vizinho a mim. Eu sempre pagava lá o sindicato direto, ficava ali por dento do sindicato aí mim convido pa ir lá em Brasília. Porque só aposentava se eu fosse lá em Brasília: eu e os outo que tinha o braço cortado. Hoje eu devo esse favo a Antoin Xia, porque eu tava até em casa nesse dia, um dia de feira, aí ele mando um recado: Diga a Demilso lá que se prepare que ele vai pa Brasília.⁴⁸⁷

agosto a 02 de setembro de 1984, p. 10. CDMFMG. Esse número também é sinalizado no Jornal A Tarde: Trabalho Conjunto. **A Tarde**. 05 out. 1984, p. 3. BPEB.

⁴⁸⁴ Nesse período, as campanhas das “Diretas Já” (1983 a 1984) para eleição de um presidente pelo voto popular e a convergência de diferentes segmentos das classes trabalhadoras nos movimentos de base se intensificavam. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores e da grande São Paulo 1970-1980**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁴⁸⁵ EDMILSON DE AGRIPINO, 2017.

⁴⁸⁶ Nascimento, ao pesquisar o movimento de mutilados do sisal, também acentua que os dirigentes “inseriram os próprios mutilados no protesto”. Ver NASCIMENTO, 2014, p. 100.

⁴⁸⁷ EDMILSON DE AGRIPINO, 2017.

Embora a mobilização tenha atingido uma potência nunca antes vivenciada por aqueles trabalhadores do sisal, tanto a convocação como a aderência à luta demonstra a força do costume em detrimento da problematização mais profunda daquela realidade. Isso fica explícito quando o “favor” aparece como o regulador daquela situação. Além disso, as reivindicações dos roceiros se limitavam a concessão da aposentadoria. Logo, as ações daqueles trabalhadores não representam uma ruptura com as relações costumeiras de outrora, tampouco a mobilização intentava alterações nas condições de trabalho. E, depois de décadas de monocultura, a mudança mais expressiva na vida daqueles trabalhadores pode ser traduzida na imagem a seguir:

FIGURA 16 – Os trabalhadores mutilados exigem aposentadoria, hoje negada pelo governo, 1984 – Conceição do Coité, Bahia.



FONTE: Tribuna Operária, ano V, nº 189, de 15 a 21 de outubro de 1984, p.7.

Os sujeitos que aparecem na imagem, se retirada do contexto em que foi produzida, lembram soldados que chegaram de algum campo de batalha, porém a guerra que travaram, como na maioria dos casos, não foi instituída por eles. Tanto os campos de sisal como o beneficiamento da fibra atendiam a necessidades externas, enquanto os “bataiões” forjados no cotidiano roceiro representavam a guerra da vida comunitária. O valor simbólico do trabalho divergia das demandas de produção e a consequência mais profunda dessa incompatibilidade é representada no registro fotográfico: corpos partidos e braços alçados para a luta da aposentadoria.

Diante da subordinação que vivenciavam no próprio espaço de representatividade de classe, das mutilações e da negação à aposentadoria, a organização dos roceiros significou um avanço frente àquela conjuntura e, sobretudo, a possibilidade de alguma mudança diante da situação que viviam. De modo que, o enfrentamento da questão demonstra também a

capacidade de reação daqueles sujeitos e o resultado desse combate expressa a importância da organização:

Para beneficiar os mutilados do sisal o INPS autorizou os sindicatos da região sisaleira a efetuarem o cadastramento de todos os trabalhadores que sofreram lesões no exercício de atividades de desfibramento daquele produto. A informação foi prestada, ontem, pelo superintendente regional da entidade, Antônio Carlos Martinelli Braga, que se reuniu com os representantes da Fetag e da Perícia Médica do Instituto. [...] Martinelli Braga acrescentou que, através de normas que serão regulamentadas pelo Ministério da Previdência, será obrigatório o uso de um dispositivo de segurança que foi desenvolvido e aperfeiçoado pelo Fundacentro (órgão do Ministério do Trabalho), o qual será acoplado nas máquinas paraibanas de desfibramento do sisal, com a finalidade de prevenir novas mutilações.⁴⁸⁸

Entre continuidades e rupturas com as condições de subordinação nos campos de sisal, a aposentadoria foi, certamente, uma conquista daqueles trabalhadores. Por outro lado, as iniciativas do Estado não passaram de medidas paliativas, uma vez que o dispositivo de segurança não alterava as condições vulneráveis de trabalho. Isso significa que a preocupação girava em torno de barrar o aumento na concessão das aposentadorias, como também servia para amenizar a comoção pública gerada por conta daqueles corpos traumatizados. Essa negligência atesta para a importância da luta dos roceiros e, portanto, “tomar o sindicato” não pode ser considerado pouca coisa, pois a partir daí se deram as primeiras conquistas organizadas dos roceiros contra a superexploração de sua força de trabalho.

Embora o sindicato tenha permanecido com algumas políticas assistencialistas, que implicavam na percepção dos trabalhadores acerca da função do seu espaço de representatividade, a experiência em novos espaços de organização passou a ser protagonizada pelos próprios roceiros: “Aí agora toquemo o pau, entre altos e baixo uma diretoria da mais certo, otas mais divagar, mais fica entre os trabaiador rural. Essa é a luta. Assim!”⁴⁸⁹. Os trabalhadores, portanto, não estavam alheios às mudanças, pois reagiram, lutaram, exigiram e conquistaram direitos. Isso demonstra que as *pretensões* coletivas de alguns costumes, como as do “Boi Roubado”, se mantinham vibrantes em novos espaços e em outros contextos de lutas⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ Mutilados do sisal terão aposentadoria. **A Tarde**. 02 nov. 1984, p. 3. BPEB.

⁴⁸⁹ ZECA DO TAPUIO, 2017.

⁴⁹⁰ Além do Movimento dos Mutilados do Sisal, analisado nesta pesquisa, alguns registros fotográficos das mobilizações dos roceiros, via sindicato, estão dispostos no anexo D.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os encontros entre índios, negros e seus descendentes perfizeram costumes e concederam a potência simbólica das ações coletivas praticadas pelos roceiros de Araci-Bahia. A ancestralidade era acionada, sobretudo, nos sambas, batuques e festas, de modo que se constituiu em resistência frente ao contexto de secas e de exploração. Ainda que a cidade não tenha integrado *plantations* ou desenvolvido qualquer outra atividade econômica mais dinâmica, a escravidão fez parte do cotidiano e não pode ser desconsiderada. Da mesma forma, a presença indígena se faz latente nas memórias dos sujeitos e precisa ser evidenciada, já que os diferentes encontros étnicos forjaram o mundo roceiro.

Tanto o “Boi Roubado” como a “Junta de Gado” expressaram a força dos costumes e as peculiaridades dessa dinâmica. Ambos eram atravessados por diferentes fatores do sagrado, como os “cabocos” invocados nos batuques e a missa que interrompia a rotina na lida com o gado. O culto católico atravessava boa parte do mundo roceiro e se, por um lado, demonstrava a força simbólica da Igreja Católica e das classes dominantes locais em introduzir práticas e controlar de alguma forma a vida dos sujeitos; por outro, não se constituiu a partir de uma ortodoxia da doutrina, antes era mais afeita ao catolicismo proveniente de diferentes matrizes. E, a missa conduzida, especialmente, para os vaqueiros é prova dessa imbricação.

Os cercamentos das terras comuns dos Tabuleiros do Itapicuru e a introdução técnica nos espaços roceiros foram fortes indicadores de mudanças gestadas antes mesmo dessas ações. Araci era/é marcada pelo fenômeno das secas e as irregularidades climáticas não modelaram apenas o cotidiano em busca da água, pois justificaram intervenções desenvolvimentistas que chegaram com prerrogativas de melhorar a vida dos roceiros. O Açude Poço Grande e a monocultura do sisal eram ações emanadas pelo Estado e faziam parte de uma política específica para o Nordeste com vistas a minorar os efeitos das estiagens.

A barragem do Poço Grande foi um projeto arrojado para os anos de 1950. A ação gerenciada pelo Departamento de Obras Contra as Secas mobilizou engenheiros, máquinas e trabalhadores de boa parte das cidades vizinhas e transformou Araci num canteiro de obras. A água doce, a pesca e a irrigação eram os objetivos centrais da intervenção que proporcionou também a abertura de estradas vicinais nos espaços roceiros. Desse tripé, a água doce era a “mais humana das metas”, pois a carência do líquido mobilizava a rotina de homens e, principalmente, mulheres com potes e latas na disputa pela “água de beber”. No entanto, apenas a pesca se concretizou enquanto uma possibilidade para os roceiros, uma vez que o

açude, mesmo com os estudos dos engenheiros do DNOCS e a advertência dos sujeitos mais velhos, foi construído sobre uma salina.

O açude, apesar de acumular boa quantidade de água e ter sido um dos maiores da Região Sisaleira, fracassou em sua finalidade principal. O líquido não teve qualidade suficiente para o consumo humano. A água de beber continuou sendo o problema central da cidade e a seca, ao se extremar, desequilibrava a economia roceira. Por conta disso, a monocultura sisaleira teve uma rápida adesão e se alastrou pelas roças transformando a paisagem e o cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras.

A monocultura atendia a interesses externos e tinha muito a ver com a dependência dos países da América Latina aos países de economia central, uma vez que foi proveniente de incentivos estatais com o intuito de diversificar a lavoura e ampliar a política de exportação. A chegada do fio sintético ao mercado, as oscilações de preço e, conseqüentemente, a queda na economia sisaleira nos anos de 1970 é uma demonstração da interferência externa na monocultura. Aliás, o baixo nível tecnológico que envolvia o processo de beneficiamento era outro fator dessa dependência que visava, sobretudo, a maximização da produção a baixos custos.

Mesmo com as oscilações de mercado o sisal chegou ao patamar de “principal produto” e disputou os primeiros lugares na economia da Bahia. Isso significa que a planta se adaptou bem tanto ao clima como ao solo da região e se tornou, por sua vez, uma possibilidade concreta para o mundo roceiro. No entanto, as condições de superexploração da força de trabalho implicaram diretamente em qualquer evolução econômica para o trabalhador e as mutilações, no manuseio com a desfibradeira, se tornaram a pior das conseqüências desse processo produtivo.

O beneficiamento do sisal ocasionou em mudanças intensas, que já vinham sendo experimentadas desde a obra do Poço Grande, na disciplina de trabalho, principalmente com a introdução da desfibradeira. E, apesar da execução das tarefas serem realizadas na roça, o processo produtivo não favorecia as iniciativas simbólicas e ancestrais desses sujeitos. O que não significou o desaparecimento do costume, pois as ações coletivas permaneciam irrompendo em diferentes situações e suas pretensões foram redimensionadas em novos espaços de atuação dos roceiros, como o sindicato.

A partir de 1980, os roceiros entraram na disputa pela direção do sindicato e ganharam mais autonomia no que diz respeito à representação e os interesses de classe. A atuação do MOC fez parte desse processo, já que engendrou a organização dos roceiros nos espaços institucionalizados. E, tanto a criação de sindicatos assistencialistas conduzidos por dirigentes

distantes do mundo roceiro, como a reação dos trabalhadores para garantir a direção da instituição, expressam que as ações dos militares não afetaram apenas os centros econômicos e políticos do país, antes se estenderam a diferentes espaços e objetivam um controle amplo e irrestrito dos trabalhadores, inclusive os da roça.

Do mesmo modo a emergência da luta organizada dos roceiros de Araci e da Região Sisaleira deve ser entendida como parte das lutas nacionais: a reorganização sindical, as greves nos centros industrializados, o retorno das mobilizações dos trabalhadores por diferentes espaços do país, diziam respeito a um mesmo fenômeno que irrompeu o silêncio imposto por anos de ditadura militar. Em caráter local e regional, tanto a tomada do sindicato como as mobilizações dos trabalhadores, inauguraram um novo protagonismo popular, já que as iniciativas organizadas nos espaços institucionalizados e politizados tinham sido, até então, uma prerrogativa exclusiva das classes dominantes regionais e locais.

As lutas nos espaços institucionalizados repercutiram em diferentes esferas da vida social dos roceiros, de modo que fortaleceu e integrou a categoria para além do limite municipal. Na medida em que as diretorias dos sindicatos eram “tomadas” por esses sujeitos, a Região Sisaleira, forjada a partir dos discursos e das barganhas intentadas pelas classes dominantes regionais, se reconfigurava num espaço de lutas por direitos e a aposentadoria integral para os trabalhadores mutilados foi uma entre outras batalhas e conquistas. O *Movimento dos Mutilados do Sisal* demonstrou para boa parte do país não apenas a dimensão extrema da vulnerabilidade material dos sujeitos que labutavam nos campos de sisal da Bahia, pois, acima de tudo, expressou a força da organização dos trabalhadores da roça como parte das formas politizadas de protagonismo popular do país.

FONTES

Orais

- ✓ Agripino Gonsalves dos Santos. Entrevista concedida em fevereiro de 2015. Pau de Rato-Araci. (50 min.).
- ✓ Agripino Gonsalves dos Santos. Entrevista concedida em fevereiro de 2017. Pau de Rato-Araci. (50 min.).
- ✓ Agripino Gonsalves dos Santos. Entrevista concedida em fevereiro de 2017. Pau de Rato-Araci. (10 min.).
- ✓ Agripino Gonsalves dos Santos. Entrevista concedida em fevereiro de 2017. Pau de Rato-Araci. (55 min.).
- ✓ Antônio Xia. Entrevista concedida em junho de 2018. Lagoa do Curral-Araci. (0:57 min.).
- ✓ Bia de Antolino. Entrevista concedida em fevereiro de 2018. Araci. (41 min.).
- ✓ Bia de Antolino. Entrevista concedida em junho de 2018. Araci. (34 min.).
- ✓ Bia de Renato. Entrevista concedida em fevereiro de 2018. Araci. (42 min.).
- ✓ Carlos Mota. Entrevista concedida em fevereiro de 2018. Araci. (42 min.).
- ✓ Cosma de seu Cirilo. Entrevista concedida em junho de 2018. Araci. (0:25 min.).
- ✓ Edimilson dos Santos. Entrevista concedida em setembro de 2017. Caldeirão-Araci. (1:07 min.).
- ✓ Gideon Oliveira Lima. Entrevista concedida em março de 2017. Caldeirão-Araci. (50 min.).
- ✓ Grupo de moradores da comunidade de Pau de Pato e comunidades vizinhas. Cantorias registradas em fevereiro de 2015. Bela Vista-Araci. (50 min.).
- ✓ Grupo de moradores da comunidade de Pau de Rato. Batuques registrados em junho de 2017. Pau de Rato-Araci. (15 min.).
- ✓ Grupo Movimento da Quixabeira. Entrevista concedida em agosto de 2017. Tapuio-Araci. (2:00 min.).
- ✓ João Lino. Entrevista concedida em fevereiro de 2015. Terra Dura-Araci. (45 min.).
- ✓ Julia Pinheiro. Entrevista concedida em julho 2018. Araci. (26 min.).
- ✓ Juvenilda Vila Nova Pinheiro. Entrevista concedida em julho de 2018. Araci. (13 min.).
- ✓ Lucas Mendonça. Entrevista concedida em novembro de 2017. Araci. (35 min.).
- ✓ Luiz Lisboa de Carvalho. Entrevista concedida em fevereiro de 2018. Quererá-Tucano. (0:35 min.).
- ✓ Manoel de Jona. Entrevista concedida em agosto de 2017. Moderna-Araci. (59 min.).
- ✓ Marcelina Gonsalves. Entrevista concedida em fevereiro de 2015. Pau de Rato-Araci. (50 min.).
- ✓ Maria de Manoel de Jona. Entrevista concedida em agosto de 2017. Moderna-Araci. (59 min.).
- ✓ Maria de Noel. Entrevista concedida em março de 2018. Araci. (1:46 min.).
- ✓ Maria de Pedro de Jona. Entrevista concedida em agosto de 2017. Moderna-Araci. (29 min.).
- ✓ Maria de Pedro de Jona. Entrevista concedida em julho de 2018. Moderna-Araci. (2:09 min.).
- ✓ Maria Gonsalves. Entrevista concedida em julho de 2017. Pau de Rato-Araci. (45 min.).
- ✓ Pedro de Jona. Entrevista concedida em agosto de 2017. Moderna-Araci. (20 min.).

- ✓ Tonho das Madeiras. Entrevista concedida em fevereiro de 2018. Araci. (54 min.).
- ✓ Tonho das madeiras. Entrevista concedida em maio de 2018. (1:12 min.).
- ✓ Valentim Miranda. Entrevista concedida em janeiro de 2018. Terra Dura-Araci. (28 min.).
- ✓ Zé de Cirilo Entrevista concedida em maio de 2018. Araci. (0:50 min.).
- ✓ Zé de Cirilo. Entrevista concedida em março de 2018. Araci. (1:46 min.).
- ✓ Zé de Virgem. Entrevista concedida em janeiro de 2018. Quererá-Tucano. (20 min.).
- ✓ Zeca do Tapuio. Entrevista concedida em agosto de 2017. Tapuio-Araci. (33 min.).
- ✓ Zezito da Chã. Entrevista concedida em julho de 2017. Araci. (1:15 min.).

Iconográficas

- ✓ Fotografias acervo do Centro Cultural de Araci Professor Anatólio Oliveira. Disponível em: <http://www.viladoraso.com.br/categorias-multimedia/antigas/>
- ✓ Fotografias acervo Biblioteca do Dnocs - 4º Distrito – Salvador-BA.
- ✓ Fotografias retiradas do Jornal da Bahia. Araci está seco! A luta pela água. Salvador, 16 de ago. 1976. Acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Salvador-BA.
- ✓ Fotografias retiradas do Jornal Tribuna da Luta Operária, ano V, nº 189, de 15 a 21 de outubro de 1984, p.6. Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <<http://grabois.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- ✓ Mapa do Sistema do Rio Itapicuru acervo do Dnocs Programa e Obras, 1960 - Biblioteca do Dnocs.
- ✓ Gráfico retirado de Série Histórica do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios da Região Sisaleira (1970-2000) em: SANTOS, E. M. C. et. al. Sisal na Bahia – Brasil. Mercator (Fortaleza), vol. 16, 2017, ISSN 1984-2201.

Escritas

Revistas

- ✓ Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, v. 11, ano 23 n. 42, 1916, p. 71.

Memorialistas

- ✓ ARAUJO, Antonio José. **A família de Serrinha**. Serrinha: Typ. Do O Serrinhense, 1926, p. 7.
- ✓ LIMA, Maura M. C. **História de Araci (período de 1812 a 1956)**. Salvador: EGBA, 1985, 213p.

Acervo digital

- ✓ Revista O Cruzeiro. Rio de Janeiro, ed. 22 de out. de 1955. Disponível em: Hemeroteca Digital. Acessado em: 20-03-2018.]: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&PagFis=1&Pesq=>
- ✓ Jornal Tribuna Operária [1984]: Disponível em: <<http://grabois.org.br>>

- ✓ BRASIL. Decreto nº 83.080 de 29 de janeiro de 1979. Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>
- ✓ GTDN. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Rio de Janeiro, 1959, p. 71. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN_-_segunda_edicao.pdf

Arquivo Público Estado da Bahia

- ✓ Quantificação do Alistamento do Partido do Tocós. Sessão colonial e provincial, maço 596 - caderno 6-a.
- ✓ Inventário de Maria Firmina de Oliveira, sessão judiciário, estante 8, caixa 3271, ano 1879.
- ✓ Inventário de José Tomé Ferreira, sessão judiciário, estante 8, caixa 3278, ano 1878.

Laboratório Eugênio Veiga – LEV/UCSAL

- ✓ Processo de *Genere* do Padre José Alves Martins, datado de 1868.

Centro de Documentação- UNEB/ CAMPUS XIV

- ✓ Inventário de Francisca Maria de Lima, caixa 52.
- ✓ Inventário de Irenio Antunes de Oliveira, caixa 52.
- ✓ Inventário de Miguel Antunes de Carvalho, caixa 56.
- ✓ Inventário de Antônio Ferreira da Motta, caixa 150.
- ✓ Inventário de Antônio Ferreira da Mota, caixa 150.
- ✓ Processo Judicial de Divisão Amigável de terras, caixa 01.

Museu Casa do Sertão

- ✓ Folha do Norte [1934, Feira de Santana].

Biblioteca Pública do Estado da Bahia

- ✓ A Tarde [1962, 1959, 1961, 1962, 1966, 1976, 1984, Salvador]
- ✓ Jornal da Bahia [1972, 1976, Salvador]

Centro Cultural de Araci-Professor Anatólio

- ✓ Jornal Tribuna do Nordeste [1974, Serrinha]
- ✓ Jornal A Notícia [1974, Serrinha]

Biblioteca do DNOCS - 4º Distrito

- ✓ Jornal da Bahia [1982, Salvador]
- ✓ Jornal Tribuna da Bahia [1982, Salvador]
- ✓ Memória descritiva e justificativa do açude público “Poço Grande” ano de 1955.
- ✓ Conferência pronunciada na sociedade mineira de engenharia ano de 1960.
- ✓ Dnocs Pensamento E Diretrizes. Edição comemorativa do 75º aniversário do DNOCS.
- ✓ Plano de Ação para Emergência da Seca: Atualizado para 1969. Dezembro de 1968.
- ✓ Quadros informativos sobre a administração da pesca em 103 açudes públicos controlados pelo DNOCS, ano de 1977.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)

- ✓ CONVÊNIO SUDENE/DAA/EBA. PESQUISA DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS: SISAL, MILHO, FEIJÃO E MANDIOCA. 1966-1967.
- ✓ SERRA, Antônio R. de Moura; SILVA, Ferreira da. **Cultura do Sisal**. Rio de Janeiro: SIA, 1952.
- ✓ Entre (1965-1970): BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE (Fortaleza). **Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980: exportações**. Fortaleza: BNB, 1972.
- ✓ MARQUES, Nonato. **O sisal na Bahia**. V convenção Regional do Sisal. Salvador, 1978.
- ✓ BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. Sisal: Problemas Econômicos. 1957 v. 1.
- ✓ EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA BAHIA. **Informações agrícolas: série histórica 1964-80**. Salvador: EMATER-BA, 1983.

Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araci

- ✓ Livro de Ata do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araci, nº 01.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. Vede Sertão, Verdes Sertões: Cinema Fotografia e Literatura na Construção de outras Paisagens Nordestinas. **Revista de História e Estudos Culturais**. Rio de Janeiro, nº1, v.13. ano XIII, jan. a jun. de 2013.
- ALVES, Rubem Azevedo. **O enigma da religião**. 4 ed. Campinas: Papiros, 1988.
- AMADO, Janaina. **Estudos Históricos**. Ponto de Vista Região, Sertão, Nação. 1995, p. 7-14.
- _____. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- AZEVEDO, Elciene. **O Direito dos Escravos. Lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.
- BRASILEIRO, Sheila, SAMPAIO, José Augustos Laranjeiras. Estratégias de Negociação e Recomposição Territorial Kiriri. In: CARVALHO, Maria do Rosário. CARVALHO, Ana Magda. **Índios e Caboclos: a história recontada**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 147-166.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Franklin. **Céus e Terra**. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, 206.p.
- CARVALHO, Maria do Rosário. CARVALHO, Ana Magda. **Índios e Caboclos: a história recontada**. Salvador: EDUFBA, 2011.
- CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade Estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, segundo semestre 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>. Acesso em: 25 de jan. de 2018.
- COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: Ed. da Unicamp/Centro de Memória, 1998.
- DANTAS, B. G. et al. Os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro: Um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

FARIA, Edite Maria da Silva de. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - Assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité – Bahia**. Salvador, 2014.

FERREIRA FILHO, Aurelino José. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. Da Invenção do Índio Nacional as Atuais Formas de Protagonismos Indígenas no Brasil. Uberlândia, v. 7, n.1, 2017.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas. (CEARÁ, ANOS 1950)**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2016.

FONSECA, Luiz Anselmo da. **A escravidão, o clero e o abolicionismo**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1988. (Edição ‘fac-similar’ de 1887).

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FREIRE, Felisberto. **História Territorial do Brasil**. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

FREIRE, Luiz Cleber. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana (1850-1888)**. UEFS Editora, 2011.

FREIXO, Alessandra Alexandre. **Entre a valentia do boi e as fibras do sisal: Narrativas e imagens de velhos agricultores sobre seu ambiente**. Tese de Doutorado: UFFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

GIBSON, Tânia Maria de Jesus. **O MOC: Movimento de conscientização política durante a ditadura militar brasileira na cidade de Feira de Santana-BA (1964-1979)**. Natal, 2005. (Monografia). Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte Centro De Ciências Humanas, Letras E Artes Departamento De História.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: Intrusos e Posseiros. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.1**/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GUIMARÃES, Maria Jaciane Ferreira. **Festa dos Negros em Araci (1987-2011)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Bahia-CAMPUS XIV, Conceição do Coité, 2011, p.57.

HAFFNER, Jacqueline Angélica Hernández. **A CEPAL e a industrialização brasileira (1950- 1961)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 167.

JESUS, Zeneide Rios. **Eldorado Sertanejo: Garimpo e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, 205p.

LIMA, Maura M. C. **História de Araci (período de 1812 a 1956)**. Salvador: EGBA, 1985, p.18.

LOWY, Michael. **A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAGALHÃES, Edna Moura. **A festa de Reis em Araci (1989-2011)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Bahia-CAMPUS XIV, Conceição do Coité, 2013, p. 64.

MARCOCCI, Giuseppe. **Dossiê**. Escravos ameríndos e negros africanos: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português (ca. 1450-1650). Julho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v16n30/a03v16n30.pdf>. Acesso em: 26-01-2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires: Clacso, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. VEGA, Ruben. **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 175-192

MEDRADO, Joana. **Terra de Vaqueiros, relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. 227p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós 30 (1930-1945)**. Editora Prismas: Curitiba, 2016, p. 64-70.

_____. FONTES, Maria Virginia. **História do Brasil Recente 1964-1980**. São Paulo. Editora Ática, 1988, p. 73.

MUNIZ, Manuela da Silva. **Em busca da experiência: lutas e autonomia dos trabalhadores feirenses (1977-1991)**. Feira de Santana, 2011, p. 95-100. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Negros e o “Paradigma da Ausência”. Contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 29, nº 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **A APAEB-Valente e os “Sisaleiros”**: Trajetória, trabalho e cotidiano nos campos de sisal (1980-1993). Santo Antônio de Jesus, 2014, p. 139. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual da Bahia-UNEB/Campus V.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Erivaldo Fagundes Neves et al. **Caminhos do Sertão**: Ocupação Territorial, Sistema Viário e Intercâmbios Coloniais dos Sertões da Bahia. Editora Arcadia, 2007.

_____. **Crônica, memória e história:** formação historiográfica dos sertões da Bahia. Feira de Santana: Editora UEFS, 2016.

OLIVEIRA, Clóvis Ramaiana. “Canudos Brasília: anotações de uma viagem sertanejada”. In: KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins (org). **Semeando cidade e sertões:** Brasília e o Centro Oeste Goiânia: Ed da PUC, 2010, pp. 121-140.

_____. **Canções da cidade amanhecendo:** urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Salvador: EDUFBA, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. 1 ed. São Paulo: SP. Boitempo: 2013.

_____. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Laiala Virgínia; MIRANDA, Mirian Carvalho. Cultura e Educação. **A coexistência entre cultura e educação na comunidade negra rural de Pau de Rato - Araci-Bahia.** Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual da Bahia – CAMPUS XI, Serrinha, 2015, 47p.

PARISSE, Tândja Andréa. **A sociedade civil no contexto da Ditadura:** experiência do Movimento de Organização Comunitária (MOC, na região de Feira de Santana no período de 1968 a 1979). Feira de Santana: UEFS, 2001. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis. **Revista de Estudos Políticos:** a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, Vol. 5 | N. 2, pp. 461 – 481, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em: 10 de mar. de 2018.

PIRES, Murilo José de; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza – CE, v. 40, n. 03, p. 411-424, jul/set 2009.

POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS:** Marchas E Contramarchas Da Convivência Com As Secas. Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.58-65, jan./mar. 2009.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História,** São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev.1997. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

REGO, João Manoel Vaz Monteiro de Figueiroa. “**A honra alheia por um fio**”. Os estatutos de limpeza de sangue no espaço de expansão ibérica (sécs. XVI-XVIII). Tese de Doutorado. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. 2009.

REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi, farpa o homem:** Campos das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê (1943-1985). Feira de Santana, 2012, p. 373. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 332-372.

ROCHA, Aline Santana dos Santos. **Escravidão e Liberdade no “Sertão das Umburanas” (1850-1888)**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores e da grande São Paulo 1970-1980**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTANA, Sandro. **Música e ancestralidade na Quixabeira**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTANA, Táfila Sinara dos Santos. **Atuação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e participação popular: estudo das experiências vividas no município de Retirolândia – Ba, de 1974 a 1985**. Conceição do Coité, 2014. Pesquisa Monográfica. Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XIV.

SANTOS, Derivaldo das Virgens. **Fé luta e arte na cidade de Araci: as festas da cultura e da identidade afro-brasileira**. Feira de Santana, 2016, 133p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS. Programa de Pós Graduação em Estudos Literários. 2016.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro et. al. **A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal: a informalidade e o silêncio dos inocentes**. XI Jornada do Trabalho, João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFel4AF/a-precarizacao-trabalho-rural#>. Acesso em 05 abr. 2018

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas: UFRB, 2014.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência: Balanços e perspectivas**. Niterói, Novembro de 1998. Disponível em: “La teoría de la Dependencia: un balance histórico” in Francisco Lopez Segreras, El Reto de la Globalización. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos. CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998; “The Latin American Development: Past, Present and Future”, in Sing C. Chew and Robert Denmark (eds.) The Underdevelopment of Development, Essays for André Gunder Frank, e “Foundations of the Cardoso Government,” Latin American Perspectives.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da Dependência Balanços e Perspectivas**. Niterói, 1998.

SILVA, Ana Nery Carvalho Silva. **Memórias de Araci**. 1 ed. Salvador: Edição do Autor, 2015.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da vida e da Morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia**. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Edson. **Crítica e Sociedade: Revista de cultura política. Povos Indígenas no Nordeste Mobilizações Sociopolíticas, Afirmações Étnicas e Conquistas de Direitos**. Uberlândia, v.7, n.1, 2017.

SILVA, Elizete da. **Configurações históricas do campo religioso brasileiro**. In: André Luiz Mattedi Dias, Eurelino Teixeira Coelho Neto e Marcia Maria da Silva Barreiros Leite. **História, Cultura e Poder**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SOUZA, Flavia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)**. 2013. 145 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

SOUZA, Jorge Bruno Sales. **Fazendo a diferença**: Um estudo da etnicidade entre os Kaimbé de Massacará. (Mestrado em Sociologia). Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador-Ba, 1996.

STIDILE, João Pedro et. al. **A questão agrária no Brasil**: história e natureza das ligas camponesas 1954-1964. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TANNOUS, Simão Alves. A imprensa baiana e a queda do regime constitucional e João Goulart (1963-1964). In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro *et. al.* **Ditadura Militar na Bahia**: histórias de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: Edufba, 2014.

THOMPSON, E. P. Folclore Antropologia e História Social. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRABUCO, Ana Paula. **Caminhos da Liberdade**: A escravidão em Serrinha-Bahia (1868-1888). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão**: História das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, n. 71, 2016, p. 81-105. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v36n71_004. Acesso em 12 maio. 2018

ANEXOS

ANEXO A – Fotos do Cajueiro Redondo e Conto de terror: “Dois medrosos valentes na Casa do Vaqueiro no Quererá”



Casa dos Vaqueiros reformada em 1962 | Foto: Felipe Moura – publicado em 17, agosto, 2017.

Conto escrito por Felipe S. Sales: *“Dois medrosos valentes na Casa do Vaqueiro no Quererá”*

“De terror, acovardados, os dois juvenzinhos, coitados, não puderam nem gritar, lamentando tanto azar!”, teriam que dormir logo no Quererá. Infelizes, tiveram que dormir na Casa dos Vaqueiros. Logo naquele lugar, que de assombração só se ouvia falar. Vindos de Nova Soure, tinham andado léguas e léguas a cavalo. Desceram serra e subiram serra. Estavam cansados.

A Casa dos Vaqueiros, que fica lá pras bandas do Quererá, sempre foi o mais temido paradeiro de tropeiros desde o Brasil imperial. Antes da casa recente, lá era uma casa quase caída. O local dava apoio à estrada das boiadas. Ligava o litoral aos sertões sem precisar passar por Feira de Santana. Por ela o matuto ia para Juazeiro, Jacobina (...), todo lugar! Lá passava todo tipo de gente, do bem e do mal. Alma boa e alma ruim. Já dizia o ditado popular: “lá (...), matavam um na segunda e guardavam o outro para a terça”. Ninguém queria parar lá. O areão do tabuleiro cansava o cavalo. A subida e a descida da serra surravam o animal e o vaqueiro. Ao final, todo mundo parava lá para pernoitar. Ainda tinha quem se perdia. Que sina!

Raimundinho, filho de índia casada com homem nobre, tinha virado homem naquele dia. Antenor, de família pobre das bandas de Teofilândia, já era homem há alguns anos. Eles apearam o cavalo naquele lugar e logo as carnes se tremeram. Nenhum era valente! Mas eram corajosos. Ao menos um mostrava coragem para o outro. A noite tinha chegado, o vento assobiava e o frio trincava os dedos (...). Era o Quererá.

Num salto dos olhos; daqueles que não se vê, se ouve, eles avistaram uma boiada correndo pelo pasto. O gado corria mais que onça brava. Na casa, ouviram gritos e sussurros. “Alguém deve estar lá”, murmurou Raimundinho. “É tardinha, ainda deve ter vaqueiro com gado no mato”, afirmou Antenor. Entraram na casa. Era um gato. Uma corrente batia na porta. “Deve ser alguém”. Era um gato. Acovardados, sem gritar, cochilaram. Pensando no aniversário que não comemorou, Raimundinho acordou na madrugada. Precisava tomar água

e usar o banheiro no mato de fora. Relutou. Sem escolha, saiu ao vento. Logo ouviu um papoco no curral. O cavalo relinchava. Parecia que tinha uma vaquejada no mato. ‘Ê boiada! Só pode’, pensou. Antenor acordou. “Ouviu isso, Antenor?”. “Tô vendo”. O cavalo aquietou. Uma voz gritava dentro da casa. Tinha alguém chorando. Tinha um bebê também. Não contaram conversa, passaram sebo nas canelas. “Vamos ficara aqui na estrada. A noite passa logo. Amanhã a gente pega tudo e parte daqui do Quererá”.



Foto: Felipe Moura – publicado em 17, agosto, 2017.

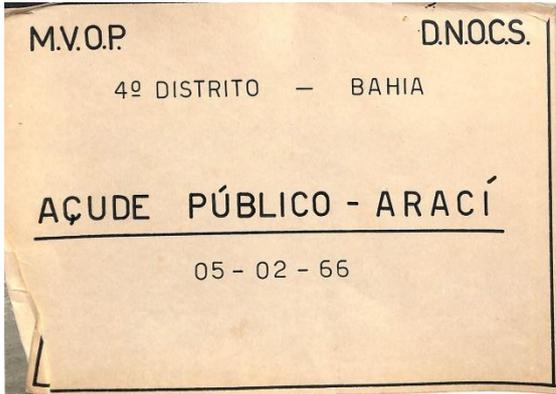
O dia raiou com o sol na cabeça dos jovensinhos. Noite agitada. Estavam cansados e perderam a hora. Eles voltaram à Casa dos Vaqueiros. Não tinha ninguém. Mas parecia que lá tinha havido uma festa. No canto de Antenor, até tinha marca de mijo. Os cavalos estavam com rabo e crinas enroladas. O mato estava baixo. Tinha muito mato retorcido. “Esse lugar é assombrado. É muita pantumia. Até os bichos estão assustados”. Desceram mais a serra e chegaram no Araci. Pararam no seu Zezinho armarinho. Ainda seguiriam para Santaluz. “Era a caipora”, contaram como se fossem valentes. Raimundinho, que já gostava de causos, era o mais eufórico. Com peito estufado, o chicote de couro no pulso, e gesticulando muito, gritava: “A caipora deu um carreiro em riba do carro de boi. Subiu no cavalo de Antenor. Peguei meus patuá e botei ela no seu lugar”. Antenor tomava uma pinga: “pra acalmar o susto!”. Ouvindo, seu Vitô sussurrava de lá: “esses devem ter se cagado lá!”.



Grutas no Quererá | Foto: Felipe Sales - – publicado em 17, agosto, 2017.

Disponível em: <http://www.avozdocampo.com/cidades/araci/conto-de-terror-dois-medrosos-valentes-na-casa-do-vaqueiro-no-querera/> - Acesso em 29, julho de 2018.

ANEXO B – Fotos de roceiros e da obra do açude público Poço Grande - Acervo Dnocs 4º Distrito, Salvador-Bahia.



3

Araci



20

Araci



17

Araci



14

Araci

ANEXO C – Campos com planta de sisal em fase de corte.



ANEXO D – Fotos de roceiros nas mobilizações do Sindicato de Trabalhadores Rurais em Araci.

